ILUMINISMO E IMPÉRIO NO BRASIL

O PATRIOTA (1813 -1814)

ILUMINISMO E IMPÉRIO NO BRASIL

O PATRIOTA (1813 -1814)

LORELAI KURY
ORGANIZADORA

AUTORES

Lorelai Kury (organizadora)

Historiadora, doutora em história pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e pesquisadora do CNPq.
lkury@fiocruz.br

Manoel Luiz Salgado Guimarães

Historiador, doutor em história pela Freie Universitat Berlin (Alemanha), professor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).
msalgado@openlink.com.br

Marco Morel

Historiador, doutor em história pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), professor adjunto procientista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pesquisador do CNPq.
marmorel@terra.com.br

Sérgio Alcides

Poeta, historiador, doutorando em história social na Universidade de São Paulo, professor convidado do curso de Pós-Graduação em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).
sergioalcides@gmail.com

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Historiadora, doutora em história pela Universidade de São Paulo (USP), professora adjunta procientista e diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pesquisadora do CNPq.
bessone@uol.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O jornal *O Patriota* veio a público em 1813 e 1814 por meio da Impressão Régia, instalada no Rio de Janeiro em 1808. Seu editor, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), era, na época, o responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, espécie de órgão oficial do governo. *O Patriota* foi o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos densos e analíticos sobre ciência e artes, cultura e letras. A gazeta *Idade d'Ouro do Brasil* (1811-1823), baiana, que é anterior, chega a abordar assuntos científicos, mas tinha como objetivo, além de matérias gerais, ser informativo quanto aos fatos e novidades que mais afetavam o cotidiano da capital baiana. Assim, o jornal que aqui publicamos na íntegra, em meio digital, foi uma empreitada inovadora. Apesar de ter durado apenas dois anos, houve três subscrições do jornal: duas para o ano de 1813 e uma para 1814. Ao todo foram publicados 18 números, 12 mensais, em 1813, e seis bimestrais em 1814. A leitura do periódico permite a apreensão de um conjunto de temas e questões que constituíram as Luzes imperiais no Brasil.

As novas tecnologias de reprodução de imagens e textos permitem que os pesquisadores, sem sair de casa, leiam com vagar as muitas páginas de *O Patriota*. Na Biblioteca Nacional, os rolos de microfilmes do periódico tinham que ser refeitos regularmente devido às sucessivas consultas, que acabavam por arranhar a película. Sem acesso à obra impressa, muitos de nós nunca chegaram a ter uma visão completa de todos os fascículos, pois, ao tentar evitar as infernais máquinas leitoras, alguns acabavam buscando apenas os artigos estritamente relacionados a seu tema de trabalho. Bastante raro, cheguei a consultar outro exemplar completo e em excelente estado de conservação da biblioteca de José e Guita Mindlin. A reprodução integral de *O Patriota* em CD-ROM dá sobrevida ao jornal editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Em 1978, José Honório Rodrigues havia coordenado a confecção de um índice, onomástico e temático, de *O Patriota*, realizado por Diana Zaidman. A esse instrumento de pesquisa acrescenta-se agora a possibilidade de encontrar por meio do *software* palavras e expressões que não constem do referido

índice, com a peculiaridade, entretanto, de a busca ser feita por imagens. Assim, se a palavra tiver sido impressa com algum erro ou estiver apagada, não será encontrada.

Recentemente, a reedição de periódicos importantes tem se tornado mais freqüente. Por exemplo, a Biblioteca Nacional lançou em 2005 uma edição fac-similar do *Revérbero Constitucional Fluminense*, em três volumes. Além disso, está no prelo uma edição crítica do *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata, realizada por Marco Morel. Mais afim ao nosso tema, Alberto Dines e Isabel Lustosa organizaram, em 2002, a publicação em papel e na íntegra do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. Ao jornal foi acrescentado um volume bastante completo de textos analíticos, que abordam aspectos biográficos do autor, as diversas temáticas tratadas pelo periódico e situam o jornalista e a obra na conjuntura política e cultural do período. Outra iniciativa relevante foi o livro *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, reeditado em 2005, que, embora não reproduza integralmente o periódico, descreve amplamente seu conteúdo, inclusive os anúncios, e cita longos extratos dos artigos que a autora julga mais representativos.

Sem a magnitude da edição do *Correio Braziliense* e sem a sistematicidade do quadro histórico traçado para a gazeta baiana, o volume de ensaios e a edição digitalizada de *O Patriota* pretendem se integrar a esse pequeno grupo de jornais e gazetas do início do século XIX, disponíveis para serem lidos e relidos por estudantes e especialistas.

Com o conjunto de textos que apresentamos, temos a intenção de representar campos de pesquisa em desenvolvimento nas universidades e centros de estudos brasileiros e esperamos suscitar o debate, aguçar curiosidades, colocar problemas. Por diversas razões, optamos por preparar um volume enxuto, centrado mais em leituras 'intensivas' do jornal do que em pesquisas 'extensivas' do contexto de sua publicação. Certamente incompleto, tendo em vista a multiplicidade de temas de *O Patriota*, o panorama traçado pelos ensaístas propõe, no entanto, numerosas vertentes de investigação. No final de cada capítulo indicamos aos leitores pequena bibliografia complementar que ajuda a minimizar as omissões.

Escrever sobre o jornal colocou os autores diante de temas centrais para a história cultural e permitiu vislumbrar a abrangência da tarefa de situar no tempo e no espaço um dos primeiros órgãos formadores de opinião pública no Brasil. Mais do que isso, os en-saios parecem demonstrar que atualmente não se pode escrever sobre o período sem que se reflita sobre o advento do espaço público e da circulação dos textos impressos e sobre seus limites. Desse modo, tanto o ensaio de Tania Bessone, dedicado especificamente ao tema da leitura e da imprensa, quanto o de Marco Morel, que trata da formação de uma República das Letras no Brasil, estabelecem o terreno sobre o qual as demais questões são abordadas.

As discussões que tivemos em torno do conteúdo dos ensaios que escrevíamos e os resultados a que chegamos fazem convergir muitos de nossos argumentos. Logo de início, foi consensual a adoção da denominação "patriotismo imperial" – de acordo com François-Xavier Guerra – para descrever o sentimento identitário dos principais

colaboradores do jornal, que os vinculava a um projeto político específico de superação do Pacto Colonial, o qual previa a união entre as diferentes províncias do Império português. Havia, sim, a idéia de pátria, mas não havia nacionalismo brasileiro. Além disso, "patriota", no jornal, não porta nenhuma conotação de radicalismo político, como foi o caso na França durante a Revolução. O título do periódico torna-se, desse modo, compreensível sem que se recorra a algum anacronismo interpretativo, como todos os ensaios buscam demonstrar, em particular os textos de Morel e de Bessone.

Sem dúvida, muito ainda pode ser dito a propósito da idéia de pátria na época. Aliás, uma questão importante que apenas aflorou nos ensaios diz respeito ao papel da Bahia em *O Patriota*: a pátria em diversos casos não é o Brasil, como demonstra Sérgio Alcides. Apesar de publicado na Corte, o editor do jornal, Araújo Guimarães, e muitos colaboradores, inclusive Borges de Barros, eram baianos e desta maneira se auto-intitulavam. Ainda está por ser pesquisada em detalhes a oposição entre Rio de Janeiro e Bahia nos meandros políticos do grupo ligado a *O Patriota*.

Na verdade, bastante resta por fazer no campo das relações políticas e de proteção dos principais colaboradores do jornal. Morel afirma, de forma convincente, que se tratava de uma empreitada levada a cabo por pessoas da esfera de influência de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Teria sido *O Patriota* uma tentativa de rearticulação do grupo? O que mais a lista de subscritores poderia indicar com respeito aos patronos do jornal? A conjuntura específica, após os acordos de 1810 com a Inglaterra, também deve ser considerada. No ensaio de Morel essas questões são avançadas. Esperamos que outros estudos venham a confirmar tais hipóteses.

O período de publicação do jornal, 1813 e 1814, situa-se, segundo Morel, em uma "época híbrida entre absolutismos e liberalismos". De fato, muitos dos artigos de *O Patriota* são vistos, no ensaio de Manoel Salgado, como uma das respostas possíveis dos letrados luso-brasileiros ao "terremoto" político que abalava a Europa durante as guerras napoleônicas. Além da palavra "pátria", a idéia de revolução ajuda a entender o sentido que a história ganha no jornal. Como indica Salgado, as lições da história vão no sentido de estabelecer portos seguros no passado, que dêem estabilidade em um momento de incertezas. Com a chancela do príncipe, *O Patriota* tenta encontrar uma posição política adequada ao cenário europeu, demonizando o "ogro" Bonaparte.

Nessa época híbrida, muitas áreas enevoadas oferecem resistência ao olhar do historiador e se mostram cheias de ambigüidades. Por exemplo, o próprio papel da França é cambiante. Se por um lado a pátria de Voltaire ameaçou a ordem com a Revolução e o expansionismo napoleônico, por outro continuou sendo referência privilegiada para a cultura, a literatura e a ciência, mesmo nos círculos conservadores. O texto que analisa os artigos científicos busca demonstrar a especificidade da ciência napoleônica e a filiação de diversos autores a essa nova configuração dos saberes. Muitos dos que escreveram em *O Patriota* circulavam internacionalmente. Numerosas indicações contidas nos ensaios podem

ajudar a desvendar as instâncias e práticas de sociabilidade dos luso-brasileiros letrados no Brasil e na Europa. Sérgio Alcides estabelece diversas conexões literárias e políticas de Borges de Barros em Portugal e na França. Presença marcante em *O Patriota*, o baiano costumava assinar seus artigos e peças com as abreviações B., B*, B.***, D.B.B. ou B... No ensaio sobre as ciências, busca-se igualmente traçar algumas relações e afinidades do mesmo Barros. Parece claro que uma das referências importantes para os letrados que atuavam na esfera científica e cultural em geral foi o abade Corrêa da Serra. Uma biografia exaustiva desse personagem lançaria luz sobre diversos aspectos dessas relações que desconhecemos. Além disso, as redes de dependência e de influência dos principais redatores do jornal provavelmente se cruzam com a história das lojas maçônicas em Portugal e na Europa.

Um outro tema foi objeto dos ensaístas: a especificidade das Luzes no universo luso-brasileiro. Quanto a isso, somos leitores atentos do texto clássico de Maria Odila Leite da Silva Dias, "Aspectos da Ilustração no Brasil", de 1968. O iluminismo 'imperial' de *O Patriota* é didático e voltado para a experiência brasileira. Assim como as publicações do Arco do Cego, o jornal pretende formar leitores, agricultores, homens de ciência, escritores. Suas páginas dão ênfase ao pragmatismo das letras e das artes, à utilidade. Sem querer virar pelo avesso as crenças estabelecidas, como alguns expoentes das Luzes francesas o fizeram, o periódico fluminense é politicamente conservador. O ensaio sobre ciências se detém, no entanto, em alguns elementos potencialmente transformadores nas discussões de história natural, como é o caso da memória de Arruda da Câmara sobre o algodão, que critica as escrituras e situa o "homem natural" nos trópicos, quem sabe em Pernambuco. De resto, ao longo das páginas do jornal o tom é mais do que moderado. O tema capital da escravidão é tratado de forma técnica e racional. Aliás, o ambiente intelectual do Alto Iluminismo baseia-se justamente na procura da administração esclarecida de homens e mercadorias. Nessa linha de reflexão, caberia no volume que ora publicamos um ensaio dedicado à economia política, novidade da época, bem aceita entre os letrados lusos e americanos.

Na literatura, Sérgio Alcides procura perceber o que há de próprio ao grupo ligado a *O Patriota*. O autor busca descrever os elementos-chave característicos daquele universo estético e estilístico, que intitula de "neoclassicismo imperial". O "lado B" da poesia é didático e enfatiza mais a instrumentalização da natureza que sua fruição amena. No campo da história, o texto de Manoel Salgado mostra como a especificidade e hibridez de uma época e a legitimação de um 'lugar' se manifestam nos artigos do jornal. História aí tem o sentido universalista de história da civilização, e engloba a descrição física e dos costumes dos diversos povos que compõem o Império.

Desse modo, há convergência de muitos argumentos avançados em nossos ensaios. Sem dúvida, partimos de alguns pressupostos comuns, mas vê-se que a categoria 'iluminismo', desde que respeitadas as especificidades de tempo e espaço, continua operante. Longe de designar somente um conjunto de idéias, as Luzes englobam, é certo, conceitos, mas também modos de agir.

Assim, os ensaios direcionam as análises para a caracterização de uma época que tem um perfil próprio e não pode ser definida pelo que virá depois. Não se trata outra vez de pré-romantismo e de protonacional. Mais do que a preparação para a Independência, vemos nessa época patriótica o nascimento de um espaço público em terras brasileiras. Comparada ao universo europeu, a esfera pública local é reduzida: poucos leitores, instituições frágeis, sociedades científicas e literárias incipientes. No entanto, a diferença de escala não deve servir de argumento para que se pensem as Luzes daqui como cópia mal acabada do iluminismo europeu. Em primeiro lugar, é importante pensar que existem outras formas de circulação de idéias e outras instâncias de sociabilidade no Brasil, onde o papel da oralidade é central. Em segundo lugar, as Luzes são um fenômeno internacional, que não pode ser pensado sem o mundo colonial e seus críticos, sem a escravidão moderna e seus oponentes, sem a relativização filosófica propiciada pelo conhecimento dos habitantes do Novo Mundo e do Pacífico. Portanto, a transformação profunda da sociedade que se instaura concomitantemente ao advento do 'capitalismo editorial', à circulação de textos impressos e ao nascimento da opinião pública diz respeito ao Brasil; as questões levantadas pelos *philosophes* são também questões luso-brasileiras. As Luzes são internacionais e atravessam os espaços nacionais e imperiais.

A organizadora

1 PÁTRIAS POLISSÊMICAS: REPÚBLICA DAS LETRAS E IMPRENSA NA CRISE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA AMÉRICA

Marco Morel

Mas cedão huma vez à seria reflexão de d'Alembert:
não se deve examinar se a Obra está bem feita,
mas se foi possível faze-la melhor.
Introdução, *O Patriota*, 1813, I, 1, VI

O não-dito pode ser um ponto de partida. Qual seria a explicação para o título de *O Patriota*? Não houve em seu primeiro número (nem nos demais) esclarecimento dessa escolha na apresentação de objetivos e princípios, habitual nos periódicos da época. Ao longo de seus 18 números, aliás, a palavra "patriota" aparece apenas uma vez no corpo do texto[1] (*O Patriota*, 1814, III, 1, 64).[2] Mais lacônico ainda foi o *Dicionário* de Moraes e Silva, que se limitou a definir, em duas linhas, pátria como local de nascimento ou metáfora celeste, sequer mencionando o derivado "patriota" na sua edição de 1813, mesmo ano em que aquele jornal apareceu (Moraes e Silva, 1922).

A epígrafe do periódico, reprodução dos conhecidos versos do poeta clássico e humanista Antonio Ferreira (Lisboa, 1528-1569), seria bastante usada em publicações do século XIX (algumas vezes atribuída erroneamente a Camões) e referia-se ao amor à terra e à gente, isto é, à dimensão geográfica e a uma certa população (*populus*) associadas à noção de pátria. Tal epígrafe, porém, nos parece distante de constituir uma tomada de posição mais clara sobre o tema. A que terra e a que gente o redator do jornal se referia ao usar a citação?

A omissão pode ser eloqüente e instigante, não porque haja móveis ocultos a descobrir, mas justamente por assinalar que tais palavras impressas situavam-se num campo movediço e por vezes explosivo naquele contexto político e intelectual. Tratava-se, como é sabido, de época híbrida, marcada por tensões e interações entre absolutismos ('ilustrados' ou não) e liberalismos; de crises e abalos nos impérios europeus, inclusive os ibéricos, com possibilidades de independência em suas partes americanas; momento de reelaborar e ad-

[1] E mesmo nesse caso, "patriota" designava o título do jornal, no âmbito de uma polêmica literária.

[2] As referências a *O Patriota* incluem: ano, subscrição, fascículo, página.

ministrar as heranças pós-revolucionárias e de ampliação da modernização política, econômica, cultural e tecnológica.

O surgimento do periódico *O Patriota* pode ser compreendido, segundo o enfoque adotado aqui, como iniciativa visando à conformação e consolidação de uma esfera pública cultural moderna, embasada numa rede de contatos e produção intelectual, ou seja, no bojo das tentativas de formação de uma República das Letras no mundo luso-brasileiro, com ênfase na América portuguesa, então sede da Monarquia lusitana.[3] Para melhor compreender essas dimensões, o texto se divide em quatro partes: inicialmente uma discussão conceitual em torno de pátria e seus derivados; os sentidos de utilização dessas palavras no jornal; esboço do perfil desses "republicanos das Letras"[4] e, por fim, referências às crises e disputas no âmbito do Império português que permitiram o surgimento (e propiciaram o encerramento) de *O Patriota*.

Uma Trajetória Polissêmica

As palavras, como se sabe, também têm história. Ao contrário do que poderia sugerir a ausência de definições mais precisas e aprofundadas, o vocábulo "pátria" (e seus derivados) era, no raiar do século XIX, carregado de sentidos diversos, ou seja, vinha de longa trajetória histórica e semântica. Dentro dos limites deste texto, vale a pena remontar ao verbete correspondente do *Vocabulário* do padre Raphael Bluteau publicado em Coimbra nos primórdios da Ilustração (Bluteau, 2000). Embebido no humanismo clássico, Bluteau indica quatro definições básicas (não excludentes) de pátria:

- local de nascimento (vila, cidade ou reino);
- local de escolha de residência e atuação;
- espaço de universalidade;
- espaço simbólico de utopia e liberdade intelectual.[5]

Esse clérigo luso de origem francesa, com visão racionalista, parece ter preferência pelas três últimas definições, sobretudo pela segunda, que acentua ao encerrar o verbete com um adágio português reforçando este significado: "Ao bom varão terras alheias, Pátria são" (Bluteau, 2000). É de se remarcar que a noção de pátria celeste, tão cara ao pensamento escolástico, aparece como espaço de autonomia e liberdade dos sábios, embasando-se, está claro, na Antiguidade grega e romana. E estabelecendo, assim, uma opção pelo signifi-

[3] O conceito de espaço público referente aos séculos XVIII e XIX tem como referência as obras de Reinhart Koselleck, 1979, e Jürgen Habermas, 1983. Para o Brasil da época, ver Morel, 2005. A percepção de *O Patriota* como embrião desta República das Letras na América portuguesa já fora assinalada por Antonio Candido (1981, v. 1, cap. VII). Essa abordagem é desenvolvida também no texto de Tania Bessone publicado neste volume.

[4] Expressão utilizada pelo historiador Daniel Roche (1988) e que não indica, evidentemente, adesão à forma de governo.

[5] Para uma abordagem inicial do contexto intelectual da obra de Bluteau, ver Falcon, 1982: 201-212.

cado imanente, em contraponto à metafísica transcendental. Valendo-se então dos estóicos, Bluteau sublinha que "todo o mundo era sua pátria, que eram cidadãos do mundo, e não moradores de algum lugar particular". Isto é, uma pátria u-tópica – etimologicamente, sem chão ou terra –, distinguindo-se de maneira acentuada, pois, da acepção do local de nascimento. Associada, como se viu, a um espaço de liberdade intelectual dos sábios, isto é, dos homens letrados e portadores de um juízo racional. E, mais ainda, compreendida no âmbito da inserção dos sujeitos na sociedade, de suas atuações e interferências. Ou seja, pode-se entrever pátria como embrião do Reino da Razão (Koselleck, 1979). Ao destacar a universalidade, o autor mantém a distinção entre pátria e nação. As dimensões de honra e amor à pátria também estão presentes, sublinhadas como virtudes essenciais. Temos, pois, uma perspectiva de pátria embasada na tradição, mas assumindo tons modernos, esboçada no raiar da Ilustração, aqui exemplificada no mundo ibérico.

Poderíamos destacar um segundo contexto intelectual no qual a palavra "pátria" se redefine, caracterizado com a publicação da *Encyclopédie* (s. d.). O verbete "Patrie" dessa publicação, diga-se de passagem, tem acentuado caráter doutrinário, de convencimento e afirmação de posições, contendo, pois, menos nuances que o *Vocabulário* de Bluteau, por exemplo. A ênfase dos enciclopedistas é na contraposição entre duas concepções de pátria: o local de nascimento e o espaço de liberdade política e civil. Coloca-se, então, a pátria como espaço de virtude política, notadamente da democracia e de uma certa igualdade social – alcançada ou por alcançar.

Nessa linha, o substantivo "patriotismo" é virtude ativa, não apenas sentimento ou utopia, mas modo de se posicionar social e politicamente. A *Encyclopédie* destaca três tipos de patriotismo: o clássico, associado às grandes virtudes que sustentavam os antigos impérios; o moderno, marcado pelos "*droits du genre humain*" e dos povos, considerado, aliás, como o mais perfeito tipo de patriotismo, e o universal, referenciado em Montesquieu (*Encyclopédie*, s. d.).

A tensão universal/local e mesmo o alcance das virtudes patrióticas foram evidenciadas, na mesma época, pela visão um tanto cética de Voltaire: "É triste que, muitas vezes, para sermos bons patriotas, sejamos inimigos do resto dos homens". A polêmica entre Voltaire e Rousseau estendeu-se também nesse campo conceitual, na medida em que este último entendia pátria, de modo positivo, como o destino de uma comunidade humana e territorial (*apud* Furet & Ozouf, 1989: 804).

Chegamos, pois, ao terceiro momento da palavra "pátria", quando ela se cruza com nação, no contexto da Revolução Francesa e suas mutações. Nesse ponto, a expressão "pátria" vai partilhando (e perdendo) seu significado politizado e mesmo revolucionário com o vocábulo "nação", que será tratado mais adiante (Furet & Ozouf, 1989).

Resta, então, nos determos sobre "patriota", palavra que não existia em Bluteau, que aparecia valorizada na *Encyclopédie* e omitida, como foi visto, em Moraes e Silva – expressando, nesses recuos e avanços, as mutações políticas e culturais da época. O que caracteri-

zava o patriota, na visão enciclopedista, era o serviço à pátria. "*Servir sa patrie en est point un devoir chimérique, c'est une obligation réelle*"[6] (*Encyclopédie*, s. d., verbete "Patrie"). O patriota, assim, é essencialmente um agente, ator histórico intencional, condicionado não apenas por sentimentos, mas por obrigações reais, embora a dimensão do afeto continuasse presente. O patriota, pois, é aquele que "*dans un gouvernement libre, chérie sa patrie*".[7] Seu espaço de atuação, pois, é a liberdade política, ou sua busca. Trata-se, explicitamente, de um dever, mas movido pelo prazer intelectual e pela felicidade, que aparecem não só como meta a ser alcançada, mas motor mesmo, já presente na práxis patriótica. A obrigação e a inserção, ainda que prazerosas, sobrepõem-se à virtude não comprometida, realçando o caráter politizado e compromissado do patriota. "Patriota", pois, é palavra surgida no âmbito da politização da esfera pública que marcaria o fim dos antigos regimes, trazendo conotações marcantes, acentuadas com a Revolução Francesa.

Uma constante ao longo da polissêmica trajetória da palavra "pátria" foi a dicotomia entre local e geral. Não só os dicionários e vocabulários de época, como também os estudos posteriores, destacam esta contraposição entre a pátria entendida como *topos* (lugar de nascimento e/ou moradia) e a pátria como dimensão ampliada, seja em termos geográficos, políticos ou culturais. Ou seja, entre as pequenas-pátrias e a Pátria.

Embora as palavras "pátria" e "nação" fossem gêmeas (como assinalou o historiador Lucien Febvre, 1998), isto é, se confundissem, em determinadas circunstâncias elas se contrapunham. E "nação" poderia, nesse caso, expressar justamente essa dimensão que se sobrepunha e se confrontava às pátrias locais. O que não deixa de ser um paradoxo, pois "nação", etimologicamente, indica o ato de nascer e o seu local.

Até princípios do século XIX, o termo "nação" possuía dois significados principais e bem distintos entre si, embora coexistentes: um, mais antigo, de conteúdo étnico, e outro, no âmbito político, que remetia às formas de organização administrativas e fronteiras territoriais.

No *Vocabulário* de Bluteau (2000), tal dualidade é acentuada, apesar de haver uma significação comum de nação que remete a grupos de "gente" vivendo num determinado recorte geográfico.[8] Em primeiro lugar, o próprio autor afirma que nação não se confunde com povo, embora signifique, justamente, povos. Não se trata de mera questão de número, "porque nação compreende muitos povos" (verbete "Nação"). E cita, como exemplo, as nações portuguesa, alemã ou espanhola com seus diversos povos, como minhotos e alentejões numa, os hamburgueses e saxões noutra, e os castelhanos e andaluzes nesta, entre outros. Trata-se, pois, das modernas nações européias, que abrigam em seus domínios uma pluralidade de grupos. Em seguida, o mesmo autor passa a enumerar exemplos de outras nações, que na verdade são povos determinados (e não conjuntos de povos num mesmo domínio), como os "Negros" etíopes, as nações do Grão Pará (referindo-se às centenas de

---

6 Servir sua pátria não é de forma alguma um dever quimérico, é uma obrigação real. Tradução livre.

7 Em um governo livre, ama a sua pátria. Tradução livre.

8 O *Dicionário* de Moraes e Silva (1922) limita-se a uma síntese superficial de Bluteau nesse verbete.

grupos indígenas ali existentes), e diversos outros povos da Índia (oriental), na Ásia etc., apresentando aí o que se chamaria de demarcação étnica. Ou, em suas palavras, nação "como uma certa casta de Gente, ou pessoas, que tem o mesmo gênio, ofício ou pertenção" (verbete "Nação").

A *Encyclopédie*, como se sabe, não desenvolveu a contento seu verbete sobre nação, que se apresentava lacônico diante da contundência de pátria e seus derivados. A ênfase foi dada para o caráter nacional (isto é, uma forma de identidade coletiva), e a maior parte do verbete ocupa-se do uso da palavra "nação" para nomear os membros da Universidade de Paris que se agrupavam em corpos de acordo com suas origens de nascimento.

Em linhas gerais, e de forma sintética, traçamos aqui as principais referências quanto ao termo "pátria" que, de alguma maneira, podem ajudar na compreensão do título e do ideário do jornal *O Patriota*, publicado no Rio de Janeiro, então sede da Monarquia portuguesa, entre 1813 e 1814. Cumpre chamar atenção para o fato de que tais discussões conceituais e históricas envolvendo pátria, nação e mesmo nacionalismo (que não existia nos dicionários de época aqui estudados) e suas formulações teóricas nem sempre são realizadas levando-se em conta as características das sociedades ibéricas e americanas, com suas estruturas políticas e sociais complexas e relacionadas de maneira mediatizada com os territórios europeus, ainda quando pertencendo a uma mesma "nação", como no caso dos domínios espanhol e português.

O Patriotismo na Corda Bamba

Mesmo sem definir o significado do título de seu jornal, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, natural da Bahia de Todos os Santos, lançou algumas pistas discretas nas páginas iniciais do periódico: "mas desperto ao brado da Pátria, eu não hesitei um momento em empreender aquilo, que todos os Literatos, primeiro que eu, haviam pensado, e de que (infelizmente) abriram mão, aterrados com os embaraços, que circunstâncias melindrosas tornavam quase insuperáveis" (Introdução. *O Patriota*, 1813, I, 1, V).

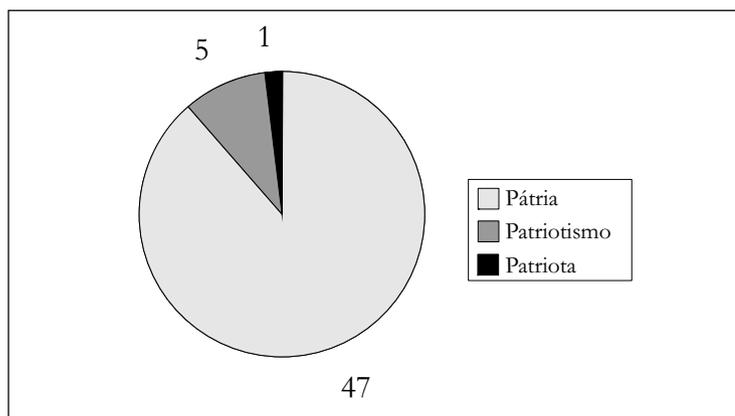
Nesse trecho aparecem elementos sugestivos. A saber: a referência à Pátria como instância de legitimidade, isto é, foi atendendo a seu "brado" que a publicação veio à luz; associação dessa iniciativa com os homens de letras, ou com a República das Letras, indicando assim a acepção de pátria no sentido racionalista, já assinalado na primeira Ilustração portuguesa, de espaço de liberdade dos sábios.[9]

A palavra "pátria" aparece 47 vezes nos números de *O Patriota*, ao passo que "patriotismo" surge cinco vezes apenas e "patriota" somente uma, como foi dito (Gráfico 1).[10]

[9] Para a discussão dos conceitos de pátria (e seus derivados) e de nação nos valemos, sobretudo, de três textos de autores que interligam referências teóricas atualizadas com reflexões que levam em conta as estruturas sociais e mentais do mundo ibero-americano de fins do XVIII e início do XIX: François-Xavier Guerra, José Carlos Chiaramonte e Antonio Hespanha, in: Jancsó, 2003.

[10] Na contagem de palavras foi usado, como instrumento, o programa DocReader. Não fiz distinção, nessa enumeração, entre os trechos escritos pelo redator e aqueles elaborados por colaboradores e articulistas.

Há, portanto, um fosso entre o peso do termo "pátria" e o de seus derivados. O patriotismo era considerado virtude ativa e política, associada pelos enciclopedistas aos direitos do homem. O próprio redator de *O Patriota*, aliás, não desconhecia os autores da *Encyclopédie*.[11] E a identidade política de patriota era ainda mais carregada de um sentido militante, tanto que, quatro anos depois, apareceria com força na América portuguesa durante a República de Pernambuco de 1817 (Berbel, 2003; Bernardes, 2001). Desta forma, a diminuta presença dessas duas palavras derivadas não nos parece ser ocasional, mas fruto das limitações políticas da América portuguesa daquele momento.

Gráfico 1 – Número de vezes que estas palavras aparecem nas páginas de *O Patriota*, contadas com auxílio do programa DocReader

Numa leitura comparada, o jornal *Correio Braziliense*, redigido entre 1808 e 1822 por Hipólito da Costa, em Londres, ao mesmo tempo que partilhava do universo de referências políticas e culturais, escapava às restrições impostas pelo aparelho de poder português e realizava, no exílio, um debate político mais aberto, com críticas aos governos e às formas de administração da Monarquia portuguesa, ao mesmo tempo que avançava na explicitação do modelo político do liberalismo, inclusive inspirado pelo exemplo inglês (Costa, 2001).

Daí que, já em sua Introdução, o *Correio Braziliense* pregasse abertamente as virtudes dos "sentimentos de Patriotismo" impregnado das noções de dever, obrigação e utilidade para o bem comum (*Correio Braziliense...*, I, jun. 1808, 3-4).[12] Isto é, reforçando a concepção de patriotismo ativo, que levasse os agentes históricos a atuarem intencionalmente na cena pública, com vistas a alterar os negócios do Estado.

Hipólito da Costa, aliás, aproveitaria o surgimento de *O Patriota* para discutir os significados de tal vocábulo, naquele contexto considerado melindroso. "Há dez anos, estando a Corte em Lisboa, ninguém se atreveria a dar a um jornal o nome de Patriota", lançava

[11] Cf. citação na epígrafe do texto.

[12] José Saturnino da Costa Pereira, irmão de Hipólito, seria um dos colaboradores de *O Patriota*.

(*Correio Braziliense*..., IX, dez. 1813, 924). E acrescentava que a recusa da Revolução Francesa acabara por dificultar, no mundo português, a realização de reformas e de melhoria nas instituições vigentes – que eram afinal os seus objetivos. E destacando a polissemia do termo, afirmava no mesmo trecho:

> Por uma perversão insensata, durante a Revolução Francesa, se atribuiu à palavra Patriota, o mesmo sentido de Revolucionista, ou monarcomaco, e com este fantasma se punham os povos em oposição com os governos (...). A palavra Patriota significa o bom cidadão, o amante de sua pátria; e por conseqüência o defensor do Governo, e das instituições do país. Vemos pois com muito prazer, neste anúncio do Rio de Janeiro, que esta honrada denominação, começa a surgir do opróbrio em que se achava.

Vemos que, se nas páginas de *O Patriota* essa discussão conceitual praticamente não existiu, houve quem começasse a fazê-la em seu lugar. Entretanto, vale destacar que, se o *Correio Braziliense* afirmava a concepção ativa e utilitária do patriotismo, oriunda da Ilustração e dos enciclopedistas, ao mesmo tempo realizava a operação de esvaziá-la de seu conteúdo revolucionário, acentuado durante e após a Revolução Francesa. Nessa linha, o periódico impresso em Londres parecia vir em socorro das omissões do jornal impresso na Corte fluminense, apoiando sua linha de patriotismo, que era, então, a defesa do governo e das instituições. Esse posicionamento – apoiar as virtudes patrióticas politizadas e atuantes, mas destituí-las de caráter revolucionário – era característico da época imediatamente pós-revolucionária, em que estava em jogo a reelaboração das heranças políticas que, numa perspectiva do progresso ilustrado, não poderiam retroceder ao chamado tempo das trevas, mas também deveriam evitar as rupturas e transformações estruturais, surgindo daí o liberalismo político e a noção de *juste milieu* (Rosanvallon, 1985).

A palavra "Pátria", escrita com maiúscula pelo redator de *O Patriota* em sua Introdução, como já dito aqui, indicava não um local geográfico (de nascimento, moradia ou escolha), mas o espaço de atuação intelectual dos sábios, referenciado, está claro, numa determinada sociedade, no caso a Monarquia portuguesa. Esse seria um dos significados que explicaria o próprio sentido do periódico. Mas o vocábulo, ao longo de suas páginas, apresenta outras nuanças e tendências. Em algumas das vezes em que tal palavra é impressa, ela relaciona-se diretamente à fidelidade ao monarca: pátria aparece contígua ao rei (*O Patriota*, 1813, I, 1, 68-69; 1813, I, 4, 39 e 43). Estamos diante de uma visão típica do absolutismo, inclusive no mundo ibérico, onde a legitimidade de atuação na esfera da política pertencia à soberania monárquica e seus agentes diretos.

Outras vezes, no jornal, pátria era mesmo o local de nascimento (*O Patriota*, 1813, I, 4, 46 e 57), sobretudo em relatos de viagens e descrições de localidades insertas em suas páginas, quando, por exemplo, a capitania de São Paulo era tratada como pátria. Havia até um texto assinado por B***[13] que defendia o uso de pátria como lugar de nascimento,

[13] Domingos Borges de Barros, futuro visconde de Pedra Branca.

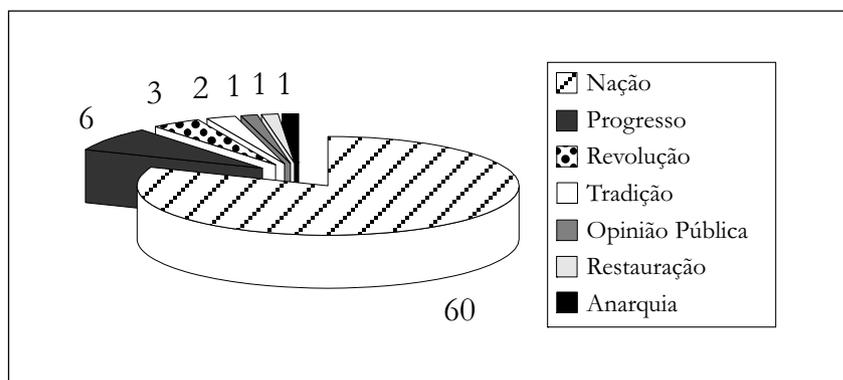
rechaçando as críticas a este ponto de vista por aqueles que pregavam por uma Pátria ampliada e às vezes abstrata (*O Patriota*, 1813, I, 1, 95).

Em outros textos, a noção de pátria assume caráter de articulação mercantil, visando ao progresso material, como, por exemplo, na referência à produção de índigo, indicada para promover o bem da Pátria (*O Patriota*, 1813, I, 2, 15).

Vê-se, portanto, que a polissemia do termo "pátria" está presente nas páginas de *O Patriota*, mas de maneira restrita, expressando a Pátria como espaço de atuação intelectual, de lealdade e proximidade com o monarca, como lugar de nascimento e, ainda, espaço de progresso material – ficando de fora deste elenco os significados mais claramente politizados ou revolucionários. Ou seja, havia no periódico um arrefecimento da discussão explicitamente política. Daí que os derivados são escassos, pois em geral apontavam, na época, para a perspectiva de virtude política, de inserção intencional nas relações de poder, buscando alterá-las.

A própria polissemia do termo "pátria" permitia que ele fosse usado mais largamente no jornal, mas a escolha de um derivado como título era um gesto ambíguo, pois este poderia, ao mesmo tempo, referir-se a esse elenco restrito, como também ser associado aos sentidos mais candentes e politizados da expressão. E, nessa corda bamba patriótica, o periódico chegou a ter condições de existir, mas não teve duração longa.

Entretanto, o conjunto de questões levantadas pelo tipo de patriotismo expresso no jornal não se esgota no estrito campo semântico de "pátria". Outras palavras apareciam com maior ou menor intensidade, trazendo elementos que ajudam a situar tal discussão.

Gráfico 2 – Número de vezes que estas palavras aparecem nas páginas de *O Patriota*, contadas com auxílio do programa DocReader

No Gráfico 2 vemos dois conjuntos de palavras, do ponto de vista quantitativo: um majoritário (composto por nação) e outro minoritário (progresso, revolução, tradição,

opinião pública, restauração e anarquia). Escolhemos tais palavras por aparecerem com freqüência nos debates políticos da época. Entretanto, a quantidade com que elas se distribuem naquela publicação, bem como, está claro, o sentido que têm permitem avaliação dos limites e possibilidades da cena pública daquele período.

O termo "nação" era marcadamente híbrido, ou seja, pertencia a registros tradicionais e consolidados no debate intelectual, mesmo antes do absolutismo. Falava-se de nação no sentido tradicional e étnico ("nação dos Índios Barbados", *O Patriota*, 1813, II, 2, 51). Mas também da nação russa e da nação francesa (*O Patriota*, 1814, III, 1, 93; 1813, I, 2, 63), isto é, no sentido político e contemporâneo do termo.

Quanto ao outro elenco vocabular, minoritário, ele expressava justamente a renovação da cena pública política durante e após a Revolução Francesa, quando o binômio revolução/contra-revolução estava em voga, a legitimidade da Restauração monárquica na França era discutida e as proposições do liberalismo político se voltavam para um reordenamento das sociedades. Não caberia aí nem o retorno ao Antigo Regime, nem o aprofundamento das transformações revolucionárias, mas o estabelecimento de novas ordens nacionais e constitucionais que procurassem reformar as relações sociais e econômicas gradativamente através de mutações políticas e culturais.[14] Essa discussão, elidida das páginas de *O Patriota*, cercava, porém, as referências e preocupações dos homens de letras e dos dirigentes políticos, e só aparecia, então, nesses fragmentos, que pareciam escapar das escassas brechas no monolitismo cultural e oficial do mundo português.

A partir da breve discussão conceitual, é possível desenvolver algumas afirmações. Os textos e os comportamentos culturais contidos em *O Patriota* revelam diversas concepções de pátria entrelaçadas, dentre as tratadas aqui: espaço de liberdade e expressão intelectual; local de nascimento/atuação; incentivo ao progresso científico e econômico; interligação de um território nacional de tipo imperial (abrangendo quatro continentes) e afirmação dos laços entre o monarca e os republicanos das Letras. Tal parece ser o sentido do patriotismo estampado no título e nos textos daquela publicação.

Convém assinalar, finalmente, o florescimento de um 'patriotismo imperial' no mundo ibérico entre 1808 e 1815, de caráter antinapoleônico, e que surgia como defesa da integridade e das identidades das monarquias portuguesa e espanhola, cujas metrópoles peninsulares haviam sido invadidas pelas tropas francesas. Patriotismo imperial porque se expressou nas diversas partes dos domínios ibéricos, com mais vigor na América.[15] Podemos concluir que *O Patriota* pertencia a esse contexto, isto é, estampava em seu título um uso de derivado de "pátria" que estava em voga no universo cultural e político daquele momento, e que poderia ter um caráter de defesa, apoio e aprimoramento dos impérios

[14] Uma aguda análise desses dilemas do primeiro liberalismo político está em Rosanvallon, 1985.

[15] Expressão cunhada pelo historiador François-Xavier Guerra, 1999-2000.

ibéricos nos dois lados do Atlântico. Ainda que permeado pela Ilustração, inclusive em sua vertente francesa e setecentista, o periódico era, por outro lado, antifrancês naquele contexto, isto é, contra o expansionismo da "Grande Nação" pelas tropas de Bonaparte.

Os Republicanos das Letras

O perfil biográfico das pessoas envolvidas na publicação deste jornal ainda está por se fazer de maneira sistemática, mas pode-se perceber, numa primeira análise, que eram centenas, espalhadas por amplo contingente geográfico, se levarmos em conta não só os colaboradores, mas também os subscritores, sem esquecer os leitores que, *grosso modo*, deveriam compor a maioria daqueles dois grupos. Mencionado em geral como redator de *O Patriota*, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, embora também escrevesse, era mais exatamente um coordenador e catalisador desses diversos indivíduos e agrupamentos, dos quais nos propomos a delinear os traços que nos parecem mais marcantes.[16]

Para sintetizar e tratar dos principais dilemas contidos ao longo do periódico, vale destacar inicialmente, em rápidas pinceladas, a trajetória daquele que seria identificado como seu redator, embora seu nome não aparecesse nas páginas do jornal. Afinal de contas, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (Salvador, 1777 - Rio de Janeiro, 1838) era um homem de letras, de formação militar, esteve ligado ao grupo de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Linhares), trabalhou para as coroas portuguesa e brasileira, foi professor e redigiu periódicos, livros e folhetos.

Ferreira Guimarães era membro do Corpo de Engenheiros, servindo em Portugal (de 1791 a 1805), onde foi aluno e depois professor da Academia Real de Marinha, e também da instituição congênere no Rio de Janeiro, além de integrar as juntas da Academia Militar, reformando-se em janeiro de 1831 no posto de brigadeiro. Escreveu ou traduziu diversos livros didáticos na área de matemática, geometria, astronomia e geodesia, para uso nas escolas onde lecionava. Trabalhou também na Tipografia Nacional após sua instalação no Rio de Janeiro em 1808, redigindo a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficioso da Corte, entre 1813 e 1821 e, novamente, de 1826 a 1830. Foi também redator de *O Espelho*, jornal que, em 1822, esteve à frente das discussões sobre a Independência do Brasil, acompanhou a posição do príncipe Pedro e de seu grupo político, tendo recebido, inclusive, várias colaborações (não assinadas) do próprio monarca. E, mantendo a linha de intelectual patriótico, seria ainda um dos 'inventores' da comemoração do 7 de setembro como data da Independência nacional. Vê-se que Araújo Guimarães era um homem de letras e de ciências que fez sua carreira vinculada ao Estado, português e depois brasileiro, sem ser exatamente um administrador ou um representante político destacado, apesar de deputado à Assembléia

[16] As informações biográficas desse e dos personagens seguintes foram extraídas de Silva & Brito Aranha, s. d., Macedo, 1876, e do estudo de Rubens B. de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo, 1993, que traçaram uma lista dos principais colaboradores desse periódico, desvelando alguns pseudônimos.

Constituinte de 1823 e membro da Assembléia Provincial de 1834, sempre pela Bahia. Era o que poderíamos chamar de intelectual profissional, no sentido gramsciano, certamente um dos primeiros nascidos no Brasil a ter esta condição (Gramsci, 1978).

Curioso e instigante entre os paradoxos (às vezes vitais) que envolviam o patriotismo foi o fim da vida de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães: seu filho, Inocêncio Eustáquio, envolveu-se na revolta da Bahia de 1837, batizada de Sabinada, foi preso e levado a conselho de guerra. A defesa ficou a cargo do próprio pai, que, ao final de várias horas de argumentação, calou-se exausto e aos prantos. O filho acabou condenado e executado, e o velho redator de *O Patriota* não se recompôs, falecendo após alguns meses. Aí se rompera, para ele, a arriscada corda bamba do patriotismo.

Nos passos de Araújo Guimarães percebe-se ainda como o chamado grupo baiano era predominante na publicação, pelo número de colaboradores e pela quantidade de artigos que escreviam, como também pela expressividade dos nomes. Outro dos mais assíduos foi Domingos Borges de Barros (Salvador, 1780-1855), que enviava seus textos de Paris, em geral assinando com o pseudônimo de B... (ou D.B.B.).[17] Futuro visconde de Pedra Branca no Brasil independente, formou-se em direito em Coimbra, foi deputado às Cortes de Lisboa em 1821. Seu irmão, José Borges de Barros, teve envolvimento na Conjuração Baiana de 1798, embora Domingos, ao que parece, tenha seguido outra vertente de inserção política, vinculado aos sucessivos governos, portugueses e brasileiros. E o próprio Domingos Borges de Barros escreveria a seu (literalmente) compatriota Manuel de Araújo Guimarães uma exaltação da terra natal, isto é, da capitania onde nasceram: "em que fosse a Bahia o lugar primeiro em que S. A. R. honrou com sua presença, que o primeiro Jornal feito no Rio de Janeiro o seja por um Baiano, e que nele se imprimam versos feitos em Paris por outro Baiano, e em memória do fasto, que mais felicita o Brasil" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 96).

Era, pois, uma exaltação à pátria local, mas no âmbito do Brasil, que, por sua vez, aparecia integrado à Monarquia portuguesa. Anote-se alusão à rivalidade entre Rio e Bahia como "metrópoles" luso-brasileiras.

Outro colaborador nascido na Bahia foi Domingos Alves Branco Moniz Barreto, brigadeiro, que ficaria conhecido por ter proposto, numa sessão maçônica de 1822, o título de imperador para o príncipe Pedro de Alcântara. Membro de família com ampla inserção econômica e administrativa, Domingos Alves foi administrador colonial e imperial, deputado pela Bahia em 1831 e autor, também, de memórias e estudos de caráter utilitário sobre as populações indígenas e a escravidão africana.

Também baianos e colaboradores de *O Patriota* foram José da Silva Lisboa (futuro visconde de Cairu, 1756-1835) e seu filho Bento da Silva Lisboa (1793-1864). Pode ser incluído nesse grupo José Bernardes de Castro, que, embora nascido no Reino de Portugal, exerceu o cargo de deputado da Mesa de Inspeção da Bahia e seria um dos primeiros diretores da Impressão Régia no Brasil, ao lado de José da Silva Lisboa.

---

[17] Sobre o personagem e sua produção intelectual, ver o artigo de Sérgio Alcides publicado neste volume.

Cabe destacar, portanto, a estreita relação entre Bahia e Rio de Janeiro, que formavam o principal pólo de poder político, administrativo e cultural no território brasileiro entre fins do século XVIII e princípio do XIX. Ou seja, a antiga capital (até 1763) e a nova capital da América portuguesa. Desde meados do século XVIII as elites culturais, políticas e administrativas da Bahia buscavam formas de, por meio de atividades de caráter científico e cultural, não perderem espaço no novo reordenamento territorial que se construía na América portuguesa, com a proeminência da região Centro-Sul, mais tarde denominada Sudeste: o surgimento da malograda Academia Brasílica dos Renascidos em Salvador fora um exemplo dessa tendência que, de certo modo, será retomada pelos letrados de *O Patriota* (Kantor, 2005).

O Brasil tinha 13 centros urbanos com a condição jurídica de cidade ainda em 1826.[18] A província do Rio de Janeiro possuía uma cidade (a imperial) e 17 vilas, divididas em seis distritos. Porém, a Bahia era a mais privilegiada do Brasil, do ponto de vista urbano: tinha número maior de vilas (26) e cinco cidades, além de projetar influência administrativa sobre dois governos menores, Sergipe e Espírito Santo – com um distrito cada. Vê-se que, do total de 13 cidades nacionais, seis estavam na Bahia e Rio de Janeiro no começo do século XIX – o que demonstra concentração de poderes e desigualdade territorial das prerrogativas políticas e administrativas.

Tomando-se os mapas como documentos históricos, é possível dimensionar em outra perspectiva o tema pátria/nação, que vem sendo objeto do presente texto. O primeiro mapa que selecionamos, em ordem cronológica, impresso na Inglaterra, é datado exatamente de 1 de setembro de 1822, ou seja, antes da oficialização da Independência brasileira.[19] O Reino do Brasil dividia-se em 14 capitanias gerais. Vê-se algo sugestivo: as capitanias estavam destacadas em cores diferentes. Eram as pátrias locais, no interior do Reino do Brasil, caracterizando-se aqui pátria como local de nascimento (não a cidade, mas a capitania). E da mesma forma, as fronteiras entre elas, como também os limites com os países vizinhos, representavam-se em traços mais espessos, demarcados. Esse tipo de ilustração em cores, com as divisões acentuadas, parece reforçar a concepção de falta de unidade ou de laço expressivo entre as capitanias, da mesma forma que se revigora a distinção com a América espanhola.

Outro aspecto pode ser assinalado no mesmo mapa: os nomes de tribos indígenas (bororos ou caiapós, por exemplo) aparecem com letras de tamanho médio – maiores do que as que nomeavam as cidades e rios e menores que as usadas para os nomes das capitanias. Mesmo que os rios e cidades fossem mais numerosos, aquela presença sublinhava a persistência e importância, no raiar do século XIX, das tribos na ocupação do território,

---

[18] Cf. *Carte géographique, statistique, historique et politique du Brésil.* des. et gr. par J. M. Darmet, écrit par Hacq, … Lieues de 25 au degré 200 [=0m06. I: 14:750.000 environ]. Paris: J. M. Darmet, [1826] s. d., I flle. avec édit. col. 290 X 319, utilizada como referência para a quantidade de cidades e vilas.

[19] *Brazil.* 350 British milles [=0,035; 1:16.000.000 environ]. London: Sherwood, Nelly and Jones, march 1 st 1822. 1 flle. en coll.

apresentado aqui como heterogêneo em sua configuração administrativa e populacional. Resumindo: esse registro geográfico apresentava imagem do Brasil Reino – separação nítida entre as capitanias, que pareciam assim sem maiores vínculos entre si, como que expressando unidades com boa dose de autonomia, espaço onde as tribos de índios pareciam ter mais peso do que as cidades.

Cotejando-se o mapa com o jornal, vemos que nas páginas de *O Patriota* havia vários relatos sobre populações indígenas na América portuguesa: caunés, coroados, goitacazes, guaicurus, paiaguás, parecis, quanás, quaxis, tamoios e xaminocos. E tais registros encontram-se na perspectiva científica e civilizatória de melhor conhecer e controlar o território e as gentes (ou gentios) que nele habitavam.

Porém, no mapa seguinte, impresso quatro anos depois na França, o quadro é apresentado de forma diferente.[20] As capitanias são substituídas pela nova organização nacional. Introduz-se a divisão regional, em três grandes espaços: Oeste Marítimo – Grão Pará, Maranhão e demais províncias (inclusive Pernambuco), chamadas comumente Províncias do Norte; Governos Gerais do Leste – Bahia (e governos secundários de Sergipe e Pernambuco), Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul; e Governos do Interior – Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Chama a atenção nesse mapa a inexistência de uma região chamada Nordeste. Bahia e Rio de Janeiro formavam os governos do Leste, isto é, a região ainda principal na concentração de poder político. O que possibilita releitura de análises que, para esse período, enxergam um conflito entre Nordeste e Sudeste.[21] Esse bloco Rio de Janeiro - Bahia ajuda a explicar a ausência de repercussão importante dos movimentos de 1817 e 1824 nesta província. Bem como situa a presença significativa de homens políticos baianos articulados ao poder central durante o Oitocentos.

No mesmo mapa os limites entre as províncias não estão mais marcados com traços fortes. As divisões internas parecem se apagar após a Independência – pelo menos no papel. As fronteiras provinciais não se desenham nessa representação cartográfica – cuidado em reafirmar a unidade nacional por meio da integração territorial. Do ponto de vista populacional, entretanto, ainda aparecia a heterogeneidade, nas tribos indígenas assinaladas em letras grandes. Ou seja, a nação, ainda que inconclusa, sobrepunha-se às pátrias locais.

A Bahia, porém, tinha suas especificidades geopolíticas: antiga capital do período da Colônia, estava situada (não apenas geograficamente) entre as duas metrópoles (Lisboa e Rio de Janeiro), desenhando-se a permanência de laços mais sólidos com o Reino de

[20] O mapa tem versões espanhola e francesa, em que a dimensão histórica e política é explicitada. *Mapa Geografico, Historico y Politico del Brasil*, des. et gr. par J. M. Darmet, écrit par Hacq, … Lieues de 25 au degré 200 [=0m06. I: 14:750.000 environ]. Paris: J. M. Darmet, 1826. I flle. avec édit. *Carte Historique et Politique du Brésil*, des. et gr. par J. M. Darmet, écrit par Hacq, … Lieues de 25 au degré 200 [=0m06. I: 14:750.000 environ]. Paris: J. M. Darmet, s. d., I flle. avec édit. col. 290 X 319.

[21] O historiador Carlos Guilherme Mota (1972), entre outros, utiliza a dicotomia Nordeste e Sudeste para 1817 e 1822. Os mapas regionais nesse momento agregavam numa mesma região Bahia e Rio de Janeiro, a exemplo da *Carte de la Côte Orientale du Brésil,* BNF, Cote Ge D13896, 1826.

Portugal – que apareceram, inclusive, na guerra da Independência. Havia, por assim dizer, três cidades com peso de metrópole nesse período do mundo luso-brasileiro: Salvador já deixara tal condição, mas preservava peso e influência.

É como se as trajetórias desses homens de letras do jornal *O Patriota* expressassem o espaço triangular entre os pólos centrais onde se moviam e atuavam as elites administrativas, políticas e culturais: Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro. Vários tinham empregos na administração pública, muitas vezes paralelamente às atividades liberais, demarcando-se uma parcela ainda restrita de intelectuais profissionais. Vinham de diversas capitanias, marcadamente do Rio de Janeiro e Bahia, seguidas de Minas Gerais. Podem ser caracterizados como agentes da construção de uma República das Letras, isto é, de um novo tipo de esfera pública. Tendência que aparece em vários escritos, inclusive no do padre Joaquim José Leite que, da longínqua Ásia portuguesa, alegrava-se com a "infinidade de objetos novos que agora no Brasil se vão a ver, e sobre que se há de escrever" (*O Patriota*, 1813, I, 5, 19).

Chegariam a obter cargos públicos (eletivos ou administrativos), realizando assim cruzamento expressivo com elites parlamentares e governamentais; recebiam condecorações e alguns títulos de nobreza; aproximavam-se, em alguns casos, do círculo da Corte, mas também sofriam perseguições que apesar de nem sempre se fixarem num afastamento definitivo da cena pública, serviam, em muitos casos, para enquadrar os comportamentos políticos, de acordo com os parâmetros do poder monárquico.

Apesar da ressalva de Borges de Barros tentando defender a pátria como local de nascimento, pode-se dizer, pelo tipo de inserção deste grupo de homens de letras, que os baianos presentes nas páginas de *O Patriota* como que preteriram sua pátria (local de nascimento) em favor da Pátria (espaço de atuação intelectual e política) e da nação portuguesa, que incluía a América. Eles não buscavam, em 1813, um corpo político baiano autônomo e até independente de Portugal e das demais capitanias americanas (como se desenhou na própria Conjuração Baiana de 1798 entre boa parcela das elites locais), mas sim uma inserção cada vez mais enraizada da Bahia dentro da nação portuguesa – ou luso-brasileira, como querem alguns –, pautando sua atuação política, científica e intelectual pelo viés institucional, pela ampliação de poderes no interior do Estado, não buscando subvertê-lo, mas sim reformá-lo.[22]

Tal enquadramento aparece nos exemplos de outros colaboradores de diferentes partes da nação portuguesa: Mariano José Pereira da Fonseca (Rio de Janeiro, 1773-1848), futuro marquês de Maricá, detido pelo chamado crime de leitura no Rio de Janeiro em 1794; ou ainda no caso, notório, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, bacharel em Coimbra, envolvido no mesmo episódio. Oriundo de Minas Gerais era Jacinto Nogueira da Gama (São João del-Rei, 1765-1847), futuro marquês de Baependi, militar, homem de ciência e

[22] Sobre a Conjuração Baiana de 1798, ver, entre outros, Tavares, 1975, 2003 e Jancsó, 1996.

deputado na Constituinte de 1823. Paralela ao que chamamos aqui das três metrópoles, Minas Gerais ganha, com a mineração, em importância econômica e intelectual desde meados do século XVIII, mas sem o peso do poder político e administrativo.

Ao lado e até mais do que o chamado grupo baiano, outro perfil se destacava no conjunto de colaboradores: o de militares-cientistas-membros da administração pública. Além de Araújo Guimarães, Nogueira da Gama e Moniz Barreto, podemos incluir nesse rol Francisco de Borja Garção Stockler (Lisboa, 1759-1829), barão de Vila da Praia, formado em matemática em Coimbra, acusado de jacobinismo pelo Santo Ofício, mas que, com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, passa a exercer importantes atividades como militar e homem de ciência, com atuação em trabalhos de obras públicas.

Ainda nesse campo tivemos José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852), irmão de Hipólito da Costa, como já citado, ambos nascidos na então colônia do Sacramento: professor da Academia Militar do Rio de Janeiro, lecionava ou escrevia sobre história natural, geometria, geografia e cartografia. Do mesmo modo, José Mariano Pereira de Andrade, militar português, chefe da esquadra em 1817 no Brasil, professor de matemática e oratória, foi outro que colaborou no periódico.

Herdeiros e continuadores do absolutismo ilustrado e fundadores do liberalismo político, no mundo luso-brasileiro, pontificavam também nas páginas de *O Patriota* os escritores, estadistas e homens de ciência Silvestre Pinheiro Ferreira (Lisboa, 1769-1846) e José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, 1764 - Rio de Janeiro, 1837).

A inserção no Estado português aparecia, pois, não apenas no exercício de cargos-chave, mas também pela extensão geográfica, além-mar, ou seja, além da América e da Europa, como no caso de outros colaboradores. Luiz Prates de Almeida e Albuquerque: perseguido pelo ministro Tomás Antonio Portugal na época da República de 1817, seria deportado para Goa, onde chegou a redigir a *Gazeta de Goa* e faleceu em 1822. Sem esquecer o padre Joaquim José Leite (1764-1853), que escrevia de Macau, onde desenvolveu trabalhos de gramática. É desse autor um texto instigante, "Grammatica Philosophica" (*O Patriota*, 1813, I, 5, 18-29), no qual procura repensar e propor novas nomenclaturas para fauna, flora e toponímia no Brasil, realizando, também, uma verdadeira hierarquização de vilas, cidades e capitanias, além de discutir o conceito de colônia. Trata-se, no conjunto dos trabalhos, de um texto original e criativo que, dentro dos parâmetros da época, procura redimensionar e renovar as referências simbólicas, na perspectiva de criar uma identidade brasileira, no âmbito da nação portuguesa.

Ao mesmo tempo militar e presente em outras partes dos domínios portugueses, temos Antonio de Saldanha da Gama (Lisboa, 1778-1839), chefe da esquadra da Armada Real e capitão-general de Angola em 1814. Sem deixar de lado uma "História Natural" da Ilha de Cabo Verde (*O Patriota*, 1813, I, 3, 23-54), do naturalista João da Silva Feijó (Rio de Janeiro, 1760-1824).

Vê-se, pois, que a dimensão patriótica contida no jornal abrangia quatro continentes, que compunham os territórios da nação portuguesa, e aqui estava um dos sentidos cruciais da polissemia do termo estudado. O alcance do patriotismo correspondia, geograficamente, à extensão nacional portuguesa.

A atuação predominante, ou exclusiva, no âmbito da literatura (ou letras, como se dizia) não era comum nesse grupo, mas aparece no conhecido poeta, o padre Antonio Pereira de Sousa Caldas (Rio de Janeiro, 1762-1844).

Trata-se de discussão interessante na conformação dessas gentes das letras (*Gens de Lettres*) e que, já na *Encyclopédie*, se colocava na perspectiva de diferenciar e, ao mesmo tempo, aproximar os homens das letras e os homens da ciência. Entendendo-se os primeiros como os que cultivam somente erudição variada e amena, e os segundos como os que se dedicam às ciências abstratas e de utilidade mais sensível.[23] O perfil geral das gentes das letras do século XVIII, do ponto de vista das dimensões do conhecimento que deviam obter, de suas delimitações intelectuais, mas também pelo comportamento social e cultural, foi desenhado por Voltaire e permaneceria como um paradigma dos dilemas e possibilidades do "sábio ilustrado".[24]

Esse era, em linha geral, o perfil dos homens que conformavam uma *res publica* das letras expressando-se nas páginas de *O Patriota*. Apesar das diferenças individuais e de algumas variantes, temos figuras que apareciam vinculadas às atividades do Estado e da nação portuguesa, com destaque para os militares-cientistas e para os nascidos na Bahia, sem esquecer os que, tendo sofrido ou presenciado algum tipo de repressão, enquadraram-se nas formas vigentes dos espaços públicos, sem abrir mão, porém, de tentar reformá-los, pela propagação das luzes do saber e da ciência, por meio do ensino, da palavra impressa e da atuação administrativa. Dentre eles estavam alguns dos que seriam os primeiros intelectuais profissionais no fim do período colonial e no Brasil independente. Nesse período, de 1813-1814, ainda tempos de absolutismo, mas também de pós-Revolução Francesa, eles atuavam numa estreita faixa, ou corda bamba, pois a ampliação dessa esfera pública moderna só ocorreria de maneira mais consistente a partir do processo de implantação do constitucionalismo, após o Movimento do Porto e a Independência, ainda que com limitações.[25]

Do ponto de vista das sociabilidades culturais, as academias de tipo 'ilustrado' haviam sido reprimidas na América portuguesa, entre meados e fins do século XVIII, e sabe-se que novas formas de associação só começariam a surgir abertamente e de maneira sistemática a partir de 1822, com avanços e recuos. Logo, em 1813-14, tendo perdido os tradicionais espaços acadêmicos e sem ainda terem conquistado efetivamente outras sociabilidades políticas e culturais, os homens de letras encontraram e criaram, através do espaço impresso de

---

[23] Verbete "Lettres", na *Encyclopédie*..., s. d.

[24] Verbete "Gens de Lettres", escrito por Voltaire, na *Encyclopédie*..., s. d.

[25] Sobre a cultura política e espaços públicos nos anos 1810 no Rio de Janeiro, ver Slemian, 2000. Para os espaços públicos e formas de sociabilidade nos anos 1820-1830, ver Morel, 2005.

O Patriota, um campo (ainda que provisório)[26] de sociabilidade, isto é, de convívio, interlocução e possibilidade de expressão, espaço abstrato ou virtual, mas que ao mesmo tempo se materializava nas folhas de papel impresso.[27]

Do ponto de vista da história da imprensa periódica no Brasil, hoje podemos saber que *O Patriota* situa-se também numa espécie de intermédio. Isto é: após o surgimento em 1808 dos dois periódicos luso-brasileiros dirigidos ao Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense*, e antes da explosão da palavra impressa que sucede o Movimento Liberal do Porto e acompanha a Independência, nos anos 1821-1822. Nesse, digamos, intervalo, são impressos na América portuguesa (não por acaso na Bahia) *A Idade d'Ouro do Brasil* e *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, respectivamente em 1811 e 1812. Sem esquecer os diversos jornais impressos no Reino de Portugal ou mesmo pelos portugueses exilados na Inglaterra e que circulavam da maneira corrente no Brasil.[28]

Se aceitamos a clivagem que indica, para os homens de letras do início do século XIX, o dilema de buscarem as referências no "sábio ilustrado" setecentista ou, então, no nascente escritor de tipo patriótico que florescera após a Independência dos Estados Unidos e durante a Revolução Francesa, constante no século XIX (quando travava discussões e críticas políticas na cena pública), podemos então perceber que os colaboradores de *O Patriota* situavam-se numa espécie de penumbra, dessas que, ao entardecer de uma era, antecedem o amanhecer de novos tempos ainda não definidos.

Uma Disputa Interna

O universo de pessoas envolvidas com o jornal *O Patriota* não se limita, como é sabido, à lista dos colaboradores. Outro grupo que se destaca é o dos assinantes, isto é, os que financiaram a publicação durante sua existência, juntamente com os leitores não nomeados ou identificados.[29]

Sem pretender aqui um estudo mais sistemático ou aprofundado desses assinantes, podemos indicar algumas questões que se formulam com base na leitura dessas duas listas (*O Patriota,* 1813, I, 6, 103-108 e 1813, II, 6, 89-91). Na primeira constavam, salvo engano, 163 nomes que adquiriram um total de 190 exemplares.[30] Número subestimado da tiragem, pois não incluía a venda avulsa nem o nome de todos os assinantes, como explica o redator. Nem o conjunto de leitores, pois era comum que um exemplar fosse lido por mais

[26] Para a noção de provisoriedade das formas políticas e conceituais, na crise do sistema colonial português, ver Jancsó & Pimenta, 1999.

[27] Sobre as sociabilidades culturais e científicas de fins do XVIII, ver Domingues, 2001 e Kantor, 2005.

[28] Para o surgimento da imprensa no Brasil, ver a obra clássica de Nelson Werneck Sodré, 1978, e, também, Morel & Monteiro de Barros, 2003.

[29] O perfil dos assinantes foi levantado inicialmente no trabalho de Oliveira, 2004. Ver as análises no texto de Tania Bessone, "Redatores, livros e leitores em *O Patriota*", nesta edição, sobre as diferentes facetas do público leitor do periódico.

[30] J. C. de Oliveira (2004) contabilizou 190 assinantes e identificou 135 desses nomes.

de uma pessoa, embora linguagem e conteúdo de *O Patriota* não parecessem facilitar transmissão oral ou leitura em grupos em voz alta, como era freqüente na época. Tratava-se de um periódico científico e literário, prevendo uma leitura mais individualizada.

A lista se compunha de nobres, dos próprios colaboradores do jornal, de membros da Igreja e de outros nomes ainda não identificados, possivelmente comerciantes entre eles. É encabeçada pela princesa do Brasil, d. Carlota Joaquina (ainda não era rainha, pois d. Maria I vivia) e pela infanta d. Maria Isabel. Havia os barões de São Lourenço e do Rio Seco, os condes dos Arcos, de Belmonte, Caparica, Cavaleiros, Galvêas, da Palma e da Ponte, os marqueses de Borba e de Torres Novas, além de outros nomes pertencentes, provavelmente, à fidalguia não titulada. O conde dos Arcos, último vice-rei do Brasil, governava então a Bahia, onde seria sucedido, aliás, pelo conde da Palma. Constavam também o arcebispo e a Biblioteca Pública da Bahia.

Mesmo com esse prestígio inicial, *O Patriota* não pode ser considerado publicação oficial. Ainda que manufaturado na Impressão Régia e com as licenças reais, até onde sabemos não recebia diretamente verba pública, mas, sim, contribuição dos assinantes, ainda que muitos destes fossem expoentes ou funcionários governamentais. O convívio, numa mesma lista, da alta nobreza lusa e de estadistas ao lado dos funcionários, homens de ciência e de letras é sugestivo nesses primeiros esboços da República das Letras em solo brasileiro. O que estava em jogo, pois, era a consolidação de uma camada de homens de letras que, aptos a serem leitores, davam um passo adiante e formavam um público privilegiado, de redatores ou, como se dizia, de escritores públicos. Sábios, literatos, "ilustrados", "esclarecidos" se colocavam como agentes, mesmo sem a legitimidade de se constituírem como força moral e crítica para interferir nos negócios públicos. Nesse princípio do século XIX, tal posição era uma espécie de nostalgia da República das Letras que brilhara no século anterior, mas acenava para um plano efetivo de relações naquela sociedade.

Mais do que um encontro entre letrados, a lista nos permite detectar a consolidação de alianças que aproximassem essa elite cultural das elites dirigentes e dominantes. Esses homens de letras buscavam uma integração com outros grupos de poder, que não interligavam necessariamente o campo cultural. Enquanto essa articulação específica durasse, durava o jornal.

O fato de a maior parte dos colaboradores ser de assinantes do periódico indica, pois, que estavam investindo ali algum dinheiro – e é provável que não recebessem pagamento pelo que escreviam. A profissionalização intelectual era para poucos, pouquíssimos. Mas, ao escreverem e pagarem estavam investindo, está claro, em algo que poderíamos chamar aqui de pátria, incluindo alguns de seus variados sentidos já explicitados.

A segunda lista, publicada um semestre depois da primeira, apresenta um decréscimo de cerca de 40%: passa para 104 assinantes e torna-se bimestral. Permanecem apenas dois barões e quatro condes, da nobreza titulada. O que teria mudado? O periódico passa por um enfraquecimento que levaria a seu fim. Essas limitações parecem ser de dois tipos:

um, talvez, inerente a esse gênero de publicação, uma espécie de descompasso entre as elites econômicas e políticas com as culturais, gerando, da parte destas últimas, ressentimentos e queixas de abandono e incompreensão, presentes, aliás, já na Introdução ao primeiro número do jornal.

A outra limitação parece ser mais íntima à própria razão de existência de *O Patriota*, isto é, disputas internas no Estado português, envolvendo definições e rumos da própria nação, cuja sede da Corte se encontrava, como se sabe, no Rio de Janeiro. Note-se que na primeira lista de assinantes figuravam o conde e a condessa de Linhares. Ora, é sabido que d. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), o conde de Linhares, falecera no Rio de Janeiro em janeiro de 1812, isto é, um ano antes do surgimento do jornal – morte que, aliás, envolveu persistentes rumores de sérias desavenças com o príncipe regente d. João e até de possíveis sintomas de envenenamento do conde, que agonizou vários dias antes de falecer. Diversos autores, desde testemunhos da época, viajantes, cronistas, como também historiadores do século XIX, mencionam a possibilidade de assassinato ou suicídio do conde de Linhares, bem como a agressão física que teria sofrido de d. João.[31]

O grupo de colaboradores de *O Patriota* era composto, basicamente, do que se poderia chamar, em metáfora astronômica, de planetas ou satélites da constelação do Império luso-brasileiro,[32] capitaneada e formulada pelo fidalgo português d. Rodrigo de Sousa Coutinho, afilhado de batismo e herdeiro político direto do marquês de Pombal e seu "despotismo ilustrado", além de chefe do chamado "partido" inglês em Portugal. Projeto que desaguaria, a contragosto de seus adeptos, na separação entre Portugal e Brasil, rompendo os laços entre os dois hemisférios.

D. Rodrigo, como se sabe, foi padrinho político e mecenas de toda uma geração, chamada de 1790, a começar pelos que se congregaram e trabalharam para a Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa. Por iniciativa de d. Rodrigo foi criada essa Casa Literária do Arco do Cego, um dos centros de arregimentação do saber e das elites letradas nascidas na América portuguesa, que funcionava como casa de edição e oferecia trabalhos remunerados de redação e tradução. Por ela passaram, quando estudantes, nomes como os dois irmãos Andrada, Martim Francisco e Antonio Carlos, além de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, e José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de São Leopoldo, personagens de destaque no Brasil pós-Independência. O estabelecimento era dirigido pelo frade franciscano José Mariano da Conceição Veloso, natural da capitania de Minas Gerais, naturalista, botânico, membro da Academia Real de Ciências de Lisboa e autor da *Flora Fluminense* (publicado em 1999 em volume organizado por F. M. Guedes Campos).

---

[31] Para o falecimento do conde de Linhares no Rio de Janeiro e suas repercussões naquele contexto, ver Lyra 1994: 145-149.

[32] Para situar esse projeto seguimos aqui o livro de Lyra, 1994. Consultar também Silva Dias, 1986, sobretudo o capítulo IX. Ver também os trabalhos anteriores: Maxwell, 1978, e Silva, 1986.

D. Rodrigo teve carreira singular entre a nobreza e a administração pública lusitanas. Durante estada na França, em período anterior à Revolução Francesa, conviveu com figuras marcantes da Ilustração, como o abade Raynal e d'Alembert, mantendo com o primeiro estreita correspondência.[33] De volta a Portugal, é nomeado ministro da Marinha e Ultramar em 1798, quando d. João era príncipe regente. Um dos primeiros desafios do novo ministro foi ordenar a repressão à chamada Conjuração Baiana, quando cunhou a conhecida expressão "abomináveis princípios franceses".

Logo d. Rodrigo apresenta à Junta de Ministros um projeto ambicioso e abrangente de reformas do Estado português, que consistia em alguns pontos básicos (Lyra, 1994). Em sintonia com o multifacetado ideário iluminista, colocava-se a existência de uma união natural entre as diversas partes do mundo português que, diante das novas relações internacionais (Revolução Francesa e suas possíveis conseqüências, crescente influência da Inglaterra sobre Portugal), deveria reformular-se de maneira profunda para manter-se unido. Ou seja, d. Rodrigo, numa perspectiva reformista, propunha um novo império atlântico, inspirado nas formulações de Adam Smith sobre as possessões nacionais e também retomando idéias do bispo Azeredo Coutinho, que pregava uma redefinição de papéis que gerasse um outro equilíbrio geopolítico no âmbito da nação portuguesa. Nesse império renovado, haveria dois centros de força, um na Europa e outro na América, espécie de sistema federativo, em que Portugal ibérico seria o pólo dinamizador e entreposto das riquezas do Brasil, intermediando as relações com o resto do mundo. Mas, cabendo à América portuguesa um papel político mais acentuado, ou, como disse o mesmo d. Rodrigo, era preciso uma reorganização administrativa das "províncias da América, que se denomina com o genérico nome de Brasil" (*apud* Lyra, 1994: 69). Assim, em termos de recíproca vantagem e prosperidade se firmariam as bases desse império adjetivado de "grande", "poderoso", "venturoso" etc. E que retomava antiga utopia portuguesa de elevação de um Quinto Império com sede na América, com a aspiração de dominar a maior parte do mundo. Vale lembrar que d. Rodrigo de Sousa Coutinho, antes de 1808, possuía considerável parcela de terras em Minas Gerais e que seu interesse pelo Brasil, como projeto político, tinha também bases materiais.

Integraram-se a esse amplo projeto, sob a coordenação direta de d. Rodrigo, nomes expressivos nascidos na América portuguesa, como Hipólito da Costa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel de Arruda da Câmara, Elói Ottoni, Antonio de Moraes e Silva, sem contar outros que seguiriam a mesma linha, como Silvestre Pinheiro Ferreira, propondo o Brasil como sede da Monarquia lusa. Apesar das diferenças individuais, esses persona-

[33] Guillaume-Thomas François Raynal (1713-1796), abade francês autor do *best-seller Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, 1770 (em dez volumes com reedições), em que tecia críticas ao absolutismo e às formas de exploração dos europeus nos demais continentes, considerado um dos precursores das teorias de independência e usado como exemplo por rebeldes independentistas no Novo Mundo, apesar de sua perspectiva reformista em diversos pontos. O Livro IX de sua *Histoire* trata da América portuguesa e foi publicado em português com o título *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil* (Raynal, 1998). Jean Le Rond de Alembert (1717-1783), escritor, filósofo e cientista francês, um dos autores da *Encyclopédie*.

gens tinham em comum o engajamento em tal tendência. Os próprios deputados das capitanias da América portuguesa eleitos para as Cortes de Lisboa em 1821 estariam em grande parte em sintonia com tal proposta, como se verá adiante.

E, ao arregimentar quadros políticos e intelectuais para o estabelecimento das novas bases desse projeto modernizador e de um grande império, d. Rodrigo tinha em mente o fortalecimento, entre eles, de uma identidade nacional portuguesa e a defesa da Monarquia unitária, como se percebe nesta afirmação do futuro conde de Linhares:

> o sacrossanto princípio da unidade, primeira base da Monarquia que se deve conservar com o maior ciúme a fim de que o português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português e não se lembre senão da glória e grandeza da Monarquia, a que tem a fortuna de pertencer. (*apud* Lyra, 1994: 69)

A chamada geração luso-brasileira de 1790 (em que se inclui Manuel Ferreira de Araújo Guimarães) não romperia, porém, com tais princípios de unidade da Monarquia portuguesa até início de 1822, cerraria fileiras em torno do príncipe Pedro e, só então, da Independência do Brasil.[34]

A morte da figura aglutinadora de d. Rodrigo, no âmbito de disputas de poder na Corte portuguesa, só pode ter abalado a harmonia da constelação, colocado em risco acordos, alianças e articulações que vinham de duas décadas. José da Silva Lisboa, homem pragmático, oficioso e conservador, qualificou o falecimento do conde de Linhares como "calamidade nacional". Seu desaparecimento mexeu, de alguma maneira, com pessoas, grupos e interesses no interior do Estado, no qual os conflitos, está claro, já se desenvolviam ou estavam latentes, mas podem ter se tornado mais agudos com o enfraquecimento e desaparecimento de um de seus mais fortes representantes.

Em termos conjunturais, essa crise se expressava, no momento da morte de d. Rodrigo, pela implementação e conseqüências imediatas do Tratado de 1810 com a Inglaterra, assinado, da parte de Portugal, pelo próprio conde de Linhares quando ministro dos Negócios da Guerra e Estrangeiros.[35] A consolidação do Brasil como sede da Coroa portuguesa, os benefícios que tal tratado parecia trazer ao Brasil, bem como os privilégios acordados à Inglaterra, trouxeram viva insatisfação a consideráveis setores da sociedade portuguesa, como grupos cortesãos no Rio de Janeiro e em Lisboa, setores burocráticos e políticos que mantinham seus interesses no Reino de Portugal, bem como a burguesia comercial ibérica que se sentia lesada pelo que parecia ser um duplo privilégio acordado ao Brasil e à Inglaterra. Na mesma ocasião o ministro Sousa Coutinho acordou pela não instalação do Santo Ofício no Brasil, o que descontentou setores do clero.

[34] Para caracterização inicial dessa geração, ver Maxwell, 1978.

[35] Sobre esse tratado e algumas de suas repercussões, bem como para questões sobre o pensamento econômico do período, ver os textos de P. R. de Almeida e de M. Morel em Dines, 2002.

As reações ao Tratado de 1810 e aos rumos do Império luso-brasileiro foram intensas e dirigiam-se, essencialmente, a d. Rodrigo de Sousa Coutinho e seu grupo político. Tal tensão e suas contradições perpassavam até mesmo as páginas de *O Patriota*, como se vê na transcrição (as transcrições nunca são inocentes) do "Manifesto da América Setentrional contra a Grã Bretanha, trasladado da Gazeta da Filadélfia" (*O Patriota*, 1813, I, 2, 70). A reprodução de textos oriundos da América espanhola era bastante instrumentalizada durante o período joanino no Brasil, ainda mais em se tratando, como nesse caso, de uma mediação com a Filadélfia, notório espaço de intercâmbio e expansão de uma cultura política de tipo republicana, democrática e antibritânica, naquela época. Mas o que se buscava, visivelmente, era atingir indiretamente a Inglaterra e seus aliados no mundo português.[36] Tal texto publicado evidencia contradição no grupo predominante de colaboradores, que em geral se alinhavam às diretrizes de d. Rodrigo, mas não estavam imunes às injunções e pressões políticas no âmbito da Corte e buscavam, por sobrevivência ou convicção, alianças com outros setores da nobreza e da burocracia.

Nesse contexto, o surgimento do periódico *O Patriota* explica-se justamente pela morte de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (que, aliás, fora patrono e idealizador da *Gazeta do Rio de Janeiro*, da mesma maneira que patrocinara Hipólito da Costa antes do *Correio Braziliense*). Ou seja, aparece como uma espécie de obra póstuma de d. Rodrigo, ou tentativa de rearticulação de grupos e indivíduos que compunham e atuavam diretamente no Estado, identificados, de um modo geral, com a perspectiva reformista e com a ênfase no Brasil como local privilegiado no conjunto da nação portuguesa, ou com o poder pessoal do conde de Linhares. Eram, sobretudo, os aliados e protegidos de d. Rodrigo que escreviam na publicação, e isso pode ter levado, num momento posterior, a um recuo entre os que a apoiavam, escreviam ou assinavam, quando tal demarcação vai se tornando evidente ou as pressões e má vontade vão aumentando, apesar da relativa diversificação de seus colaboradores. Advém daí o fim do jornal, indicando, naquele momento, uma perda de espaço do reformismo ilustrado e do grupo do conde de Linhares no interior do Estado português.

Apesar da aparência apolítica (como se as atividades científicas e sua divulgação se realizassem fora das relações sociais de poder), o jornal esteve profundamente imerso nas mutações e nos limites culturais e políticos de seu tempo histórico. Talvez *O Patriota* não se apresentasse tão bem-feito quanto seu redator/coordenador gostaria. Mas já na Introdução ao número inicial estava indicado: não seria possível, naquelas circunstâncias, fazer mais e melhor. Vimos, portanto, que o termo "pátria" e seus derivados tinham dimensão e significados polissêmicos nas páginas do periódico estudado. Amar a terra e a gente, como pregava a epígrafe do jornal: eram terras extensas, em quatro continentes, porém com gente mais restrita, isto é, os republicanos das Letras ou, ainda mais precisamente, a constelação de um grupo luso-brasileiro no âmbito da Coroa portuguesa.

---

[36] Para as complexas relações das Américas espanhola e portuguesa no período, ver Pimenta, 2004.

Referências

ALMEIDA, P. R. O nascimento do pensamento econômico brasileiro. In: DINES, A. (Org.) *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Brasília, São Paulo: Correio Braziliense, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. v. XXX, t. 1, Estudos.

BERBEL, M. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, I. (Org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo, Ijuí: Fapesp, Hucitec, Unijuí, 2003.

BERNARDES, D. A. M. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, 2001. Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (Ed. fac-similar em CD-ROM. Rio de Janeiro: Diretoria Cultural/Uerj, 2000)

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

COSTA, H. *Correio Braziliense ou Armazém Litterario*. Londres: W. Lewis Paternoster, 1808-1822. (Ed. fac-similar. Brasília, São Paulo: Correio Braziliense, Imprensa Oficial, 2001)

DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VIII, supl.: 823-838, 2001.

ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers [1751-1772]. Ed. integral. Marsanne: Édition Redom, s. d. CD-ROM.

FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FEBVRE, L. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES CAMPOS, F. M. (Org.) *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

GUERRA, F.-X. A nação na América espanhola: a questão das origens. Trad. M. Morel. *Maracanan*, 1(1): 9-30, 1999-2000.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

JANCSÓ, I. *Na Bahia contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo, Salvador: Hucitec, Edufba, 1996.

JANCSÓ, I. (Org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo, Ijuí: Fapesp, Hucitec, Unijuí, 2003.

JANCSÓ, I. & PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.) *Viagem Incompleta 1500-2000. Formação: histórias. A experiência brasileira*. São Paulo: Senac/Sesc, 1999.

KANTOR, I. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

KOSELLECK, R. *Le Règne de la Critique*. Paris: Gallimard, 1979.

LYRA, M. de L. V. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACEDO, J. M. *Anno Biographico Brazileiro*. 3 v. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MORAES, R. B. de & CAMARGO, A. M. de A. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp, Kosmos, 1993. v. I.

MORAES E SILVA, A. de. *Diccionario da Lingua Portugueza* [1813]. 2 t. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1922.

MOREL, M. Entre estrela e satélite. In: DINES, A. (Org.) *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo, Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Correio Braziliense, 2002. v. XXX, t. 1, Estudos.

MOREL, M. *As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, M. & MONTEIRO DE BARROS, M. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, C. G. *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

OLIVEIRA, J. C. *O Patriota e a Cultura Científica no Período Joanino (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Lumave, 2004.

PIMENTA, J. P. G. *O Brasil e a América Espanhola (1808-1822)*, 2004. Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RAYNAL, G-T. F. *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasília: Arquivo Nacional, UnB, 1998.

ROCHE, D. *Les Républicains des Lettres: gens de culture et Lumières au XVIII*e *siècle*. Paris: Fayard, 1988.

ROSANVALLON, P. *Le Moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

SILVA, I. F. da & ARANHA, B. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, s. d. CD-ROM. v. 1-23. (Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, 9)

SILVA, M. B. N. (Coord.) *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA DIAS, J. S. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. v. I, t. 2.

SLEMIAN, A. *O Difícil Aprendizado da Política na Corte do Rio de Janeiro - 1808-1824*, 2000. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TAVARES, L. H. D. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*. São Paulo: Pioneira, 1975.

TAVARES, L. H. D. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador, São Paulo: Edufba, Unesp, 2003.

Bibliografia Complementar

BARATA, A. M. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, São Paulo: UFJF, Fapesp, Annablume, 2006.

NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2003.

DE PRADT, Ab. G. *Des Colonies ou de la Révolution Actuelle de l'Amérique*. 2 v. Paris: Bechet, Egron, 1817.

DINES, A. (Org.) *Correio Braziliense ou Armazém Litterario*. Londres: W. Lewis Paternoster. Brasília, São Paulo: Correio Braziliense, Imprensa Oficial, 2001. v. 31.

MATTOSO, K. de Q. *Bahia Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

2 REDATORES, LIVROS E LEITORES EM *O PATRIOTA*

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Ils [les journalistes] n'ont garde de critiquer les livres,
dont ils font les extraits, quelque raison qu'ils en aient;
et en effet, quel est l'homme assez hardi pour vouloir
se faire dix ou douze ennemis tous les mois?
Montesquieu (*O Patriota*, 1813, II, 4, 93)

Refletindo sobre os lugares da história, Arlette Farge observou que "as palavras ditas no século XVIII ou agora contam quase sempre estranhos acidentes, caminhos seguidos e depois subitamente interrompidos, tentativas repensadas ou abortadas, confiscações de poder, vitórias vacilantes" (Farge, 1999: 102).

O jornal em debate aqui, com a participação de diversos estudiosos, é *O Patriota*, e nele muitas palavras foram escritas com uma forte preocupação de ensinar caminhos, tentar possibilidades para atingir vitórias no momento em que tudo era novo, no quesito publicações, no Brasil. As palavras deste jornal também sofreram desvios e estranhos acidentes, e nossa função aqui é tentar interpretá-las. Cada historiador convidado vai analisá-las na tentativa de fornecer leituras possíveis de suas páginas, produzidas durante os anos de 1813 e 1814.

Questões como essas povoaram meu pensamento ao ser convidada para, juntamente com outros historiadores, analisar *O Patriota*, jornal literário, político, mercantil. A leitura deste periódico nos remete para uma reflexão acerca dos caminhos seguidos por aqueles que começaram a experiência de publicar no Brasil, nos inícios do século XIX. Tarefa difícil e arriscada. Caminhos interrompidos uniram-se às tentativas de registrar palavras para um punhado de leitores, uma vez que, apesar de a imprensa ter, desde o século XVIII, um papel importante na divulgação de informações e influência sobre a ainda incipiente opinião pública, sobretudo na Europa, aqui quase tudo estava por ser feito.

A publicação integral de *O Patriota* traz à memória o esforço realizado pelo professor José Honório Rodrigues e Diana Zaidman, naquela ocasião aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que elaboraram o índice do jornal, publicação que está incorporada ao CD-ROM no qual está digitalizado o periódico.

Foi um trabalho minucioso levado a efeito pelos dois historiadores, em que o papel relevante de Diana Zaidman na conclusão da tarefa que até hoje facilita a consulta a *O Patriota*, destacado na introdução do índice, é objeto de elogios do próprio José Honório.[1] No texto da apresentação, o historiador destacou também uma série de temas que considerava "matéria relevante" para a literatura e para a história do Brasil, além de relacionar alguns outros que certamente serão contemplados por nós, neste estudo coletivo (Zaidman & Rodrigues, 1978).

Portanto, o convite feito por colegas para desdobrar esta tarefa de estudar mais detalhadamente o jornal, a partir de um projeto de iniciativa da Biblioteca Nacional (Zaidman & Rodrigues, 1978), é muito oportuno e integra análises de um conjunto documental importante para a história da imprensa no Brasil. Nesta publicação são analisados o periódico integralmente digitalizado e também o índice publicado em 1978, ambos instrumentos facilitadores de consulta, cada qual com a linguagem de seu tempo, o CD-ROM com seus recursos tecnológicos e o livro do índice com todas as qualidades que uma obra de referência pode ter.

Como divido minha contribuição com outros autores convidados, e que certamente têm muito para aprofundar a análise do jornal, recortarei minha abordagem com base em certas premissas e temas de minha predileção, alguns insinuados por Rodrigues na introdução do Índice. Minha leitura de *O Patriota* destacará aspectos que mais se aproximam de meus interesses de estudo, isto é, o perfil dos redatores, com base em algumas seções de autoria que explicitam a importância de seu desempenho, as referências aos livros e aos leitores que se afiguravam na correspondência e nas resenhas e notícias bibliográficas.

O Patriota e a Imprensa

Os periódicos das primeiras décadas do século XIX no Brasil ainda guardavam mais semelhanças com os folhetos e panfletos do que com os modelos gráficos e os formatos de jornais da atualidade. *O Patriota* representa desdobramentos que o advento da imprensa no Brasil permite analisar, agora de maneira mais complexa e ao mesmo tempo cômoda, com todos esses novos recursos disponibilizados no CD-ROM (Zaidman & Rodrigues, 1978). Muitos historiadores têm-se debruçado sobre a importância da imprensa para a cultura e as relações desta com a palavra escrita, além de seu impacto na sociedade.

Na França, um dos precursores foi Lucien Febvre, e posteriormente destaco as importantes contribuições de Robert Darnton e Daniel Roche (Chartier, 1992; Chartier & Roche, 1974; Darnton, 1979, 1992; Febvre & Martin, 1992; Roche, 1981). A historiografia brasileira também tem apresentado textos que focalizam clássicas ou novas abordagens

---

[1] Cf. CD-ROM de todo o conjunto digitalizado do jornal *O Patriota. Jornal literário, político, mercantil*, que inclui também a publicação *O Patriota 1813-1814: índice histórico*, dirigida por Diana Zaidman e apresentada por José Honório Rodrigues (Zaidman & Rodrigues, 1978).

sobre história da imprensa e servirão de referência ao longo de nossa análise.[2] Um estudioso que muito elogiou *O Patriota* foi Carlos Rizzini, que o considerou "a melhor publicação literária, não apenas da Colônia, mas do Reino, do Império sob Pedro I e da Regência" (Rizzini, 1957: 159; Moraes & Camargo, 1993).

O jornal teve como fundador Ferreira de Araújo, baiano, professor, matemático, latinista, poeta, militar e político, que o manteve em circulação primeiramente em regime mensal, depois bimestral, modificando o formato e o preço do número avulso de $800 para 1$200, e o da assinatura, de 4$000 ao semestre para 6$000 ao ano.

Seus principais redatores foram Borges de Barros, Garção Stockler, Mariano Pereira da Fonseca, José Bernardes de Castro, Camilo Martins Lage, Ildefonso da Costa e Abreu, Pedro F. Xavier de Brito, Silva Alvarenga, José Bonifácio, Silvestre Pinheiro Ferreira e José Saturnino. O primeiro citado, Borges de Barros, assinava-se de maneira intimista como B., e contribuiu de forma substancial com diversos artigos e traduções. Foi apelidado por José Bonifácio de Pedra Parda, por ser mulato e por ironia ao seu título de nobreza, visconde de Pedra Branca, e seria, mais tarde, pai da futura condessa de Barral (Rizzini, 1957).

Apesar de tão ilustres redatores, o público leitor nesse período ainda era muito escasso. O alcance dos leitores também deve ser relativizado, pois o índice de analfabetismo no Brasil no período variou entre 75% e 85% da população, levando-se em consideração as informações mais otimistas. O jornal foi impresso a partir da instalação da Impressão Régia, que produziu, nas primeiras décadas do século XIX, um grande acervo bibliográfico.

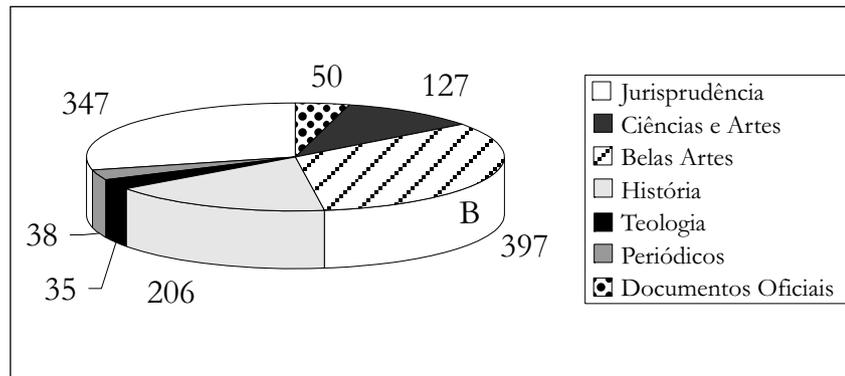
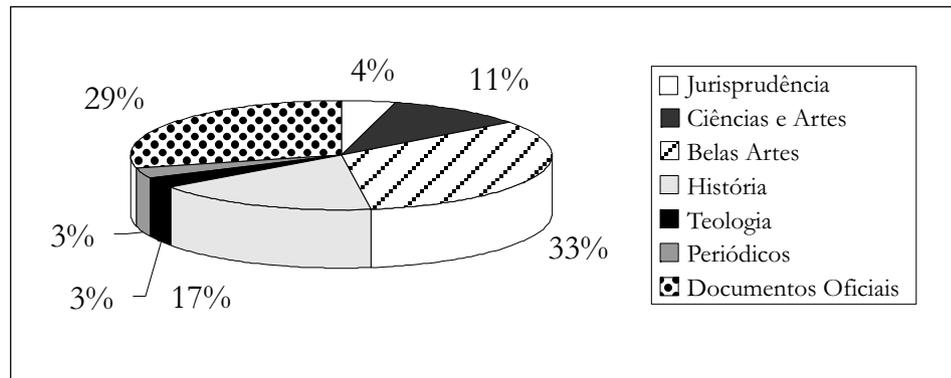
Gráfico 1 - Obras impressas no Rio de Janeiro pela Impressão Régia, 1808-1822

[2] Ver clássicos como Rizzini, 1988; Sodré, 1999 e Vianna, 1945.

Gráfico 1 - Obras impressas no Rio de Janeiro pela Impressão Régia, 1808-1822 (Cont.)

29%
4%
11%
33%
17%
3%
3%

Jurisprudência
Ciências e Artes
Belas Artes
História
Teologia
Periódicos
Documentos Oficiais

Fonte: Neves, 2003: 35.

É importante assinalar também que o surgimento de *O Patriota* deu-se no contexto das primeiras tentativas, no Brasil, da implantação de um 'jornalismo cultural', que desde o século XVIII era muito freqüente na Europa, com o qual o editor procurava trazer aos seus leitores ensinamentos e orientações, tentando aproximá-los dos interesses que julgava importantes para serem recebidos por um público maior, do qual o jornalista seria o porta-voz e intérprete (Palhares-Burke, 1995). No caso do Brasil, a imprensa periódica teve um impulso mais amplo no momento da Independência e "nas duas décadas seguintes, quando se dá a construção inicial do Estado Imperial" (Neves & Morel, 1998: VII).

No entanto, a partir de 1808, começou a se delinear uma imprensa periódica de opinião, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, com redatores ou escritores que ainda não tinham *status* de editores, mas que, apesar de restrições da censura, exerciam determinadas prerrogativas que continham traços de liberdades, fazendo ecoar algumas idéias por meio de seus impressos. Nessa perspectiva, marcavam suas posições ideológicas e procuravam propalar conceitos que tinham objetivos políticos e pedagógicos. Algumas 'gazetas' publicadas foram as familiares longínquas de um jornal inglês, de vida relativamente curta, mas que deixou importantes influências na Europa ao longo do século XVIII, denominado *The Spectator*. Esse jornal fundamentava seus objetivos na máxima socrática de que a virtude e o conhecimento poderiam ser ensinados, para os editores, por meio dos escritos de jornais (Palhares-Burke, 1995).

Não podemos esquecer que o estabelecimento da imprensa no Brasil deu-se quase simultaneamente ao aparecimento de diversos jornais de cunho mais sistemático, no bojo dos quais se insere o periódico aqui estudado. Com a Corte instalada, o Rio de Janeiro viu crescer o número de livrarias, nas quais se divulgavam preponderantemente livros importados, alguns jornais e, de forma mais incipiente, diversos tipos de publicações que passaram a ser mais acessíveis, em virtude da criação da Impressão Régia pelo decreto de 13 de maio

de 1809, assinado por d. Rodrigo de Souza Coutinho. Esse ato oficial indicava a forma de organização da instituição, bem como a criação de uma junta administrativa que ficaria encarregada do exame de papéis e livros a serem publicados, até a nomeação dos censores régios, em setembro de 1808.[3]

Mas o controle sobre comerciantes estrangeiros que quisessem se instalar no Brasil permanecia ainda com raízes no passado colonial, e desde 1808 o governo português acompanhava, por intermédio da Intendência Geral da Polícia, a entrada de imigrantes, sobretudo franceses. A justificativa do controle incidia sobre o fato de haver "difíceis e críticas circunstâncias do tempo", menção discreta a algumas idéias libertárias francesas e às invasões napoleônicas, vinculando-as ao fato de haver necessidade de evitar-se que sob "a aparência de amigos, se não introduzam verdadeiros inimigos" (*apud* Ferreira & Neves, 1990: 191-192).

Portanto, a aventura de se criar um jornal naquele contexto, de rígido controle das autoridades, era tarefa para escritores ou políticos, corajosos ou bajuladores, ou ainda homens de letras desejosos de divulgar suas opiniões e idéias, atingir um maior público leitor, fornecendo, além de informações históricas, peças literárias e relatos científicos para os cultivar. Não sem riscos financeiros e pessoais, pois dependiam de subscrições e outros apoios, já que a venda de jornais, tal como a conhecemos hoje, não era prática comum, e o público leitor, descontadas as ilusões de alguns, restringia-se a letrados, entre uma maioria analfabeta.

O Patriota apresentava-se ao seu público, já no seu subtítulo, como jornal literário, político e mercantil, e continha sempre uma epígrafe singela e harmoniosa, que dava algumas indicações do conceito do principal redator quanto à escolha do nome do periódico: "Eu desta glória só fico contente / Que a minha terra amei, e a / Minha gente"[4] (*O Patriota*, 1813, I, 1,1).[5]

Ou seja, logo de início optou por um conceito positivo da palavra "patriota", mais do que qualquer outro sinônimo que o nome pudesse significar à época. Fica patente, ao longo da leitura do jornal, que o conjunto de seus autores e as escolhas temáticas direcionavam-se para questões conceituais. A tendência do significado pendia para aqueles que amavam a sua terra, muito mais que para aqueles que teriam um desejo revolucionário de ruptura. Tudo isso foi reforçado por temas que deixam antever, no perfil dos escritores e colaboradores, pessoas que estavam mais inseridas no bojo das reformas e transformações que vão marcar a Europa e o Brasil depois da derrota napoleônica.[6]

---

[3] Verbete "Impressão Régia", de Lúcia Bastos Pereira das Neves (LBPN), in: Vainfas, 2002: 165-166.

[4] Ver na introdução do texto de Marco Morel, "Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América", neste volume, comentários sobre a autoria da epígrafe, atribuída ao poeta português Antônio Ferreira (1528-1569). O redator e fundador do jornal chamava-se Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Cf. *O Patriota*, folha de rosto do primeiro número do jornal, em janeiro de 1813.

[5] As referências a *O Patriota* incluem: ano, subscrição, fascículo, página.

[6] Ver o texto já citado de Marco Morel, nesta publicação, que trata também de maneira erudita e cuidadosa os desdobramentos da palavra "patriota" e nomes assemelhados, a partir do título do periódico.

Hipólito da Costa recebeu exemplares do jornal na Europa e comemorou:

> Há dez anos, estando a Corte em Lisboa, ninguém se atreveria a dar a um jornal o nome de Patriota, e a Henríada, de Voltaire, entrava no número dos livros que não podiam ler sem correr o risco de passar por ateu, pelo menos por jacobino. E temos agora que em tão curto espaço já se assenta que o povo do Brasil pode ler a Henríada e pode ter um jornal com o título de Patriota... Julgamos isto matéria de importância, porque é seguro indício de que o terror inspirado pela revolução francesa, que fazia desatender a toda proposição de reformas, principia a abater-se, e já se não olha para as idéias de melhoramento das instituições públicas como tendentes à anarquia, em vez de servirem à firmeza do governo. (*Correio Braziliense*, XI, 924, dez. 1813, *apud* Rizzini, 1957: 160)

Venda e Circulação

Como circulou este jornal? A resposta vinha registrada no frontispício do primeiro número. Publicado pela Impressão Régia, foi, desde os primeiros números, vendido na loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda n. 34, por oitocentos réis, sendo que na mesma loja se faziam subscrições a quatro mil-réis por semestre. Paulo Martin foi um dos primeiros livreiros especializados estabelecidos no Rio de Janeiro, conhecidos à época como "tratantes em livros" (Moraes e Silva, 1813).[7] Tinha origem francesa e deve ter chegado ao Rio em princípios do século XIX, a se considerar que em 1799 um requerimento dos juízes do Ofício Livreiro à Junta do Comércio de Lisboa declarava que os mercadores estrangeiros

> Não contentes com os prejuízos que tinham causado aos Suplicantes (...) queriam presentemente aumentá-los Paulo Martin e Francisco Rolland (...) intentando estabelecer duas casas de comércio de livros na cidade do Rio de Janeiro, pretextadas pelos nomes de seus filhos nascidos no reino ou naturalizado nele. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Junta do Comércio, Livro 132, fl. 33-34)[8]

O requerimento se referia às questões de disputas existentes entre negociantes portugueses e franceses, uma vez que estes últimos haviam adquirido certa hegemonia no comércio livreiro em Portugal, desde o final do século XVIII. Especificamente, pedia que não fossem concedidos passaportes aos filhos dos comerciantes Martin e Rolland para que estes se dirigissem ao Brasil. No entanto, a contestação do comerciante francês Martin afirmava que seu filho partia não na condição de livreiro, mas sim como "caixeiro de uma casa de negócio da cidade do Rio de Janeiro, aonde ia aprender o comércio em geral e não estabelecer casa de negociação de livros" (Ferreira & Neves, 1990: 194). Mas como podemos confirmar pela própria informação de local de venda de *O Patriota*, a instalação de Martin filho transformou-se em um promissor negócio livreiro no Rio de Janeiro.

---

[7] Sobre tratantes em livros, ver Marrocos, 1939, carta 56.

[8] Ver também Tania Bessone e Lúcia Bastos (Ferreira & Neves, 1990: 194) e Caeiro, 1980.

Posteriormente, no ano 1814, o jornal imprimiu em sua folha de rosto um novo local de referência. A terceira subscrição, para a publicação do número 1, já em regime bimestral, passou a se fazer também na loja da *Gazeta*, de propriedade de Francisco Luiz Saturnino da Veiga, a 6$000 réis pelos seis números, vendendo-se os números avulsos a 1$200 réis (*O Patriota*, 1814, III, 1,1).

Logo no texto inicial do primeiro número, o redator, como tributário de uma herança iluminista e figura vinculada ao chamado "círculo de Dom Rodrigo", reforçava a importância da palavra e do conhecimento das letras como fundamento de qualquer aperfeiçoamento humano e base do progresso das ciências (*O Patriota*, 1813, I, 1, 3-4). Dizia, textualmente: "os sábios se propuseram a comunicar-se reciprocamente suas luzes" (1813, I, 1, 3). Acrescentava, em seguida, uma pitada de preocupação com a qualidade dos temas debatidos e o desejo de não cansar os leitores: "Tenho curado de misturar notícias nacionais com estrangeiras preferindo as primeiras" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 8), frisando, antes, "Longe de mim consumir o meu tempo, e cansar a paciência de meus leitores" (1813, I, 1, 6). Parecia querer criar, para si e para o periódico nascente, uma distância consciente de muitos jornais, hoje chamados "sensacionalistas", como muitas folhas inglesas do final do século XVIII, descritos por Robert Darnton como veículos de escritores não profissionais, sempre baseados em fatos e anedotas recolhidos por interessados em vendê-las e exímios em distorcer informações (Darnton, 2004).[9]

As Principais Referências

Os textos de *O Patriota,* portanto, tinham sempre um sentido de sobriedade, mantendo-se no mais das vezes fiéis às intenções iniciais expostas no primeiro número. Mesmo nos artigos que tratavam sobre temas de aparência exclusivamente científica, como agricultura , havia digressões eruditas sobre como deveria ser a verdadeira atitude de um estudioso: "É uma espécie de mania que alucina os escritores menos filósofos, o quererem atribuir a ciência ou à arte de que tratam uma antiguidade, que data quase com a do primeiro homem" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 22).

A preocupação constante era manter sempre bem distribuídos o conhecimento e as Luzes, informações de cunho literário, notícias políticas relevantes, permitindo que ocasionalmente odes e poemas em homenagem a nomes de destaque na política e na vida cultural, contribuindo para parodiar Voltaire: "nascem as ciências e as artes, da necessidade ou do acaso" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 23).

[9] Comentando características de alguns jornais, Darnton afirma: "as reportagens assumiam a forma de cartas enviadas por 'correspondentes' não identificados. Não existiam repórteres profissionais. Muitos correspondentes eram 'escritores de parágrafos' ou escritores comerciais que percorriam os cafés coletando anedotas que redigiam em textos curtos e vendiam para livreiros ou impressores. (...) Os parágrafos também eram enviados por leitores comuns, que queriam fofocar em letras impressas; por autores a fim de promover seus livros; e por políticos que queriam atacar adversários ou cultivar patronos".

Outros textos recorrentes e de grande interesse, sobretudo para os pesquisadores de história da ciência, tratavam de temas afeitos à medicina (*O Patriota*, 1813, I, 1, 59-67). Um dos primeiros divulgava um inquérito proposto pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 1798, aos médicos, para que tentassem esclarecer os motivos que ocasionavam a incidência de doenças endêmicas e epidêmicas na cidade. Uma das respostas, encaminhada pelo dr. Manoel Joaquim Maneiros, permitiria ao leitor de hoje refletir sobre algumas considerações que estão presentes ainda em nossas vidas, pois relacionava as doenças à forma da distribuição do desenho das ruas e aos regimes de ventos, à arquitetura das casas, à falta de higiene e asseio em locais públicos, ao ato de enterrarem os mortos dentro das igrejas, e aconselhava ainda o aumento da vegetação dentro das cidades. E preocupação bem generosa sugeria recolher restos, resíduos e lixo, mesmo das casas dos pobres, como possível remédio para debelar doenças.

Além de textos com contribuições eventuais, o jornal exibia também uma gama de redatores mais efetivos, já mencionados, que em alguns casos podiam se apresentar com pseudônimos ou com um apelido de ocasião. Foi o caso de Mariano Pereira da Fonseca. Uma de suas primeiras contribuições ao jornal foi o livro com as *Máximas, Pensamentos e Reflexões Morais*, assinada genericamente como "Um brasileiro". Registrava um texto que foi ampliado e publicado na íntegra com um título semelhante ("Máximas, pensamentos e reflexões"), às expensas do autor, em três volumes, entre 1837 e 1841. Em diversos números do jornal foram publicados excertos das *Máximas*, que mantinham epígrafes com referências a poetas e escritores europeus admirados pelo autor.

Mariano (1773-1846), futuro marquês de Maricá e senador do Império (1826), no período em que o jornal circulou (1813 e 1814) já passara por momentos difíceis, na mesma cidade do Rio de Janeiro onde nascera, filho de um português, dono de uma padaria.[10] Estudou em Coimbra e formou-se bacharel em matemática e filosofia, retornando ao Brasil em 1794. Após tornar-se membro da Sociedade Literária Carioca, foi implicado na denominada Conjura Carioca, reprimida pelo conde de Rezende. Com sua prisão houve também o arresto de sua biblioteca particular, que continha livros considerados proibidos (Ferreira, 1989), de autores visados pela censura da época, como Raynal, Voltaire, Marquis d'Argens e Rousseau, o que foi considerado por seus algozes como um ato gravíssimo.

O conde de Rezende, mesmo depois que os acusados implicados na conjura foram libertados por falta de provas, mantinha graves preocupações: "Continuo a temer as más conseqüências desta revolução, e realizei investigações eficazes sobre a atitude e a forma de pensar de algumas pessoas que desejavam formar um sistema semelhante ao da França: amor pela Liberdade, desprezo pela Religião" (Ferreira, 1989: 967).[11]

---

[10] Verbete "Mariano Pereira da Fonseca", de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (LBPN), in: Vainfas, 2002: 226-527.

[11] Ver também Cavalcanti, 1930. Documentos interessantes sobre a influência das idéias da Revolução Francesa no Rio de Janeiro, ao tempo do conde de Rezende. Extinção da Sociedade Literária por esse motivo.

Em 1796, já libertado, seguiu carreira na administração, obtendo inclusive um cargo de censor régio da Mesa do Desembargo do Paço, quando se revelou especialmente duro na análise de obras francesas que, apesar de fazerem parte de sua biblioteca anteriormente arrestada, classificava, nos seus pareceres, como "desprezíveis, vulgares e sediciosas, intencionalmente voltadas contra o Trono, o Altar e os bons costumes" (*apud* Ferreira & Neves, 1990: 191). Como censor, era um crítico contundente de livros e autores franceses que julgava mais acessíveis e de fácil leitura, portanto mais perniciosos ao bem comum. Considerava, nesses mesmos pareceres, que as obras inglesas eram menos equivocadas, o que talvez, pela limitação de muitos no acesso à língua, tornava-as mais eruditas e úteis a um público restrito, mais seleto e que apreciaria a influência das Luzes, mas não se deixaria ficar dependente de ideais revolucionários.[12]

Portanto, nas páginas de *O Patriota*, Mariano já expunha um novo viés político e as novas escolhas quanto ao objeto de sua admiração literária. Quando dedicou a epígrafe de seu primeiro texto n'*O Patriota* ao autor das *Máximas, Pensamentos e Reflexões Morais*, o francês La Rochefoucauld (1813, I, 1, 91), deixou algumas pistas da motivação de sua escolha. Essa pequena referência nos remete à biografia do poeta francês e talvez ajude na compreensão das reviravoltas políticas e ideológicas que Mariano enfrentou ao longo de sua vida. Tal como ele, François, duque de La Rochefoucauld (1613-1680), escritor moralista, sofreu muitas transformações políticas e ideológicas desde a juventude até a maturidade. Recebeu inicialmente formação para as armas, envolveu-se em conspirações que o empurraram para o exílio, participou da Fronda, foi gravemente ferido, abandonou suas aventuras guerreiras e decidiu por integrar-se perfeitamente à Corte de Luís XIV, participando dos salões de madame de La Fayette; publicou em 1664 sua primeira edição das *Réflexions ou Sentences et Maximes Morales*, que foram objeto de críticas pela imagem pessimista dos homens que revelavam (Vallaud, 1995).

O futuro marquês de Maricá[13] (marquês, com grandeza, 1826) indicou, por meio das escolhas nas epígrafes, referências que lhe eram caras e registrou admiração, talvez simpatia, por acontecimentos nas vidas dos autores citados que tinham semelhanças com sua vida. Ou, citando uma de suas máximas: "Os anos mudam as nossas opiniões, como alteram a nossa fisionomia" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 91). Posteriormente, em outros números do jornal, publicou a continuação de suas *Máximas*, com epígrafes de Pope,[14] Bacon[15] e, quando não o fez, optou por um registro da inscrição latina *nosce te ipsum* (conhece-te a ti mesmo). E a compreensão de que a sabedoria é o mais importante fim a se atingir ficou registrada em outra de suas máximas: "Como a luz em uma masmorra faz visível todo seu horror, assim a sabedoria manifesta ao homem todos os defeitos e imperfeições da sua natureza".

---

[12] Cf. Ferreira & Neves, 1990, e Arquivo Nacional: Desembargo do Paço, caixa 171, pac. 3, doc. 43, 21-1-1819.

[13] Foi agraciado primeiramente com o título de visconde, por d. Pedro I, foi também senador pela província do Rio de Janeiro e em 1826 tornou-se marquês de Maricá, com honras de grandeza.

[14] Alexander Pope (1688-1744), nascido na Inglaterra, autor de poemas didáticos, herói-cômicos e satíricos muito importantes na literatura inglesa.

[15] Francis Bacon, barão de Verulan (1561-1626), filósofo inglês e iniciador de uma teoria empirista do conhecimento.

Livros para Leitores

Somente quando houve a paz européia, em 1815, diluiu-se a atitude negativa que havia entre as autoridades portuguesas no Brasil quanto aos franceses. Mas, antes desse período, tornaram-se rotineiros na imprensa carioca anúncios de comerciantes franceses, sobretudo aqueles que tinham alguns livros entre suas múltiplas mercadorias de secos e molhados. Nas páginas de *O Patriota* apareceram diversos tipos de divulgação de obras européias, sendo algumas francesas, e geralmente autorizadas, isto é, aquelas de autores não censuráveis pelos analistas locais, mesmo que algumas obras e autores ainda fossem alvo de censura e prejudicados pelas más condições das relações políticas entre portugueses e franceses. Com os mecanismos de busca do CD, realizei pesquisa em todo o jornal, mas encontrei raríssimas citações de J.-J. Rousseau, muitas vezes mescladas dentro de um poema, como acontece também com o nome de d'Alembert (*O Patriota*, 1814, III, 1-2, 67). É importante destacar que os instrumentos de busca do programa DocReader no CD-ROM às vezes não dão respostas satisfatórias, pois o texto está sob a forma de imagens que não são compatíveis com os registros de texto.

Só após a derrota de Napoleão e o desenrolar dos episódios políticos que mudaram a correlação de forças na Europa e sobretudo na França, a migração francesa para o Brasil foi aceita com menos restrições, transformando-se lentamente a percepção negativa em relação aos franceses. A presença de franceses ligados ao comércio de livros se acentuou a partir de 1816, e estas atividades ficaram muito visíveis em alguns jornais, sobretudo aqueles que publicavam anúncios, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Havia anúncios nos quais se divulgavam ungüentos, bebidas, secos e molhados, assim como registros de impressos e obras que eram descritas por temáticas ou denominadas como "modernas e constitucionais" (Ferreira & Neves, 1990). O público-alvo seria aquele interessado na sua aquisição ou no conteúdo das informações que se publicavam, sobretudo no tocante aos textos originários da Europa, e que a partir da chegada da Corte e posterior instalação da Impressão Régia ficou mais informado e com melhores opções para a compra de livros.

Nos registros iniciais de *O Patriota* percebe-se a intenção de dialogar com seu público. Para um jornal literário, nada melhor que um primeiro contato por meio de uma carta ao redator, consultando sobre uma questão gramatical. À primeira vista parece banal, mas sua leitura revelava tal erudição que deixava explícita a tendência do texto e a tônica das cartas. O objetivo pedagógico da publicação inseria-se nesse recurso de cartas que consultavam sobre pontos a "serem ensinados". O recurso era comum em outras publicações e foi usado, em diversos momentos, para introduzir questões que os redatores julgavam importantes.

Uma carta perguntava o que era uma sílaba ou um ditongo, e ela mesma expunha as possíveis respostas, tratando sobre a forma de melhor escrever e partindo de ensinamentos considerados básicos, com alguns destaques: "Como estas definições poderão ser úteis, ou por exatas ou por fazerem despeitar em alguém a lembrança de outras melhores, tomo a

liberdade de lhes dirigir, para que lhes queira dar um lugar no seu periódico, se julgar que não são indignas dessa honra" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 93). Completava sua consulta com uma observação sobre o fato de o autor do texto ter "toda a estimação" pelo redator e ser "seu muito atento venerador" (assina S.P.F.). O leitor autor da consulta, portanto, não devia ser estranho ao grupo que atuava no jornal. Pelas iniciais, devia ser Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), que a rigor poderia estar no lugar do redator quanto aos ensinamentos gramaticais mais eruditos conduzidos como resposta. Era também colaborador do jornal, atividade que partilhava com aulas de filosofia no seminário São Joaquim. Essas seriam suas ocupações naquele período, pois passava por uma difícil fase política, relegado que fora ao ostracismo depois de recusar uma missão diplomática em Buenos Aires, por julgá-la insignificante para seu potencial. Tudo isso era agravado pelo fato de ter encaminhado uma representação ao príncipe d. João na qual expunha os males que oprimiam a Coroa (Vainfas, 2002), o que o deixou muito vulnerável às críticas, talvez por ser excessivamente sincero. Portanto, a correspondência com os leitores iniciava-se de maneira muito erudita, dentro dos limites restritos da erudição dos leitores/redatores, permitindo uma resposta com digressões sofisticadas, e muito completa, com a finalidade de dirimir algumas questões gramaticais da língua da pátria.

O jornal dedicava também, eventualmente, outra seção à correspondência mais mundana, para assuntos menos eruditos, mas de profunda coerência com os objetivos originais. Houve cartas que recuperavam o tema de louvor à pátria e ao lugar que nos via nascer, e outras que, por exemplo, elogiavam o fato de um baiano criar um jornal no Rio de Janeiro (*O Patriota*, 1813, I, 1, 95-96).[16]

(20)

Advertencias sobre as boas palavras.

AS qualidades das boas palavras, creio, se pódem reduzir a tres: que sejão regulares; bellas; e significantes.

Regulares serão evitando anomalias, que são huns defeitos, ou erros, que a vulgar ignorancia introduzio, o que muito embaraça, e affeia as linguas. E quando alguns sabios, advertindo nisso, se tem querido oppôr, ou já he tarde para extinguir erros inveterados no uzo, ou se vem opprimidos pelos ignorantes, e prejudicados, de cuja parte está a vantagem do numero.

Evitem-se pois as anomalias de genero;

Advertências sobre as boas palavras. *O Patriota*, 1813, I, 5, 20.

[16] Além da referência a *O Patriota*, ver, sobre esse assunto, o texto de Marco Morel, neste mesmo volume.

A palavra era sempre algo a ser cultivado e analisado, cuidando para que fossem regulares, belas e significativas, como destaca o texto acima. No entanto, algumas seções, como a de correspondência, davam margem a questões espinhosas, sobretudo quando as cartas não ficavam circunscritas aos leitores do círculo de amizades dos redatores. Isso ficou patente, mais adiante (*O Patriota*, 1813, I, 2, 105), em cartas que foram consideradas inadequadas pelo redator. Ele acusou, por exemplo, o recebimento de cartas anônimas e outras de nome suposto, que declarava não pretender responder, mas como algumas delas anexaram manuscritos tidos como relevantes, considerou importante a sua divulgação, pois seriam escritos dignos de atenção pública; frisou, entretanto, que só o faria "quando aparecerem seus verdadeiros nomes". Nesse caso, incluiu um leitor da Bahia, Francisco Archangelo de Ancone, que declarava ser seu amigo, e um outro leitor de Santa Catarina, Silvestre José dos Passos, a quem chamou de patriótico. No entanto, mencionou não ter espaço disponível naquele número do jornal, comprometendo-se a fazê-lo assim que possível, e concluiu: "Espero que outros muitos não se escusem a um trabalho, de que provém tanto interesse público, fornecendo-me outras obras, que eles sabem tão completamente compor" (*O Patriota*, 1813, I, 2, 105). A existência de um diálogo entre o jornal e seu público era algo digno de valorizar, conforme as observações do redator.

No entanto, uma questão política importante se interpôs (*O Patriota*, 1813, I, 2,106) entre as seções de correspondência, pois se tratava de derrotas das tropas francesas na Península Ibérica: "No nº precedente fiz depreender o êxito da campanha dos beligerantes contra o Usurpador do continente, o sucesso justificou as minhas conjecturas; e eu tenho tido a satisfação de anunciar ao Público a completa derrota dos franceses, segundo a própria confissão" (*O Patriota*, 1813, I, 2, 107).

O redator desdobrava seus escritos valorizando o papel da resistência dos habitantes da península e divulgando as últimas novas a respeito dos avanços apoiados pelos ingleses. O "Usurpador do continente" parecia estar próximo à derrocada.

Mesmo na seção que tratava das obras publicadas na Corte do Rio de Janeiro, o assunto da guerra na Europa estava presente . Essa seção divulgava livros, mas não somente referindo-se aos autores, títulos e outras características da obra: fazia também uma pequena resenha, que permitia ao leitor tomar conhecimento do conteúdo geral do texto. Primeiramente, havia a divulgação da qualidade da obra, como no caso de *O Merecimento das Mulheres,* por M. de Gouvé, traduzida por B., "uma peça na qual o poeta pretende vingar o belo sexo das acusações de Juvenal e de Despreaux. Com uma ligeireza francesa toca levemente os argumentos". Mais adiante, louvava-se o trabalho do tradutor, especificando o quanto devia o jornal a tão brilhante redator: "O Tradutor, bem conhecido por suas luzes, e a quem este jornal é particularmente obrigado, empregou versos harmoniosos e suaves, acrescentou alguns seus, e neste pequeno trabalho aparece a mão do Mestre" (*O Patriota*, 1813, I, 2, 108).

O segundo livro, *Reflexões Militares sobre as Campanhas dos Franceses em Portugal*, de João de Gouvea Pacheco Leitão, oficial do Corpo de Engenheiros, que descrevia com minúcias e

muito tecnicamente as situações no campo de batalha, remetia os leitores aos palcos da guerra européia. Recebeu ótimos elogios do comentarista, que reconheceu no autor a propriedade de um depoimento fidedigno, por não ter este feito sua análise a partir dos gabinetes.

Obras e Autorias

Outra constante no jornal era a divulgação de obras em honra a personagens de grande destaque na vida pública, civil, militar ou religiosa, as quais costumavam ser dedicadas aos príncipes ou mecenas que apoiavam as publicações de odes, elegias ou poemas de autoria de pessoas que redigiam para o jornal.

Foi o caso do texto "Elogio Histórico do Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Almirante General da Armada Real Portuguesa, Composto e Dedicado ao Príncipe N. S. o Senhor D. João, Príncipe Regente de Portugal e das Conquistas". Narrava as circunstâncias da vida de seu herói como elegia à morte desse senhor, e obteve do autor dos comentários um grande elogio e reconhecimento como obra muito apreciada: "Como esta obra anda entre as mãos de todos, escuso acrescentar cousa alguma ao conceito, que o Público tem já formado dos talentos poéticos do autor" (*O Patriota*, 1813, I, 3, 113).

Em uma sociedade ainda sob a influência do Antigo Regime, era comum que autores e editores fossem considerados como detentores de privilégios, beneficiários de concessões generosas das autoridades para desenvolver as artes, as ciências e as letras; a expressão de opinião e a manifestação estética não eram compreendidas, tal como ocorre hoje, como direitos. Com a influência do liberalismo, passou-se a defender a concepção de direito individual, baseado na visão do jurista suíço Johan Kaspar Bluntschli, que o considerava um "direito individual", que não podia se desprender do próprio indivíduo, uma vez que a obra é "uma expressão direta do espírito pessoal do autor" (*apud* Beviláqua, 2003: 67). O tema continuou sendo debatido ao longo de todo o século XIX no Brasil. Na segunda metade desse mesmo século o país passou a ser criticado, sobretudo entre os europeus, como território de livre prática de publicações, sem que fosse pago qualquer tipo de direito autoral, sobretudo para autores estrangeiros. É importante salientar que nas últimas décadas do século XIX a legislação concernente à prática editorial estava bem avançada, contando com acordos internacionais importantes.

Portanto, uma tendência que aparecia nas entrelinhas dos textos do jornal referia-se às concepções vigentes no Brasil e ainda indefinidas quanto à propriedade literária, ou seja, as garantias que seriam parte ativa na vida dos escritores no tocante aos benefícios a advirem da utilização de seus escritos.

No Brasil, somente a partir da Constituição de 1824 houve referências legais a essa garantia como direito.[17] Também o Código Criminal do Império definiria como crime

---

[17] Verbetes "Constituição" e "Código criminal", de Keila Ginberg, in: Vainfas, 2002: 170-171 e 145-147.

"imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros", mas essa lei teve atrasada sua aplicação por décadas devido à indefinição quanto à idéia de propriedade literária.

A questão dos direitos autorais, portanto, permaneceu pendente, sendo inicialmente abordada ainda dentro dos parâmetros conceituais do que seria um 'privilégio', e não um 'direito'. No mundo luso-brasileiro, a prática que antecedia a uma publicação exigia que a solicitação de privilégios fosse feita à Mesa do Desembargo do Paço, conduzida em última instância à decisão do próprio soberano, que, em regra, acompanhava o parecer da consulta feita ao tribunal. Na visão da época, tal concessão era uma mercê, e não um simples direito (Bluteau, 2000; Moraes e Silva, 1813, v. 2; Neves & Ferreira, 2004).

Esse momento de indefinição de determinados tipos de condutas legais e dos conceitos do que seria autoria, direito, privilégio, concessão ficava patente no jornal em diversos comentários e textos. Por exemplo, em um artigo denominado "Discursos sobre tradução", o autor demonstrava sua concepção do que seria o bem traduzir, e defendia como prerrogativas de um tradutor a possibilidade de interferência no texto original de outro autor, abordando tal aspecto de um ponto de vista bem característico do período, ou como se essa atitude fosse cotidiana e adequada.

> Tenho tantas vezes aparecido ao Público em qualidade de Tradutor, e como tal sido exposto a censuras muitas vezes indiscretas, que julgo hoje de meu dever tratar das traduções. Existe nesta corte uma testemunha muito respeitável de nota de muito fiel, que um Sábio pôs à minha primeira tradução. Ele fez o meu elogio, quando intentou condenar-me. (*O Patriota*, 1813, I, 3, 69)

Segue explicando o que chama de crítica aos "sermões que nada servem" e clarifica seu conceito de tradução: "Chamo tradução à cópia que se faz em uma língua, de um discurso, já pronunciado em outra". Prossegue mostrando quais são os requisitos para bem traduzir: "mas é necessário não deixar escapar a menor de suas belezas, um só idiotismo, uma só frase" (*O Patriota*, 1813, I, 3, 70). E acrescenta uma observação sobre o que alguns acham que falta à nossa língua: um dicionário de sinônimos. Julgava, no entanto, que isso não seria suficiente para resgatar todas as qualidades que deve ter um bom tradutor. Ao longo do texto, deixava clara sua preocupação quanto à forma, muito mais enfática do que a relativa ao texto original, no que poderia se vincular aos direitos ou privilégios do autor. Esse redator, no entanto, não demonstrava qualquer preocupação com sua abordagem do problema, o que atribuo, entre os fatores já mencionados, ao fato de essa questão não ser relevante para os debates da época.

Um pequeno artigo que dirige os olhos para a literatura na Rússia entre 1801 e 1803 (*O Patriota*, 1813, I, 3, 106), divulgando obras recentes, demonstrava preocupação constantemente voltada para a Europa – no caso, provavelmente reforçada pelo que passou a representar a terra russa na derrota napoleônica. O redator enumerava obras publicadas nos

primeiros anos do século XIX, que somavam 1.304 livros, dos quais 756 eram composições originais e 548 traduções de originais em grego, latim, francês, alemão, inglês, italiano, sueco, polaco e georgiano. O número de obras traduzidas do francês era o mais considerável, chegando a 262, enquanto que as traduções do alemão não passavam de 198. Entre os temas mais freqüentes estava a teologia, que totalizava 213 obras e era ainda um tema predominante em publicações da época. Os textos de filosofia eram 22, e as novelas atingiam um total de 210. Segundo o mesmo texto, o somatório de autores russos existentes era 349, destacando-se que havia circulando 742 obras anônimas.

O interesse pela trajetória de autores ficava explícito em uma seção publicada regularmente, denominada "Necrologia" (*O Patriota*, 1813, I, 4, 109), na qual se privilegiavam as notícias da morte de vários escritores, cientistas e poetas. Em alguns números destacou-se um nome em particular, detalhando-se seu perfil. Assim foi feito no caso da morte de Heyne, célebre escritor clássico que, falecido em Goltingor aos 83 anos, pouco tempo antes parecia gozar de boa saúde, visto que por ocasião de sua morte várias pessoas exibiram cartas que dele haviam recebido recentemente. As minúcias literárias eram um ponto cultivado pelos redatores do jornal.

Na firme intenção de manter um diálogo com seu público leitor, para aprofundar conhecimentos, está a carta publicada sob o título "Gramática Filosófica", dirigida ao senhor redator, de conteúdo extremamente interessante. Destaca-se a ênfase conferida por seu autor ao argumento de que, apesar de seu texto não estar completo, deseja que seu público o leia, remetendo-se assim aos princípios do periódico:

> As definições gramaticais, publicadas no primeiro número do seu jornal, moveram algumas pessoas a pedirem-me comunicação do que eu tivesse por escrito sobre a Filosofia das Línguas; e posto que eu só lhes mostrar ensaios imperfeitos, instaram-me para que os publicasse mesmo neste estado. (*O Patriota*, 1813, I, 4, 21)

Nas páginas seguintes, seguem estudos sobre gramática, que era objeto dessa correspondência.

Em outras seções, no entanto, os redatores, muitas vezes, manifestavam-se ansiosos por novas notícias dos acontecimentos no palco de guerra europeu. É importante destacar aqui a demora de meses para que se aportasse da Europa no Brasil com novidades. No caso de um estudo sobre o funcionamento da Academia Real Militar, o redator iniciava por admitir: "Não havendo recebido notícias modernas da Europa, nem podendo em conseqüência adiantar coisa alguma do que tenho dito nos números precedentes, tenho, todavia a satisfação de ocupar-me neste de um objeto muito interessante" (*O Patriota*, 1813, I, 4, 89-91).

O deslocamento do centro dos interesses era pertinente aos objetivos iniciais de dar notícias sobre as questões militares na Europa. No Brasil, o assunto era a abertura pública da Academia Real Militar no dia 1º de abril de 1813, com aulas de astronomia, geodesia, tática e física; na matéria sobre o tema, era analisada toda a lista das disciplinas do currículo

da instituição. O mesmo texto deu notícias dos professores, informou quanto ao número de discípulos matriculados (15) e divulgou também os cursos de preleções filosóficas, com a respectiva programação.

Muitos outros registros literários freqüentavam as páginas de *O Patriota*. Em uma ode que elogiava a vida no campo, B., contrariando a aparente e eventual antipatia pelo que representava a França, explicava: "Dizem Paris teatro dos prazeres, / Que isolado se vive ao pé da Corte! / Se os teatros, se os bailes, se os concertos / A ventura fazer de um homem podem, / Este viva em Paris, será ditoso!".[18]

Além disso, acrescentava ao verso "E a Pátria dada tens o mais que é dado" uma nota em que faz uma das raras citações de Montesquieu, anotando: "esta idéia é tirada de Montesquieu que diz que o maior serviço, que o cidadão pode prestar, é plantar uma árvore, e dar um filho à sua Pátria".[19] Não sem antes enfatizar a importância da leitura e do estudo: "Lê, consulta, medita, atende, estuda / O livro, que a teus olhos patentea; / Compre para atendê-lo sério estudo".

História do Rio de Janeiro e Outras Narrativas

O Patriota prestou também um serviço de divulgação importante para a história do Rio de Janeiro ao publicar diversos artigos, em 1813 e 1814. Os assuntos mais comuns eram as memórias já registradas e que julgavam servir à história da cidade. Nesses estudos o objeto de interesse mais comum eram as primeiras ocupações, as lutas contra os franceses, a insegurança nas ruas, os principais episódios políticos; elaborava-se, assim, uma síntese da história do Rio de Janeiro.

Também se ocupavam em analisar obras polêmicas, criticando, por exemplo, a péssima qualidade do texto de um viajante que, pretendendo divulgar conhecimentos sobre a história do Brasil, ofendeu a muitos. O artigo chamava-se "Exame de algumas passagens de um moderno viajante ao Brasil, e algumas refutações de seus erros mais grosseiros, por um Brasileiro". Como Mariano Pereira da Fonseca já tinha assinado alguns artigos com esse pseudônimo, atribui-se a ele a autoria. Declarava que havia chegado a suas mãos uma obra em inglês, que tinha por título *History of Brazil*, de autoria de "um certo" Andrew Grant, na qual o autor revelava enorme má vontade quanto aos hábitos e costumes que observou no Brasil (*O Patriota*, 1813, II, 3, 68-77). Mariano se queixou, na resenha crítica, dos preconceitos contra o Brasil manifestados pelo autor da obra, e a determinada altura comentou que este chegava ao cúmulo de "falar mal até do Passeio Público", coisa impensável, segundo seu julgamento. Depois de procurar dissolver tudo o que avaliava como incorreto ou injusto na obra, declarava que pretendia continuar desmascarando as falsidades do inglês em números próximos.

---

[18] *O Patriota* p. 263-264 DocReader, p. 37, livro: "Vantagens da vida campestre, em resposta à carta em que de Lisboa se despedia, devendo partir para a Bahia, Paulo José de Mello, escritas de Paris aos 21 de maio de 1808, por B.".

[19] *Idem, ibidem*, p. 43.

O jornal também prestava serviços ao seu público na mesma seção na qual divulgava informações, sempre que as considerava de utilidade pública. Foi, por exemplo, o caso do *Ementário de Leis*, que, anunciado como publicação rotineira, foi contudo publicado intermitentemente. Como uma tentativa de retificar esse lapso, publicou-se um extrato, esclarecendo que "Nos prospectos desta obra se pretendeu dar notícias das Leis, decretos, editais que saíssem nesta Corte; o que até agora não se cumpriu, reservando para este lugar fazer o extrato das quantas se houvessem publicado no corrente ano" (*O Patriota*, 1813, I, 6, 77).

As obras comentadas na seção específica, ou seja, naquela que se intitulava "Obras publicadas nesta Corte" (*O Patriota*, 1813, I, 6, 90-95), mantiveram-se homogêneas por todo o conjunto da publicação. A tendência mais marcante foi a inclusão de obras que tratavam de questões militares na Europa, bosquejos, odes, poemas, textos sobre leis, orações fúnebres, cartas, relações filosóficas (*O Patriota*, 1813, I, 7, 84). Alguns homenageavam autoridades que também eram pessoas muito ligadas à vida e à existência do jornal.

(110)

Obras publicadas nesta Corte.

Discurso fundamental sobre a população. Economia Politica Moderna por Mr. Herrenschwand. Traduzido em vulgar por Luis Prates de Almeida e Albuquerque.

Esta Obra nos parece muito systematica; os seus principios claros e luminosos; bem deduzidas as suas consequencias. O Traductor copiou escrupulosamente os pensamentos do Author em huma linguagem castiça, e não se lhe deve por isto pequeno louvor.

Recenseamento ao Pseudo-exame, que o Redactor do Patriota fez á resposta defensiva, e analytica do Author do Juramento dos Numes, descripto no Periodico de Janeiro e Fevereiro do presente anno.

There is a woman's war declar'd against me by a certain Lord: his weapons are the same, wich women and children use, a pin to scratch, and a squirt to bespatter, &c.

Pope's Letters vol. 3. Lett. 70.

O Patriota, 1814, III, 5, 110.

Redatores, Assinantes e Notícias

O jornal abria espaço para que os redatores dialogassem com seus leitores, instando-os a ler e comentar o que estava disponível. Eventualmente, mantinham um diálogo mais direto e comemoravam a oportunidade que significava fazer circular um jornal, criando uma espécie de editorial que definia as dificuldades e os próximos objetivos da publicação. No caso do texto "Reflexões do redator", essa abordagem enfatizava também as dificuldades de publicar no Brasil: "Eu disse no nº 1 que (...) é um problema se no Brasil podia haver um jornal. Pessoas de um acreditado saber, mas de um gênio melancólico, avultando as dificuldades, que carregariam sobre o Redator, acusavam altamente a sua temeridade" (*O Patriota*, 1813, I, 6, 95-98).

O redator Ferreira de Araújo tentava responder para si mesmo e para seu público uma pergunta básica: por que um jornal? E por que um jornal no Rio de Janeiro? E, nesse texto reflexivo, no qual faz um balanço de suas dúvidas e anseios, demonstrava todos os níveis de dificuldades que enfrentou porque acreditava em seu projeto: "Pessoas de um merecimento decisivo prometeram ajudar os meus patrióticos intentos, mas já não sei que motivos tem embaraçado este benefício ao público. (...) e os seus nomes honrando a lista dos subscritores, acordará os outros do seu letargo". E, à guisa de explicação, para justificar o fato de perseverar nos seus intentos, completou: "O público está já informado da continuação da minha imprensa, debaixo de uma forma mais elegante. Os socorros, que ultimamente havemos recebido, nos põem em estado de esperar-vos a plena satisfação dos Leitores" (*O Patriota*, 1813, I, 6, 95-97).

A identificação do universo de leitores do jornal não será um trabalho simples para os historiadores que se debruçarem sobre *O Patriota*. As listagens apresentadas se iniciaram pela menção do redator no editorial no qual prometia que "Dos assinantes de fora da cidade não sabemos todos os nomes, mas dá-los-emos nos números seguintes à medida que chegarem ao nosso conhecimento" (*O Patriota*, 1813, I, 6, 108). No entanto, essa indicação vai se repetir somente no final dos números de 1813 e, ao invés de ser ampliada, apareceu reduzida a 104 nomes. Em Portugal, a família de Paulo Martin, que continuava a manter negócios livreiros e estreitos contatos com a casa de Paulo Martin no Rio de Janeiro, assinava um total de 25 exemplares para Paulo Martin e Filhos, em Lisboa (*O Patriota*, 1813, II, 6, 89-91).

A primeira lista de assinantes ou subscritores somava 153 nomes, e muitos foram indicados apenas pelos seus títulos de nobreza. Começava por uma princesa e uma infanta, respectivamente, a "Sereníssima Senhora Princesa do Brasil D. Carlota Joaquina", secundada pela "Sereníssima Senhora Infanta D. Maria Izabel, na verdade D. Maria Izabel Francisca de Bragança, filha de D. João e de D. Carlota Joaquina".[20] Outras duas mulheres aparecem

[20] A infanta citada era d. Maria Isabel Francisca de Bragança, filha de d. João e de d. Carlota Joaquina, que se tornou rainha de Espanha em 1816, ao se casar com d. Fernando VII.

na lista: a condessa de Linhares, provavelmente a viúva de d. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), figura política e intelectual mais representativa da época e inspirador da publicação, e d. Thereza do Ó de Almeida de Mello e Castro, da família de Martinho de Mello e Castro (1716-1795), também próximo a d. Rodrigo, que o substituiu por ocasião da sua morte, na pasta do Ministério da Marinha. Melo e Castro foi diplomata e estadista, tendo servido a Portugal em diversas circunstâncias e resistido a algumas remodelações ministeriais, conservando seu poder até a morte, "constituído assim num dos casos de maior longevidade governativa do século XVIII português" (Saraiva, 1985).[21] Apesar de considerar importante ter um perfil de d. Tereza do Ó, inclusive pela peculiaridade de haver ela se preservado como uma das poucas mulheres na lista dos assinantes do jornal, não foi possível traçar detalhes de sua biografia. Mas todas as assinantes inscritas na listagem eram vinculadas à Corte e habituadas a ler e escrever, portanto leitoras privilegiadas. D. Carlota Joaquina apareceu como primeiro destaque, provavelmente respeitando-se a hierarquia, mas também por importância política e pelo fato de outorgar importância à publicação, encimou a lista dos leitores, ladeada por d. Maria Izabel (Azevedo, 2003).[22]

O restante da listagem seguia a ordem alfabética e, apesar de representar o perfil de leitores possíveis, merecia um estudo mais detalhado do que aquele que aqui farei. Talvez uma biografia coletiva, que por questões de tempo e espaço não desenvolverei. Fica como sugestão para outros estudiosos. Destacarei, no entanto, o fato de a Biblioteca Pública da Bahia estar entre os assinantes, como também algumas autoridades religiosas, o arcebispo da Bahia, o bispo capelão-mor, o padre Francisco Xavier de Brito, alguns estrangeiros e, naturalmente, os próprios redatores do jornal, destacados em itálico na relação, como José da Silva Lisboa e Mariano Pereira da Fonseca.

Os redatores não se preocupavam exclusivamente com os leitores que pudessem atingir no Brasil. Na correspondência do jornal havia notícias sobre a repercussão do jornal também na Europa: "lemos com muito prazer um artigo de um jornal muito creditado e cujos redatores não podem ser suspeitos nem de ignorância, nem de presunção (...) todos sabem que eu falo do nº 23 do Investigador Português em Inglaterra" (*O Patriota*, 1813, II, 1, 82). E transcrevia-se um trecho do jornal no qual se mencionava que, apesar de muitos escritores serem acusados de pouco operosos, *O Patriota* e seus redatores lutavam para expandir as Luzes no Brasil e desmentir aquela impressão. Enfatizava que seu exemplo serviria para refutar as acusações de que em Portugal pululavam os ineptos, acusações levantadas por estrangeiros, mas também pelos próprios portugueses.

Em outra seção sobre correspondência, o redator reclamava dos serviços prestados com atraso, pois recebera duas cartas pelos correios de Minas Gerais, com porte pago, e

---

[21] Para correspondência de Melo e Castro, ver Maxwell, 1999, sobretudo o capítulo denominado "A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-Brasileiro", p. 89-123.

[22] Uma das fontes privilegiadas da obra de Francisca de Azevedo são as cartas escritas por d. Carlota Joaquina nas quais se percebe ter ela recebido primorosa educação, nos moldes clássicos das donzelas da alta nobreza espanhola (Azevedo, 2003).

que pareciam ter sido escritas havia meses. Incentivava os leitores a manterem as consultas e, para sanar esse tipo de demora, pedia para endereçarem as cartas diretamente "ao redator do Patriota", porque assim elas chegariam mais facilmente (*O Patriota*, 1813, II, 3, 80).

No entanto, ao encerrar-se o ano de 1813, o jornal mudou suas características, incluindo nova referência comercial, pois a subscrição passou a se fazer também na loja da *Gazeta* ou na loja de Francisco Luiz Saturnino da Veiga, e com os novos preços já mencionados anteriormente: 6$000 réis por seis números. Foi nesse momento que o jornal se tornou bimestral.

No novo ano as temáticas não se modificaram tão radicalmente, e o destaque do debate com seu público permaneceu (*O Patriota*, 1814, III, 1, 64-65). O corpo de redatores, formado que era por diversos censores vinculados à Mesa do Desembargo do Paço, como Mariano P. da Fonseca, José da Silva Lisboa, Garção Stockler, chegou a debater sobre censura de diversas formas, utilizando as páginas do jornal, algumas vezes com debates entre redatores e autores criticados. *O Patriota* adotava vários tons nas maneiras de apresentá-los. Em uma seção intitulada "Exame da resposta defensiva e analítica à Censura que o redator de O Patriota faz ao Drama intitulado o Juramento dos Numes" (*O Patriota*, 1814, III, 1, 63-92), o crítico justificou-se por estar adoentado e não ter podido responder antes à carta de d. Gastão Fausto da Câmara Coutinho, autor do drama que foi representado no Real Teatro de São João, esclarecendo que:

> Sendo as questões literárias de grande utilidade para o aumento do conhecimento, porque neles se apura, e elucida a verdade, elas se tornam absolutamente estéreis, quando, em vez de tenderem a este feito, ostentam um espírito de disputa, tão danoso no progresso das literaturas. (*O Patriota*, 1814, III, 1, 64)

E prosseguiu em tom irritado com a admoestação recebida, demonstrando como fez uma crítica que considerava pertinente, e contra uma obra específica, e não um ataque generalizado, como fazia crer o missivista (*O Patriota*, 1814, III, 1, 76-77). Para isso, interrogava:

> Como se persuadir ele que eu não quisesse antes animar do que descorçoar os Escritores? Se o Poeta fosse animado de igual espírito, não iria revolver as cinzas de um Sábio Ministro, para cevar a sua alma. Se o Redator do Patriota não fez justiça ao seu suposto merecimento, que tem com isto o amigo agradecido do Mecenas Moderno? (*O Patriota*, 1814, III, 1, 78-81)

Portanto, o diálogo entre os redatores e o público permitia colocar o jornal em um patamar importante, vinculado aos objetivos iniciais do periódico, isto é, incentivar uma participação ativa de seu público como forma de melhor esclarecê-lo. Tratava-se de um projeto não só político, mas também educativo.

No mesmo documento, em resposta à contestação da crítica do leitor, denominado também de Poeta (com maiúscula), houve novas críticas irônicas à forma de sua abordagem quanto à prerrogativa do jornal em fazê-las. O Poeta havia questionado a forma de redigir dos responsáveis pelo jornal, colocando em questão o número de redatores de

O Patriota. Dizia que lhe causavam embaraço as expressões *Fixarmos, entraremos, podemos etc.* (em itálico no original). A resposta impaciente do redator procurava desqualificá-lo, com o argumento de que

> O Poeta devia saber que é muito ordinário nos escritores empregarem o verbo no plural, e isto é tão vulgar que na Gramática do Moraes se acha esta construção no artigo de Sintaxe e Regência, e não no da Figurada. O Poeta tem tanta noção dos clássicos portugueses, que lhe faria injúria em apontar exemplos. (*O Patriota*, 1814, III, 1, 63-64)

Esse diálogo foi um dos poucos que mereceram uma quantidade relativamente importante de páginas (*O Patriota*, 1814, III, 1, 63-80; 1814, III, 1, 1 e 1814, III, 1,81-92) para temas de correspondência. Nele, o redator pôde dar demonstrações significativas de sua erudição, ao mencionar um profundo conhecimento de autores franceses, das obras teatrais de Rousseau, de obras de d'Alembert, Molière, Voltaire e de muitos escritores a rigor censuráveis, pouco citados ao longo dos textos do jornal, mas que aqui mereceram destaque.

Muitos textos que podem ser chamados de editoriais se intensificaram a partir dos números do ano de 1814. O tema político teve um grande recrudescimento, em razão das derrotas napoleônicas, e no texto intitulado "Política/Discurso do Redator" o pronunciamento foi de júbilo:

> Desde o princípio de nossa empresa, nos esmeramos em animar as esperanças dos leitores, assim pela face, que a Europa ia tomar, como por ver dilatar-se diariamente o horizonte da sua propriedade. No nº 1 anunciamos próximo o termo das violentas usurpações na França, e a aurora da liberdade política das outras Nações. (*O Patriota*, 1814, III, 2, 53)

A partir daí, muitos temas concentraram-se na questão francesa, comemorando-se a derrota de Napoleão e as providências para a instalação de um governo monárquico na França. A notícia da derrota definitiva de Napoleão chegou intempestivamente, quando o jornal já estava no prelo, e o editor resolveu inseri-la de última hora. O tom era exultante: "Chegou a esta Corte a mais alegre notícia que podíamos esperar" (*O Patriota*, 1814, III, 2, 94-95). E, mais tarde, já no fim do artigo, repercutia a notícia sobre o júbilo da Coroa e a tranqüilidade aos cidadãos: "Para de uma só vez compreender todas as idéias basta mencionar a ordem de S. A. R. para que todos os portos de seus domínios se recebam navios de todas as nações (...) Portugueses! Já não tendes inimigos!" (*O Patriota*, 1814, III, 2, 98).

A notícia da aclamação de Luís XVIII em França (*O Patriota*, 1814, III, 2, 57) veio por meio de uma tradução de texto transcrito de um jornal de Bordeaux, França, registrado como nº 1, e datado de segunda-feira, 14 de março de 1814. Passaram a ser constantes as informações sobre acontecimentos na Europa, que tratavam desde as "Narrativas das dificuldades na Europa e na França por causa do Corso", naturalmente uma referência a Napoleão, até a nova Constituição francesa, as características do Senado conservador e suas decisões mais recentes (*O Patriota*, 1814, III, 2, 90-93).

(111)

havemos concedido aos nossos vassallos, por nós e por nossos Successores, e para sempre a seguinte CARTA CONSTITUCIONAL: —

Artigos da Constituição.

Direitos publicos dos Francezes.

Art. I. Os Francezes são todos iguaes em presença da lei, quaesquer que sejão alias seus titulos e dignidades.

II. Elles contribuem, sem distinção, em proporção das suas posses, para as despezas do Estado.

III. Todos são igualmente admissiveis aos empregos civis e militares.

IV. Sua liberdade individual he igualmente garantida; ninguem será sujeito á demanda ou prisão, excepto nos casos que a lei determina, e da maneira que ella prescreve.

V. Cada hum professa a sua Religião com igual protecção para o seu culto.

VI. Não obstante, a Religião Catholica, Apostolica e Romana he a Religião do Estado.

VII. Os Ministros da Religião Catholica, Apostolica e Romana, e os das outras Religioens Christãs somente, são sustentados pelo Thesouro Real.

VIII. Os Francezes possuem o direito de publicarem e imprimirem suas opinioens, conformando-se ao mesmo tempo ás leis, que reprimirão o abuso daquella liberdade.

IX. Toda a propriedade he inviolavel, sem alguma isenção da que se chama nacional, porque a lei não conhece differença entre ellas.

X. O estado póde requerer o sacrificio da propriedade, a bem do publico interesse legalmente provado, mas precedendo huma indemnidade.

XI. Toda a devaça sobre opinioens e votos dados a cerca da restauração he prohibida. O mesmo

Trecho da Constituição francesa. *O Patriota*, 1814, III, 4, 111.

E havia também debates acalorados sobre a importância da existência da censura como mecanismo atenuante da decadência dos costumes e de grande utilidade para as letras. Um trecho retirado das propostas em discussão ou já aprovadas por políticos na França ressaltava: "A liberdade da prensa é inteira, com exceção da legal repressão das ofensas, que resultem em abuso dessa liberdade. As comissões Senatoriais da liberdade da prensa, e da liberdade individual são conservadas" (*O Patriota*, 1814, III, 2, 93).

E mais adiante, quando se discutia a censura propriamente:

> O plano da lei foi ditado com o fito de servir aos bons autores, aqueles escritores, que são dignos da nobre profissão, que eles têm adotado. Eu acrescentarei que a Censura, que tanto susto tem inspirado é vantajosa à verdadeira doutrina, não vos lembrais de que em Roma quando deixaram de existir os Censores desapareceram também os bons costumes? Nos belos dias de Luís XIV não existia a Censura? [prossegue defendendo a Censura] Logo a Censura não pode ser perniciosa às letras. (*O Patriota*, 1814, III, 4, 97)

Na mesma seção, os políticos franceses defenderam princípios sobre o que animava seu debate e o que os levaria de volta ao pedestal das nações civilizadas:

> O bem público era o único objeto, que os animava, e a disputa de opiniões necessariamente tenderia à utilidade pública, cujos interesses lhe estavam confiados. (...) as outras nações têm ciúmes de nós a este respeito, mas nunca nos hão de igualar. Temos essencialmente o império das letras – a glória que nossos célebres escritores derramam sobre a França, será sempre o nosso magnífico patrimônio. (*O Patriota*, 1814, III, 6, 97)

As discussões sobre a liberdade de imprensa e os riscos de se deixar publicar sem controle estavam na ordem do dia: "A liberdade de prensa se disse que era a mais verdadeira salva guarda da Constituição e da liberdade" (*O Patriota*, 1814, III, 6, 97). O texto expunha os debates nos quais se comparavam as condições de publicação na França e na Inglaterra, afirmando que folhetos servem para divertir o público, mas que alguns abusos exigiam controle. "Que é o que querem os advogados contra a lei? proteger as ciências? Não! Jornais desprezíveis, folhetos magros, como o Livro das Sibilas – eis aqui os frioleiras, pelos quais debatem hoje os representantes do povo" (*O Patriota*, 1814, III, 6, 101).

Os debates concluíram-se concedendo o rei um certo número de emendas aos deputados e determinando que a censura se aplicasse em textos com mais de vinte páginas, talvez em uma tentativa de combater alguns folhetos que tantos estragos políticos haviam trazido às monarquias. M. Montesquiou indagou se os deputados queriam que a lei definisse que as opiniões não estariam sujeitas a censura alguma e obteve como resposta um uníssono "não". Ao final, o jornal informava que a lei fora aprovada na França com 217 votos a favor e 137 contra (*O Patriota*, 1814, III, 6, 102). As notícias da Europa se mantiveram como tema privilegiado, mas o jornal não deixou de informar sobre os acontecimentos no Brasil, mantendo o estilo e a qualidade.

No entanto, como ficou claro no editorial que marcou o fim dos números de 1813, o ano de 1814 foi especialmente difícil: recorreu-se à redução dos números publicados, aos aumentos dos custos e a menções à falta de apoio à proposta inicial. Aproximava-se o fim de um periódico que, pela sua originalidade e importância, iria marcar a história da imprensa no Brasil.

O projeto de divulgação digital vai tornar *O Patriota* mais acessível a muitos interessados. Com essa iniciativa, circulará para um público diverso e curioso, que poderá acrescentar com seus estudos muito mais para torná-lo perene.

O Patriota, apesar de sua curta existência, deixou marcas indeléveis. Posteriormente, seu nome apareceu em outras publicações, algumas querendo insinuar semelhança, fazendo uso de seu título, que, apesar da vida curta, era muito conhecido. Houve outros, talvez, que desejavam apenas imitá-lo. Muitos tentaram adaptá-lo aos novos tempos. Os periódicos batizados com o mesmo nome geralmente acrescentaram apelidos ao título original, expressões que deixavam transparecer sua filiação, mas que os colocavam em outro patamar de discussões políticas. Alguns desses títulos estão catalogados na Biblioteca Nacional, tais como *O Patriota: jornal político liberal*, publicado entre 1 de setembro e 28 de novembro de 1849, e *O Patriota Burlesco*, que circulou no período de 1 de janeiro a 11 de junho de 1864. A análise desses outros *patriotas* pode permitir considerações importantes para a historiografia, comparações que poderão ser importantes reflexões sobre a história da imprensa no Brasil. De qualquer forma, *O Patriota* foi um momento muito importante na imprensa brasileira, pois lançou raízes como periódico de grande credibilidade, tornando-se um modelo e uma inspiração.

Referências

AZEVEDO, F. L. N. de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEVILÁQUA, C. Observações para esclarecimento do Código Civil Brasileiro. In: *Códigos Civis do Brasil: do Império à República, uma retrospectiva histórica*. Brasília: Senado Federal, Companhia Editora Pernambuco, 2003. CD-ROM.

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (Edição fac-similar em CD-ROM. Rio de Janeiro: Diretoria Cultural/Uerj, 2000)

CAEIRO, F. da G. Livros e livreiros franceses de Lisboa: nos fins de Setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 35: 139-168, 1980.

CAVALCANTI, J. A. B. (Dir.) *Publicações do Archivo Nacional*, XXVI. Rio de Janeiro: Officinas do Archivo Nacional, 1930.

CHARTIER, R. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, L. (Org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, R. & ROCHE, D. Le livre, un changement de perspective. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (Dirs.) *Faire de l'Histoire: nouveaux objects*. Paris: Gallimard, 1974.

DARNTON, R. *The Business of Enlightenment: a publishing history of the Encyclopédie 1775-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

DARNTON, R. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DARNTON, R. Um assassinato sentimental. *Folha de S.Paulo*, 13 jun. 2004. Caderno Mais!, p. 9-13L.

FARGE, A. *Lugares para a História*. Lisboa: Teorema, 1999.

FEBVRE, L. & MARTIN, H.-J. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, Hucitec, 1992.

FERREIRA, T. M. T. B. da C. Les échos de la Révolution Française selon l'examen des bibliothèques des lettrés brésiliens à la fin du XVIII[e] et au début du XIX[e] siècle. In: VOVELLE, M. (Org.) *L'Image de la Révolution Française*. Paris: Pergamon Press, 1989. v. II.

FERREIRA, T. M. T. B. da C. & NEVES, L. M. B. P. das. Livreiros franceses no Rio de Janeiro. 1808-1823. In: ENCONTRO DA ANPUH-RJ, IV, 1990. Rio de Janeiro. *História Hoje: balanço e perspectivas. Anais...* Rio de Janeiro: Taurus, Timbre, 1990.

MARROCOS, J. dos S. Cartas de [Marrocos] escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

MAXWELL, K. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MORAES, R. B. de & CAMARGO, A. M. de A. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. 2 v. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp, Kosmos, 1993.

MORAES E SILVA, A. de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)* Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2003.

NEVES, L. M. B. P. das & FERREIRA, T. M. T. B. C. Definindo privilégios: a questão da propriedade literária nas relações entre Brasil e Portugal (1808-1889). In: SEMINÁRIO REGIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DO OITOCENTOS (CEO), 2, 2004, São João del-Rei. *Caderno de Resumos*. Juiz de Fora: Cliodel - Clio Edições Eletrônicas/ Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <www.clioedel.ufjf.br/>

NEVES, L. M. B. P. das & MOREL, M. (Orgs.) *Anais do Colóquio História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho*. Rio de Janeiro: Uerj/CCS, 1998.

PALHARES-BURKE, M. L. *The Spectator, o Teatro das Luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

RIZZINI, C. de A. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RIZZINI, C. de A. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*. (Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Imesp, 1988)

ROCHE, D. *Le Peuple de Paris: essai sur la culture populaire au XVIII[e] siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1981.

SARAIVA, J. H. (Dir.) *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1985. Disponível em: <www.triplov.com/hist-fil-ciencia/melo-e-castro/pages/b-jpg.htm>.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VAINFAS, R. (Dir.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALLAUD, D. *Dictionnaire Historique*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.

VIANNA, H. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869*). Rio de Janeiro: Ministério da Educação/INL, 1945.

ZAIDMAN, D. & RODRIGUES, J. H. (Orgs.) *O Patriota 1813-1814: índice histórico*. Niterói: UFF/Ceuff, 1978. (Mattoso Maia)

Sítios na Internet

<www.triplov.com/hist-fil-ciencia/melo-e-castro/pages/b-jpg.htm>

Bibliografia Complementar

CURTO, D. R. et al. *As Gentes do Livro*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.

DARNTON, R. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DOMINGOS, M. D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

MINDLIN, G. & MIDLIN, J. *Destaques da Biblioteca (in) disciplinada de Guita e José Mindlin*. 2 v. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp, Fapesp, Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

MORAES, R. B. de. *O Bibliófilo Aprendiz*. Brasília, Rio de Janeiro: Briquet de Lemos Livros, Casa da Palavra, 1998.

MOREL, M. & BARROS, M. M. de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RAFAEL, G. G. & SANTOS, M. *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX*. 2 v. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998-2000.

TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

3 AS LUZES PARA O IMPÉRIO: HISTÓRIA E PROGRESSO NAS PÁGINAS DE *O PATRIOTA*

Manoel Luiz Salgado Guimarães

Em seu primeiro número de janeiro de 1813, o jornal literário, político e mercantil *O Patriota*, impresso pela Impressão Régia na cidade do Rio de Janeiro, capital desde 1808 do Império português, estampava um interessante artigo, infelizmente sem indicação de seu autor, que sinalizava de forma inequívoca o universo intelectual e político a que se filiava. Igualmente nas entrelinhas pode-se apreender uma das diversas e variadas acepções do sentido de história para este órgão de divulgação, que contribuía assim para difundir entre as elites do Império português agora sediado na América o sentido da história, não apenas como propedêutica para os estudos específicos, mas como poderosa arma para o exercício esclarecido e correto da política. Na melhor tradição do iluminismo setecentista, o jornal filiava-se a uma concepção da história como mestra da vida, como condutora dos homens pelo mundo, guiados pelos exemplos hauridos dos homens do passado. História e política parecem indissociáveis nessa perspectiva, uma vez que cada vez mais o exercício desta demanda o conhecimento adequado daquela. Mas voltemos nosso olhar para esse artigo, por várias razões emblemático da concepção de história e política próprias ao jornal em questão. O título do artigo, "Estado político da Europa" (*O Patriota*, jan. 1813, p. 112-121), não deixa dúvidas quanto ao seu sentido e objetivo: traçar um panorama da política européia a partir das transformações operadas no cenário europeu pela ação do imperador francês Napoleão. A profunda alteração da geopolítica continental, responsável, como sabemos, pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil, colocava em xeque o mundo do Antigo Regime, com evidentes ameaças às estruturas próprias das sociedades hierarquizadas ainda segundo aqueles valores. O espectro da revolução parecia rondar as sociedades européias como um todo, agora materializado na figura do corso que se fizera coroar imperador em 1804. Para o jornal, sua ação, um "terremoto político", aparecia como mais destruidora do que os "terremotos físicos", metáfora carregada de sentidos para aqueles que ainda podiam trazer consigo a lembrança do devastador terremoto de 1755 que destruíra a cidade de Lisboa no dia de Todos os Santos daquele ano. Napoleão

aparece nas páginas do jornal como aquele que destrói a ordem, semeia a guerra, e os franceses como "os novos godos" que ameaçam aniquilar a civilização. Pela sua ação de rapina sobre o continente europeu, as revoluções semeiam o "espírito de vertigem, que da Europa se estendeu a todo Orbe. Funesto contágio quase não há país que tenha poupado!" (*O Patriota*, jan. 1813, p. 120). Contudo, Portugal parece possuir uma missão providencial: deter o avanço desse terremoto, contendo sua ação devastadora e apoiando-se para tanto na memória dos grandes feitos do passado. O aprendizado das experiências passadas e sua atualização na lembrança dos vivos podem ajudar no desempenho de uma missão no presente. As glórias de Portugal no passado deveriam estimular a luta contra o invasor, reatualizando no presente um papel para Portugal nessa geopolítica alterada, relembrando seu significado como nação que abrira para o continente europeu as possibilidades do Novo Mundo, e alargando desta forma os horizontes para essa cultura européia. Igualmente positiva é avaliada a participação russa, que, nas palavras do jornal, "tem gloriosamente resistido ao maior empenho do flagelo da Europa" (*O Patriota*, jan. 1813, p. 118).

Importante nos parece reter desse primeiro texto, vindo à luz logo no número inaugural do jornal, dois pontos que denunciam de forma bastante clara as concepções de história e as expectativas em relação a ela nutridas por uma elite de letrados, primeiramente encarregados da administração do Império português em terras americanas, e posteriormente uma elite ocupada em fundar os pilares de uma nação independente, a partir de 1822, como desdobramento da política européia pós-napoleônica. Pretendemos mais adiante voltar a este aspecto para indicar as profundas similitudes entre esses literatos e letrados de começos do XIX com os futuros construtores do Império brasileiro, especialmente no que tange às expectativas e percepções da história.

O primeiro desses pontos para o qual queremos chamar a atenção diz respeito ao "sentimento de vertigem" que parece metaforizar o conjunto de transformações percebidas como profundas e radicais por essas elites letradas. O sentimento de vertigem remete a uma situação de insegurança e incertezas, ao mesmo tempo que sinaliza um deslocamento de eixo, uma alteração nas formas de perceber e apreender o mundo. Na verdade, o jornal, ao formular dessa maneira o sentimento de profundas mudanças também associadas a um terremoto, que tudo desloca e altera em relação a suas posições anteriores, ao mesmo tempo que as qualifica com um sentido evidentemente negativo, partilha de uma percepção mais geral das camadas letradas européias a respeito do conjunto amplo de transformações vivenciadas por essas sociedades na passagem do século XVIII para o século XIX. O que nos importa assinalar, no entanto, é o papel central que parece adquirir a história nessa conjuntura específica, o que pode nos ajudar a compreender o lugar que este tema assume como uma das rubricas do jornal. Como compreender em um momento de profundas incertezas o lugar da história como uma forma específica de relação com o passado e com as experiências de outros homens em outros tempos e em outros lugares? Uma primeira e fundamental advertência: é preciso, aqui, compreender o sentido de história com base nos próprios textos e nas formulações que trazem consigo, tendo clareza de que tal sentido

necessariamente nada pode guardar com as nossas concepções e percepções contemporâneas de história. Em outras palavras, é preciso historicizar o próprio conceito para que possamos entendê-lo não como projeção no passado daquilo que hoje entendemos e praticamos como história, mas como uma produção que tem a ver mais com sujeitos e atores de épocas distintas da nossa, e que portanto formulavam diferentemente suas expectativas e interesses em relação ao passado concebido por isto mesmo segundo valores e sentidos que não necessariamente os nossos. E certamente a inspiração mais estimulante para pensarmos esses problemas vem dos trabalhos de Koselleck, que em muitos dos seus textos enfrenta esta problemática assinalando com argúcia o emaranhado de questões que estão na base da formulação de um moderno conceito de história. Se por um lado essas questões bem assinalam um horizonte de expectativas que ainda podemos partilhar em alguns aspectos, por outro nos indicam com clareza as diferenças entre aquela forma de olhar e formular o passado para o seu presente e a nossa, baseada nas regras e nas malhas construídas pela disciplina, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX (Koselleck, 1997, 1984).

Como, portanto, entender o lugar da história num jornal que se define como literário, político, mercantil, não havendo a designação "histórico" ou "de história" em nenhum momento? Um jornal que vem à luz na Impressão Régia e por isso mesmo está submetido ao olhar e vigilância do 'príncipe', cuja autorização se faz indispensável para a sua circulação e se expressa no termo "Com licença" que estampa em sua folha de rosto, denunciando a passagem pelo crivo dos censores encarregados das tarefas de observar rigorosamente o teor do material a ser publicado. Nada que pudesse ser contrário aos princípios do Estado monárquico e da sociedade de ordens assim como da religião católica encontraria espaço em suas páginas. Nesse particular, aliás, parecia se reproduzir uma prática vigente no século XVIII, que punha determinados temas da história portuguesa fora do alcance da crítica erudita, como a que pretendia desenvolver em Portugal a Academia Real de História fundada em 1720. Três temas eram tabus para a reflexão erudita e deveriam ser antes tomados como verdades inquestionáveis e, portanto, fora do alcance do trabalho erudito: as cortes de Lamego, o milagre do campo de Ourique e a primazia de Braga, temas que somente com a historiografia disciplinar do século XIX passariam a ser objeto da investigação e da crítica histórica (Mota, 2003). Estamos, portanto, diante de um regime de historicidade distinto e diverso do nosso, posto que a escrita do texto histórico, para ter autoridade e legitimidade de circulação, demanda a licença do Estado, que vela ciosamente sobre o que pode ser entendido como "histórico" ou "de história", num movimento bastante diverso daquele que procura fundar o texto de história como o resultado de uma operação avalizada única e exclusivamente pelos pares, por aqueles que partilham uma formação e competência específicas, e que dispondo de regras em comum definem os limites de possibilidade do texto histórico. Estamos, assim, diante de uma perspectiva em que a história antes de tudo ilustra os leitores que aprendem com ela; os governantes que podem por meio dela afirmar o seu poder e a sua glória. A história inscreve-se por isso num conjunto amplo de iniciativas do Estado moderno, que para afirmar seu poder deve agora recorrer

prioritariamente à força da pena e não mais das armas. Por outro lado, além do fato de ser *O Patriota* um jornal literário, político e mercantil com o selo de oficial, uma vez que traz consigo propósitos de um certo tipo de Estado, temos que considerar o momento de sua emergência e as circunstâncias de sua impressão para avançarmos na compreensão de sua finalidade e do papel de uma certa concepção de história para esses propósitos.

Criado no Rio de Janeiro, nova sede da Monarquia portuguesa, *O Patriota* fazia parte de um conjunto amplo de iniciativas, muitas delas materializadas em instituições, no campo da cultura, necessárias e mesmo indispensáveis para uma cidade que se vira alçada a uma posição diferente e central para a gerência do Império português. Tudo isso num momento em que o "espírito de vertigem", com seu centro na Europa, parecia se espraiar pelo mundo, pondo em risco um sistema secular de poder. Assim a história poderia ser um poderoso remédio contra essa vertigem, indicando no passado os portos seguros, as certezas que se poderiam contrapor às incertezas do presente. E a América, como mais uma dessas metáforas da segurança, lugar preservado dos terremotos políticos da Europa, que pudera assegurar a continuidade do trono dos Braganças. "O meu espírito descansa quando, lançando os olhos ao Brasil, vejo abraçadas a justiça e a paz, respeito às Ciências estendendo o seu império, e reconheço que nascem para este vastíssimo continente os tempos de Saturno" (*O Patriota*, jan. 1813, p. 120-121), finalizava o autor do artigo o seu panorama político da Europa, desenhando o lugar da história e o papel do novo continente em um mundo em transformação.

Um segundo ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção e que parece evidenciar-se no referido texto de balanço sobre a situação política européia decorrente das guerras napoleônicas diz respeito às lições exemplares possíveis de serem extraídas das narrativas acerca da história dos diferentes países que sofreram a presença do inimigo francês, segundo a tônica do jornal. Ao percorrer essas regiões, começando por Portugal, o autor do texto procura extrair dos relatos que elabora uma lição para os presentes, apoiando-se sempre nas lembranças de um passado glorioso para estímulo das ações contemporâneas.

No mesmo ano, no número de maio, um novo texto com características semelhantes e, pelos fortes indícios, de mesma autoria, vem à luz, indexado sob a rubrica "Política": "Discurso sobre o estado político da Europa" (*O Patriota*, maio 1813, p. 112-124). "Déspota" e "tirano" são os termos que utiliza para se referir a Napoleão e à sua política de conquistas, relacionando-a às causas do desequilíbrio e mudanças no cenário político continental. Percorrendo as regiões invadidas pelas tropas francesas, o autor traça um quadro, com forte *páthos* dramático, de destruição e desolação produzido pela passagem dos exércitos napoleônicos. No entanto, a narrativa ganha outro rumo e dá lugar às reações militares contra a presença das tropas invasoras, indicando dessa forma uma esperança para os que se opõem aos princípios representados pela política de Napoleão. E ela parece vir do Norte, segundo o relato do "Discurso sobre o estado político da Europa", da ação militar dos russos contribuindo para a libertação da Europa. A avaliação sobre o estado político

do continente europeu prossegue com um balanço sobre o panorama francês, que seria, no entanto, omitido segundo as palavras do autor do discurso, caso não se tratasse de um país "que em pouco mais de vinte anos oferece à história mais fatos do que muitos séculos precedentes; cujos anais, tintos de sangue das mais Ilustres Personagens, serão apenas críveis na posteridade" (*O Patriota*, maio 1813, p. 119). A presença de um passado recente, ainda não tornado história – a Revolução –, é a constante que estrutura as reflexões em torno não apenas da política contemporânea, mas da própria história, pensada prioritariamente nos termos de uma temporalidade recente. A conclusão do texto está reservada para a narrativa do papel fundamental, segundo avaliação do autor do texto em questão, desempenhado pela Inglaterra, "que tem sido o foco, donde têm saído todos os raios: eu não desconhecia em cada passo dado pela liberdade Continental aquela mão, que destra e sutilmente tem traçado o plano, e se tem oferecido com todo o seu poder para levantar os abatidos sob o despotismo" (*O Patriota*, maio 1813, p. 122). Apontando a presença inglesa em defesa da "liberdade", o texto não deixa dúvidas quanto às idéias que procura difundir, lembrando aos patriotas localizados deste lado do Atlântico, com a narrativa de feitos recentes da história européia, a necessidade das alianças políticas contemporâneas, a necessidade do presente como conseqüência do passado. Na verdade um presente que pouca autonomia parece ter em relação ao passado, grande fonte dos exemplos de conduta para os homens no mundo. Nesse sentido um regime de historicidade, segundo o qual o passado ainda não se tornara definitivamente história e, portanto, ainda poderia ser percebido a partir de sua presença.[1]

As Luzes da História

Os sucessos políticos decorrentes da partida da família real para o Brasil naquele começo de século XIX ocupam parte importante do primeiro número do jornal impresso na Impressão Régia no Rio de Janeiro. Como parte de um conjunto de instituições criadas pela Monarquia em solo americano e necessárias ao novo papel da cidade do Rio de Janeiro como cabeça de um império, a Impressão Régia criada a 13 de maio de 1808 "faria as vezes da propaganda de Estado", nas palavras de Lilia Schwarcz,[2] e ficaria subordinada à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, àquela altura nas mãos de d. Rodrigo de Souza Coutinho, cujo envolvimento com empreendimentos de natureza literária remontava a Portugal e à criação da Casa Literária do Arco do Cego. Instituição de vida efêmera, funcionou em Lisboa entre os anos de 1799 e 1801 e, segundo interpretação de Diogo Ramada Curto (1999), constituiu-se em uma das estratégias próprias de fazer política das sociedades do Antigo Regime. Cotejando-se o índice de publicações que saíram do prelo

[1] "A história como mestra da vida define um regime segundo o qual o presente e a ação têm já seus contornos predefinidos antes mesmo de existirem, uma vez que não são concebíveis senão segundo a imagem que apresenta o espelho da história" (Yilmaz, 2004: 73). Tradução livre. A propósito do conceito de regime de historicidade, consultar Hartog, 2003.

[2] Para maiores informações a respeito consultar a excelente pesquisa realizada por Lilia Schwarcz, 2002.

da Casa Literária do Arco do Cego com o que foi publicado nas páginas d'*O Patriota*, pode-se constatar uma grande proximidade de temas e preocupações presentes em ambos os projetos editoriais: estão contemplados os estudos referentes à botânica, matemática, astronomia, medicina e aos melhoramentos da agricultura por meio da difusão de novas técnicas e de novos produtos, assim como poesia, descrições e roteiros de viagem e história. Em suma, um verdadeiro leque de preocupações próprias de um projeto de natureza iluminista aliado às especificidades de Portugal e de seu império ultramarino. Não por acaso as descrições de viagem e os estudos voltados para a melhoria da agricultura e sua diversificação ganham especial relevo e espaço nas páginas tanto d'*O Patriota* quanto das obras impressas sob a chancela da Casa Literária do Arco do Cego. Um saber a serviço da ilustração, mas também adequado às necessidades do Estado. É importante lembrar que quando do encerramento das atividades da Casa Literária, seu acervo assim como parte dos seus projetos são anexados à Impressão Régia, reorganizada pelo decreto de 7 de dezembro de 1801, o mesmo que estabelecia o fechamento da Casa do Arco do Cego e transferia para a própria Impressão Régia, ainda sediada em Lisboa, seu pessoal, oficinas e pertences. Percebem-se, portanto, os fortes laços que conectam os referidos projetos intelectuais, quer quanto à forma de organização e disposição do saber, quer quanto aos horizontes de crenças e valores que partilham.

Concentremos, no entanto, nossa atenção sobre *O Patriota* e os temas que ocupavam suas páginas, para em seguida lançarmos o foco sobre o lugar da história neste periódico. Como já afirmamos aqui, a instalação da Corte portuguesa em terras brasileiras como conseqüência da política napoleônica tornava a implantação do Estado monárquico deste lado do Atlântico um dos temas centrais das preocupações do mundo letrado. Curiosamente, o mesmo assunto ganharia para a historiografia nacional do século XIX um lugar de destaque e uma centralidade que fizeram do processo de independência do Brasil algo específico em relação ao continente americano. A centralidade que esse ato de transferência tem para a escrita de Varnhargen e sua compreensão da história do Brasil é a esse respeito exemplar. Ainda no primeiro número do jornal, ao lado do texto sobre o estado político da Europa, ao qual já fizemos aqui referência, aparece uma ode em homenagem à partida do príncipe regente d. João para o Brasil, lida em Paris em 5 de janeiro de 1808, dia em que se anunciou na capital francesa sua viagem para o Brasil, na presença de "bons portugueses". O tom não difere daquele presente no texto sobre o estado político da Europa: a França de Napoleão como a terra do despotismo que faz o mundo tremer e "baquear os tronos" e a Monarquia portuguesa incumbida de reconstruir os valores ameaçados, agora em terras americanas. Vejamos como se expressa a respeito o autor da ode:

> Manda o Decreto, do que os Mundos rege,
> Que um novo, um grande império levante,
> Manda que Português seja o Monarca,
> E Português o Império:

Deus me confia a empresa gloriosa,
Cumpre seguir seu mando orsu *(sic)* as quilhas
O seio de Netuno despedacem;
O Brasil nos espera.

A ode prossegue lamentando a partida do regente e da Corte, mas seu tom se altera ao prognosticar para o Império português novos tempos, igualmente gloriosos, em terras americanas. Em um cenário de natureza exuberante, os feitos dos antepassados lusitanos devem inspirar a obra de assentar a Monarquia nos trópicos, solidificando os princípios monárquicos como forma de governo e assegurando a continuidade da Casa de Bragança. A transferência da família real deveria ser lida, portanto, segundo uma chave peculiar, que a compreendia como forma de manutenção da ordem e dos valores aristocráticos. Ao mesmo tempo que se afirmavam valores políticos próprios de uma forma específica de Estado, sugeria-se uma particular leitura da história dos acontecimentos contemporâneos, na contramarcha dos eventos deslanchados com a Revolução Francesa e seus desdobramentos. A França permaneceria sendo o lugar do despotismo e da ameaça de lançar as sociedades numa vertigem decorrente dos terremotos, associada ao regime implantado com a revolução de 1789. Essa imagem, difundida já em seguida sobretudo aos sucessos decorrentes do Terror, marcara de modo profundo os limites de percepção da elite letrada portuguesa e futuramente dos construtores do Império brasileiro, posicionando-os, portanto, contrariamente aos valores defendidos pelos ideais de 1789. D. Rodrigo de Souza Coutinho, de atuação decisiva em empreendimentos culturais vinculados às novas demandas dos Estados modernos, é neste particular emblemático. Os sucessos decorrentes da Revolução Francesa encontram-no no exercício de sua função de diplomata, e em suas informações para a Corte de Lisboa a situação francesa é qualificada como "triste e lastimosa", e quando reina a anarquia, segundo sua avaliação, "o homem civilizado não se distingue do selvagem" (Silva, 2002: 266-267). Em outro documento citado pela mesma autora, sua profissão de fé política – emblematicamente, o título do próprio texto – não deixa qualquer dúvida a respeito da forma mais adequada de governo dos homens, por ele defendida:

> Je crois que le plus grand malheur qui puisse arriver à une nation c'est une révolution; que l'homme juste et honnête ne doit jamais la provoquer ; ni même être le premier à se déclarer ; lorsque malheureusement ou l'oppression ou le choc des opinions des hommes amènent de pareilles désolations.
>
> Je crois que la monarchie absolue est supérieure aux deux formes simples, aristocratique et démocratique, car elle est susceptible d'une grande perfection, et de produire un grand bonheur, lorsqu'un prince éclairé connaissant ses vrais intérêts les regarde comme indivisibles de ceux de ses sujets, et produit alors un bien-être si considérable, et si rapide, que de ce

côté-là aucune autre forme de gouvernement ne peut lui être comparé. (*apud* Silva, 2002: 280)[3]

É como parte desse trabalho de esclarecimento do príncipe que podemos compreender seus esforços em reunir um conjunto de letrados brasileiros e portugueses em torno da Casa Literária do Arco do Cego e de seu projeto editorial, cujos desdobramentos e relações com a publicação de um jornal como *O Patriota* parecem bastante claras, mesmo que quando vindo à luz, em 1813, o primeiro número do jornal, d. Rodrigo já tivesse falecido na mesma cidade do Rio de Janeiro, cabeça desse novo império. A tarefa de esclarecimento do príncipe não estava, contudo, dissociada da função de enaltecê-lo por suas virtudes, o que fica bastante claro no jornal, considerando-se a publicação sucessiva de odes e elogios não somente ao regente como também aos membros da família real, demarcando dessa forma de maneira explícita suas preferências políticas. Parece-nos digna de atenção a ode publicada pelo jornal em seu número de setembro de 1813 em homenagem ao dia da inauguração da estátua eqüestre do rei d. José I. Na verdade, tratava-se de um ato rememorativo pela carga simbólica de que se revestiu, buscando sublinhar uma data, 6 de julho de 1775, dia em que o monarca comemorava seus 61 anos. Segundo Lilia Schwarcz em seu relato das cerimônias cuidadosamente organizadas e dirigidas pelo marquês de Pombal naquela ocasião, o ato coincidia com a reconstrução do centro da capital lisboeta arrasada pelo terremoto de vinte anos antes. Procurava-se, com ele, simbolicamente marcar um novo começo para Portugal sob a égide das luzes de um "despotismo esclarecido", empenhado e comprometido com "o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras, o progresso científico, a vitalidade do comércio interno, a riqueza do comércio externo, a paz política, a elevação do nível de riqueza e bem-estar" (Schwarcz, 2002: 113). Como não reconhecer, nesses princípios, semelhanças com os propósitos do jornal literário? Esse novo recomeço agora se faria do outro lado do Atlântico, reafirmando, contudo, os mesmos valores caros à Monarquia portuguesa. A publicação da ode como forma de lembrar os feitos gloriosos da Monarquia portuguesa no passado presentificava-os para as gerações contemporâneas. Ao lembrar um recomeço, reatualiza o tema, mostrando com o exemplo a capacidade dos portugueses de enfrentar novos desafios representados pelas situações semelhantes.

No mês de março anterior o jornal já estampara em sua seção dedicada às obras publicadas na "capital da América" um "Elogio Histórico do Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Almirante General da Armada Real Portuguesa" dedicado ao príncipe regente d. João, de autoria do prelado patriarcal e decano da Capela Real do Rio de Janeiro, o sr. Joaquim da Nóbrega Cão e Alboim. Segundo o redator, o próprio

[3] Acredito que o maior infortúnio que pode acontecer a uma nação é a revolução; que um homem justo e honesto jamais a possa provocar; nem mesmo ser o primeiro a declará-la; quando desafortunadamente quer a opressão quer o choque de opiniões entre os homens conduzam a semelhantes desolações. Acredito ser a monarquia absoluta superior às duas formas simples, aristocrática e democrática, uma vez que ela é suscetível de um grande aperfeiçoamento, assim como de produzir a felicidade, uma vez que um príncipe esclarecido, conhecendo seus verdadeiros interesses, os veja como inseparáveis dos de seus súditos, e produza então um bem-estar tão considerável e rápido, que nenhuma outra forma de governo lhe possa ser comparada. Tradução livre.

objeto da obra faria o seu interesse, dedicado à exaltação dos feitos heróicos de d. Pedro Carlos como "testemunha ocular" que fora de algumas circunstâncias de sua vida. O elogio ao morto como procedimento necessário à afirmação dos valores e direitos da Monarquia.

Tomemos o texto de introdução ao primeiro número do jornal pelo seu caráter propositivo e por isso mesmo esclarecedor não apenas de suas adesões políticas como também de sua filiação a uma certa concepção de história, implicando alguns desdobramentos de ordem quer política quer epistemológica e desaguando em formas específicas de concebê-la e escrevê-la. Podemos falar que um certo 'regime de historicidade' está implicado nessa forma peculiar de voltar-se para o passado, o que impõe considerar uma certa maneira própria e específica de lidar com o tempo e seu transcurso, produzindo a este respeito um sentido e ao mesmo tempo uma explicação. Concebê-la como 'mestra da vida', conforme indicamos no começo, é supor o fato de que, para além de um pretenso e necessário aprendizado com a história, uma certa temporalidade está também implicada, pois só nos seria possível o aprendizado caso o passado pudesse de alguma forma guardar com o presente uma relação de tal proximidade e intimidade que os fatos sucedidos em outro tempo e segundo outras injunções pudessem servir de referencial e horizonte para um tempo posterior e, portanto, para outras experiências humanas. Do contrário, o passado nada teria ou nada poderia ensinar ao presente dos homens vivendo não apenas em circunstâncias diversas, mas rigorosamente distintas do próprio passado. Cada época guardaria em si mesma seu sentido e sua explicação, uma perspectiva radicalmente distinta daquela que aqui, no texto em questão, se insinua e que caracterizaria as diversas formas de historicismo de finais do século XVIII e começos do XIX.

Um primeiro aspecto relevante e bastante recorrente não apenas nesse texto introdutório do jornal *O Patriota*, como em outros tantos publicados pelo periódico, diz respeito ao papel que as referências à Antigüidade parecem ter: por um lado legitimação de autoridade como sinal de controle de uma certa erudição por parte daqueles que escrevem e pretendem o convencimento, mas também o fornecimento de exemplos de grandeza e fonte, portanto, de emulação para o presente com vistas ao futuro. Em verdade tratava-se de um procedimento em que o recurso à história deveria ser encarado como parte de uma política de glorificação do rei, exemplarmente levada a cabo por Colbert e sua política cultural voltada para o engrandecimento do rei-sol Luiz XIV. O estímulo às letras e às artes devendo ser encarado como parte de um projeto de valorização do Estado monárquico e, no mesmo movimento, de domesticação da aristocracia[4] parecia coincidir com a visão política de d. Rodrigo de Souza Coutinho e seu empenho neste campo. No entanto, é preciso aqui sublinhar que esse interesse recorrente pela Antigüidade não era absolutamente inédito se tomarmos em conta, por exemplo, o trabalho do Renascimento neste particular, especialmente o papel que os modelos da Antigüidade poderiam representar para a construção do humanismo moderno. Não apenas os cânones artísticos, como também os modelos polí-

[4] Consultar a respeito a obra de Elias, 2001, referencial para essa discussão.

ticos de regulação da vida coletiva, tiveram nas sociedades da Antigüidade fonte privilegiada de inspiração. Basta que nos lembremos de Winckelmann e sua reflexão em torno da arte antiga, estabelecendo os parâmetros de uma nova história da arte, para que tenhamos a dimensão do significado dessa volta à Antigüidade para as sociedades dos séculos XVIII e XIX diante do desafio das novas experiências da modernidade. O que parece, sim, diferir, agora, em relação ao interesse pelo passado da Antigüidade clássica, traduzindo o que poderíamos considerar uma posição moderna a este respeito, seria o fato de que esse olhar para o passado estará, a partir do empreendimento da filosofia da história iluminista, constituído segundo um futuro que se projeta como sendo aquele decorrente do próprio movimento da história. Em outras palavras, esse futuro, como um sentido, um lugar, produz a possibilidade de uma nova forma de encarar o passado, percebendo-o com base nesse sentido e em uma utilidade, que tornariam assim o aprendizado da história não só necessário como também indispensável para a melhor realização do futuro.

Diferentemente da cultura antiquária, avaliada como erudição vazia e desprovida de sentido para o presente dos homens, a longa disputa em torno do passado colocou em campos opostos, no final do século XVII e começos do século XVIII, antigos e modernos, disputando nessa 'batalha de livros', mais do que a legitimidade de suas posições, o direito a organizar o presente segundo seu projeto, e confirmando, portanto, as profundas e estreitas relações entre voltar-se para a história e a organização política do presente. Como parte dessa batalha em que inegavelmente os modernos ganharam devemos compreender os esforços para a edição de um periódico como *O Patriota*. Nele, a história, se bem ainda não completamente submetida aos protocolos epistemológicos visando a um conhecimento objetivo, anuncia novas formas de lidar com a experiência temporal, transformando em uma natureza uma forma específica, portanto histórica, de produzir sentido para a experiência do tempo. O caminho das letras poderia tornar, nas palavras do editor do jornal, "os homens de todos os séculos contemporâneos" (*O Patriota*, jan. 1813, p. 2 da Introdução), viabilizando esse aprendizado que tornaria o conhecimento do passado útil pelo que poderia fornecer de ensinamentos para o presente. Somente quando tornados "contemporâneos", rompendo a barreira do tempo e tornando o passado próximo do presente, a história pode, na perspectiva dos modernos, cumprir seu papel de mestra, fazendo dessa coleta sistemática das experiências de outros tempos um empreendimento dotado de sentido e finalidade, e por isso justificável diante das demandas decorrentes de sua tarefa. Ela se nobilita, assim como enobrece aqueles a que a ela se dedicam, cumprindo uma segunda e não menos importante tarefa: a de salvar do esquecimento as obras do passado, revelando aos homens do presente as grandezas que podem partilhar. Grandezas que por sua vez podem e devem contribuir para o trabalho de emulação ao qual já fizemos referência. Vejamos como a esse respeito se expressa o editor para aqueles que pretende como público leitor:

> Convencido de que apodreciam no esquecimento obras assaz recomendáveis, e notícias de sobra interessantes, sem que uma mão hábil coligisse, e ordenasse aqueles dispersos membros, e formasse um todo digno da aten-

> ção pública, doendo-me de que não acordasse a emulação à vista de tantos modelos das nações cultas, como se a posição física retardasse a luz a chegar ao nosso horizonte; cego à insuficiência de minhas forças, mas desperto ao brado da Pátria, eu não hesitei um momento em empreender aquilo, que todos os Literatos, primeiro que eu, haviam pensado, e de que (infelizmente) abriram mão, aterrados com os embaraços, que situações melindrosas tornavam quase insuperáveis. (*O Patriota*, jan. 1813, p. 4-5)

Essa passagem, emblemática em diversos aspectos acerca do lugar da história para o editor do jornal *O Patriota*, aborda pelo menos dois pontos já aqui indicados. O papel de "salvar do esquecimento" obras tão significativas pela sua capacidade de difundir as Luzes, assim como de emular os contemporâneos para sua ação no mundo. É de se salientar, contudo, que tal finalidade, para ser atingida, demandaria um trabalho de "coligir e ordenar" para formar "um todo digno da atenção pública", o que significa dizer que não é suficiente apenas uma coleção dos objetos e das experiências do passado, se estas não forem organizadas segundo uma finalidade, um sentido, nas palavras do editor "um todo digno da atenção" do presente em que esta tarefa está se realizando. Por esse procedimento estabelecia-se uma diferença fundamental em relação ao mesmo ato colecionador que informara a prática antiquária e da qual querem demarcar fronteiras muito claras. Como não ver aí os ecos dessa filosofia da história, vitoriosa no século XVIII em sua missão de tornar o passado digno da reflexão racional, constituindo aquilo que parecia disperso, num todo organizado e dotado de coerência, tornando assim o passado em etapa do próprio presente, agora transformado em futuro daquele passado? Por esse movimento o sentido maior das ações humanas parece ganhar significado. O passado se desvela pelas luzes que o presente lança sobre ele, e esta parece uma, entre tantas outras, importante finalidade para o editor deste periódico voltado para o esclarecimento e difusão das luzes, particularmente difíceis pela "posição física" que retardaria seus efeitos sobre o continente americano. Mas como retardar ainda mais esse trabalho de esclarecimento agora que a Monarquia se transferira para o continente, tornando o Brasil sede de um império e por isso mesmo objeto de um novo olhar? Construir essa cadeia de sentido, tornando o passado presente para os homens do século XIX, poderia não só emular as ações desses homens no presente, como contribuir para a produção de novas identidades, agora tão necessárias a uma sociedade que se quer coetânea dos modelos europeus.

Atentemos ainda para um outro aspecto importante presente na concepção de história que se insinua nas páginas deste jornal literário: o conhecimento do passado pode emular, o que supõe um poder de estímulo à ação com base em certos referenciais 'morais' capazes de auxiliar na produção de julgamentos no momento desta ação. Em suma, um bom conhecimento da história, entendida como a experiência de outros povos, pode auxiliar nesse processo de construir referências para a ação num mundo em transformação, marcado pela velocidade com que, uma a uma, as certezas do passado são postas em xeque. A laicização do mundo com todos os seus corolários, a progressiva perda de significado

do papel da Igreja para a definição de uma tábua de valores referenciais, assim como para a capacidade de assegurar um sentido que transcenda a contingência da vida humana, somadas à crítica política que acaba por atingir as instituições de Antigo Regime com seus desdobramentos de ordem institucional abrem um novo caminho para o conhecimento da história e seu uso político. Esta transforma-se progressivamente no tribunal moderno, no qual as ações humanas passarão a ser julgadas, tendo em vista os pressupostos dessa história universal iluminista. Um tribunal tanto mais legítimo e imparcial porque constituído com base em princípios objetivos extraídos de um conhecimento filosófico da história. Dessa forma a sua 'utilidade' está assegurada: uma mestra que ensina, mas que igualmente julga, premiando ou punindo, segundo a ação dos homens mais ou menos de acordo com a verdade extraída do conhecimento do passado. Por esse viés pode-se entender a importância e o lugar da história num periódico que se pretende útil e difusor das luzes modernas. Igualmente ganha sentido a rubrica "História" em meio a tantas outras que integravam o referido periódico versando sobre matemática, física, química, agricultura e medicina. Da mesma maneira que a leitura das matérias referentes à agricultura e seus progressos poderia significar importante contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade fundamentalmente dependente dessas produções, igualmente criava-se a expectativa de que a leitura e o conhecimento do passado da "pátria" poderiam contribuir e, portanto, ser úteis diante dos novos desafios políticos decorrentes da transferência da Corte.

Mas o que exatamente entendem o editor e os colaboradores do jornal a respeito do significado do termo "pátria", que informa o próprio nome do periódico?[5] Sabemos que no século XIX as profundas relações entre nação, pátria e história fundamentavam não apenas o conhecimento do passado, segundo as regras da disciplina formalizadas a partir da terceira década do Oitocentos, como também organizavam as novas lealdades políticas, instaurando a nação como referência identitária por excelência e objeto da devoção política moderna. A legitimidade das construções nacionais contemporâneas seria buscada num passado remoto, naturalizando e conferindo temporalidade alargada a uma construção política recente. No passado, transformado definitivamente em história, estaria a origem do presente e portanto das nações modernas, servindo o recurso a ela como 'prova' dessas criações do século XIX. No entanto, não parece ser essa a compreensão do conceito político de pátria veiculado para os leitores do jornal. Não estamos diante de um regime de historicidade próprio da história como uma ciência moderna, e o uso político parece ainda restringir o sentido de pátria à idéia de um lugar geográfico, um lugar de nascimento, por oposição a Portugal. Não carregaria ainda o sentido político que conotava a expressão, sobretudo a partir do século XIX, no caso brasileiro, e que implicaria a idéia de constituição de uma comunidade política com interesses específicos e diferenciados. Aliás, esse é o sentido que dois textos centrais da cultura iluminista parecem já conferir ao termo "pátria".

[5] A importância da história dos conceitos ficou definitivamente assegurada pelos fundamentais trabalhos de Reinhart Koselleck. Ver a respeito, especialmente, Kosellek, 1984.

Comecemos pelo verbete com esse título do *Dicionário Filosófico de Voltaire* (1876). O autor da *História da Civilização dos Costumes*, obra central para a percepção da história concebida de um ponto de vista universalista, inicia seu texto interrogando-se sobre o que poderia ser uma pátria para diferentes povos: um judeu nascido em Coimbra, segundo ele no seio de "ignorantes absurdos", poderia considerar como pátria uma terra em que corria o risco de cair nos braços da Inquisição? Seria, então, Jerusalém outrora habitada por seus ancestrais e no século XVIII em mãos dos turcos? Voltaire conclui que esse povo não possui sobre a Terra um território que possa ser considerado seu. Prosseguindo, interroga-se acerca dos gregos e da conveniência do termo "pátria" para definir sua condição política, uma vez que ignoravam o passado e "sabem somente que são escravos de um janisaro, o qual é escravo de uma aga, o qual é escravo de um pacha, o qual é escravo de um visir, que por sua vez é escravo de um padisha, o qual chamamos em Paris de o grande turco" (Voltaire, 1876: 124). Para Voltaire, a condição de escravidão, de submissão a alguém impede o uso moderno do conceito de pátria, que não pode existir, portanto, sob as condições de despotismo. Na seqüência do texto e com base em uma aproximação que o autor realiza entre a pátria e a família, o sentido que parece querer conferir para seu uso é eminentemente restrito e volta-se para os modelos políticos das repúblicas antigas. Como acontece com as grandes famílias, somente seríamos capazes de amar aquilo que melhor conhecemos, e quanto maior a família mais difícil se torna esse conhecimento, segundo os argumentos do filósofo francês. Assim também com as comunidades políticas: quanto menores, maiores as chances de um verdadeiro amor, pois "quanto mais esta pátria se torna grande, menos a amamos, uma vez que o amor dividido se enfraquece" (Voltaire, 1876: 125). Em contrapartida, quanto mais procurarem a grandeza de seu próprio país, mais desejarão o mal de seus vizinhos, e somente o cidadão do "universo" conseguiria o equilíbrio dos países e a felicidade entre os povos. A pátria combinaria a convivência em pequenas comunidades com o amor pela humanidade como modo de assegurar a felicidade humana, garantindo de forma harmônica a relação entre a parte e o todo.

Tomemos o segundo daqueles textos, o verbete da *Enciclopédia* e sua definição para o termo "pátria" (*Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*). O texto inicia estabelecendo a diferença na forma de proceder do filósofo, do geógrafo e do lexicógrafo para definir o termo: enquanto os dois últimos definem-no em uma perspectiva mais concreta, para os quais portanto a pátria é o lugar físico do nascimento, os filósofos, comprometidos com as exigências do pensamento racional, definem a pátria derivando seu sentido do termo latino *pater* e associando-a por isso à família, à vida em sociedade como membros de um Estado livre. Seu sentido, além de carregar uma dose maior de abstração, supõe igualmente que sob o despotismo não existe a pátria. Começando pelos antigos, afirma o verbete da *Enciclopédia* que gregos e romanos dedicavam à pátria um amor sagrado e sublime superior a qualquer outro sentimento ou devoção, justificando todo ato de renúncia e entrega. Uma força para além de todas as forças que ela mesma estabelece para o governo dos homens, transcendendo por isso a cada um isoladamente

que venha a ocupar um cargo naquela comunidade política. Ao transcender as individualidades, o amor à pátria conduz à educação dos costumes, permitindo a cada um a renúncia a si mesmo, a seu egoísmo particular, como forma de permitir a vida coletiva da comunidade. Trata-se, portanto, claramente de uma virtude política. Aquela que animara gregos na luta contra os persas, os valores da pátria democrática em luta contra os valores imperiais, a liberdade contra a tirania. Esse mesmo sentido de pátria teria sido herdado pelos romanos, pelo menos até Tibério, quando então a tirania, o interesse particular parecem se sobrepor ao da comunidade, pondo em risco os valores da pátria como uma virtude política. O texto conclui por afirmar a mesma compreensão expressa no texto de Voltaire: a pátria supõe necessariamente a ausência da tirania e o império da lei. Ernst Kantorowicz, em seu clássico texto *Mourir pour la Patrie dans la Pensée Politique Médievale* (1984), apresenta-nos as mutações que sofreu o conceito de pátria na passagem da Antigüidade para a Idade Média. O lugar da morte pela pátria como um valor político entre os gregos expressava-se de forma clara no espaço arquitetônico do *Kerameikos* ateniense, com sua alameda dedicada aos heróis que tombaram pela cidade. Esse era o sentido quase exclusivo de pátria para os gregos, segundo Kantorowicz. Ainda que com algumas alterações, o mesmo sentido ter-se-ia mantido para os romanos. Já à época do feudalismo ocidental, o uso político do termo "pátria" tende a se aproximar cada vez mais daquele de um lugar de nascimento. Segundo o mesmo autor, o termo perde seu forte conteúdo emocional presente na Antigüidade, mas ainda está longe de apresentar suas características próprias da época moderna: sua correspondência a um território nacional ou a um Estado territorial. É ainda Kantorowicz quem nos afirma que antes mesmo do final do século XIII, a associação que passa a ser feita entre as comunidades seculares e a idéia de "corpo místico" é responsável por uma revalorização do sentido de "morrer pela pátria", que reencontra, assim, "sua antiga nobreza" (Kantorowicz, 1984: 133). Esse sentimento funda-se agora, sob a égide do cristianismo, sobre as bases da caridade, compreendida como a valorização dos interesses da comunidade sobre aqueles dos indivíduos.

Voltemos ao nosso jornal literário do século XIX para acompanharmos o sentido de história que se expressa em suas páginas e que não parece ser ainda aquele do moderno regime de historicidade, o qual supõe por um lado o tratamento dos fatos que não se repetem como o verdadeiro objeto da história como conhecimento, e por outro a estreita relação entre o trabalho com o passado e a escrita de uma biografia da nação (Furet, 1989). Dessa forma, o que estava em jogo para os letrados envolvidos com o projeto literário d'*O Patriota* não era ainda a possibilidade de escrita de uma história que se definiria como nacional, posto que ainda não estava em elaboração este conceito político moderno no caso brasileiro. Não nos estranha, portanto, o fato de que, ao consultarmos o índice relativo à temática em questão, não possamos vislumbrar uma preocupação com artigos voltados para a definição do que seria uma possível história do Brasil. O que nos chama de imediato a atenção é justamente o fato de que a rubrica "História" do jornal comporta uma diversidade significativa de temas e interesses que não necessariamente recobrem o que passamos

a entender por temas de história. Encontram-se aí publicados artigos que são relatos de viagem por diferentes regiões do Império português, descrições geográficas, políticas e históricas de partes do território da Colônia brasileira, história das populações indígenas e roteiros de viagem por diferentes partes do território brasileiro. Portanto, entendia-se como história uma diversidade temática que poderia ir dos roteiros e relatos de viagem até textos descrevendo as características históricas de uma determinada região, situando-se próximo a um gênero que passara a ser de extrema importância para escrever a história nacional: as corografias. Por outro lado, observa-se ainda uma segunda característica desses escritos que nos parece digna de atenção: textos que em um número do jornal são classificados como de história têm a continuação de sua publicação em um número seguinte sob outra rubrica, como por exemplo "Política" ou "Topografia". Tomemos como exemplo um artigo cuja publicação estendeu-se ao longo de cinco números do jornal e que tratava da descrição geográfica da capitania de Mato Grosso: no primeiro número em que é publicado, aparece na seção "Geografia" (julho de 1813), nos números de agosto, novembro e dezembro do mesmo ano consta como sendo um artigo de história, e finalmente sua conclusão aparece num único número referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1814 na seção intitulada "Topografia".

Um mesmo texto ganha assim diferentes classificações pelo jornal. Os próprios índices organizados, um ao final de cada número, e o índice geral cobrindo os dois anos da publicação apresentam discrepâncias quanto à classificação de um mesmo texto, ora indexado como de história, ora classificado sob uma outra rubrica. É o caso, por exemplo, de dois textos; um primeiro intitulado "Notícia de novas estradas do interior para facilitar a comunicação das Capitanias Centrais" (*O Patriota*, ago. 1813, p. 66-69) e um segundo, "Exame de algumas passagens de um moderno viajante ao Brasil" (*O Patriota*, ago. 1813, p. 69-70), na verdade uma crítica ácida ao livro *The History of Brazil*, de Andrew Grant. Nos índices dos respectivos números em que são publicados aparecem na seção "Política"; já quando consultamos o índice geral do jornal, constam como sendo textos de história. Temos, assim, indícios significativos de que as regras para definir um texto como de história são bastante diversas daquelas que se tornaram canônicas a partir da afirmação da disciplina no século XIX. Certamente, por essas regras da disciplina alguns daqueles textos dificilmente seriam percebidos como de história, não podendo por isso integrar um repertório de ensinamentos a respeito do passado. O sentido de história parece deslizar entre diferentes semânticas possíveis e, dessa maneira, certamente será com base em um sentido universal, em um dado previamente considerado, que poderemos compreender a gama de textos publicados sob essa rubrica n'*O Patriota*.[6] Voltaremos a esta questão mais adiante, quando analisarmos esses textos publicados nas páginas do jornal.

Uma terceira característica, no entanto, ainda nos parece digna de nota com relação aos temas que integram a rubrica "História": percebe-se uma enorme semelhança temática e de interesse entre esses textos e aqueles que virão a integrar as páginas da *Revista do Instituto*

[6] "O que constitui a história não é um dado, no sentido universal, mas práticas específicas a um tempo e a um lugar." (Rao, Shulman, & Subrahmanyam, 2004: 34). Tradução livre.

Histórico e Geográfico Brasileiro em sua primeira fase, desde a fundação em 1838 até pelo menos a década de 50 do mesmo século. Já em seu primeiro número de 1839, a revista do IHGB publicava a transcrição de um manuscrito oferecido pelo sócio correspondente José Manoel do Rosário, de autoria do comandante do Real Presídio de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, intitulado "História dos Índios Cavaleiros, ou da Nação Guaycuru" (Prado, 1839), o mesmo texto, portanto, publicado nos números de julho a outubro de 1814 d'*O Patriota*, "História dos índios cavaleiros, da nação guaycuru, escrita no Real Presídio de Coimbra no ano de 1795, por Francisco Alves do Prado, Comandante do mesmo, em que descreve os seus usos, costumes, leis, alianças, ritos, governo doméstico: as hostilidades feitas a diferentes Nações bárbaras, e aos Portuguêses e Espanhóis, males, que ainda são presentes na memória de todos" (*O Patriota*, jul.-ago. 1814, p. 14-33; set.-out. 1814, p. 26-44). Não se trata, evidentemente, de mera coincidência, mas de algo que indica a permanência de expectativas bastante próximas quanto ao uso da história e seu sentido para uma sociedade de letrados. Poderíamos supor que estaríamos ainda sob uma mesma ordem do tempo, que configuraria uma determinada forma dessa sociedade de perceber e elaborar a sua passagem, ainda que não mais se tratasse de uma mesma ordem política. As marcas das Luzes setecentistas ainda se faziam presentes em pleno século XIX e num quadro político agora alterado em virtude da Independência proclamada em 1822. O uso da história guarda, portanto, nas páginas do jornal, um sentido ainda eminentemente universalista, em que temas variados parecem compor as peças necessárias do quebra-cabeça da história universal, concebida como história da civilização. E como parte dessa ordem do tempo, o futuro parece fornecer os elementos necessários para a compreensão do passado. No caso do Império brasileiro, fundado em 1822, seriam as demandas decorrentes da necessidade de fundar uma nação no antigo espaço colonial português que tornariam a ida ao passado uma demanda do presente para assegurar um projeto de futuro.

A História nas Páginas do Jornal *O Patriota*

Tendo em vista as observações feitas há pouco, a simples consulta à seção intitulada "História" pelos redatores do jornal não nos fornece a gama variada de artigos que, como explicamos, ainda que sob a rubrica de uma outra seção poderiam tratar de temas considerados históricos. Da mesma forma, muitos dos artigos assim denominados não necessariamente estariam sendo por nós, hoje, classificados como de história. Nosso procedimento foi tomar todos os artigos relacionados sob aquela rubrica pelos redatores do jornal, para então refletirmos sobre os possíveis sentidos atribuídos à história pelo periódico. Por outro lado, percorremos outras seções, considerando a pluralidade de sentidos recobertos pelo termo "história" naquele momento, que nos pareceram especialmente importantes para acompanharmos a cristalização de um conceito ou do uso de história para aqueles que redigiam o jornal, assim como para o público que se esperava como leitor. Chegamos a um total de 17 artigos importantes para trabalharmos esta temática.

Os editores do jornal compreendiam como temas relacionados à história os artigos que tratam de três questões centrais: as descrições de viagens por regiões do Império português ou pelo território da Colônia brasileira, especialmente as regiões mais afastadas da capital, sediada a partir de 1808 no Rio de Janeiro; a história e descrição de províncias do Brasil, as populações indígenas. É importante frisar que muitos desses textos não foram produzidos como matéria exclusiva para o jornal, constituindo-se de fato em republicações de material, grande parte do qual do século anterior.[7] Contudo, esse ato de escolha indica, segundo nosso juízo, o significado que os editores conferiram a algumas dessas produções e a importância de sua publicação em novo contexto político e intelectual. Trazê-los de novo à luz, ou dar maior publicidade a alguns deles, produzidos, em muitos casos, como parte do exercício de tarefas administrativas do Estado português, significava reatualizá-los segundo novas demandas. Sobretudo se consideramos os relatos de viagem, podemos supor que sua publicação por um jornal como *O Patriota*, pautado pelos valores da cultura iluminista, pode derivar de um valor documental que parece ser emprestado a esses textos e sua utilidade para a administração portuguesa sediada deste lado do Atlântico. Por outro lado, a publicação de um texto como a fala de Alexandre de Gusmão ao entrar para a Real Academia de História Portuguesa, no dia 13 de março de 1732, pode ser explicada pelo valor que a história parece continuar tendo para os letrados do Oitocentos, sobretudo considerando-se seu aspecto político.[8] Esses temas acabam por se entrecruzar, na medida em que ao tratar, por exemplo, de um relato de viagem, as questões referentes à temática indígena e/ou aos sucessos políticos em uma determinada região visitada serão objeto da atenção e do relato escrito. Curiosamente, o mesmo conjunto de interesses temáticos que orientaria anos mais tarde os editores da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Alguns textos que serão publicados nas páginas d'*O Patriota* atendem a demandas e exigências eminentemente contemporâneas, sobretudo aquelas de natureza política decorrentes da situação que obrigara a transferência da sede da Monarquia portuguesa para os trópicos e vinculadas ao quadro político francês.

Tendo em vista os propósitos definidos pelo editor para a publicação, enfatizando especialmente o aspecto de "utilidade" que deveria presidir a escolha do material a ser divulgado pelas páginas do periódico, pode-se compreender o espaço concedido a notícias da França e ao desenrolar das guerras napoleônicas, um tema de evidente interesse àquela altura e constante preocupação para a Coroa portuguesa. Assim é que no número de maio de 1813 as páginas do jornal estampam a "Declaração do rei francês Luiz XVIII", datada de 1º de fevereiro daquele ano e feita do exílio em Hartwell, assegurando a conservação "dos corpos administrativos e judiciais em toda extensão dos seus empregos" (*O Patriota*, maio 1813, 5, p. 84). Dessa maneira, procurava-se construir as condições políticas para uma eventual restauração do trono francês, estendendo ao Exército a tarefa de garantir a manu-

7 Alguns desses textos não indicam nem autoria, nem data de publicação.

8 Curiosamente, a fala de Alexandre de Gusmão é publicada pelo *O Patriota* em seu número de abril de 1813 na seção dedicada à Eloquência. *O Patriota*, abr. 1813, 4, p. 29.

tenção de seus postos e graus hierárquicos. Para o Estado português, o final do documento parecia assegurar as condições para o restabelecimento da paz, garantida pela restauração do soberano legítimo no trono daquele país. É com indisfarçável aprovação que esses relatos acerca dos acontecimentos em solo europeu são anunciados ao público leitor do periódico. No ano seguinte, em seu número correspondente aos meses de janeiro e fevereiro, um texto do próprio redator d'*O Patriota* anunciava as sucessivas derrotas infligidas aos exércitos napoleônicos, que obrigam Bonaparte a aceitar os termos de uma paz. Napoleão é o "déspota da França, (...) esta águia que descia das nuvens da sua soberba para empolgar os inocentes, que no seio da paz, e à sombra dos tratados mais sagrados, dormia tranqüilo" (Discurso do redator. *O Patriota*, jan.-fev. 1814, 3, 1, 93).[9] Na verdade, o texto introduz a publicação de uma série de documentos que o jornal traz à luz e que dizem respeito às negociações para o estabelecimento da paz na Europa, como por exemplo o discurso do imperador francês no dia 19 de dezembro de 1813 diante do Corpo Legislativo solicitando aumento de impostos, justificado, segundo sua exposição de motivos, pelas necessidades militares necessárias para negociar a "paz com segurança" (Discurso do redator. *O Patriota*, jan.-fev. 1814, 3, 1, 98). Mas o sentido desses documentos para o redator d'*O Patriota* parece bastante claro: sua leitura permite a conclusão do estado de fraqueza da França.

> à violenta convulsão sucedeu a extrema debilidade; e em vão se procuram os remédios, disfarçando a própria miséria, e exagerando quiméricos recursos. Leiam-se com atenção [os documentos], e através de uma afetada grandeza se verá que a Nação reconhece a paz por último recurso: a paz, que ela afugentou do Universo; para substituir-lhe a insaciável sede de conquistas; a paz objeto de todos os votos, uma vez que prometa a segurança e prosperidade de outros Estados. (Discurso do redator. *O Patriota*, jan.-fev. 1814, 3, 1, 96)

Para o redator, a história parecia cumprir seu vaticínio expresso no primeiro número d'*O Patriota*, prenunciando a derrota do imperador francês; o fim do despotismo, nas suas palavras. Cumprindo sua finalidade de informar seus leitores a respeito dos sucessos recentes do outro lado do Atlântico, o jornal afirmava os princípios que o colocavam ao lado do trono e da Monarquia portugueses, reafirmando a legitimidade dos monarcas. A história do seu próprio tempo é, assim, matéria para uma pedagogia política, para uma educação segundo os valores monárquicos, e por isso digna das páginas do periódico.

O primeiro artigo indexado como sendo de história é na verdade um relato de viagem, feita ao sertão de Benguela no ano de 1785 pelo bacharel Joaquim José da Silva, riscador da expedição de Angelo Donati para Angola, organizada segundo os princípios das viagens filosóficas idealizadas por Domingos Vandelli e marco significativo da cultura iluminista em Portugal. Joaquim José integrava, juntamente com Alexandre Rodrigues Ferreira

---

[9] Doravante, sempre que houver todos estes dados, as referências a *O Patriota* incluem: data, subscrição, fascículo, página.

e João da Silva Feijó, a primeira geração de especialistas formados nos cursos de filosofia natural em 1778 pela Universidade reformada de Coimbra (Brigola, 2003). Feijó foi também autor de textos contendo memórias de viagens publicadas pelo *O Patriota*, assim como de um ensaio político para servir, segundo o título que deu a seu trabalho, "à história filosófica" das ilhas de Cabo Verde e do qual voltaremos a falar mais adiante.

Segundo as novas diretrizes concebidas para o ensino universitário a partir da Reforma, ao lado dos estudos tradicionais de direito e teologia, o mundo natural e sua exploração e conhecimento passavam a fazer parte dessa paidéia iluminista. Na verdade, o conhecimento do mundo natural parecia englobar os diferentes aspectos, não apenas físicos e climáticos, mas também um inventário cuidadoso dos aspectos humanos e sociais observados na viagem de estudo. A autópsia como procedimento de conhecimento deveria conduzir os passos desse inquiridor da natureza, inter-relacionando os elementos observados de forma a constituir um todo significativo. Tratava-se de, a partir da dispersão dos elementos observados isoladamente, constituir um sistema racionalmente compreensível e dotado de sentido. Procedimento que, aliás, constituía igualmente as exigências de uma filosofia da história. Assim, tanto a natureza quanto o mundo dos homens pareciam, aos olhos desse saber setecentista, integrar um sistema significativo cujo conhecimento derivaria fundamentalmente de um procedimento de natureza filosófica. Quer a natureza, quer a história poderiam ser objeto de uma filosofia, vale dizer de um conhecimento sistemático, ordenado, capaz de desvendar por detrás da dispersão dos fenômenos observados a unidade de um sistema, sua racionalidade e sua logicidade.

De acordo com o mestre de uma geração de naturalistas importantes, Domingos Vandelli, o estudo da história natural não poderia se restringir à simples tarefa de nomenclatura do material observado, mas deveria concentrar-se também "nas observações, e nas experiências para 'conhecer as relações', a ordem da natureza, sua economia, polícia, e formação da Terra, e as revoluções, que das produções naturais se podem tirar, além das conhecidas" (Domingos Vandelli *apud* Cardoso, 2003). Nas palavras de Starobinski (1994: 133), "quem quer ter razão no século XVIII invoca a natureza, põe a natureza a seu lado", o que parece sustentar o projeto científico de Vandelli e a importância conferida às viagens filosóficas como parte desse mesmo projeto, cujo sentido maior aponta na direção de um domínio do espaço.[10] O significado e a visibilidade dessas viagens para a cultura letrada do Setecentos não passam desapercebidos a um dos críticos mais contundentes da filosofia da história praticada pelos franceses. Herder (1995: 105) avalia, com certa dose de ironia, é bem verdade, a importância desses deslocamentos:

---

[10] Sobre o significado e importância da literatura de viagem para a cultura iluminista do Setecentos, consultar especialmente Duchet, 1995. A autora chama especialmente a atenção para a última grande obra do abade Prévost, publicada entre os anos de 1746 e 1761, *L'Histoire des Voyages*, referência central para este gênero de relato de viagem, que, superando os aspectos anedóticos, procura sublinhar os aspectos documentais dessas viagens e dos textos delas derivados. Essa indicação da autora nos parece importante para compreendermos o lugar desses textos num periódico como *O Patriota*, especialmente em sua seção "História".

> Os nossos relatos de viagens aumentam em quantidade e melhoram em qualidade, já que não há quem – estando desocupado na Europa – se não ponha a correr mundo munido de uma espécie de furor filosófico... Recolhemos materiais de todos os confins do planeta e um dia acabaremos por descobrir neles aquilo que menos procurávamos, comentários à margem da história do mundo humano que mais nos importa.

Importante para o filósofo, que com seu texto polemiza diretamente com Voltaire, sublinhar as possíveis conquistas dessas viagens para uma reflexão acerca da história, ainda que este seja um ganho secundário desses empreendimentos marcadamente vincados pela preocupação naturalista. De acordo com Herder (1995: 105), a partir delas

> excitar-se-á em nós o sentimento geral da humanidade e da felicidade. Da história em ruínas resultará a perspectiva de uma existência humana mais elevada que a terrena e essa perspectiva mostrar-nos-á que existe plano onde até hoje apenas vimos confusão. Tudo encontrará o seu verdadeiro lugar. Estás prestes a existir, oh história da humanidade no mais nobre dos sentidos!

Compreende-se assim como, nessa cultura iluminista do Setecentos, pensar sobre a história não supõe, como o será a partir do historicismo oitocentista, desvinculá-la do pensamento geral em torno da natureza. É, portanto, como parte dela que a história da humanidade poderá ser tematizada, esclarecendo-nos assim a particularidade do seu tratamento pelas páginas d'*O Patriota*.

Afora o sentido pragmático de que poderiam se revestir essas viagens pelos espaços coloniais, aliás bastante sublinhado pela literatura que se ocupa desta temática, parece-nos relevante atentar para o aspecto epistemológico de que se revestem como forma de produção de um tipo específico de conhecimento, que, para além da identificação e nomeação dos objetos e fenômenos observados, seja capaz de deduzir uma ordem, cuja enunciação significaria a possibilidade de uma explicação e, portanto, de conhecimento fundado em outras bases. Supostamente mais objetivas, evidentemente, poderiam organizar a ação das práticas políticas segundo também novos valores e procedimentos, agora mais adequados, posto que resultantes de um melhor conhecimento dos territórios e suas populações. Segundo o regime que preside essa forma de conhecer o mundo, descrever uma viagem científica a uma das possessões do Império colonial português supunha não apenas conhecer suas particularidades naturais (a flora, a fauna, o clima e a natureza do solo), mas também seus habitantes, seus usos, costumes, formas de organização social, implicando questões envolvendo a historicidade dessas mesmas populações. Tratava-se de reconhecer pela experiência do deslocamento, inscrita no ato de viagem, os problemas da temporalidade implicados na constatação de uma diferença observável num mesmo tempo cronológico. Diversidade na simultaneidade, empiricamente constatável pelo olhar observador e inventariante. O domínio do espaço significava não apenas seu controle pelo reconhecimento e exploração econômica, e desta forma sua "invasão utilitária pelo trabalho huma-

no" (Starobinski, 1994: 134), mas também ressignificá-lo a partir de novas demandas políticas do Estado monárquico metropolitano.

Enviado àquela possessão ultramarina como naturalista, Joaquim José da Silva tornou-se secretário de Governo, expressando as profundas vinculações entre saber e política estabelecidas por essa cultura iluminista.[11] Seu relato obedece, portanto, às regras que devem conformar o olhar desse viajante-naturalista, preocupado em cartografar o território considerando não apenas seus aspectos físicos como também humanos. Um exercício de etnografia que vai constituindo um arquivo importante para as tarefas indispensáveis ao exercício do poder colonial: um saber sobre o território que opera com base nas referências conhecidas por um procedimento de comparações. Assim, a estada de dois meses (setembro a novembro de 1785) entre os quilengues serviu ao naturalista-viajante e futuro secretário de Governo de Angola para observar e registrar a vida dessas populações no tocante à religião, usos e costumes assim como governo, uma vez que segundo ele "não deixam de ter alguma coisa de curioso, pela extravagância que metem em quase todos estes objetos nas suas sociedades" (*O Patriota*, fev. 1813, 1, 2, 94). Principiando a narrativa pelas observações referentes à religião dessas populações, prossegue tratando das formas como se governam, sublinhando especialmente o supremo poder do sova, que pode, segundo o seu relato, dispor da vida e da liberdade de seus vassalos. A última parte do texto é dedicada aos ritos e costumes da população observada, especialmente no tocante aos usos da guerra e quando da sucessão do sova. Nesse particular, seu relato parece admirado pelo fato de que não são assegurados direitos naturais de sucessão aos filhos do sova, que vivem pelo contrário sem dar o mais "leve indício de que aspiram ao Governo" (*O Patriota*, fev. 1813, 1, 2, 51). Conclui observando quão enfadonho seria descrever em todos os detalhes as características de vida desses povos africanos, não deixando assim qualquer dúvida quanto à sua apreciação, a de um europeu "civilizado e policiado", desses usos e costumes: segundo José Joaquim da Silva, quem "tiver sabido bem o que é superstição, e o que é fanatismo, e o excesso a que podem levar o homem ignorante estas duas pestes do espírito humano, poderá abarcar com a imaginação, quão enfermos vivem estes míseros, se os considerar em grau supremo empestados destes dois infernais miasmas" (*O Patriota*, fev. 1813, 1, 2, 59). Os valores da cultura iluminista parecem conformar o olhar desse viajante-naturalista e também burocrata do Estado português, que, espelhando-se na sua cultura, viaja para se reencontrar no outro, reafirmando por esse procedimento os mesmos valores da sua cultura setecentista. Para o seu olhar, essas populações são na sua maior parte antropófagas,

[11] O texto central para organizar os procedimentos das viagens filosóficas, como parte da cultura iluminista em Portugal, é de autoria de Domingos Vandelli, redigido em 1779 e intitulado "Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar". De forte inspiração lineana, o texto reafirma os princípios que sustentam o projeto desse gênero de viagem: pela natureza profissional e alcance econômico, tornava-se uma tarefa pública de interesse do Estado, e na verdade seu sentido maior só se completava realmente com a exposição de seus resultados ao público, à observação de um olhar, portanto. Reunir e expor eram, assim, parte de um investimento em que não apenas benefícios de ordem econômica poderiam ser esperados, mas também importantes resultados simbólicos, voltados para a afirmação de novas identidades sociais. Ver a respeito Brigola, 2003, especialmente as páginas 190 a 192.

"que dos cativos na guerra tiram as vítimas, que sacrificam à gula e à superstição" (*O Patriota*, mar. 1813, 1, 3, 60). A viagem que descreve o outro termina por reconhecer e reafirmar os valores 'superiores' da cultura iluminista européia, operando como um instrumento de reforço e afirmação do poder colonial português ao dar visibilidade a esses territórios e populações agora decifrados pelos códigos da ciência iluminista.

Os relatos de viagem, como dissemos, ocupam parte significativa das páginas do jornal, e em maio de 1813 um roteiro da viagem de São Paulo a Cuiabá, região aliás especialmente presente nas páginas d'*O Patriota*, aparece na seção "História". Pela descrição minuciosa de seu autor,[12] ficamos sabendo que estimava-se em quase três meses a viagem até a vila de Cuiabá, e no relato é clara a preocupação em descrever as populações indígenas e sua localização. A importância estratégica desse território para o Império colonial português é explicitada de forma clara num segundo texto que também terá a capitania de Mato Grosso como objeto e cuja publicação estende-se por cinco números do jornal. Essa extensa e detalhada descrição daquele território, escrita no ano de 1797, ora tratada na seção de geografia, ora na de história ou de topografia, é de autoria de Ricardo Francisco de Almeida Serra, sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros e governador interino da província no ano de 1796. Seguindo o modelo de construção textual próprio a essas descrições e aos relatos de viagens científicas, o autor começa por descrever a localização geográfica do território em questão, chamando especialmente a atenção para o fato de que esta conferia à capitania de Mato Grosso um lugar de destaque para as estratégias de controle do território brasileiro, considerando-se especialmente sua importância para as relações com as áreas coloniais espanholas. Vejamos como se expressava a esse respeito o sargento-mor Ricardo Francisco de Almeida Serra:

> Por este breve esboço da situação desta Capitania se reconhece logo a sua grande importância, não só porque a natureza a fez um propugnáculo do Brasil, por cobrir as províncias interiores desta vasta porção do Novo Mundo, mas porque nela tem origem os seus maiores rios, em numerosos braços, que porventura em si encerram grandes, e ainda não tocados tesouros. (Serra, Ricardo Francisco de Almeida. Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso. *O Patriota*, jul. 1813, p. 47)

O texto toma como fio condutor a localização e descrição minuciosa dos rios que cortam a região, descrevendo-os do ponto de vista de sua importância para a comunicação entre os territórios interiores do Império português na América, assim como descrevendo as populações que habitam esses terrenos. Podemos supor que o texto, produzido como parte de sua experiência como membro da administração colonial portuguesa, integra um vasto repertório em elaboração por parte dessa mesma administração agora marcada pelas demandas de uma cultura científica iluminista (Simões, Carneiro & Diogo, 2003). O co-

[12] Lamentavelmente, o jornal não indica nem a autoria do texto e tampouco sua data de publicação. No índice geral do jornal, esse relato aparece sob a rubrica "História", juntamente com outros roteiros cuja autoria é atribuída a José Pedro Cezar de Menezes, o que sugere, portanto, ser este o seu autor.

nhecimento deve se pautar por procedimentos científicos visando a um melhor controle e eficácia política. Sua publicação no jornal parece querer reafirmar esse mesmo projeto, agora conduzido a partir do território brasileiro e da capital desse império situada no Rio de Janeiro: dar a conhecer às populações do litoral um vasto e desconhecido território localizado no interior, ameaçador enquanto não controlado por um conhecimento que o decodifique segundo as regras da cultura das Luzes, reiterando com a viagem e o seu relato a presença do Estado e produzindo novos sentidos para esse mesmo território. A importância dessa questão para a administração portuguesa agora sediada no Brasil pode ser constatada não só pelo espaço que o periódico lhe confere, publicando em suas páginas os textos existentes sobre a temática, muitos deles produzidos ainda no século anterior, como também pela divulgação de notícias a respeito dos esforços em curso naquele momento para o estabelecimento de uma comunicação mais sistemática e regular entre as "capitanias centrais" e a Corte, entendidas como temas relacionados à política, dado seu caráter contemporâneo, podemos supor.[13]

Prosseguindo em seu relato sobre a capitania de Mato Grosso, no número de agosto de 1813, Ricardo Franco de Almeida Serra descreve com vagar e minúcia a região do rio Paraguai, ressaltando seu significado como lugar de fronteira entre dois poderes, assim como a possibilidade de sua exploração econômica pelo Estado português. Recorre ao texto de Alexandre Rodrigues Ferreira, que visitara a mesma região em 1791, para embasar seu relato sobre a região, constituindo dessa forma um repertório de textos para o conhecimento do território em questão. Na continuação de sua narrativa, publicada no número de novembro de 1813, o relato ocupa-se ainda da região banhada pelo rio Paraguai, ressaltando em especial as populações indígenas que habitavam o território e tratando das dificuldades no relacionamento com esses povos. Segundo o engenheiro, o nefasto papel das incursões de paulistas e espanhóis em sua tarefa de apresamento de índios ainda no século XVI comprometera a relação entre portugueses e indígenas, que levavam "impressa n'alma a tremenda e terrível idéia do cativeiro, e da nossa crueldade, que transmitida de geração em geração, tem dificultado o ganho de sua amizade, e por conseqüência tem sido uma barreira aos nossos interesses" (*O Patriota*, nov. 1813, p. 37). Tratava o autor de uma das questões centrais a ocupar letrados e políticos do século XIX, como também definia um caminho para o tratamento da questão indígena: como pensar formas de integração dessas populações a um projeto político de um Estado que se reconhece agora como ilustrado. O grupo dos guaicurus ou cavaleiros ganha especial atenção em seu relato, em virtude de terem representado uma forte ameaça à presença portuguesa na região, mas sobretudo pelo fato

[13] A esse respeito podemos encontrar na edição de agosto de 1813 do jornal um relato das providências tomadas pela administração das capitanias do Ceará, Maranhão e Piauí sobre a comunicação interna entre as respectivas regiões e destas com a Corte. Civilização é o ganho maior desse processo de ocupação e luta contra espaços vazios associados à noção de barbárie. "Um dos objetos, que mereceram sempre a atenção dos Soberanos, é a comunicação recíproca dos seus povos. Esta serve, não só de facilitar o comércio (o que já por si era um grande bem) mas até de propagar a civilização, e com esta as vantagens da Sociedade. O Príncipe Regente Nosso Senhor, havendo, venturosamente chegado a este continente, pôs todo o Seu esmero em felicitar povos, que, pertencendo-lhe por herança, haviam sido de novo conquistados pela ternura de Seu Magnânimo coração, e pelo prazer, que Sua Augusta Presença havia despertado" (*O Patriota*, ago. 1813, p. 65).

de terem, segundo o autor, se reconciliado com os portugueses no ano de 1791 e, a partir daí, anualmente, enviarem à cidade de Vila Bela seus principais chefes para reafirmarem seus laços de obediência como vassalos da Coroa portuguesa. O tema já fora objeto de uma história escrita no ano de 1795 por Francisco Alves do Prado, que viria a ser publicada pelo próprio jornal *O Patriota* em seus números de julho a outubro de 1814, conforme já mencionamos, e, posteriormente, mais uma vez publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, envolvido em sua tarefa de pensar a nação a partir das bases territoriais constitutivas do Estado. O interesse especial por esse grupo indígena, pode-se supor, derivaria de uma bem-sucedida política de aproximação, demonstrando, por meio do exemplo, a possibilidade de subordinação dessas populações ao poder do Estado. Tarefa mais do que necessária para os reorganizadores do Império português e posteriormente para os construtores do Império brasileiro.

A continuação do texto é publicada no número de dezembro de 1813, com uma descrição das vilas da região, que finaliza com uma relação das populações indígenas ainda não "domadas" das serras e campos dos parecis. A conclusão do relato vem à luz no número de janeiro e fevereiro de 1814, agora publicado sob a rubrica "Topografia". Nela o autor retoma a forma da narrativa a partir dos rios da região, e ao tratar do rio Madeira parece sintetizar o interesse que informa esses relatos e descrições, assim como seu sentido, que articula igualmente conhecimento com fins pragmáticos e afirmação de um poder político. Segundo ele, o rio Madeira,

> cheio de tantos e tão ricos efeitos, que gratuitamente oferece a quem os quiser aproveitar, – de fácil navegação; – com excelentes terras para uma pingue cultura; – entrando no Amazonas no centro deste vastíssimo e importante Domínio Português; –sendo em grande parte limítrofe entre Portugueses, e Espanhóis; – abrindo amplas portas até o centro do riquíssimo Peru, desde as imediações da cidade da Paz até a do Potosi; – oferecendo nas muitas e numerosas Nações, que o povoam, tranqüilos colonos, e robustos braços, que coadjuvem, e ensinem a colher e prosperar tantas riquezas, logo que se reduzam a viver entre nós, com aquele carinho e indulgência conveniente ao seu ainda inculto estado: – sendo finalmente o rio Madeira o único canal, por onde pode vir a prosperidade às duas interessantes e amplas capitanias do Grão Pará, e de Mato Grosso; – parece que este rio, atendendo a tantas poderosas razões, se acharia já povoado, ou pelo menos, que haveria vistas tendentes a tão importantes objetos; mas, (com tanta mágoa o digo!) sucede bem tudo pelo contrário, como se verá no seguinte discurso. (*O Patriota*, jan.-fev. 1814, p. 32)[14]

[14] No número seguinte, correspondente aos meses de março e abril de 1814, o jornal publica, de autoria do mesmo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, um "Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cabeceira do Salto do Rio Madeira, para facilitar o utilíssimo e indispensável comércio, que pela carreira do Pará se deve fomentar para Mato Grosso, de que resulta a prosperidade de ambas as capitanias", em que o autor defende o comércio como o meio mais eficaz de integrar essas regiões interiores dos domínios portugueses na América, ressaltando seu papel econômico, estratégico e civilizacional para as populações indígenas. Para tanto, defende a necessidade de uma povoação na rota de ligação entre as capitanias do Pará e Mato Grosso como forma de incentivar esses contatos (*O Patriota*, mar.-abr. 1814, p. 3-16).

O mesmo interesse que desperta a capitania de Mato Grosso para os editores do jornal e para seu público leitor parece também estar dedicado a Goiás, áreas mais distantes e desconhecidas da administração colonial sediada no Rio de Janeiro. Curiosamente, essas mesmas regiões ganharão também destaque especial nas páginas da revista do Instituto Histórico, fortalecendo nossa hipótese a respeito das profundas semelhanças e propósitos que organizaram os dois empreendimentos literários: um por parte da administração portuguesa na América e o outro fruto das exigências e demandas de um Estado nacional em organização. No número de setembro de 1813 é publicado um texto, que pelos indícios parece ser do próprio editor do jornal, dando conta da criação de duas povoações na capitania de Goiás – São Pedro de Alcântara e São Fernando –, do trabalho de "amaciamento" dos índios macamecras e das vantagens que poderiam daí advir para as comunicações e comércio com a capitania do Pará. Segundo as palavras do redator,

> sendo o principal objeto deste periódico fazer conhecer este continente, tão ignorado ou tão desfigurado por aqueles, que às cegas, ou prevenidos, têm escrito a seu respeito; e desejando aproveitar todas as notícias verídicas, que chegam à nossa mão, temos hoje a satisfação de apresentarmos ao Público os progressos da povoação e civilização dos lugares mais centrais, há pouco desertos, ou infestados por nações bárbaras e ferozes. O que imos (*sic*) referir é fundado em documentos autênticos, e da *maior fé*. Temos consultado papéis originais, e firmamos com o selo da verdade a nossa exposição. (*O Patriota*, set. 1813, p. 61)

Em seu texto o autor mostra como a aproximação entre os índios macamecras e a população de origem portuguesa foi utilizada pelo colono Francisco José Pinto como forma de conquista e aproximação das populações indígenas inimigas daquela tribo. Esta última foi estimulada pelos colonos a um trabalho que chamou de "conquista", premiados pelos inimigos vivos trazidos ao convívio dos brancos e que foram então submetidos às regras da "civilização" por meio do trabalho na agricultura, do aprendizado da língua portuguesa e da religião católica. O texto descreve, assim, mais uma bem-sucedida empresa de submissão daquelas populações aos interesses do Estado português, criando na América novos súditos para a Coroa. Por outro lado procura, por meio do exemplo, provar a possibilidade de uma utilização dessas populações segundo as demandas e a lógica do empreendimento colonizador, assegurando a submissão desses territórios afastados à racionalidade do Estado centralizado. O mesmo tipo de interesse e preocupação estará presente nos futuros construtores da nação brasileira, intrigados com a possibilidade de integração dessas populações segundo as demandas de subjetivação nacional. A conclusão do texto não pode ser mais clara quanto às finalidades que informam esse tipo de investimento letrado:

> A perspectiva, que começa a aparecer, do Brasil comunicado por fáceis estradas, e pela navegação de grandes rios; a consoladora esperança de ver tantas nações bárbaras, que infestam este Continente, despidas da natural

> fereza, tornarem-se sociáveis, e aumentarem o número de vassalos de S.A.R.; a idéia lisonjeira da prosperidade da agricultura, do estabelecimento das artes, da extensão do Comércio, não são já sonhos de um patriota, a quem o amor de seu país inflama, e anima; sobre felicíssimos começos, sobre progressos agigantados se estribam os nossos agouros; e se não podemos de outra sorte concorrer para estes grandes fins, seja ao menos o nosso empenho louvar as Sábias Providências de S.A.R., o zelo de Seus Delegados, e a constância com que seus vassalos se esmeram em corresponder aos benignos desejos do Seu magnânimo coração. (*O Patriota*, set. 1813, p. 68)

Dois outros textos iriam ainda se ocupar da mesma capitania de Goiás, oferecendo o primeiro deles aos leitores d'*O Patriota* um "Extrato da Historia da capitania de Goiás" de autoria do cirurgião-mor João Manuel Antunes da Frota (*O Patriota*, mar.-abr. 1814, p. 25-34), ocupando-se o segundo deles de uma "Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás" (*O Patriota*, jul.-ago. 1814, p. 33-74; set.-out. 1814, p. 3-26; nov.-dez. 1814, p. 3-36), ambos publicados na rubrica "História". O segundo texto, o mais longo e detalhado, ainda que não tenha uma autoria explícita, permite-nos supor tratar-se de um documento produzido em função do desempenho de alguma atividade administrativa da Coroa portuguesa e traz a data de 30 de setembro de 1812. Produzido na capital da capitania, a cidade de Vila Boa, seu autor traça a história da ocupação da capitania com informações a respeito da população, riquezas econômicas e administração dos diferentes governadores, sublinhando que

> no curto espaço de pouco mais de dois meses, no meio da confusão, em que estavam estas notícias; e nem devo duvidar, que, apesar de minha diligência, em alguns pontos me falte exação. Mas quem refletir, que não saí da Capital, que não entrei na Secretaria, e nos Arquivos, que desejava, e que apenas mendiguei notícias, *dos que viajavam com os olhos menos fechados*, de Livros de alguns Cartórios, e papéis, que sem crítica existiam em diferentes mãos particulares, conhecerá o trabalho, que tive; que fiz, quanto me foi possível, e que assim mesmo talvez sirva ao Público, estimulando a outros mais hábeis para escreverem a este respeito. (*O Patriota*, nov.-dez. 1814, p. 35)

O autor reconhece os limites do seu relato, que embora fundado em alguns documentos que pôde consultar, valeu-se da experiência dos "que viajavam com os olhos menos fechados", portanto daquilo que ouviu porque lhe contaram. Visão e escuta organizaram a sua história da capitania de Goiás, constituindo uma narrativa em que alguns elementos são especialmente destacados: as possibilidades econômicas da região como forma de assegurar sua integração ao Império português e a incorporação das populações indígenas ao projeto de colonização, "reduzidos à sociedade civil" e "tornados em Cidadãos úteis e laboriosos".

A preocupação com as regiões interiores do Brasil, sua descrição e esquadrinhamento está presente num conjunto bastante variado de relatos que tendem a reforçar certos princípios justificativos de tais narrativas sobre esses territórios. Conhecê-los seria a melhor

maneira de integrá-los e, dessa forma, promover a sua civilização, enfatizando não apenas os aspectos econômicos capazes de promover essa integração, como sobretudo as possibilidades de integração das populações indígenas, este outro da civilização e que parece representar uma ameaça constante. No mês de dezembro de 1813 começa a ser publicado nas páginas do jornal um "Roteiro para seguir a melhor estrada do Maranhão para a corte do Rio de Janeiro", de autoria de José Pedro Cezar de Menezes (*O Patriota*, dez. 1813, p. 6-9). Com data de 9 de fevereiro de 1810 e produzido na Corte do Rio de Janeiro, o texto aparece para os leitores d'*O Patriota* classificado na seção "Topografia". Curiosamente, no entanto, no índice geral do jornal o tema parece adequar-se ao que entendiam por um texto de história, pois é assim que aparece classificado. Pela sua leitura ficava o leitor informado das condições de viagem entre a capital da Corte e a província do Maranhão, por meio de um relato pormenorizado das diversas etapas necessárias à conclusão da viagem que poderia ser cumprida após uma jornada de 44 dias. No ano seguinte o jornal tornaria a publicar um roteiro de viagem, agora entre o Maranhão e a Bahia, classificado no índice geral do jornal como matéria de história. Trata-se de um texto bastante mais elaborado que o do roteiro anterior, e sua publicação estende-se pelos números de maio a dezembro de 1814. O "Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí" (*O Patriota*, maio-jun. 1814, p. 3-28; jul.-ago. 1814, p. 74-107; set.-out. 1814, p. 45-68; nov.-dez. 1814, p. 37-64) constitui-se em uma narrativa rica em informações a respeito das regiões interiores; descreve-as segundo os protocolos de uma viagem filosófica, produzindo para os leitores um panorama detalhado e uma avaliação pormenorizada daqueles territórios. Na introdução, seu autor, "um grande Literato, que a escreveu pelos fins do Século passado", segundo a nota explicativa dos editores d'*O Patriota*, apresenta os critérios pelos quais se orientou para compor o seu roteiro, especialmente no tocante à medição das distâncias, às fontes consultadas e às observações astronômicas e geométricas. A matéria é apresentada de maneira bastante curiosa, uma vez que o roteiro propriamente dito ocupa apenas duas páginas de texto no número de maio a junho de 1814, seguido de notas – em número de 108 – que se estendem da página 7 à 27 e compõem um material rico de informações e considerações do autor a respeito das regiões pelas quais viajou. Já no número de julho-agosto de 1814 o texto prossegue, desdobrando-se a partir das notas anteriores em reflexões que são apresentadas pelo autor em 15 capítulos, tratando cada um deles de um tema específico com sugestões para uma política efetiva de ocupação e integração das regiões ao Império colonial.[15] Curiosamente, o primeiro tema a ser abordado, com base em proposições efetivas, dizia respeito ao estabelecimento de uma nova povoação que fosse capaz de assegurar "a redução das nações silvestres, à povoação e cultura das referidas Capitanias" (*O Patriota*, jul.-ago. 1814, p. 74). A tese central do autor é a de que a ocupação dessas regiões redundaria não apenas

[15] A economia do texto parece conferir uma maior importância a essas notas de pé de página, que acabam por se tornar o texto principal, efetivamente. Podemos supor, a partir das indicações de Anthony Grafton, que o autor respeita as preceptivas que sugerem a importância desse recurso para um texto com preocupações 'filosóficas' (Grafton, 1998).

em uma melhor articulação com as capitanias situadas na costa, como também representaria enormes benefícios para a política metropolitana.

O que nos parece importante ressaltar é a atualidade que os editores do jornal pareciam querer dar a essa discussão numa conjuntura diversa daquela em que o roteiro desse autor anônimo fora produzido ainda no século XVIII. O texto, além de mapear as regiões descritas, sugere de forma clara e direta propostas de intervenção, afinando-se por esse caminho com a tarefa que o próprio *O Patriota* se colocava: a difusão do conhecimento como forma de civilizar e sustentar uma intervenção prática. Pode-se, por exemplo, ler nas páginas do jornal relativas ao mês de agosto de 1813 a notícia do estabelecimento de serviços de comunicação interna e externa da província do Ceará assim como também da província do Maranhão, de modo a assegurar formas mais regulares de comunicação com a capital no Rio de Janeiro. As palavras elogiosas dos editores para com os respectivos governadores das províncias estendem-se, evidentemente, à ação do príncipe regente, para louvar seu interesse pelo destino dessas partes afastadas do território. Segundo as palavras d'*O Patriota*,

> todos sabem quantas vantagens se colhem ao mesmo tempo deste estabelecimento: melhoram-se as estradas, povoam-se as suas beiras; estende-se o comércio: gasta-se com a Sociedade a rudeza da Solidão, e aqueles vícios inerentes ao estado de bruteza cedem lugar às virtudes sociais. Cheios de prazer adiantamos as nossas vistas a essa época afortunada, e bem dizemos as Sábias Providências de Nosso Augusto Soberano. (*O Patriota*, ago. 1813, p. 68-69)

Como se vê, o tema recorrente é o da necessidade do estabelecimento das comunicações entre as diferentes partes do território brasileiro como forma de assegurar à "sociedade" condição necessária para romper o isolamento, a "bruteza" da vida em solidão, promovendo assim a civilização, a vida policiada.

Igualmente, ao acolher em suas páginas textos que tinham como foco regiões distantes do centro metropolitano e mesmo da sede da capital do Império ultramarino português agora na América, o jornal pretendia divulgar a tarefa civilizadora do Estado português, louvando a figura do príncipe regente empenhado, por sua política, em dar a conhecer territórios que passam a integrar de outro modo os domínios coloniais, integrando populações desconhecidas e tornadas agora súditos desse mesmo Estado. O *Patriota*, como órgão ilustrado, empenhado na difusão das Luzes, organiza e dá visibilidade em suas páginas a um conjunto de interesses que articulam agora portugueses no Brasil e brasileiros do Império português, segundo a conjuntura que tornara o Brasil sede da Monarquia bragantina.

Prosseguindo com o tema das viagens filosóficas, o jornal publica em suas páginas dois importantes textos do naturalista João da Silva Feijó, encarregado pela Coroa portuguesa do exame da capitania do Ceará (1799) e das ilhas de Cabo Verde (1783-1797). A publicação de seus textos pelo *O Patriota* obedece à mesma lógica que visa a trazer a público os relatos produzidos como resultado das viagens filosóficas e cujas características apresentamos anteriormente. Discípulo de Vandelli, Feijó é despachado para a capitania do

Ceará por carta patente assinada por d. Maria I em 25 de fevereiro de 1799, com a função de ocupar-se daquilo que era objeto da história natural. Logo na introdução, a sua memória deixa claro o sentido de seu trabalho e a importância do conhecimento daquela região para a qual fora enviado pela administração portuguesa. Diz ele:

> é necessário ter muito pouco conhecimento do Físico da Capitania do Seará (*sic*) para duvidar das imensas vantagens que ela pode produzir em utilidade dos seus habitantes, aumento do seu Comércio, e prosperidade geral do Estado: assim me tem persuadido a continuada observação, que tenho feito, sobre o seu Físico, e Moral, por espaço de onze anos sucessivos, em razão do meu ofício: eu passo pois a discorrer sobre este importante objeto, o mais resumido que me for possível, na presente Memória, a que me proponho.[16]

A organização de seu texto deixa transparecer os princípios que informavam a história natural como forma de saber: começando pela corografia do país (compondo o que denomina Artigo I e integrado por oito itens), trata de suas características físicas (integrando o Artigo II com 33 itens, que abordam as características físicas do território assim como as diferentes produções do reino vegetal e mineral), passando para o tratamento político (integrando o Artigo III com 15 itens, em que são então tratados aspectos relativos à população, costumes de seus habitantes e atividades econômicas da região), supondo, portanto, a profunda inter-relação destas partes para o conhecimento de seu objeto. Sua avaliação a respeito do atraso em que se encontra a capitania, não obstante as riquezas existentes, responsabiliza a falta do comércio como a principal razão; segundo Feijó, o comércio

> é o único canal, por onde se derrama em um país a abundância, as riquezas públicas e particulares, as luzes e os mais importantes conhecimentos, e, enfim a geral satisfação dos povos, atraindo a si, pela necessária concorrência de diversos indivíduos, tudo quanto é útil, e de proveito, para fazer o homem mais civil, polido, dócil, pacífico, tratável, e empreendedor de grandes coisas, no que consistem as delícias das sociedades. (*O Patriota*, mar.-abr. 1814, p. 24)

Em suma, para o filósofo naturalista o comércio civiliza ao promover a pacificação das relações e costumes, assim como ao viabilizar contatos e afirmar o poder do Estado. Uma forma talvez de superar as limitações impostas por uma população que, aos olhos desse viajante naturalista, seria pouco afeita à regularidade da vida pautada pelo ritmo do trabalho, e por isso mesmo

> de ordinário muito preguiçosos, e indolentes, com particularidade os Índios, Cabras, e Mamelucos, que são em extremo vadios, dissolutos nos costumes,

[16] FEIJÓ, J. da S. Memória sobre a Capitania do Ceará, escrita de ordem superior pelo sargento mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S.A.R. das investigações filosóficas da mesma capitania. *O Patriota*, jan.-fev. 1814, p. 46. Considerando que o naturalista chega ao Ceará em 24 de outubro de 1799, os 11 anos de estada a que faz referência permitem inferir tratar-se de um trabalho escrito em 1810-1811, bastante contemporâneo, portanto, à edição do jornal *O Patriota*.

> e cheios dos vícios, que pode produzir no coração humano uma vida livre e licenciosa no centro da mais crassa ignorância, donde provêm neles a falta de sentimentos, e de virtudes morais, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da Sociedade. (*O Patriota*, mar.-abr. 1814, p. 18)

O mesmo João da Silva Feijó terá um segundo texto de sua autoria publicado pelo *O Patriota* em seu número de maio-junho de 1814, este agora tratando das observações quando de sua estada nas ilhas de Cabo Verde entre os anos de 1783 e 1797, antecedendo, portanto, sua permanência na capitania do Ceará: "Ensaio político sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica das mesmas. Por João da Silva Feijó, naturalista encarregado por Sua Majestade do exame físico das ditas ilhas" (*O Patriota*, maio-jun. 1814). Os objetivos, assim como a estrutura do texto, atendem aos mesmos princípios que pautariam posteriormente sua memória a respeito da capitania do Ceará, visando a constituir um saber especializado sobre o território entendido como caminho para a escrita do que se entendia por uma história filosófica desses domínios ultramarinos portugueses. As imagens de que se vale para caracterizar as populações de Cabo Verde afirmam os princípios e valores da cultura ilustrada empenhada em afirmar a luta contínua e incessante entre civilização e barbárie, entre as tarefas do português e a resistência das populações locais, prisioneiras da natureza, "sem educação alguma, sem sujeição, e quase sem religião" (*O Patriota*, maio-jun. 1814, p. 35). Após um relato minucioso das características físicas, políticas e econômicas das ilhas de Cabo Verde, o naturalista João da Silva Feijó considera igualmente a decadência do comércio como responsável pela dispersão da população e pela sua autarquia, as quais impedem os contatos, vistos como elemento fundamental da civilização (cf. Silva & Lopes, 2004).

O elogio da tarefa civilizatória da Monarquia portuguesa, uma das preocupações centrais dos editores do jornal, aparece de maneira inequívoca na memória histórica da descoberta das Minas escrita com base em manuscritos de Cláudio Manoel da Costa, secretário de Governo daquela capitania e publicada na seção "História" do jornal.[17] Seu texto empenha-se de forma clara em afirmar a importância dos feitos paulistas no trabalho de desbravamento do território das minas, rebatendo as visões que consideravam os mesmos paulistas como insubordinados e infiéis à Coroa portuguesa. Em sua memória, o autor procura ainda salientar a importância dessa epopéia para o aumento das riquezas do Estado português. Para além do elogio dos feitos paulistas e do seu significado para o engrandecimento do Império português, o autor da memória histórica procura fixar na lembrança dos leitores os responsáveis pela dilatação do território e descoberta das minas, elencando

[17] "Os naturais da Cidade de S. Paulo, que tem merecido a um grande número de Geógrafos, antigos e modernos, a reputação de homens sem sujeição ao seu Soberano, e de faltos de conhecimento e respeito, que se deve prestar às Suas Leis, são os que nesta América têm dado ao mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, e pela sua pátria" (p. 40). In: Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas, extraída de manuscritos de Cláudio Manoel da Costa, Secretário do Governo daquela capitania, que consultou muitos documentos autênticos, existentes na Secretaria do Governo, e em outros arquivos. *O Patriota*, abr. 1813, p. 40-68.

especialmente aqueles que "deram ao manifesto as mais ricas faisqueiras" (*O Patriota*, maio-jun. 1814, p. 47), uma vez que pela sua avaliação muitos teriam de ser nomeados como descobridores, assim como extensa seria a lista dos rios e córregos da região onde os veios auríferos teriam sido descobertos. Memória evidentemente seletiva, que fixa pela escrita aquilo que deve ser lembrado, os heróis dos feitos responsáveis pela ocupação do território que tornaria o Brasil uma das principais regiões do Império colonial português a partir do século XVIII. Paralelamente ao esforço de fixação de uma memória, o trabalho publicado pelo jornal *O Patriota* procura dar conta, à maneira de um registro administrativo, das informações referentes aos fundadores e à localização das principais cidades da região, que se tornariam sede das quatro comarcas que compunham a capitania de Minas Gerais. Confundem-se assim, na produção de um texto considerado de história pelos editores do jornal, demandas formuladas com base nas novas necessidades administrativas por parte do Estado português, como também exigências de fixação de uma memória de feitos passados e seus respectivos autores com vistas ao trabalho da lembrança. Recordação que busca sempre sublinhar que em suas tarefas administrativas o Estado monárquico português espalhava a civilização como legado maior de sua ação. A história, portanto, por meio do registro e da narrativa organizada dessa ação, é capaz de ensinar pelo exemplo, fixando uma conduta para os atores do presente.

O Rio de Janeiro, nova sede do Império transplantado para a América, é também objeto de uma história publicada nas páginas do jornal, estendendo-se sua publicação por quatro números ao longo do ano de 1813. Ao lado da descrição da tomada de posse pelos portugueses do território, fruto, segundo o autor do texto, do "incrível ardor dos nossos grandes reis no prosseguimento das novas descobertas, que tanto ilustraram o nome português, dilatando o vasto campo dos conhecimentos humanos" (História do Rio de Janeiro, descobrimento e primeira restauração deste território. *O Patriota*, maio 1813, 5, p. 61) e da fundação da cidade do Rio de Janeiro, a narrativa tem como objetivo principal o relato das lutas contra os franceses, associados aos tamoios, pela posse da região. O tema de uma guerra adequava-se, assim, perfeitamente às finalidades de uma narrativa histórica, reafirmando seu significado e importância para o nascimento de uma escrita voltada para o relato das origens situadas no passado. Especialmente pictórica é a descrição da derrota dos franceses e seus aliados no combate pela ilha de Villegaignon: o leitor pode acompanhar as etapas do combate através de uma narrativa que procura sublinhar a coragem e destemor dos portugueses diante de uma situação, a princípio, adversa. Quando a derrota portuguesa parecia iminente, dadas as condições superiores do inimigo, determinou o governador-geral o ataque à fortaleza, que durou dois dias e duas noites, com resultados indefinidos. Diante do resultado, decide pelo ataque "a peito descoberto", que resulta na vitória portuguesa dos inimigos franceses desesperados, segundo o relato, diante da "coragem Portuguesa". O sucesso foi devidamente comemorado com missa solene e de ação de graças, a primeira a ser realizada no sítio de batalha. A narrativa dos feitos portugueses

contra franceses e tamoios, seus aliados, procura sublinhar a desigualdade numérica das forças em luta, com visível vantagem para os franceses, e dessa forma atribui a vitória a qualidades portuguesas como coragem, valentia e destemor, adequadas à narrativa épica necessária para descrever os primeiros resultados da ação civilizatória de Portugal em território americano. Um segundo artigo dá continuidade ao relato histórico, descrevendo a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como resultado de uma nova luta vitoriosa contra os invasores franceses. A partir daí o autor da narrativa elenca os vários governadores do Rio de Janeiro, demarcando as realizações principais de cada um deles.

A narrativa histórica confunde-se aqui com a memória da atuação do Estado metropolitano português em sua tarefa colonizadora, sublinhando, como é de se esperar nessas narrativas, a coragem em enfrentar os desafios de um novo mundo desconhecido e cobiçado por inimigos. Os ingredientes necessários a uma narrativa áurea das origens estavam assim disponíveis para o enredo de uma história exemplar. No número de outubro de 1813 encerra-se a narrativa com a descrição da segunda tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses, agora no século XVIII. O autor novamente procura sublinhar as virtudes portuguesas responsáveis pela nova expulsão do invasor, assegurando definitivamente a posse da cidade para a Coroa. O tema, além de ser importante matéria-prima para uma narrativa épica do empreendimento colonizador na América, revestia-se de enorme atualidade, pois o destino da Casa de Bragança em solo americano estava diretamente ligado às invasões do território português pelas tropas napoleônicas. No ano de 1812 a Impressão Régia, a mesma que imprimia *O Patriota*, publicara o livro de autoria de João de Souza Pacheco Leitão, oficial do Corpo de Engenheiros, intitulado *Reflexões Militares sobre as Campanhas dos Franceses em Portugal* (Leitão, 1812). A obra, publicada com licença real, fazia um balanço das campanhas militares durante a invasão francesa do território português; acompanhada de uma "memória topográfica do país", foi objeto de uma recensão elogiosa nas páginas d'*O Patriota*. O mesmo tema é objeto das nove cartas publicadas pela Impressão Régia, com licença da Mesa do Desembargo do Paço, por Francisco de Borja Garção Stockler a propósito do livro *História Geral das Invasões dos Franceses em Portugal*. A obra é apresentada aos leitores d'*O Patriota* com comentários enaltecedores, ressaltando como uma das suas utilidades para o leitor instruído o fato de se poder encontrar nela "uma fonte abundantíssima de novos conhecimentos e de recursos, que o seu zelo possa pôr em prática a benefício da Pátria" (*O Patriota*, jun. 1813, p. 93). Ler a história e, nesse caso, sobretudo a história do tempo presente, pode significar uma contribuição para a ação, particularmente daqueles comprometidos com as tarefas políticas do Estado.

Conclusão

Uma diversidade de temas e questões, com uma abrangência muito maior do que o que definimos contemporaneamente como história, intriga o olhar do leitor que se lança às páginas d'*O Patriota* buscando reconhecer uma familiaridade com os protocolos a que nos

habituamos a partir da consolidação da história em sua forma disciplinar. Diferentemente de uma escrita fundada na definição primeira de fato histórico, entendido como a ocorrência única e irrepetível de um evento resultante da ação humana, o que vemos nas páginas deste jornal é ainda a compreensão da história humana como parte integrante da história da natureza. Não obstante a diversidade de temas que integram o repertório possível de uma narrativa que se define como histórica, uma constante parece atravessar o conjunto desses relatos: através da história ilustram-se os homens e as sociedades por meio do exemplo, contribuindo assim para o progresso humano. Sua função de mestra parece guiar editores e leitores que esperam conhecer e se instruir, mas acreditam igualmente que por essa via aperfeiçoam-se. Igualmente a história, além de ensinar, realiza o elogio do príncipe, eternizando pela escrita os feitos gloriosos da Monarquia portuguesa e dessa forma preservando-os do esquecimento. Só assim, aliás, ela pode instruir: o reservatório de lembranças é ao mesmo tempo matéria para uma pedagogia política, fonte por excelência dos exemplos necessários à constituição de uma comunidade que cada vez mais deve acreditar constituir-se numa unidade com base no compartilhamento dessas lembranças em comum. Mestra a ensinar e distribuidora da glória, dois princípios clássicos que conformaram a escrita histórica parecem se reatualizar, segundo os cânones da cultura iluminista, nas páginas d'*O Patriota*.

No seu número de abril de 1813, publicava *O Patriota* um texto emblemático, sinalizando a comunhão de alguns princípios importantes com relação à compreensão da história. Trata-se da "Prática de Alexandre de Gusmão, entrando na Academia Real de História Portuguesa", no dia 13 de março de 1732. Classificado sob a rubrica "Eloqüência", o que por si só nos indica por que caminhos se podia ainda compreender a narrativa histórica, na verdade como parte de um gênero literário específico, o texto é um elogio à Monarquia portuguesa e aos seus feitos civilizatórios, exemplificados pela conquista do Novo Mundo. Nas palavras de Alexandre de Gusmão, foram

> os portugueses os que anunciaram ao Gênero humano que ele era duas vezes maior do que cuidava, foram os que deram parte que se achava habitado quase tudo o que ele supunha inabitável, foram finalmente os que ensinaram aos outros Povos da Europa a estender a navegação, até onde o Oceano estendesse as suas águas; a aumentar o comércio por meios mais abundantes dos que se haviam nunca praticado, e a dilatar o Domínio por causas mais legítimas, com intento pio, e merecedor dos auspícios do Céu. (*O Patriota*, abr. 1813, p. 29-39)

Com essas palavras assegurava Alexandre de Gusmão um lugar de proeminência para a história de Portugal no conjunto da história universal: melhor dizendo, assegurava o sentido maior para essa história no conjunto das realizações do gênero humano. Trazê-lo para as páginas d'*O Patriota*, reapropriando-se do texto em nova conjuntura, remetia às necessárias tarefas de reconstrução de um projeto monárquico-imperial, sediado agora na América, mas fundado nas lembranças de um passado europeu.

Referências

BRIGOLA, J. C. P. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARDOSO, J. L. A história natural, o império luso-brasileiro e a economia política na obra de Domingos Vandelli, 2003. Disponível em: <www.abphe.org.br/congressos 2003/Textos/Abphe 2003-04 pdf>.

CURTO, D. R. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999.

DUCHET, M. *Anthropologie et Histoire au Siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FURET, F. *L'Atelier de l'Histoire*. Paris: Champs Flammarion, 1989.

GRAFTON, A. *Les Origines Tragiques de l'Érudition: une histoire de la note en bas de page*. Paris: Seuil, 1998.

HARTOG, F. *Régimes d'Historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

HERDER, J. G. *Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade*. Lisboa: Edições Antígona, 1995.

KANTOROWICZ, E. *Mourir pour la Patrie et Autres Textes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984.

KOSELLECK, R. *L'Expérience de l'Histoire*. Paris: Gallimard, Seuil, 1997.

LEITÃO, J. de S. P. *Reflexões Militares sobre as Campanhas dos Franceses em Portugal*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

MOTA, I. F. da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

PRADO, F. R. do. História dos Índios Cavaleiros, ou da Nação Guaycuru, escrita no Real Presídio de Coimbra. Transladada de um manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente José Manoel do Rosário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (1): 25-56, 1839.

RAO, V. N.; SHULMAN, D. & SUBRAHMANYAM, S. *Textures du Temps: écrire l'histoire en Inde*. Paris: Seuil, 2004.

SCHWARCZ, L. M. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, A. M.-D. *Portrait d'un Homme d'État: d. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. I - Les années de formation 1755-1796.

SILVA, C. P. da & LOPES, M. M. O ouro sob as Luzes: a arte de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 11(3), 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000300010&lng=pt&nrm=iso>.

SIMÕES, A.; CARNEIRO, A. & DIOGO, M. P. Building the republic of letters: the cientific travels of Portuguese naturalist Correia da Serra (1751-1823). *Revue de la Maison Française d'Oxford*, 1(2), 2003. Disponível em: <www.mfo.ac.uk/Publications/accueilrevue.htm>.

STAROBINSKI, J. *A Invenção da Liberdade, 1700-1789*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

VOLTAIRE. *Œuvres Complètes*. Paris: Hachette, 1876. t. 19e.

YILMAZ, L. *Le Temps Moderne: variations sur les anciens et les contemporains*. Paris: Gallimard, 2004.

Bibliografia Complementar

DE BAECQUE, A. & MÉLANIO, F. *Lumières et Liberté: les dix-huitième et dix-neuvième siècles*. Paris: Seuil, 2005.

HAYNEMANN, C. B. *As Culturas do Brasil, História Natural no Setecentos Luso-Brasileiro*, 2000. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KANTOR, I. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo, Salvador: Hucitec, Centro de Estudos Baianos/Ufba, 2004.

KURY, L. *Histoire Naturelle et Voyages Scientifiques*. Paris: L'Harmattan, 2001.

LOPES, M. M. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Unesp, Moderna, 1997.

MALERBA, J. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MONTEIRO, N. G. F. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MUNTEAL FILHO, O. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*, 1998. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NEVES, G. P. das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

PENHOS, M. *Ver, Conocer, Dominar: imágenes de Sudamérica a fines del siglo XVIII*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

PRATT, M. L. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

RÜEGG, W. *Uma História da Universidade na Europa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. v. II. As universidades na Europa Moderna (1500-1800).

4 O LADO B DO NEOCLASSICISMO LUSO-BRASILEIRO: PATRIOTISMO E POESIA NO "PODEROSO IMPÉRIO"

Sérgio Alcides

Não rima com mãe gentil
Vinicius de Moraes, Pátria minha

Do Caos à Nova Ordem

Tirar a poesia do caos: que consciência tinha Domingos Borges de Barros (1779-1855) das implicações poéticas dessa expressão, quando a usou ao remeter uma colaboração em verso para o primeiro número do *Patriota*? "Enfim tirei do caos, em que se achava, a Ode, que a v. prometi, e que tenho a honra de enviar", escreveu ele ao redator do jornal[1] (*O Patriota*, 1813, I, 1, 95).[2] Tratava-se de pôr a poesia em ordem, antes de publicá-la. Poesia: fabricação, do verbo grego *poiéin*, "fazer". E o patriotismo de Borges de Barros e outros luso-brasileiros das primeiras décadas do século XIX tinha muito de *póiesis*. É difícil entender, com precisão, o que significava em cada uma de suas múltiplas ocorrências esta palavra que eles tinham sempre na ponta da língua: "pátria". E muitas vezes eles próprios parecem mal saber do que estão falando: do Império que lhes dava a identidade de "portugueses"? Do Brasil que recortava essa identidade no hemisfério sul, como "ultramarinos"? Ou da Bahia e de outras partes da América portuguesa onde terão nascido? Fossem quais fossem as pátrias, a contribuição deles como homens de letras, artes e ciências, segundo aspiravam, deveria correr no sentido de tirá-la do estado de indefinição em que caíra, com a acelerada mudança dos tempos. Pretende-se, num âmbito de publicidade que se abre a duras penas, interferir nessa feitura, nesse ordenamento.

O poema referido na carta ao redator não se afasta desse propósito. É uma ode celebratória da partida da família real para o Brasil, que o autor informa ter escrito em Paris, assim que a notícia chegou à capital da França napoleônica. No mesmo dia, ele a teria

[1] A carta, datada do Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1812, saiu na seção "Correspondência", assinada com as iniciais D. B. B.

[2] As referências a *O Patriota* incluem: ano, subscrição, fascículo, página.

recitado “em presença dos Bons Portugueses” que lá residiam – o que implica a insinuação da existência também dos “maus” (Ode à partida. *O Patriota*, 1813, I, 1, 68-73).[3] O texto se encaixa bem nos moldes da poesia encomiástica setecentista luso-brasileira, destinada à louvação de feitos heróicos. E a sua maior ambição, sem dúvida nenhuma, é fixar a heroicidade da fuga do príncipe regente. O poeta se pergunta como pode ser que “um braço invicto” não proteja Portugal. Um artifício retórico lhe permite ‘figurar’ a resposta do suposto herói, d. João, que põe tudo na conta dos desígnios da Providência:

Manda o Decreto, do que os Mundos rege,
Que um novo, um grande Império se levante,
Manda que Português seja o Monarca,
E Português o Império.

Deus me confia a empresa gloriosa,
Cumpre seguir seu mando... or' sus[4] as quilhas
O Seio de Netuno despedacem;
O Brasil nos espera.
(Ode à partida. *O Patriota*, 1813, I, 1, 71)

Mais heróico – e portanto mais digno de louvor – seria erguer um novo império no Brasil do que enfrentar os invasores franceses em Portugal. O que enquadra a decisão do regente no conhecido plano de um “poderoso império”, anos antes esboçado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho (Cf. Coutinho, 1803).[5] O deus do mar protesta: “Novos Gamas m'insultam!”. E antevê a perda de sua mitológica soberania também nas águas brasileiras:

Novos Gamas... que vejo!... ah, desfaleço...
De Portugal os Reis nos meus Estados!...
Acabei de reinar... eis do destino
Executado o mando.
(Ode à partida. *O Patriota*, 1813, I, 1, 72)

Mesmo tirado do caos, um poema nunca deixa de implicá-lo como lugar de origem. E sempre diz muito mais do que as palavras ordenadas na sua superfície legível. O lamento de Netuno insinua que os “estados” brasileiros estavam abandonados a um destino pré-

---

[3] O título completo do poema, publicado na seção “Literatura”, é o seguinte: “Ode. À partida de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, de Portugal para o Brasil, feita em Paris aos 5 de janeiro de 1808, e recitada em presença dos Bons Portugueses ali existentes”; na p. 68, consta a seguinte nota de rodapé, aposta à data: “Dia, em que se anunciou em Paris a partida de S. A. R. e de sua Augusta Família”.

[4] No original, *orsus* – forma contrata de *ora sus*.

[5] Note-se que em 1808 d. Rodrigo estava de volta ao ápice do poder, no cargo de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, que ocuparia até a sua morte, no Rio de Janeiro, em 1812; sobre a tarefa dele, Maria Odila da Silva Dias observa: “Estadistas como D. Rodrigo ou o Conde da Barca tinham como missão precípua a tarefa da fundação de um novo império que teria como sede o Rio de Janeiro e que deveria impor-se sobre as demais capitanias. E para este trabalho contaram com a colaboração e o empenho dos ilustrados brasileiros” (Dias, 1972: 181).

político. A chegada do soberano de direito vem consumar um fato novo: "tremei, Europa... / Nasce a Glória da América!". É o momento da conversão da natureza:

Do Amazonas ao Prata em toda a pompa
A Natureza brilha: é lá que a frente
O novo Império alteia, e suas bases
São peitos Portugueses
(Ode à partida. *O Patriota*, 1813, I, 1, 73)

Com isso, no primeiro número do *Patriota*, o primeiro item da seção chamada de "Literatura" vem enquadrá-la numa expectativa fundacional, tão americana quanto portuguesa. A transferência da Corte criava a oportunidade de se realizar o plano de d. Rodrigo inclusive no aspecto da identidade política de cada súdito do reino de Portugal, "a fim de que o Português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e [da] grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer" (Coutinho, 1993: 49).

A ode, numa operação típica da poesia encomiástica, não louva os feitos de um herói: louvam-se os seus afazeres. Estes aparecem neoclassicamente estetizados, como se fossem idéias de mármore, já cumpridas como forma, mas ainda à espera de uma encarnação fora da fábula. Vai aí uma discreta arrogância dos letrados, no contexto do reformismo ilustrado luso-brasileiro: eles parecem esperar que as figuras louvadas se elevem à altura de suas projeções heróicas. E o grande afazer do príncipe regente é dar início a essa virada política, ordenando agora a partir da América um novo império – quer dizer: um império diferente do anterior.

É a diferença propiciada pela novidade que nos traz, enfim, ao ponto mais interessante da ode: a epígrafe. "*Novus ab integro sæculorum nascitur ordo*", escreve Borges de Barros, atribuindo a citação a Virgílio. Uma tradução possível seria: "Uma nova ordem de séculos é nascida por inteiro", mas a expressão *ab integro* vai além do "por inteiro", porque quer dizer também "a partir do zero", ou "novamente", no sentido de "inteiramente nova". Eruditos e latinistas acharão o verso estranho. Que terá acontecido? Um lapso? Virgílio não escreveu "*Novus*...", e sim "*Magnus ab integro*". Trata-se do quinto verso da quarta das *Bucólicas*, escrita em homenagem ao imperador Augusto e a seu cônsul Polião. É a famosa écloga do retorno (político) da Idade de Ouro.

Mas os eruditos que também conhecerem a fundo o imaginário político revolucionário do século XVIII (ou que souberem navegar pela Internet) reconhecerão a fonte da lição de Borges de Barros. "*Novus ordo seclorum*" (*sic*) é um dos lemas constantes do Grande Selo dos Estados Unidos, desde 1782 usado para autenticar toda a documentação oficial do governo americano, e desde 1932 estampado no verso da cédula de um dólar.[6] O lema principal aparece na frente do selo, atrás da águia calva, nativa da América: "*E pluribus unum*" ("De

[6] Ver o *website* <www.greatseal.com>.

vários, fez-se um"). O reverso mostra uma pirâmide com 13 degraus, no primeiro deles constando a data de 1776 (a da Independência americana), e acima de todos um olho (o "olho-que-tudo-vê") inscrito num triângulo em esplendor. É o olho aquiescente de Deus, a quem se refere um segundo lema: "*Annuit cœptis*" ("Ele anui aos nossos feitos"). Abaixo de tudo está o lema final, que anuncia "Uma nova ordem de séculos".

O principal organizador dessa colagem de símbolos, impregnada do imaginário da Maçonaria, teria sido o secretário do Congresso, Charles Thomson, que "não era um artista, e sim um homem com a habilidade para realizar as coisas" (Estados Unidos da América, 2003: 3).[7] Eis o que diz esse realizador sobre o verso do selo: "A pirâmide significa a Força e a Duração; o Olho acima dela e o Lema aludem aos muitos sinais interpostos da Providência a favor da causa Americana. A data é a da Declaração da Independência, e as palavras embaixo significam o começo de uma Nova Era Americana, a contar a partir daquele ano" (Estados Unidos da América, 2003: 5).

Os dois lemas do reverso foram buscados em Virgílio por Thomson, conhecedor do latim que, decerto por seu espírito prático, não se vexou de fazer alterações aos originais. "*Annuit cœptis*" vem de um verso das *Geórgicas* – longo poema sobre a agricultura e os trabalhos do campo: "*Da facilem cursum, atque audacibus annue cœptis*". É um pedido a Júpiter que diz, literalmente: "Dá livre curso e anui aos nossos feitos audaciosos". Thomson afastou o tom suplicante, trocando o modo imperativo e a segunda pessoa por uma afirmação de fé: modo indicativo, terceira pessoa (em outras palavras, "Deus nos é favorável"). E, por fim, o verso retirado das *Bucólicas* perdeu o adjetivo *magnus* (grande), substituído por outro, *novus*, numa troca que sutilmente cancela o sentido cíclico de retomada da Idade de Ouro e reforça a idéia de uma novidade absoluta, *ab integro*, que, por meio de uma data, inaugura um tempo linearmente concebido, integralmente novo.

O projeto imperial da recém-criada República encontra aí uma espécie de síntese alegórica e ideográfica. Exprime-se pela pirâmide – que Thomson faz questão de qualificar como "inacabada", pressupondo uma expansão. E se completa com as demais alusões: pelas *Geórgicas*, à importância da agricultura dentro desse projeto, bem como à certeza do favor divino; pelas *Bucólicas* 'linearizadas', à proposição (revolucionária) de um começo novo.

Borges de Barros toma emprestada alguma tintura dessas idéias, ao celebrar o afazer da fundação de um novo império português no Brasil. Não era pequena a sua curiosidade pelos Estados Unidos: filho de uma opulenta família de proprietários de terras do Recôncavo Baiano, ele residira por cinco anos na França, aonde alegava ter ido "em busca de luzes"; mas, antes de regressar à Bahia, iria ainda a Nova York, para onde embarcou em setembro de 1810, e à Filadélfia, onde ficou até março de 1811 (cf. Dória, 1896). Quando terá ele acrescentado a epígrafe à sua ode? Logo após a composição, em 1808? Ao tirá-la do caos,

[7] O livreto oficial sobre o Grande Selo pode ser 'baixado' do portal do Departamento de Estado americano, cujo endereço é simplesmente <www.state.gov>.

para a publicação de 1813? Enfim, antes ou depois de sua estadia americana? Não sabemos. O que mais importa, contudo, para um exame das relações entre a poesia e a política no período, é frisar que o procedimento de Borges de Barros e o de Charles Thomson – sancionados diretamente ou não pela Maçonaria – têm em comum o recurso freqüente a uma simbologia clássica, autorizada pela tradição, dentro de uma perspectiva imperial sempre disposta à emulação com o antigo Império romano. Quanto ao letrado baiano, pode-se ainda dizer que sua preocupação é patriótica, mas não nacional: mesmo que a pátria corresponda em seus textos ora à Bahia, ora ao Brasil, ele não vê no período joanino uma realização política para ela(s) (nem para uma, nem para a outra) melhor do que a participação num império português, desde que em posição privilegiada.

A ode de Borges de Barros saiu assinada com a inicial que seria sua marca registrada no *Patriota*, acrescida de um ponto e três asteriscos: B.***. O autor assinou com o mesmo signo a outra colaboração que enviou ao número inaugural, para a seção "Artes": uma "Memória sobre a plantação e fabrico do urucu" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 34-9). "Literatura" e "Artes"[8] deveriam formar, desde então, um contraponto harmonioso na participação de B. nesse periódico. De um modo e de outro, pela poesia e pela técnica, esse herdeiro de senhores de engenho do Recôncavo, formado em ciências naturais em Coimbra, em 1800, pretendia interferir na ordem a ser imposta ao caos de sua pátria americana.

Confiança e Frustração

A carta que Borges de Barros enviou ao redator do *Patriota* nos deixa uma impressão de confiança, à qual não é estranho o vínculo de nascimento com a Bahia. Tratava-se, afinal, de um ponto em comum entre ele e o redator, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838). O poeta ilustrado assim lhe dizia: "acho certo picante (e que desejo mesmo que v. o faça sentir no seu Jornal) em que fosse a Bahia o lugar primeiro, que S. A. R. honrou com a Sua Presença, e que o primeiro Jornal feito no Rio de Janeiro o seja por um Baiano, e que nele se imprimam versos feitos em Paris por outro Baiano". O patriotismo multifacetado do autor almejava para a Bahia um lugar de destaque no "poderoso Império", e cumpria realçar o valor (e o cosmopolitismo) dos baianos. "O acaso que envolve a Bahia e seus filhos neste caso parece-me digno de nota" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 95).

O "picante" desse fervor arrefeceu com os anos. Ele contrasta com o pico amargo que se sente em certos poemas de um B. mais velho e passado, publicados em 1841. A significação de "pátria" agora estava fixada, embora o império fosse outro. Mas o que se insinua no lugar da antiga confiança era um tom de frustração. Em 1811, assim ele abria a sua "Ode ao chegar à Bahia indo de New-York":

8 Atenção aqui para o significado da palavra "arte" nesse contexto: "ofício mecânico" e "manufatura" seriam as acepções mais próximas, dentre as várias listadas em 1813 por Moraes e Silva (1813, I).

Salve ó berço onde vi a luz primeira!
Risonhos montes, deleitosos ares!
Eu te saúdo ó pátria!
(Ode ao chegar à Bahia. Borges de Barros, 1825, I: 25)

Tempos depois, um novo reencontro com a terra natal é bem menos alegre, na sua "Resposta à carta de uma senhora":

Sítios qu'outrora amei, quanto mudastes!
Como sois feios, e deixei-vos lindos:
O sítio é nada, as afeições são tudo.
Nem do Jacuípe mais fala o murmúrio!
Que silêncio selvagem! Dó trajando,
Dois espectros me cercam – dor, saudade.
Açacala o punhal, sacode o archote
D'assanhada Discórdia as mãos sangrentas:
Ai! que futuro! incauta Pátria, eu tremo...
(Resposta à carta. Borges de Barros, 1841: 8-9)

O poema é misterioso: não se sabe quem é a tal senhora, nem o teor de sua carta, nem a data da composição. Pode-se especular que date de 1833, quando o autor regressou à terra natal depois de mais uma longa temporada na França, dessa vez no exercício de funções diplomáticas como representante do Império do Brasil. Neste caso, um crítico preocupado demais com a biografia e o 'contexto histórico' poderia alegar que o desânimo era apenas circunstancial: começava o período de incerteza das regências, na província da Bahia marcado especialmente pela rebeldia dos escravos (cf. Reis, 2003). É muito provável que a turbulência política e social estivesse manejando, atrás dos decassílabos, a máscara alegórica da Discórdia. Além disso, faz parte da paleta neoclássica a contaminação da paisagem pelas desordens da sociabilidade (cf. Alcides, 2003).

No entanto, há umas redondilhas datadas de 30 de maio de 1840, nas quais se sente um desconsolo mais difuso:

Entre enganos e desejos
E projetos, e pesares,
Vão nossos dias passando,
Como as nuvens pelos ares.
(...)
Oh meu Paulo! a vivas mágoas
Resiste alma bem formada,
Mas resistir não podemos
À tristeza prolongada.
(A Paulo José de Melo. Borges de Barros, 1841: 32-33)

Projetos que vão pelos ares, tristeza prolongada... O B. sexagenário já não tinha o mesmo brio de seus anos 'patrióticos'. Mas conservava a bonomia – traço mais característico da imagem de si que modelou nos seus poemas de juventude. O poema endereçado ao amigo ia ficando sombrio demais. "Mudo de estilo, meu velho" – afirma o poeta, bruscamente, interrompendo o queixume. Passa então a enfrentar um tema inevitável: a velhice. E o que começou como lamento assim termina:

Quanto a nós, os nossos anos
Estão ainda muito aquém
Dos desses guapos rapazes,
Nestor e Matusalém.
(A Paulo José de Melo. Borges de Barros, 1841: 34)

A facilidade com que se ilude a melancolia dá o que pensar. "Deixa para lá" parece ser a atitude tácita que estrutura as quadrinhas, precariamente, como um arame. Uma coisa, em especial, chama a atenção: excetuando-se a pequena lírica amorosa do autor, bem como as cançonetas de assunto familiar, este é um dos poucos poemas em que ele não conseguiu (ou não quis) enfiar a palavra "pátria". Estará ela escondida, entre "projetos e pesares"?

É possível que sim. O certo é que nem o autor nem o destinatário do poema teriam motivos pessoais para o desconsolo. Pelo menos não quanto aos quesitos do bem-estar material e do prestígio social.

O amigo homenageado, Paulo José de Melo Azevedo e Brito (1774-1848), estava prestes a ser nomeado o primeiro presidente da província da Bahia no Segundo Reinado. A nomeação veio com a subida ao poder do gabinete liberal formado por Antônio Carlos de Andrada, em 24 de julho de 1840, logo após o golpe da maioridade (cf. Wildberger, 1949: 238-260).[9] Consta que era "dono de imensa propriedade agrícola" (Wildberger, 1949: 252), e como tal participara em 1832 da criação da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria – juntamente, aliás, com o ex-redator do *Patriota*, Araújo Guimarães (Wildberger, 1949: 257). Mais tarde, transferiu-se para a Corte, eleito deputado à Assembléia Geral do Império, para a terceira e a quarta legislaturas, a partir de 1834. Governou a Bahia por menos de um ano, até junho de 1841, quando acompanhou a queda dos liberais.[10] No entanto, a destituição não significou para ele nem declínio social nem ostracismo político. Tinha acabado de receber, por decreto de d. Pedro II, o cargo honorário de vedor da Casa Imperial, e em 1845 revestiu-se do hábito da Imperial Ordem de Cristo, com o título de comendador. Nesse mesmo ano, valeu-se do apoio de um dos mais eminentes chefes do Partido Liberal, o senador pe. José Martiniano de Alencar (pai do romancista), para obter

[9] Baseei-me largamente em Wildberger, para as informações biográficas sobre esse político. Ver também: Macedo, 1876, III: 349-351, e Silva, 1862, VI: 364. Quanto a questões genealógicas, ver as notas de Pedro Calmon em: Jaboatão, 1985, II: 512-513.

[10] Sobre a sua gestão atribulada pela instabilidade social do período, ver a publicação oficial de um dos seus pronunciamentos em: Azevedo e Brito, 1841.

uma vaga no Senado. Pelo Rio Grande do Norte (Biblioteca Nacional, 1966).[11] Com essa dignidade vitalícia morreu, em 25 de setembro de 1848. Deixou fama de grande poeta. Mas, poemas, não deixou muitos: uma meia dúzia, na maioria encomiásticos, anteriores à Independência.[12] Seja como for, temos uma boa medida da reputação que o cercava na pena de Joaquim Manuel de Macedo: "Inteligência feliz e brilhante, homem de merecimento distinto, literato e poeta estimado pelos seus contemporâneos, aplaudido e altamente elogiado por eles, com lisonjeiro e animador horizonte aberto em superior grau de administrativo e na mais elevada posição, no senado do Império" (Macedo, 1876, III: 351).

Quanto a Borges de Barros, a idéia do seu prestígio na idade madura pode dispensar tantos adjetivos. Basta olhar o retrato que lhe traçou Sisson (1861, II). O artista não merecia ser chamado nem de medíocre, mas sabia compor uma pose convencional que impusesse respeito e ainda assim transmitisse certo ar de naturalidade. Sobretudo, não descuidou das insígnias que distinguiam o modelo: a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, a condecoração da Ordem da Rosa e, ao fundo, a pena de poeta, mergulhada no tinteiro, pouco atrás de um exemplar do livro que serviria de testamento literário ao retratado, *Os Túmulos* (Borges de Barros, 1850; 2. ed. 1945). Cruzando-lhe o peito, destaca-se a faixa distintiva da nobreza titulada: o esforçado B. tinha sido criado barão da Pedra Branca, por d. Pedro I do Brasil, em 1825, ano em que viria a obter de Carlos X da França o reconhecimento da Independência brasileira, como chefe da legação imperial em Paris. Em 1826, fora elevado a visconde, título ao qual pôde acrescentar o grau "com grandeza" a partir de 1829, depois de interferir decisivamente na 'conquista' de uma esposa para o imperador viúvo, d. Amélia de Leuchtenberg. Nessa altura já tinha sido escolhido por d. Pedro I para o Senado, entre os eleitos da lista enviada pela Bahia em 1826 (cf. Taunay, 1942: 67).[13]

Como seu amigo Paulo José de Melo, Borges de Barros era grande proprietário de terras. Sua família estava entre as mais proeminentes de Santo Amaro desde a segunda metade do século XVII (cf. Costa, 1946; Jaboatão, 1985, I). Ele herdara o nome do bisavô, Domingos Borges de Barros, coronel e senhor-de-engenho nascido em 1670, primeiro de uma linhagem de cavaleiros da Ordem de Cristo baianos. Casado com uma viúva, o patriarca teve cinco filhos. Sebastião († 1766), tio-avô de B., foi no seu tempo o homem mais

[11] Nas "Listas para o preenchimento das 50 cadeiras senatoriais" de 1845, Paulo José de Melo figura como "proprietário", com 270 votos; cf. Taunay, 1942: 233.

[12] Do autor, estão publicados os seguintes poemas: (1) uma "Ode sáfica" inacabada (datada de 1797; Guanabara 1, dezembro de 1849, 35); (2) "Epístola" (a Borges de Barros, que a data de 1805), in: Borges de Barros, 1825, I: 197-207, republicada com variantes no *Parnaso Lusitano* (Garrett, 1826-1834, V: 263-272) e no *Parnaso Brasileiro* (Pereira da Silva, 1834-1848, II: 227-236); (3) "Elogio à coroação del-Rei o Senhor D. João VI" (de 1816; Azevedo e Brito, 1844: 27-37); (4) "Elogio poético" (ao Conde dos Arcos; AA. VV., 1817: 37-44); (5) "Elogio aos anos del-Rei o Senhor D. João VI" (datado de 1820; Azevedo e Brito, 1844: 39-46); (6) "Elogio aos anos de S. A. R. o Senhor D. Pedro d'Alcântara" (Azevedo e Brito, 1844: 47-51) e (7) "Epitalâmio ao Augustíssimo Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil o Senhor D. Pedro II no primeiro aniversário do seu venturoso consórcio com a Exma. Imperatriz a Senhora D. Teresa Cristina Maria de Bourbon" (datado de 1844; Azevedo e Brito, 1844: 5-24).

[13] Borges de Barros foi um dos seis baianos escolhidos pelo imperador, embora constasse na lista enviada pela província da Bahia em nono lugar, com 355 votos; cf. Taunay, 1942: 174. Sobre sua atuação como diplomata, ver uma avaliação pouco simpática em Calógeras, 1928, I. Lembremos que tampouco lhe foi simpático o rebelde José Bonifácio de Andrada e Silva, que a ele se referia pelo apelido mordaz de "Pedra parda"; ver Silva et al., 1890: 1-42.

poderoso de Santo Amaro, onde exerceu o cargo de capitão-mor, com patente vitalícia.[14] Uma boa noção da sua eminência (e da sua fortuna) impressiona quem lê a relação dos festejos que a Câmara da vila realizou em 1760 para comemorar o casamento de d. Maria, princesa do Brasil, com o infante d. Pedro de Portugal: centro das atenções em todas as homenagens, foi ele o principal contribuinte para as despesas, e dois anos depois a ele foi dedicado o relato correspondente, escrito aliás por um Calmon – nome de outra família importantíssima do Recôncavo (Calmon, 1762). Seu irmão Domingos Borges de Barros, o segundo deste nome, chegou a coronel das ordenanças de Santo Amaro e foi várias vezes provedor da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, tendo combatido os espanhóis na colônia do Sacramento.[15] Imitando o pai e homônimo, casou-se com uma viúva, de quem não teve filhos. Mas, "de uma moça branca" (aspas abertas pelo genealogista Afonso Costa), teve o pai de B., Francisco Borges de Barros (1753-1819), considerado "uma das pessoas da primeira nobreza e distinção deste País, assim pelos seus merecimentos pessoais e pública reputação" (Costa, 1946: 183). Este era senhor, entre outros, do engenho S. Pedro, às margens do Jacuípe, mas também seguiu a carreira militar, como seus anteriores, alcançando a patente de tenente-coronel do regimento de milícias das Marinhas da Torre.[16] À herança paterna, juntou parte da fortuna e das honras do tio Sebastião, que não deixara descendentes.[17] Nosso B. também pôde aumentar bastante o já imenso patrimônio herdado, porque cumpriu o destino dos Domingos da família, ao se casar com Maria do Carmo Gouveia Portugal, mais uma viúva. "Riquíssima", segundo Katia Mattoso, "opulenta de riquezas", segundo Afonso Costa, era filha de Pedro Alexandrino de Gouveia Portugal e herdeira dos bens do falecido, Manuel Pereira de Andrade (Mattoso, 1992: 285; Costa, 1933: 388).

O prestígio do velho B. cresceu ainda mais em 1837, quando a filha que deixou morando na França, Luísa Margarida (1816-1891), casou-se com um nobre europeu, da família Beauharnais: Jean-Horace-Eugène, visconde e depois conde de Barral. A condessa de Barral estava destinada a se tornar uma das grandes damas do Segundo Reinado, como preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, a partir de 1856, além de grande amiga e confidente de d. Pedro II.[18] Mas desta honra o visconde nada soube, pois morrera no ano anterior, na Bahia, a 20 de março.

---

[14] Carta patente pela qual se fez mercê a Sebastião Borges de Barros de o confirmar no posto de capitão-mor vitalício das Ordenanças da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, vago por falecimento de João Félix Machado. Lisboa, 13 de abril de 1756. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. In: Almeida, 1915: 326.

[15] Escritura de doação que fazem o deão João Borges de Barros e seu irmão o cônego Luís Antônio Borges de Barros a seu sobrinho Francisco Borges de Barros de todos os serviços de seu falecido irmão o capitão-mor Sebastião Borges de Barros, do qual eram herdeiros. Bahia, 22 de julho de 1769. Certidão. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. In: Almeida, 1915: 325. Ver, a respeito desse provedor, Russell-Wood, 1968.

[16] Requerimento de Francisco Borges de Barros, no qual pede a patente de confirmação do posto de tenente-coronel do Regimento de Milícias das Marinhas da Torre. Documento datado de 1800. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. In: Almeida, 1914: 285.

[17] Escritura de doação..., in: Almeida, 1915: 325.

[18] "Nenhuma mulher daquela época teve igual poder social... e político", diz da filha de B. um especialista nesse tipo de crônica (Pinho, 1970: 195-228). A correspondência entre a Barral e o imperador está publicada em Barros, 1977.

Não é impossível que o mútuo desânimo que parece unir Borges de Barros e Paulo José de Melo em 1840 tenha meramente a ver com desgostos familiares. Paulo José talvez tenha sobrevivido aos filhos. Segundo seu melhor biógrafo, morreu no Rio, em 25 de setembro de 1848, "sem descendência" (Wildberger, 1949: 259-260). O mesmo autor, porém, relata como ele teria fugido de Salvador para o Recôncavo, em meio aos confrontos armados de 1823, levando a "sua numerosa família (a mulher, uma filha e filhos alheios que ele havia adotado)" (Wildberger, 1949: 256).

Quanto a B., sofreu um pesado golpe com a perda em 1825 do único filho varão legítimo (que daria continuidade à série de cavaleiros homônimos, e não chegou aos dez anos de idade). "No futuro morri, morrendo o filho", escreveu o pai, no primeiro dos dois cantos fúnebres de *Os Túmulos* (Borges de Barros, 1825, II: 193).[19] Supõe-se que o visconde não tinha tantas esperanças quanto a seu filho natural Alexandre Sebastião, nascido em 1809, de uma francesa, que ele reconheceu e anos depois empregou no cargo de secretário da Legação Imperial do Brasil em Paris.[20]

Entretanto, pelo que sabemos dos tempos do *Patriota*, os infortúnios familiares teriam encontrado no outro prato da balança o envolvimento aguerrido em projetos coletivos. O mesmo se pode dizer dos anos a partir da virada liberal de 1820. Paulo José participou ativamente da adesão baiana ao movimento constitucionalista, em 10 de fevereiro de 1821. O *Correio Braziliense* noticiou a data como a "Revolução da Bahia" (*Correio Braziliense*, maio de 1821, p. 542). O amigo de B. aparece como vice-presidente da Junta de Governo, à qual pertencia como representante "da Agricultura" (cf. Berbel, 1999: 53). Em seguida, entre os deputados eleitos pela província para as Cortes de Lisboa, constava o nome de Domingos Borges de Barros. Com seus colegas de bancada, ele tomou posse da sua cadeira no dia 15 de dezembro de 1821 (Berbel, 1999; cf. *Diário das Cortes Gerais*, 251, 1821, 3.420). Poucos anos depois, a perda do filho não o impediu de oferecer "às senhoras brasileiras" os dois pequenos volumes *in-12* reunindo a sua poesia, em 1825, sem descuidar do patriotismo nem mesmo ao descrever a agonia do menino, em Fontenay-aux-Roses:

Com a pátria sonhava: e quando a febre
Abalava, pungia o assento d'alma,
Era para exaltar o amor da pátria,
A saudade dos seus, o amor paterno.
Se ao Brasil não serviu, morreu por ele.
(*Os Túmulos*. Borges de Barros, 1825, II: 201)

O próprio pai, desconsolado, escreve em sua correspondência diplomática que suas forças "não caíram de todo porque a ventura da Pátria (...) tem sustido o espírito".[21]

[19] O segundo canto só foi publicado 25 anos depois: Borges de Barros, 1850: 23-40.

[20] Sobre esse filho natural de B. e sua posterior querela judicial com a irmã, filha legítima, ver: Barral, 1858.

[21] Arquivo do Itamaraty, Legações no Exterior – Paris. Ofício n. 61, de 1 de abril de 1825.

Paulo José também viveu algumas agruras pessoais nesse período. Tinha a mãe doente e paralítica desde 1818, "idolatrada e octogenária" (*apud* Wildberger, 1949: 256). Em 1822, ele próprio não estava bem de saúde, como afirmou no primeiro parágrafo da irada carta que mandou publicar em Salvador e em Lisboa, respondendo a acusações feitas contra a Junta de Governo da Bahia. Nem essa enfermidade nem a agonia materna – alega ele – diminuíram o empenho de seus "árduos serviços prestados à Pátria" (Azevedo e Brito, 1822a: 3).[22]

Parecia então inabalável o patriotismo de B. e Paulo José. Mas, por essa época, como veremos adiante, a "pátria" já não significava a mesma coisa para esses dois baianos.

Os Amigos de Filinto Elísio

Domingos Borges de Barros e Paulo José de Melo eram amigos de longa data. Ambos nasceram em famílias proeminentes na sociedade baiana, e é possível que esse vínculo os tenha aproximado desde muito cedo. O prestígio que ostentavam na velhice, no Império do Brasil, começou a ser acumulado desde o berço, no Império luso-brasileiro. Adolescente, em 1796, B. seguiu para Lisboa, onde se matriculou simplesmente no Colégio dos Nobres (cf. Dória, 1896: 132). Paulo José chegaria à metrópole três anos depois, já com o título reconhecido de fidalgo cavaleiro da Casa Real.[23] Viajara alegando a necessidade de cuidar no reino de negócios particulares. Para isso, teve de interromper uma carreira militar promissora, com a qual seguia a tradição de sua família: mal completara os 13 anos de idade, já era promovido de cadete a alferes.[24] Na Bahia, por tudo isso, eram dois genuínos representantes da "nobreza da terra" (cf. Mattoso, 1992: 589).[25]

Mas, em Lisboa, eram também dois aspirantes a poetas. Ao que parece, ligaram-se ao grupo de letrados que cultuava a autoridade "estrangeirada" do padre Francisco Manuel do Nascimento, mais conhecido por seu antigo nome arcádico, Filinto Elísio (1734-1819).[26] O velho vate era, sem dúvida, o maior vulto da poesia portuguesa do momento, rivalizado

---

[22] A mesma publicação, idêntica, saiu no reino, com o título ligeiramente alterado (Azevedo e Brito, 1822a); esta, no frontispício, mostra a esfera armilar com o escudo de Portugal; à p. 47, o texto vem datado assim: "Bahia, 22 de agosto de 1822".

[23] Alvará régio pelo qual se fez mercê a Paulo José de Azevedo e Brito, filho de José Fortunato de Azevedo e Brito, e neto de Paulo Félix de Brito, do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Lisboa, 6 de setembro de 1798. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. In: Almeida, 1915: 377; Requerimentos (2) do tenente de infantaria Paulo José de Azevedo e Brito, nos quais pede licença para tratar no reino dos seus negócios particulares, e autorização para partir da Bahia. Tem anexo do despacho do Conselho Ultramarino, datado de 22 de fevereiro de 1799. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. In: Almeida, 1914: 228.

[24] Carta patente pela qual o governador d. Rodrigo José de Meneses promoveu o cadete Paulo José de Azevedo e Brito ao posto de alferes agregado ao 2º Regimento de Infantaria, que vagara por promoção de Paulino de Sá Tourinho. Bahia, 23 de agosto de 1787. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. In: Almeida, 1914: 380.

[25] Nessa expressão, "da terra" quer dizer "local" – e não "fundiária", como às vezes se interpreta, embora essa elite colonial seja geralmente proprietária de terras.

[26] Sobre os "filintistas", há uma obra clássica: Braga, 1899. Quanto ao "culto a Filinto Elísio" no *Patriota*, ver: Lopes, 1978: 11 e seg.

apenas por Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805). Figura turbulenta e polêmica, fora nos tempos do marquês de Pombal o líder do grupo renovador da Ribeira das Naus, em Lisboa. Escapara do reino em 1778, numa fuga com lances rocambolescos. Motivo: tinha sido denunciado ao Santo Ofício como herege e ateu. Nos tempos do *Patriota*, vivia precariamente nas proximidades de Paris, em Choisy-sur-Seine, onde esse aplicado discípulo de Horácio ia se sentindo cada vez mais próximo do Ovídio desterrado às margens do mar Cáspio: "Que querem que eu faça? Não tenho com quem conversar, converso com o papel" – escreveu ele, justificando a abundância das notas que costumava apensar aos seus versos (Nascimento, 1998, II: 392). Bem-humorado, porém, apelidava sua residência suburbana de "Tebaida", palavra que indica lugar de retiro sapiencial, ermo contemplativo, por uma alusão ao isolamento dos eremitas cristãos de Tebas, no Egito.

O quarto número do *Patriota* publicou pela primeira vez um poema de Filinto que nos ajuda a iluminar vários aspectos do espaço e do papel que os trabalhos poéticos preenchiam no projeto desse periódico. É uma "Ode remetida de Versalhes a Paris (...) a Domingos Borges de Barros" datada de "Tebaida, 14 de agosto de 1810" (*O Patriota*, 1813, I, 4, 3-4; Nascimento, 1998, III: 143-144; Borges de Barros, 1825, I: 208-210). Trata-se de uma despedida: "Com mágoa ouvi que partes, caro Borges" – é o *incipit*. O tema é o desconsolo de quem fica, ou pelo menos este é o 'móvel' inicial da ode, aquilo que legitima a escrita, orienta a *inventio* (ou seja: a seleção dos 'argumentos' a serem recombinados conforme os preceitos clássicos), e organiza uma espécie de ambiente ficcional onde se propõe uma figuração das relações entre o poeta e o seu destinatário. Neste caso, somos informados acerca de uma suposta troca poética, que será interrompida pelo afastamento do amigo mais jovem:

Com mágoa ouvi que partes, caro Borges,
    Deixas-me nestes ermos,
Saudoso, velho? E ameaçadora a Morte
    Brande (não de mim longe!)
A luzidia fouce: agra a Pobreza
    De feia catadura,
Co'as secas mãos me aperta o peito ansiado!
    Enquanto o alívio tinha
De receber teus versos, tuas prosas,
    De em câmbio remeter-te
As minhas, sossegava a seva frágua
    De atribuladas penas,
Com que o futuro me enegrece os dias.
    Mas de ti quando ausente...
Afasta-te de mim, acerba idéia!
(*O Patriota*, 1813, I, 4, 3-4)

Há um assunto subterrâneo, que é o temor da morte – tendendo a crescer com a solidão do velho saudoso. Mas há também a suposição dos bons sentimentos que ligam as duas pessoas, e, na despedida, estes se exprimem por meio de bons votos. É assim que somos conduzidos à 'pátria'. Quase que por um acaso das convenções, um tema subsidiário na estrutura da ode vem a se tornar o seu próprio cerne, quando ela é publicada e lida dentro da moldura do *Patriota*:

Vai, Borges: brandos zéfiros
Nas asas teu baixel contínuos tomem,
E à Pátria te confiem;
À Pátria que contente os braços te abre
Para te estreitar neles.
Verás o Pai, que te ama, e que respeitas,
Os Irmãos, os Amigos,
O teto, o berço, onde com raio puro
A ti recém-nascido
Deu prima luz o sol.
(*O Patriota*, 1813, I, 4, 4)

Neste trecho e nos versos seguintes, Filinto resume todo um programa de elementos tópicos a serem associados à idéia de "pátria": é a terra do pai, onde se viu a luz do sol pela primeira vez, a terra onde, na infância, "demos tenrinhos passos mal-seguros", e onde fizemos os primeiros estudos e os primeiros amigos de muitas brincadeiras passadas. É, enfim, a terra do "berço". Cumprida a articulação dessas noções, pôde o poeta dar o laço rococó da peroração:

De tudo vais lograr-te,
E eu, apesar da dor de ver-te ausente,
Devoto aos céus t'o imploro.
(*O Patriota*, 1813, I, 4, 4)

Mas isso não esgota o poema. Na poesia de Filinto, sempre há muito mais coisas além dos versos. Novamente, é uma epígrafe que nos serve para 'escapar' do cerrado convencionalismo dessa poética tão codificada. E há também três notas muito interessantes.

Entretanto, antes de partirmos para uma exploração de tais elementos, registre-se que a presença deles é um traço distintivo da obra de Filinto Elísio, justamente pelo papel radical que nela desempenham, embora não passem de ocasionais acréscimos exteriores na maioria dos demais poetas do tempo dele. Em Filinto, a epígrafe e as notas compulsivamente amealhadas podem não fazer parte do poema – mas da poesia fazem. Não são matéria do poema convencionado, segundo cada gênero prescrito pelos tratadistas de retórica e poética do século XVIII; contudo, cercam-no de tal maneira (seria possível dizer:

assediam-no) que levantam verdadeiras balizas, limites, indicações a lhe impedirem um curso de leitura livre e autônomo. O autor parece não resistir a se expor um pouco além do que a convenção permitiria, como se se sentisse apertado demais no colete das regras prescritas. Contemporâneos muito ciosos do bom gosto e da melhor imitação dos autores clássicos certamente viam nisso uma indiscrição, censura à qual Filinto reagia com a mesma loquacidade anotatória (como vimos anteriormente). É por isso que o amadurecimento desse autor, a partir do seu exílio, afastou-o cada vez mais da opereta pastoril regida pelo arcadismo italiano. "Filinto Elísio" foi aos poucos deixando de ser uma máscara de pastor da Arcádia, para se tornar aquilo que pelo século XIX adentro se chamaria de "pseudônimo": num caso, à pessoa do autor se sobrepõe a *persona* do poeta; no outro, há uma identidade literária paralela a uma identidade civil, mas sem encobrimento pessoal.

Isso deve ter contribuído para que, desde que se impôs o padrão dos 'estilos de época', em finais do Oitocentos, a obra de Filinto apareça freqüentemente enquadrada como "pré-romântica" – sem falar no fato de ter sido sempre declarado admirador do vate exilado um dos principais introdutores do romantismo nas letras portuguesas, J. B. de Almeida Garrett (1799-1854).[27] Essa designação pode às vezes esclarecer alguma coisa, mas em geral traz mais prejuízo do que benefício; primeiro, pelo ranço teleológico decorrente da imposição de uma excessiva linearidade; segundo (e principalmente, a meu ver), por dificultar a percepção das especificidades, já que uma obra assim classificada raramente é lida em si mesma (até onde isso é possível, mesmo que tal possibilidade não alcance na prática ir tão longe quanto seria desejável), e sim à luz deformadora do que veio antes, de um lado, e do que virá depois, de outro.

A ode de Filinto a Borges nos ajuda a pensar um neoclassicismo luso-brasileiro diferente daquele que prevaleceu na segunda metade do século XVIII, que foi o das academias arcádicas, no qual a ficção bucólica dominava as preferências. Já de início, em vez dos codinomes pastoris, sobressaem agora os nomes próprios ou os pseudônimos. É Filinto que se dirige a Borges. No arcadismo essa nomeação não acontecia: em muitas das liras de Tomás Antônio Gonzaga, por exemplo, ouvimos o "bom Dirceu" se referir ao "terno Alceste" ou a "Glauceste" – mas nunca ocorre nenhum dos nomes próprios do letrado que usava esses apelativos (Cláudio Manuel da Costa).

Mas, ao interpelar poeticamente o amigo que ia partir, Filinto submete toda a ode à sombra de um padrão clássico: uma epígrafe. "*Quid nos? quibus te vita sit superstite / Jucunda, si contra gravis*" – são os versos 5 e 6 do Epodo I, de Horácio: "Que farei eu, que junto a ti a vida / encontro alegre, e longe adversa?" (Horácio, 1967: 129; 1988: 172-173). Esses luxos da poesia dão bastante trabalho, hoje, a historiadores e críticos. Mas o que nos parece tão erudito, para os letrados do tempo de Filinto era muito mais facilmente reconhecível. Num

[27] Entre os que apontaram traços supostamente pré-românticos nesse autor, incluem-se alguns dos maiores críticos portugueses do século XX, como Rodrigues Lapa, Hernâni Cidade, João Gaspar Simões, Antônio José Saraiva e Feliciano Ramos; cf. Moreira, 1998: xx-xxi.

poema circunstancial como o que nos ocupa agora, a epígrafe tem até certo sabor de cumplicidade: o poeta vem trazer à lembrança do amigo o trecho exato do modelo clássico que pretende emular. Uma epígrafe (ou seja: uma inscrição) funciona normalmente de maneira lapidar, na abertura de um poema. Mas esse funcionamento pode prever – como é o caso – a abertura de todo um espaço, para o qual ela conduz a leitura. Como uma seta, a epígrafe aponta para um lugar, um *topos*, onde o leitor deve tentar pôr os pés. Além disso, mais do que elaborar os tópicos de um lugar-comum (o da despedida), Filinto quis ainda selecionar uma ocorrência objetiva, uma realização em poema das prescrições desse *topos*, que é o trecho horaciano. Este, devolvido ao seu contexto original, pode nos mostrar alguma coisa a mais acerca da ode de Filinto, à qual foi convocado à revelia de seu vetusto autor.

O Epodo I figura a aflição de Horácio ao saber que seu amigo (e protetor) Mecenas partiria com as forças de Otaviano para o Egito, a fim de combater Marco Antônio e Cleópatra. Saltamos de 1810 a.D. para 31 a.C. Trata-se da expedição naval que terminaria com a vitória das forças de Roma, em Áccio, com o apoio dos piratas da Libúrnia. Jogava-se nesse projeto a sorte de César. A vitória deste precipitou o suicídio do casal inimigo. Diz o poeta:

Irás em naus liburnas, meu Mecenas,
em meio à frota aparelhada
de todo o necessário para em prol
de César ir correr perigo.
Que farei eu, que junto a ti a vida
encontro alegre, e longe adversa?
(Horácio, 1967: 129; 1988: 172-173)

A tematização da amizade, da companhia, do abandono, do destino – tudo aqui parece posto sobre um tabuleiro imperial, e de maneira tão determinante que o poeta nem dá muita conta dessa condição, por não se sentir obrigado a tanto (já que o assunto escolhido não é o heroísmo de Mecenas, e sim a dor do afastamento).

Que este poema ocorra à lembrança de Filinto não deixa de ser significativo – mesmo que a alusão fosse previsível numa poética fortemente vincada pela doutrina tópica da imitação. A despedida de que trata a ode a Borges também se dá entre seres imperiais, que fazem longas travessias navais sem sair de um espaço virtual que os integra a um domínio espalhado por diferentes (e afastadas) partes do mundo. O exemplo serve para iluminar o vínculo intrínseco entre a poesia neoclássica e a noção de império, vínculo que se reafirma na seção "Literatura" do *Patriota*, em 1813 e 1814.

Os pressupostos mais relevantes, aqui, não são o bom gosto e os parâmetros de civilidade que um artifício retórico clássico permitia projetar numa idealização do mundo pastoril, como propunha o arcadismo. Não é este o caso arcádico, em que o 'estilo humilde' atribuído a um pastor 'mimetiza' a naturalidade da fala, por um critério de verossimi-

lhança previsto na equação entre razão, verdade e natureza. Filinto praticamente despreza o que os classicistas franceses do século XVII chamavam de "*le naturel*", com relação ao ordenamento da linguagem. Ele é, como disse Camilo Castelo Branco, o "opulentador notabilíssimo da língua", que trabalha manejando o seu "estilo duro, musculado", segundo Óscar Lopes e António José Saraiva (*apud* Moreira, 1998: xx, xvii). Seu maior empenho foi polir a língua portuguesa em face do padrão fulgurante do latim clássico, livrando-a dos galicismos que então estavam em voga – e é uma ironia que esse grande reformador do idioma português vivesse então exilado justamente na França.

A escrita de Filinto não busca a naturalidade, busca a opulência, almeja produzir uma riqueza, e não disfarça as marcas 'musculosas' do esforço despendido. Na "roda de Virgílio" (*rota Virgilii*), esquema medieval que estabelecia em três círculos concêntricos as correspondências cabíveis e verossímeis entre os estilos, os gêneros e os respectivos personagens, Filinto não se encaixa bem na faixa da poesia bucólica, de temática pastoril e *stylus humilis*; tampouco estaria à vontade na da poesia épica, de temática heróica e *stylus gravis*; entre estas duas está o seu território preferido: a faixa da poesia didática, cujo tema são os afazeres do dia-a-dia, e cujo estilo é o *mediocris* (médio).[28] Levando em consideração as três obras de Virgílio tomadas como modelos nessa tabela, a natureza na faixa média não é nem um paradigma racional da linguagem (como nas *Bucólicas*), nem um teatro de operações (como na *Eneida*): é um campo à espera do cultivo (como nas *Geórgicas*).

Não é por acaso que, no 'mundo' luso-brasileiro de princípios do século XIX, já parecesse anacrônica a idéia de uma Arcádia, uma academia dedicada ao bom gosto nas letras e na eloqüência, como espaço de sociabilidade para a afetação pastoril de letrados curiais e urbanizados que pouco tinham a ver, de fato, com as pastagens e suas respectivas atividades. Ficara para trás a malograda Arcádia Lusitana, fundada em 1756. Em se tratando de práticas acadêmicas, o padrão que agora se impunha era o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1779, nos moldes do reformismo ilustrado e da sua perspectiva pragmática, mais ligada ao controle da natureza e à exploração do que à imitação dela. É por isso que, num momento posterior, quando todos esses matizes já pareciam confundidos ou passados, Almeida Garrett poderia dizer de Filinto que "nenhum outro poeta, desde Camões, havia feito tantos serviços à língua portuguesa: só por si, Francisco Manuel valeu uma academia e fez mais do que ela" (Moreira, 1998: xxxi). Os pressupostos agora são o serviço e o Império, e a poesia pode prescindir da academia, porque o lugar que ela passou a almejar mais é a imprensa: seja o livro, seja o periódico, mas de preferência ambos.

Este é o outro neoclassicismo luso-brasileiro, diferente do bucólico, o qual encontrou boa acolhida nas páginas do *Patriota*. A ode a Borges, entretanto, não recebeu aqui uma publicação neutra. Para o destinatário, e também para o editor, o poema de 1810 poderia em 1813 adequar-se especialmente a uma tentativa de afirmação da 'pátria' na nova ordem

[28] Sobre a "roda de Virgílio", ver: Segre, 1989: 218-238, e Curtius, 1996: 295.

imperial que se pretendia construir. Que 'pátria'? O Brasil? A Bahia? Qualquer resposta seria empobrecedora da própria ambigüidade que as circunstâncias infundiam a uma palavra que então soava muito esquiva e, ao mesmo tempo, altiva. De todo modo, as notas de Filinto ao poema nos ajudam a conhecer melhor o problema. A primeira é aposta logo ao verso inicial: "Mande-me alguma poesia descritiva das terras de Cabral". A segunda vem depois dos votos de boa viagem, com mais uma citação de Horácio (Ode III, Livro I). A terceira e última assinala a palavra "amigos" com a menção àqueles que o viajante encontraria no seu regresso à pátria: "Lembranças a Antônio d'Araújo, Alexandre Gomes Ferrão, e a Paulo José de Melo, com quem me ligou d'amizade a Fama das suas virtudes, e a leitura de seus excelentes versos".

A nota implica toda uma sociabilidade entre letrados e patronos que só uma pesquisa minuciosa das relações entre os amigos citados pode apurar. O primeiro destes foi um dos maiores protetores de Filinto no seu exílio: Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), o futuro conde da Barca, que nos anos de existência do *Patriota* era o principal ministro do governo português no Rio de Janeiro (desde a morte de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, em janeiro de 1812). O segundo é Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco (17??-1826), de um ramo da família Unhão que se fixou na Bahia ainda no século XVII (cf. Costa, 1946: 195-196; Schwartz, 1973: 225 e seg.); era filho de José Diogo Gomes Ferrão Castelo Branco, que foi senhor de vários engenhos do Recôncavo, onde além da cana-de-açúcar também cultivava o tabaco; tinha foro de fidalgo cavaleiro, era capitão de milícias, vereador da Câmara de Salvador desde 1805 e, em 1821, foi deputado às Cortes de Lisboa (cf. Berbel, 1999: 60).[29] Quanto ao terceiro amigo citado, já o conhecemos.

É possível que José Paulo e Alexandre Ferrão também tenham convivido com Filinto em Paris ou na Tebaida de Choisy, como B. A vasta obra do mestre traz abundantes informações, entre versos e notas, sobre as suas relações pessoais. Antônio de Araújo, por exemplo, é homenageado em vários poemas, de vários períodos diferentes, quando não em dedicatórias.[30] Sua amizade com Filinto teve início quando, em 1792, foi nomeado embaixador de Portugal na Haia e tirou o estrangeirado da Paris revolucionária, oferecendo-lhe o emprego de secretário particular. Filinto exerceu esse cargo até 1797, quando retornou à França. O período de convivência com B. também está poeticamente bem 'documentado'. Um poemeto, em particular, chama a atenção por mostrar todo um círculo de figuras interessantes que na França napoleônica rodeava o poeta exilado. Trata-se de um texto que pode ser datado de 1809 ou 1810:

---

[29] Ainda sobre Alexandre Gomes Ferrão, ver Arquivo Nacional, 1968, entrada 107; seu pai, José Diogo, escreve sobre o cultivo do tabaco e da cana-de-açúcar em Brito et al., 1821: 98-101.

[30] Filinto homenageou o conde da Barca em várias de suas odes, nas quais ele às vezes aparece citado com o nome arcádico de Olindo, ou com o seu nome próprio, de Araújo; o poeta dedicou ao seu benfeitor muitas obras, entre elas a sua tradução do poema *Os Mártires*, de Chateaubriand, publicada originalmente em 1816 (Nascimento, 1998, VII e VIII), além de um "Epicédio à morte do Ilmo. e Exmo. Conde da Barca" (Nascimento, 1998, XI: 38-39).

Sonha Brito diplomas e finuras
Da Oficina Política; o Correia
Prazer de preguiceiro, e algum bom dito;
Manuel Pedro A mais B; sua lira o Lima;
Marialva ciências, honra e brio,
E mais certa cousinha, que eu não digo;
Borges apoquentados Dicionários;
Filinto Odes de Horácio e trouxas d'ovos.
(Sonhos de algumas pessoas que eu conheço. Nascimento, 1998, I: 110)

Todos súditos portugueses, todos na França, por diferentes motivos, uns em missão oficial, outros refugiados, outros em estudos. O primeiro era então o secretário da embaixada de Portugal, Francisco José Maria de Brito (1759-1825), protetor e 'mecenas' de Filinto, politicamente próximo do 'partido francês' liderado por Antônio de Araújo. O segundo é o célebre abade José Correia da Serra (1750-1823), principal artífice da Academia das Ciências de Lisboa, maçom, exilado na capital francesa entre 1801 e 1813; em Portugal, era tido pelo intendente Pina Manique como "um homem perigosíssimo" (cf. Oliveira Marques, s. d., I: 71). O terceiro deve ser o matemático Manuel Pedro de Melo (1765-1833), que na época cumpria viagem científica oficial por França, Itália e Países Baixos; tinha sido ligado a outro elemento suspeito, o poeta e matemático José Anastácio da Cunha (1744-1787), que amargara alguns anos nos cárceres da Inquisição portuguesa, acusado, entre outros crimes, de ler Voltaire e Rousseau. O quarto é provavelmente o poeta Antônio José de Lima Leitão (1787-1856), tradutor de Virgílio, Lucrécio e Milton, que era estudante de medicina na Universidade de Paris. O quinto é d. Pedro de Meneses, sexto marquês de Marialva (1775-1823), militar, ligado ao fundador da Academia das Ciências, o duque de Lafões (1719-1806); na ocasião, integrava a comitiva enviada pelo general Junot à França, a fim de cumprimentar Napoleão – mas lamentamos não saber informar o que é a tal "cousinha". O sexto é o nosso B., que entre 1809 e 1810 andou ocupado com a compilação de um dicionário português-francês.[31] Por fim, o sétimo é o próprio autor.[32]

Esse ambiente deve corresponder aos "bons portugueses" mencionados por B. ao publicar no *Patriota* a sua ode de 1808. Longe da Inquisição e a salvo da vigilância de Pina Manique, é provável que tenham experimentado no círculo de Filinto uma estimulante troca intelectual e política. O poeta exilado – que era o mais velho, e com certeza também o mais pobre – irradiava para os mais jovens o fascínio de uma autoridade proibida e

[31] Trata-se do *Dictionnaire Portatif Français-Portugais et Portugais-Français, précédé des conjugaisons des verbes des deux langues, tant réguliers qu'irréguliers*. Paris: Imprimerie de Crapelet, 1812, 2 v., que infelizmente não pude consultar. Ao que consta, B. não foi o único pretenso poeta que precisou fazer esse tipo de trabalho, para equilibrar seu orçamento.

[32] O anotador da reedição mais recente de Filinto preferiu não arriscar a identidade de "Manuel Pedro". Identifica "Borges" como Francisco Borges da Silva (17??-1822); a alusão ao dicionário resolve a questão a favor de B. Quanto a "Lima", aparece identificado como José Antônio Bezerra de Lima (1737-1812), mas não é certo que este letrado tenha vivido na França.

cercada de lendas. Um testemunho contemporâneo, vindo de um amigo francês de Filinto, dá bem a idéia desse encanto: "As obras de Manuel eram devoradas em segredo, e, sobretudo depois da Revolução, não havia um só português que, estando em Paris, não considerasse uma boa fortuna e até uma espécie de dever ir lhe fazer uma visita" (Sané, 1808: xxxiv). Os letrados mais jovens viam Filinto como um revigorante transgressor, testemunha ocular da Revolução Francesa, entusiasta da Revolução Americana, que elogiava Rousseau por ter ensinado a filosofia "com que os homens se igualam", apontando "aos homens (...) o rumo de ser livres, de ser homens" (Ode a Rousseau, in: Nascimento, 1998, V: 176-177). Ele era também uma referência violentamente anticlerical (apesar da própria condição de clérigo), num reino que a Inquisição oprimia como uma pecha, ridicularizado em todos os centros de cultura europeus que os próprios portugueses idealizavam e aonde iam, como B., "buscar luzes". Muitas de suas odes estavam impregnadas de discussões e idéias que logo seriam reivindicadas pelo movimento liberal. Não foi à toa que alguns de seus poemas sofreram a proscrição mais completa, em Portugal, com a proibição de venda, posse e até de leitura (Moreira, 1998). Tampouco foi acaso que a edição de suas *Obras Completas*, em 1817, publicada em Paris, tenha sido financiada por subscrição promovida pelo Clube dos Negociantes Portugueses em Londres: "se não pudemos conservar pelas armas nossas conquistas, V.m. alcançou pela pena o conservarmos o nosso patrimônio", afirmaram eles, ao lhe prestarem a homenagem.[33]

Assim, o círculo de Filinto na França napoleônica apresentava aos portugueses letrados e cosmopolitas uma chance de respirar, fora do ambiente fechado do absolutismo e da Inquisição. Seus freqüentadores, como os do poemeto acima citado, eram muito diversos entre si: em idade, formação, situação social e condição civil. Eram diversos também quanto à pátria, já que alguns eram "ultramarinos". Ainda assim tinham em comum o pertencimento a uma elite cultural do Império português, a qual por si só não lhes podia oferecer uma plataforma de intervenção e participação política que correspondesse às suas aspirações. Num certo sentido, periódicos como *O Patriota*, do Rio de Janeiro, o *Correio Braziliense* (1808-1822) e o *Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819), de Londres, marcam uma virada própria daqueles primeiros anos da década de 1810, com a tentativa de dar transcendência pública às inquietações e aos anseios antes confinados em espaços privados – e descentrados – como a Tebaida de Filinto.

Razão e Descrição da Pátria

O pedido de Filinto – "Mande-me alguma poesia descritiva das terras de Cabral" – tinha na sociabilidade poética o efeito de um repto. Borges de Barros não deixou de aceitá-lo. No mesmo número do *Patriota* saiu sua "Epístola em resposta", com a data de 17 de

[33] Manuel Ribeiro Guimarães, secretário do Clube dos Negociantes Portugueses em Londres. Carta a Francisco Manuel do Nascimento. In: Nascimento, 1998, I: 10-11.

agosto de 1810 (*O Patriota*, 1813, I, 4, 5-8).[34] Logo no primeiro verso, as "terras de Cabral" aparecem associadas à noção de "pátria", embora a adoção de uma epígrafe retirada dos *Lusíadas* (IV, 93) sutilmente envolva o quadro poético na soberania do Império lusitano.[35] À sombra desta se dá a abertura do poema, que em poucas linhas resume o ângulo do reformismo ilustrado luso-brasileiro, quanto ao enfoque nativista:

Veio-me co'a razão o amor da Pátria,
Aquela enobrecendo, este incitando
O estudo (...)
(*O Patriota*, 1813, I, 4, 5)

É significativo que a descrição pedida por Filinto Elísio já se inicie com uma referência a uma primeira pessoa do singular, que legitima o painel que pretende pintar nos valores da razão e do patriotismo, em paralelismo clássico. Ao descrever a pátria, B. também se descreve a si próprio. É assim uma dupla descrição o que o leitor do *Patriota* lê:

Nas plagas de Cabral, meu pátrio ninho,
Tão louçã, quanto inculta, a natureza
Admiro absorto (...)
(*O Patriota*, 1813, I, 4, 5)

Temos aí dois objetos: a natureza e aquele que a admira (e a descreve). Os versos que vêm a seguir trilham o lugar-comum da opulência americana, com a menção obrigatória aos "variados frutos de Pomona" e aos "dons liberais de Ceres". Enfileiram-se no mesmo gênero antes praticado com êxito por dois outros baianos, Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) e frei Manuel de Santa Maria Itaparica (1704-1769?). Do primeiro é a silva "A ilha de Maré", e o segundo redigiu em 65 oitavas uma "Descrição da ilha de Itaparica" – mas, através de seus versos, os leitores ficam sabendo muito pouco ou quase nada acerca de suas pessoas (Botelho de Oliveira, s. d.: 179-189; Itaparica, 1981: 48-62). Há uma separação estrita entre a poesia e o poeta, que em B. não só deixa de ser necessária como seria contraproducente. A geração do *Patriota* não se impressiona mais com as visões edênicas que em Botelho de Oliveira e Santa Maria Itaparica ligavam a Bahia à tópica ovidiana da Idade do Ouro (Ovídio, *Metamorfoses* I: 89-150), quando "a terra por si só frutificava" e "os rios que corriam davam néctar / e leite". Como seus antecessores, B. estava identificado com o colono que explora a opulência da terra,[36] mas também

[34] A "Epístola em resposta, remetida de Paris a Versalhes, por B. a Filinto Elísio. Paris, 17 de agosto de 1810" aparece também nas *Obras Completas de Filinto Elísio* (Nascimento, 1998, III: 144-177) e nas *Poesias*, de Borges de Barros (1825, I: 61-64).

[35] Não foi por nenhuma outra razão que o autor, ao republicar esse poema depois da Independência, retirou a epígrafe camoniana; cf. Borges de Barros, 1825, I: 61-64.

[36] A propósito, lembre-se a afirmação clássica de Ilmar Rohloff de Mattos: "o colono aparece como o primeiro produto da colonização, o agente gerador de uma opulência" (Mattos, 1987: 26).

com o letrado que aspira a submeter essa exploração aos valores da Ilustração, e julga não ser contraditória essa coincidência de vínculos.

Pela "Epístola em resposta", o leitor trava contato com muitos dos temas antes elaborados na Bahia nos poemas da Maré e de Itaparica. Para citarmos um só exemplo (o mais engraçado), escreve B.: "No matizado prado ergue a coroa / O cheiroso ananás, qual rei das frutas". É o mesmo "soberano" antes louvado por Santa Maria Itaparica: "No ananás se vê como formada / Uma coroa de espinhos graciosa / (...) Que as frutas lhe tributam Majestade". E, primeiro que todos, por Botelho de Oliveira, que aproveitava para lembrar que "não há coroa no mundo sem espinhas". B. fala ainda dos coqueiros, das praias e até do "Gigante das Águas", que uma nota de rodapé identifica com o rio Amazonas. Portanto, ele não disfarça a filiação do seu poema à tópica tradicional das ilhas paradisíacas. Esta se liga, mais atrás, ao episódio da ilha de Vênus, no canto IX dos *Lusíadas*, que é onde os poetas da Maré e de Itaparica foram buscar autoridade para aludir ao mito da Idade de Ouro: "Os dons que dá Pomona ali Natura / Produze, diferentes nos sabores, / Sem ter necessidade de cultura, / Que sem ela se dão muito melhores" (*Os Lusíadas*, IX, 58). Por essa via Botelho de Oliveira e Santa Maria Itaparica puderam apagar as marcas do trabalho, sobretudo do trabalho escravo, nas suas respectivas paisagens poéticas. Neste ponto crucial, porém, B. se afasta deles: na sua epístola, subjacente à descrição da natureza opulenta está a autofiguração de um jovem estudioso e aplicado, que deixa a pátria a fim de adquirir os conhecimentos necessários para beneficiá-la. Em conformidade com a antipatia pela exploração do ouro que era desde meados do século anterior propagada pelos fisiocráticos franceses, ele se propõe a vingar Ceres, a deusa romana da agricultura, cuja filha, Prosérpina, fora raptada por Plutão (o Hades) e levada para as profundezas do mundo ínfero. E nessa mistura de fábula, fisiocracia e descrição da natureza pátria o autor se intromete na poesia:

(...) Nestes climas
Prodiga em tudo a mão da natureza.
Té nos horrores seus grande se ostenta:
Porque junto a tão sólidas riquezas
As fontes pôs desse oiro insultuoso,
Desse empeço d'indústria, esse, que incita
As sórdidas paixões, deslumbra Estados!...
Desse... após quem o homem corre ansioso,
O curso aos rios muda, desmorona
Os montes; e insultada a madre terra
Mostra na estéril face a injúria sua.
Vingar de Ceres pertendi o insulto
Deixando os pátrios, em alheios climas,
Luzes vim mendigar
(*O Patriota*, 1813, I, 4, 6-7)

Deste ponto até o fim o poema se esquece da descrição da natureza e se concentra nessa figura pessoal, quase um personagem: aquele que a admira e descreve, almejando beneficiá-la por meio das "luzes". Lemos a sua homenagem e o seu agradecimento a Filinto. Ouvimos o seu adeus à França, acompanhado de um protesto contra a tirania napoleônica. Ficamos sabendo que ele planeja, a caminho do Brasil, visitar antes "o berço de Franklin". E tudo termina com a esperança de, na pátria, reencontrar o "mui querido pai" e um grupo decassílabo de amigos em comum: "Correia, Marialva, Brito, Melo".

Trata-se aqui do capítulo decisivo do nativismo dos letrados coloniais luso-brasileiros, cuja 'temperatura' política pode ser medida pelos deslocamentos de significado da palavra "pátria". Na "Epístola em resposta", não há dúvida de que Borges de Barros interpretou a expressão "as terras de Cabral", de Filinto, como as terras do Brasil como um todo – embora o desembarque em Porto Seguro pudesse justificar uma opção mais restrita pela Bahia, como terra natal.[37] O amor à pátria é um valor clássico – celebrado na famosa "Ode romana", de Horácio, na qual se estabelece a beleza do sacrifício individual em prol da pátria, como forma de heroísmo: "É doce, é belo morrer pela pátria" (Odes, III, 2, 13). O amigo ultramarino de Filinto não poderia, devido ao próprio código da cultura letrada, em seu vínculo imitativo com o manancial literário da Antigüidade, deixar de se associar a esse ideal. E, como 'pátria' então era um conceito mais ligado ao local de nascimento do que a qualquer noção política de 'nacionalidade' ou 'cidadania', a de B. estava bem definida entre as conquistas de Portugal, mas não num sentido estrito. Estando em Salvador, seria o Recôncavo. No Rio de Janeiro, a Bahia. Em Paris, o Brasil. Daí parecer cabível ao patriotismo razoável de B. estender-se por toda a América portuguesa, englobando, além dos coqueiros baianos, o rio Amazonas e as minas de ouro. Talvez sem que o poeta percebesse, num contexto de crise do Império lusitano, a distância permitia que a palavra "pátria" engravidasse de significação política e territorial. Isso, mais o heroísmo de sua autofiguração como exilado "em alheios climas", aproximou o termo do sentido indefectivelmente político que ele tem no primeiro canto dos *Lusíadas*, quando evocado também à distância, das Índias: "Vereis amor da pátria, não movido / De prêmio vil, mas alto, e quase eterno" (*Os Lusíadas*, I, 10). A "pátria", na epopéia camoniana, é Portugal. Na "Epístola em resposta" é o "Brasil", num sentido lato, englobando realidades político-administrativas diferentes, como eram as várias capitanias. Mas – é necessário frisar – nada nos autoriza a ver nessa amplificação do nativismo qualquer pretensão de ruptura de vínculos com a 'nação portuguesa', imperial, por definição capaz de se estender por mais de uma 'pátria'.

O poema de Borges de Barros, atendendo a um desafio de Filinto Elísio, não poderia ser mais coerente com os principais propósitos do *Patriota*, cujo "Prospecto" falava em "concorrer tanto para a ilustração pública quanto para a glória Nacional" (Guimarães,

---

[37] Sobre a percepção do Brasil como uma totalidade, ver Jancsó & Pimenta, 2000: 140.

1812). A nacionalidade aí suposta é a portuguesa, mas nos 18 números do periódico, nota-se o maior esforço para reunir artigos que descrevessem o Brasil, de maneira a aprofundar e divulgar o conhecimento territorial dessa parte do Império que, desde 1808, estava na presença dos soberanos e abrigava a sede do governo e a Corte. A maioria das contribuições a seções como "História", "Geografia", "Topografia" e "Estatística" se dedica precisamente a esse fim.[38]

De fato, "descrição" é uma palavra-chave nesse momento, e desde o último quartel do século XVIII são abundantes as "memórias", os "roteiros" e os "discursos" que se entregam à tarefa de descrever os mais diversos aspectos da América portuguesa, em especial a topografia e os costumes. No campo da poética, não é uma coincidência que uma técnica especialmente valorizada no período seja a écfrase – do grego Ý!êöñáóéò (*ékphrasis*, "descrição"; ver Curtius, 1996: 108). Essa figura da retórica clássica possibilita um maior apuro na representação verbal de um objeto, uma pessoa ou um lugar, de maneira que a linguagem através dela 'dá a ver', persuasivamente, aquilo que é descrito. No entanto, não há nenhum padrão necessariamente 'naturalista' ou 'realista' nesse descritivismo retórico: ele pode servir a representações totalmente oriundas da imaginação, sem qualquer referencial exterior à própria linguagem. O exemplo mais recorrente é a minuciosa descrição que nos dá Homero das cenas representadas no escudo de Aquiles, forjado por Hefesto (*Ilíada*, XVIII, 468-617). É também por meio das propriedades da écfrase que, na poesia bucólica, podem ser mais bem elaborados os elementos tópicos do *locus amœnus*: a campina, a fonte clara, a faia, o gado, os pastores e seus instrumentos admitem muitos níveis de descrição, conforme a necessidade do poeta em cada caso. No período do *Patriota*, porém, o neoclassicismo se cruza com a racionalidade instrumental que passou a predominar por força da Ilustração. A écfrase adquire então outros papéis além da persuasão, e precisa ser submetida não só ao critério aristotélico da verossimilhança, mas também a um princípio de verificação e conformidade com referenciais exteriores. É esse o seu regime, por exemplo, no texto dos naturalistas viajantes.

Isso não deixa de marcar a poética neoclássica, afastando-a do registro pastoril que foi o preferido dos letrados luso-brasileiros em momentos anteriores. Na "roda de Virgílio", a mudança corresponde a uma troca de faixa: do "estilo simples", que tinha como modelo

---

[38] Chamo a atenção, neste sentido, para os seguintes artigos: "Memória histórica e geográfica da descoberta das minas, extraída de manuscritos de Cláudio Manuel da Costa, secretário do Governo daquela capitania, que consultou muitos documentos autênticos, existentes na Secretaria e em outros Arquivos" (*O Patriota*, 1813, I, 4, 40-68. Seção "História"); "Viagem da Capitania de S. Paulo à Vila do Cuiabá" (1813, I, 5, 50-61. Seção "História"); "Descrição geográfica da Capitania de Mato Grosso" (1813, II, 1, 47-57. Seção "Geografia"; 1813, II, 5, 32-42. Seção "História"; 1813, II, 6, 38-60. Seção "História"; 1814, III, 1, 14-32. Seção "Topografia"); "Breve descrição topográfica e estatística da Capitania do Espírito Santo. Por Francisco Manuel da Cunha" (1813, I, 3, 24-33. Seção "Topografia"); "Memória sobre a Capitania do Ceará, escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações filosóficas da mesma capitania" (1814, III, 1, 46-62. Seção "Topografia"; 1814, III, 2, 17-25. Seção "Geografia"); o importante "Roteiro do Maranhão a Goiás, pela Capitania do Piauí" (1814, III, 4, 3-28. Seção "Topografia") e as "Reflexões sobre a matéria dos números 28 até 43, que servem de notas ao roteiro do Maranhão" (1814, III, 4, 74-107. Seção "Topografia"; 1814, III, 5, 45-68. Seção "Topografia"; 1814, III, 6, 37-64. Seção "Topografia"); sobre o "Roteiro do Maranhão" e as "Reflexões" seguintes, ver Mattos, 1987: 18 e seg.

por excelência as *Bucólicas*, para o "estilo médio". Este obedece ao modelo das *Geórgicas* – poema longo que é a contribuição virgiliana, composta por volta do ano 30 a.C., para o gênero então já antigo da poesia didática. Sua fonte mais remota datava do século VIII a.C.: *Os Trabalhos e os Dias*, do grego Hesíodo; e o referencial mais próximo, pouco anterior, era o *Da Natureza das Coisas*, de Lucrécio. O poema de Virgílio trata sobretudo dos trabalhos e conhecimentos ligados à agricultura – daí o título, buscado num termo grego: ãåùñãßá (*gueorguía*, "agricultura"), donde o adjetivo ãåùñãéêüò (*gueorguikós*, "relativo à agricultura ou aos agricultores"). A obra se divide em quatro cantos, desenvolvendo temas como os modos de cultivar, as ferramentas do lavrador, os prognósticos do tempo, a qualidade do terreno, o cuidado dos animais, a apicultura etc. – com ocasionais menções à política (como a morte de Júlio César e o regime de Augusto) e à mitologia (como a fábula de Orfeu e Eurídice no final do Canto IV).

Como observa um especialista, as *Geórgicas* são o primeiro poema em que o elemento descritivo constitui a principal fonte de prazer (Wilkinson, 1982). Mas é necessário qualificar a prática geórgica da écfrase. Como lembra Curtius, nesta obra, "Virgílio não pede às Musas os dons da arte poética, mas o conhecimento das leis cósmicas". Para o poeta, conforme o mesmo autor, "as Musas da poesia didática são protetoras da ciência e da filosofia" (Curtius, 1996: 294, 295). O regime da écfrase no "estilo médio", portanto, desde os moldes virgilianos ultrapassava a alçada imaginária da verossimilhança, e buscava parte do seu efeito de prazer numa relação de correspondência entre a poesia e um conjunto de princípios alheios à poética em sentido estrito. Virgílio se situa aqui num campo bem distante do ideal bucólico do *locus amoenus*, e expressamente avesso à visão edênica da Idade de Ouro. O próprio tema das *Geórgicas* é o trabalho – e não o ócio (que a "roda" ligava à atividade pastoril). Além disso, é evidente que um poema sobre a agricultura nada pode ter a ver com o mero desfrute de uma "eterna primavera", na qual a terra frutificasse sem ser arada.

Ambas as tópicas (a do ócio e a da eterna primavera) estão distantes até mesmo do segmento final do Canto II, conhecido sob o título de "Elogio da vida campestre" (*Geórgicas*, II, 458-540). Ao contrário, o ideal de *otium cum dignitate* é aqui substituído pela exaltação de uma dignidade própria do trabalho. Satiriza-se o mundo cortesão, ao qual é contraposta a moralidade de um viver regido pelo tempo regular do labor e da natureza. Como nota Wilkinson (1982), fica insinuado que esse tipo de vida é que, no passado, transformara Roma numa potência imperial.

Boa parte da obra poética de Borges de Barros se liga a esse referencial e nos ajuda assim a delinear os contornos do neoclassicismo geórgico e imperial que é uma marca dominante da seção "Literatura" do *Patriota*. Nas contribuições de B., a combinação de descrição poética e reformismo ilustrado abre uma via para o elogio do agricultor. É notável, portanto, a coerência entre a sua pena de poeta e os seus esforços didáticos de articulista, na divulgação de novas culturas e técnicas agrícolas e fabris, em artigos que

ofereceu assiduamente ao periódico.[39] "Tudo o que é a bem da Agricultura, e que pode incitar a imitação, desejo que se publique" – escreveu ele na sua "Memória sobre o café" (*O Patriota*, 1813, II, 2, 10), mostrando uma significativa concepção utilitária e pragmática do termo "imitação", tão importante para a poética. E nenhum outro poema dele mostra tão bem os contornos luso-brasileiros desse voluntarismo quanto uma composição imitativa, dedicada justamente ao amigo Paulo José de Melo, antes citado. Trata-se de mais uma epístola em verso, denominada "Vantagens da vida campestre" – título que não deixa dúvidas quanto à passagem das *Geórgicas* que lhe serve de paradigma. A didascália que acompanha o título esclarece a motivação da poesia: "em resposta à carta, em que de Lisboa se despedia, devendo partir para a Bahia, Paulo José de Melo, escrita de Paris aos 21 de Maio de 1806" (*O Patriota*, 1813, I, 5, 37-43; Borges de Barros, 1825, I: 43-48). E uma nota de rodapé apresenta o homenageado ao leitor: "Filho da Bahia, tão estimável Poeta, quão hábil Agricultor. A mais estreita amizade me priva o fazer o elogio das suas luzes, e de suas relevantes virtudes". A abertura, convencional, é praticamente uma paráfrase do trecho de Virgílio que lhe corresponde:

Venturoso o mortal, que ausente vive
Do tumulto enfadonho das cidades,
Que de Flora e de Ceres dado ao culto,
Só nos campestres bens ventura encontra
(*O Patriota*, 1813, I, 5, 37)

A passagem seguinte, ainda em estrito paralelo com o Canto II das *Geórgicas*, elabora a tópica do desprezo da Corte – o que poderia reforçar a impressão de se repetir aqui a idealização do mundo rural como alegoria das boas maneiras e do bom gosto, ligada ao bucolismo de opereta dos letrados arcádicos. Este, porém, era um fenômeno especificamente urbano: a nenhum "pastor da Arcádia" ocorreria uma efetiva retirada para os pastos do mundo real. Mas aqui não há disfarce pastoril: logo ficamos sabendo que o homenageado voltava para a Bahia a fim de administrar pessoalmente suas terras:

Paulo, foge dos homens, foge amigo,
Vai no lindo Maré gozar da vida
(*O Patriota*, 1813, I, 5, 39)

[39] Foram oito, ao todo: "Memória sobre a plantação e fabrico do urucu" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 39-43. Seção "Agricultura"); "Noções sobre a cultura, e fabrico do anil, e análise desta matéria colorante, e do pastel, publicadas por B." (1813, I, 2, 15-43. Seção "Agricultura"); "Notícia acerca de vários carros de transporte, e particularmente do que os Franceses chamam Haquet, invenção do célebre Pascal" (1813, I, 4, 68-81. Seção "Artes"); "Memória sobre o café, sua história, cultura, e amanhos, Por B." (1813, I, 5, 3-15; 1813, I, 6, 31-43; 1813, II, 2, 3-12. Seção "Agricultura"); "Meio empregado pelos Chins para a propagação das árvores frutíferas &c., publicado por B." (1813, II, 3, 20-23. Seção "Agricultura"); "Branqueação da cera. Por B." (1813, II, 3, 49-51. Seção "Artes"); "Memória sobre os muros de apoio, ou muros, que servem de sustentar as terras" (1813, II, 4, 3-11. Sem seção definida) e "Memória sobre o meio de desaguar ou esgotar as terras inundadas, ou encharcadas por método fácil e pouco dispendioso. Por B." (1813, II, 5, 3-13; 1813, II, 6, 3-5. Seção "Hidráulica").

É quando uma segunda nota – aposta à palavra "Maré" – vem informar-nos: "Ilha do Recôncavo da Bahia". O gozo da vida, contudo, não se liga aqui a um ideal de ociosidade: a adoção do modelo virgiliano implica, ao contrário, o louvor do trabalho. Deve-se creditar às tintas da Ilustração que este, em Borges de Barros, adquira uma feição intelectual e letrada rara entre os colonos luso-brasileiros; a própria natureza se compara a um livro, e a agricultura ganha o prestígio disciplinar de um estudo:

Lê, consulta, medita, atende, estuda
O livro, que a teus olhos patenteia:
Cumpre para atendê-lo sério estudo.
Arando as terras, examina os sulcos,
Semeia, e da semente o curso espreita,
Como o gérmen rebenta, como cresce,
Que tempo, que terreno mais lhe quadra,
Se o fundo, ou flor da terra mais deseja,
Se o norte lhe convém, se o sul, se o este,
Se linfa te pedir, busca regá-la,
Se o Sol lhe cresta a face, dá-lhe sombra,
No decote, no enxerto atende à quadra,
Do tronco à consistência, à cor das folhas
Quando a flor desabrocha, e em botão fecha,
Consulta: e da semente a madureza,
Antes que da colheita o curso encetes
(*O Patriota*, 1813, I, 5, 40)

Além de ecfrástico, é admoestativo o discurso da poesia didática, e nisto ele está em perfeito acordo com as publicações de B. em prosa no *Patriota*. Ressalte-se também que tanto na poesia quanto nos artigos o autor procura enobrecer a imagem do agricultor não como proprietário de terras e senhor de escravos, mas como cidadão responsável que aplica ao cultivo de suas lavouras as "luzes" que obteve através de viagens e estudos. Como se vê, por exemplo, numa "Notícia" que pretendia divulgar um novo tipo de carroça, assemelhada ao trenó, que B. considerava útil para o transporte de "pipas, caixas de açúcar, rolos de tabaco, fardos &c"; note-se, de passagem, a menção a outro dos amigos citados na nota de Filinto Elísio discutida acima:

> Mas enquanto não temos estradas, as lamas apresentam grande dificuldade às conduções; e com efeito são inconcebíveis as que têm o pobre lavrador que vencer no recôncavo da Bahia, e mormente no termo de Santo Amaro da Purificação: por isso para o transporte no tempo chuvoso lembra-me que os Trenéis deveriam ser preferidos aos carros, e sei, com sumo gosto, que Alexandre Gomes Ferrão, Agricultor distinto, e que a bem d'Agricultura viajou grande parte da Europa, trazendo cópia de Luzes à

> nossa Pátria, me precedeu, pondo os trenéis em prática, e provando a sua vantagem. (Notícia acerca de vários carros de transporte... *O Patriota*, 1813, I, 4, 80. Seção "Artes")

E assim se faz a solda poética e didática com que B. pretendia ligar a agricultura e as "luzes" a serviço da pátria, seja qual fosse. Também aí o poeta/agricultor/articulista se vale do recurso tópico às *Geórgicas*, que Virgílio escreveu com a preocupação de reforçar os vínculos entre os "patrícios" romanos (da nobreza latifundiária) e o nascente império de Otávio Augusto. Dentro desse quadro, Borges de Barros formula na homenagem a Paulo José de Melo uma versão primitiva da ideologia do agrarismo que marcaria o Brasil imperial, mas não tanto na base de uma suposta 'vocação agrária' particular, e sim a partir da convicção ilustrada – universal e axiomática – sobre o que seria a virtude pública da agricultura:

População, Comércio, Artes, Ciências,
Mudam, mudando de cultura as terras:
Dos Impérios a sorte está no arado,
Não consiste na lança a força deles.
Lágrimas banham da vitória o carro,
Mesmo vencendo, se enfraquece a Pátria.
Luto sucede da vitória aos vivas,
O triunfo em segredo o Herói pranteia.
Essa arte deixa, que natura enluta,
Essa arte abraça, que natura adorna.
Se a Pátria te chamar, sê Cincinatus.
Dos sulcos da charrua os bens rebentam,
Da charrua a rabiça os pulsos honram,
Roma, China, Morávia, alto o publiquem
Tua arte, ó Lavrador! É nobre, é grande,
Dá riquezas, dá mais, dá bons costumes.
(*O Patriota*, 1813, I, 5, 41-42)

Frisando bem: "Dos Impérios a sorte está no arado" – e não nas armas. Em nota ao verso "Esta arte deixa, que natura enluta", B. esclarece que o amigo homenageado "era então militar" – e não é por outra razão que o aconselha a se espelhar em Cincinato, figura que também mereceu anotação no rodapé: "Este Romano largou o arado para comandar o exército, e, servida a Pátria, voltou para a lavoira". Enfim, o poema das "Vantagens da vida campestre" comemora no gênero mais apreciado do momento a decisão de Paulo José de trocar o Exército pela administração de suas terras. Não por acaso, o texto saiu nas páginas do *Patriota* justamente no ano em que B. tomou decisão análoga, ao deixar a Corte e retornar ao Recôncavo, de posse do seu próprio engenho, vizinho ao do paterno, no termo de Santo Amaro (cf. Dória, 1896: 226). Com certeza, a lembrança de Filinto Elísio interferiu no nome que ele escolheu para 'batizar' sua propriedade: Tebaida.

Neoclassicismo, Império e Escravidão

Estes exemplos demonstram como, em Borges de Barros, a poética neoclássica e o reformismo ilustrado constituíam as duas faces de uma mesma moeda: de um lado a 'écfrase artística' e os preceitos da poesia didática, de outro a divulgação técnico-científica e um novo ideal de senhor de terras, arejado pelas 'luzes'. O romantismo não tardaria a romper a solidariedade entre esses dois voluntários que em B. parecem tão unidos.[40] Mas seria um equívoco imaginar que essa postura já estaria 'ultrapassada' num panorama europeu, nos anos do *Patriota*, assim como erraria quem pretendesse ver nas colaborações poéticas publicadas pelo periódico uma simples permanência do neoclassicismo na cultura letrada luso-brasileira. Isso nos impediria de distinguir as especificidades da poesia praticada e apreciada na Corte joanina.

De fato, a seção "Literatura" do nosso periódico parecerá anacrônica a quem aderir a um critério excessivamente linear, do tipo 'estilos de época'. Afinal, em 1813 o romantismo já era uma paixão européia, décadas depois do aparecimento de *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, de J. W. Goethe (1774). Coleridge e Wordsworth publicaram suas *Lyrical Ballads* em 1798; o romance *Atala*, de Chateaubriand, é de 1800, e o seu *Génie du Christianisme* data de 1802. Na Alemanha, Novalis, Schiller e os irmãos Schlegel divulgaram a parte mais seminal de suas obras antes de 1810. Foram publicadas em 1812 as duas primeiras partes do *Childe Harold*, do Lorde Byron. E, precisamente nos anos de existência do *Patriota*, 1813 e 1814, saíram em Londres e Paris as primeiras edições livres de uma obra em 1810 proibida por Napoleão como antipatriótica, *De l'Allemagne*, na qual a Mme de Staël propagava o seu germanófilo gosto romântico. Quanto à música, bastaria dizer que em 1813 Beethoven já tinha concluído oito das nove sinfonias que compôs, sem falar em 26 de suas 32 sonatas de piano. Entre estas estavam as que mais impressionaram por muitas gerações o público romântico, tais como a Sonata n. 14 em Dó sustenido menor, *op.* 27 n. 2 (Ao Luar), a Sonata n. 17 em Ré menor, *op.* 31 n. 2 (A Tempestade) e a Sonata n. 21 em Dó maior, *op.* 53 (Waldstein) – todas compostas entre 1801 e 1804.

Por outro lado, na França do Primeiro Império, o neoclassicismo era a estética oficial. Um especialista no período aponta os nomes que então formavam a nata da "literatura imperial": Fontanes, Esménard, Campenon, Chénier (mas não André, adorado pelos românticos, e sim um certo Marie-Joseph), Delille, Chênedollé (Madelénat, 1998: 2.149). Um espesso nevoeiro em breve cobriria esses nomes; mas é certo que quem se dispuser a estudá-los não encontrará nenhum que corresponda ao que na obra da Mme de Staël se qualificaria como "romântico": o estilo que se afasta dos modelos da Antigüidade e busca inspirações fora da tradição neoclássica de "bom gosto", sobretudo na poesia vernácula da Idade Média.

---

[40] São bem posteriores a esse período os poemas de B. que, para Antonio Candido, revelam uma aproximação aos valores poéticos românticos; cf. Candido, 1964, I: 293-299.

Entre os mais eminentes, no período, estava Jacques Delille (1738-1813), célebre tradutor de Virgílio, especialmente por sua versão das *Geórgicas*, de 1770, até hoje considerada excelente. Amigo de Voltaire, foi durante décadas a verdadeira encarnação do poeta *philosophe*, e em suas obras completas se encontram alguns exemplos cabais de poesia didática. A publicação das suas *Geórgicas* fez dele uma sumidade instantânea, com sucessivas reedições, inclusive em formato de bolso. Três anos depois, em 1773, ele era alçado à cátedra de poesia do Collège de France. E logo se seguiram as produções originais do autor, sempre cumprindo à risca os preceitos que recomendavam a mescla elegante e civilizada de descrição e lição moral: *Les Jardins*, em quatro cantos, publicado em 1782, celebrava a arte de "aformosear" a natureza; os oito cantos de *L'Imagination* foram escritos a partir de 1785, como um painel versificado das atividades e dos distúrbios dessa faculdade humana; em 1800 saiu *L'Homme des Champs*, as *Géorgiques Françaises*, divididas em quatro cantos (como as virgilianas), para festejar a felicidade da vida (produtiva) dos agricultores; e em 1808, septuagenário, arquetipicamente cego e semiparalítico, a Musa didática ainda o inspirava com o mesmo vigor, ditando-lhe os oito cantos de *Les Trois Règnes de la Nature*, verdadeiro desafio retórico-soporífero ao leitor de hoje. Temos uma boa medida do seu prestígio, no fim da vida, pela comoção pública causada pelo seu falecimento: "Morreu de apoplexia na noite de 1º a 2 de maio de 1813. Seu corpo ficou exposto por dias no Collège de France, com honras de Estado, a cabeça coroada de louros, o rosto levemente pintado. Paris lhe fez funerais triunfais" (Biré. In: Chateaubriand, s. d.: 159, nota 1).

Na França, o jovem Borges de Barros não deixou de ir visitá-lo, para prestar sua homenagem. No seu ensaio biográfico sobre o visconde da Pedra Branca, o barão de Loreto transcreve um "fragmento autobiográfico" datado de 1808, no qual o jovem B. lembrava suas visitas ao velho poeta francês, que tentou animar a traduzir *Os Lusíadas* (Dória, 1896).[41] Apesar de não ter alcançado esse objetivo, o poeta baiano chegou a verter para o português algumas passagens da obra de Delille, sempre no gênero da poesia didática e descritiva, duas das quais seriam mais tarde entregues à publicação no *Patriota*.[42] Também à obra de Delille ele deve ter recorrido quando se aventurou (sem muito sucesso) a traduzir trechos das *Geórgicas* – tendo publicado no mesmo periódico justamente um arremedo do "Elogio da vida no campo" que lhe servira de modelo para as "Vantagens..." dedicadas a Paulo José de Melo (Tradução de uma passagem do Livro 2º das Geórgicas de Virgílio. *O Patriota*, 1814, III, 1, 41-43).

Por uma coincidência muito significativa, Borges de Barros foi buscar no primeiro canto do *L'Homme des Champs* a epígrafe para um de seus poemas mais interessantes para quem quiser estudar os limites e as especificidades da apropriação luso-brasileira do neoclassicismo geórgico e imperial que Delille representava na França napoleônica. Trata-se

---

[41] O que Dória chama de "fragmento autobiográfico" é provavelmente um trecho de uma carta pessoal.

[42] "A Melancolia, tradução de uma passagem do Poema da Imaginação, por Delille, em igual número de versos que o original. Por B." (*O Patriota*, 1813, II, 4, 70-71. Seção "Literatura") e "As desgraças da desconfiança; passagem do Poema da Imaginação por Delille, traduzido verso a verso, por B." (*O Patriota*, 1814, III, 2, 111-13. Seção "Literatura").

de mais uma epístola em verso, que – datada de 1812 – bem poderia ter sido publicada no *Patriota*, mas só apareceu em letra de forma na reunião das *Poesias* do autor, em 1825. O destinatário desta vez é outro conterrâneo, igualmente filho da camada de proprietários de terras e escravos do Recôncavo: Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, futuro Visconde de Itabaiana († 1846). A amizade entre os dois tenderia a se estreitar ainda mais depois da Independência, quando ambos foram servidores de primeira hora do novo Império do Brasil. Gameiro, que antecedeu Borges de Barros na chefia da legação imperial em Paris, foi depois ministro plenipotenciário de d. Pedro I em Londres, e nessa qualidade assinou, em 1825, o empréstimo concedido ao Brasil pelo banco Rotschild (negociado por ele e por outro baiano, Felisberto Caldeira Brant, futuro visconde de Barbacena). Já nos anos do *Patriota*, porém, Gameiro se preparava para sua longa carreira de homem do Estado, e em 1815 servia na Secretaria dos Negócios do Brasil, sob a direção do ultraconservador Tomás Antônio de Vilanova Portugal – circunstância que explica que sua assinatura também conste do decreto de 16 de dezembro de 1815, pelo qual o príncipe regente foi servido ordenar que o "Estado do Brasil" fosse "elevado à dignidade, preeminência e denominação de Reino do Brasil".[43]

Na "Epístola escrita da Fazenda do Pinum ao Sr. M. R. Gameiro, então na Bahia", datada de 1812 (Borges de Barros, 1825, I, 65-70), a epígrafe de Delille repisa o tema da superioridade da vida no campo: em contraste com o ambiente movediço e instável das cortes e das cidades, "as árvores são fiéis".[44] Mas ela tem uma importância aqui meramente simbólica, atraída para o texto a fim de autorizá-lo com o 'selo' do prestígio do autor citado. Como se disse antes, o uso da écfrase no neoclassicismo geórgico luso-brasileiro não apaga as marcas do trabalho ao descrever a opulência da natureza pátria, no que difere do modo que a mesma técnica retórica segue em obras anteriores, como as de Botelho de Oliveira e Santa Maria Itaparica. Mas, nos poemas de B. até agora comentados, exalta-se a aplicação intelectual do "agricultor", ou do "lavrador" – como termos eufemísticos para designar o senhor da terra, agora acrescentado de "luzes". Também na "Epístola do Pinum" vemos um homem do campo que saúda os "sítios amenos" da pátria e se dirige ao amigo de infância ("Dos meus primeiros jogos companheiro"), a quem relembra a exuberância da natureza, a riqueza do solo e da fauna das terras banhadas pelo Jacuípe. Ele então convida o antigo companheiro a regressar, lembrando que um amigo em comum (Paulo José) já estava nas suas terras (na ilha da Maré). É aí que entra em cena o tema da escravidão na poesia de B.:

Nesta calada gruta, vem, Gameiro,
Beber a paz nas águas do Jacuípe;
Respirar liberdade nestas auras.
Mimo das Musas, generoso Paulo,
Vem, que palácios de Maré se avistam.
Vinde ver como em lidas proveitosas

[43] Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro. Decreto de 16 de dezembro de 1815. Elevação do Brasil a Reino Unido. In: Bonavides & Amaral Vieira, s. d.: 26-28.

[44] O trecho citado faz ligeiras alterações ao original, e é o seguinte: "*Les arbres sont fidèles, / sont des hôtes plus sûrs, de plus discrets amis*"; "L'Homme des champs", Canto I (Delille, 1844: 125).

Sereno passa o tempo, como o homem
Útil a si, aos outros prestar pode.

Do mesquinho cativo a sorte iludo,
E de cuidados, de atenções em prêmio,
Do cativeiro disfarçando o tédio,
O homem que comprei, há de querer-me:
Dele amado hei de ser, se há, qual nos nossos,
A gratidão no coração do escravo.
Tenho a afeição do pai, se o filho afago,
Tenho a do enfermo [a] que aligeiro as dores.
A justiça o respeito me granjeia,
E já como em família vivo entr'eles.
(Epístola do Pinum. Borges de Barros, 1825, I: 68)

Na apropriação luso-brasileira do neoclassicismo geórgico imperial, as prerrogativas ilustradas da poesia didática, da écfrase e da admoestação em nada se incompatibilizavam com a exploração patriarcal do trabalho escravo – e é exatamente aí que se encontra o limite e, ao mesmo tempo, o 'encaixe' dessa poética no espaço público ao qual ela pretendia oferecer uma contribuição de melhoramento e utilidade. Neste sentido, não deve surpreender o leitor que em alguns dos artigos de B. sobre a agricultura a escravidão esteja praticamente pressuposta – quando não é de fato explicitada, como se lê neste trecho da "Memória sobre a plantação e fabrico do urucu":

> Grande vigilância é precisa para que os negros, a fim de acabarem cedo a tarefa, não deixem as árvores pouco carregadas, colham frutos verdes e quebrem os ramos com seus ganchos; para evitar isto não se consentirão mais de dois negros em cada linha d'árvores, um à direita, outro à esquerda, e que todos marchem do mesmo lado, a fim de que não escapem à vista do feitor. (*O Patriota*, 1813, I, 1, 40. Seção "Artes")

Na poesia e na prosa, o neoclassicismo de B. está em relação de coerência com um projeto imperial, com o qual ele se propunha contribuir da maneira mais útil, através do serviço prestado à pátria. Mas nem num caso nem no outro esse projeto é visto como uma via de superação da herança escravocrata.[45]

[45] Sobre a conduta pessoal de B. como senhor de escravos, restam dois testemunhos interessantes. O primeiro é o do seu testamento datado de 11 de setembro de 1853, no qual afirma: "Libertaria a todos os meus escravos, segundo os meus princípios e meu coração, se dependesse somente de minha vontade"; em seguida, dá a alforria a 13 escravos de um total não especificado (Barral, 1858: 143 - *verba* 35). O segundo é o depoimento deixado por um encarregado de negócios da França, de passagem pela Bahia em julho de 1847: "Nas propriedades que visitei, tive ocasião de verificar que havia senhores duríssimos para com seus escravos e outros que eram, antes, os escravos de seus escravos. Entre estes últimos devo citar o visconde de Pedra Branca, pai da Sra. Viscondessa de Barral, que exerceu durante muito tempo funções diplomáticas em Paris. Esse bom e amável velho só vive para seus escravos e só com medo de que eles sejam maltratados durante a sua ausência ele não se resolvera a seguir sua filha a Paris. Seus escravos começam, o trabalho às 9h da manhã e largam às 3h da tarde. Cada um deles possui uma porção de terra que escolhe onde quer e que cultiva quando e como bem entende. Cada um tem um cavalo. Alguns mesmo possuem mais de um, que alugam ao seu senhor. Possuem também bois, carneiros etc. Há o máximo cuidado com a saúde desses escravos. Toda mulher escrava que tem um certo número de filhos recebe a sua carta de alforria" (*apud* Cordier, 1931: 545).

As colaborações poéticas de Borges de Barros no *Patriota* são reveladoras das relações e dos anseios coletivos de toda uma geração da elite letrada luso-brasileira, em especial daquela que era oriunda da grande propriedade agrícola. Uma curiosa rede de menções mútuas permite avistar um conjunto quase familiar de amigos e colaboradores próximos, espalhados pelos dois lados do Atlântico, mas reunidos em torno de uma aplicação comum às letras e ao reformismo ilustrado, debaixo da autoridade de um mestre como o "estrangeirado" Filinto Elísio. No lado brasileiro, o grupo parecia solidário durante o período joanino, ainda mais depois que, com a morte de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1812, volta ao cume do poder político o grande protetor de Filinto, Antônio de Araújo, futuro conde da Barca.

Os acontecimentos vertiginosos que se sucederam depois da revolta liberal de 1820, no Porto, romperam a coesão do grupo e deram início a uma nova fase. Quanto a Borges de Barros, se a Independência em 1822 o aproximou ainda mais de Gameiro, afastou-o violentamente de Paulo José. O amigo que ele homenageara nas páginas do *Patriota* foi dos que resistiram à ruptura do Império lusitano. Como se disse acima, ele tinha aderido em primeira hora ao constitucionalismo baiano, que depusera o conde da Palma em 10 de fevereiro de 1821 – a ponto de assumir o cargo de vice-presidente da Junta Provisional do Governo da Bahia, como "representante da Agricultura". O novo órgão dirigente, porém, logo entraria em desacordo com os deputados eleitos pela província às Cortes de Lisboa – entre os quais se encontrava Borges de Barros. Um dos motivos da discórdia foi o tratamento brando pedido por estes (B. inclusive) aos rebeldes que em junho de 1821 tentaram derrubar a Junta, acusando-a de servil aos interesses portugueses, e tinham sido remetidos, presos, ao reino. Um documento importante desse episódio é justamente uma carta que Paulo José fez publicar em Lisboa e em Salvador, defendendo-se de insinuações contra ele que tinham sido divulgadas no combativo *Diário Constitucional*, da Bahia, depois da substituição da Junta em 31 de janeiro de 1822. Um dos deputados baianos que ele ataca pelo nome é o velho amigo Borges de Barros: "Como se pode ler sem grande estranheza uma Indicação do Senhor Deputado Borges de Barros – dêem-se diariamente 1$200 rs. a cada um dos presos vindos da Bahia?" (Azevedo e Brito, 1822a e 1822b: 15).

A carta não poderia ter sido escrita em momento mais turbulento, e vem assim datada: "Bahia, 22 de agosto de 1822" (Azevedo e Brito, 1822b: 47). Em tom de indignação, o missivista defende as ações da primeira Junta e frisa bem que a sua expectativa de resolução para a crise não estava posta em nenhum ideal emancipatório:

> O finado Governo da Bahia sofreu ataques de diversas naturezas, e por inimigos diversos: o machucado amor próprio de muitos dos meus Conterrâneos, a inveja de outros, e a ambição de alguns trouxeram-lhe grande guerra: porém a maior de todas veio-lhe indubitavelmente da *constante adesão a Portugal, e da invariabilidade no sistema da união da Monarquia:* isto sabiam-no bem os Senhores Deputados desta Província, e o Senhor Borges de Barros melhor que muitos deles: como pois o Senhor Borges de Bar-

> ros, Membro da Comissão, e ouvindo a Comissão os Senhores Deputados da Bahia, põem o Parecer da Comissão em dúvida, não digo bem, nega formalmente a fidelidade dos princípios do Governo da Bahia em relação ao sistema de unidade do Império Português? (Azevedo e Brito, 1822b: 17-18, grifo meu)[46]

No processo que terminou por separar o Brasil de Portugal, os antigos amigos ficaram cada um de um lado. Paulo José chegou a ser nomeado para a detestada Junta Provisória criada por decreto de d. João VI, em 12 de abril de 1823 – a fim de apoiar as forças portuguesas contra o governo rebelde baseado em Cachoeira, no Recôncavo, leal ao governo de d. Pedro no Rio de Janeiro. Segundo algumas versões, ele teria evitado tomar posse, por já ser então favorável à independência (cf. Wildberger, 1949: 256), mas não parece prudente aceitar essa hipótese sem uma verificação mais detida. Quem se interessar pelo caso, porém, deve saber que o grande patrimônio de Paulo José estava tão dividido quanto una era a Monarquia que ele defendia, por ser herdeiro de mais de um morgadio em Portugal.[47] Por outro lado, também é preciso frisar que a primeira Junta de Governo da Bahia, da qual Paulo José era o vice-presidente, parecia esperar do movimento constitucionalista um posicionamento claro acerca do problema da escravidão, que ela citava como "esse cancro que nos devora" (Proclamação da Junta Provisional do Governo da Bahia. *Correio Braziliense*, junho de 1821: 617).

Do ponto de vista do Rio de Janeiro, Paulo José poderia ser visto como um traidor da pátria – num momento em que o significado dessa palavra tinha se transformado subitamente, radicalizando-se o seu conteúdo político. Colhido pelos acontecimentos, esse honrado senhor da ilha da Maré saiu do processo com a reputação gravemente manchada, que levou anos para reconstruir.[48] Também alguns anos se passaram antes que ele pudesse retomar uma carreira política no Brasil, ligado aos liberais, e ainda reatar na medida do possível a amizade com Borges de Barros.

Já o velho B. parece ter levado mais tempo para perceber as limitações do mito do "bom senhor", que ele ajudou a embelezar nos tempos do *Patriota*, e que aparece de manei-

---

[46] A comissão mencionada é a Comissão de Constituição das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

[47] Cf. Requerimentos (2) de Paulo José de Melo Azevedo e Brito em que pede prorrogação de licença para tomar posse dos morgados que herdara por falecimento de sua tia d. Violante Teresa de Sousa e Vasconcelos, in: Almeida, 1914: 380; Certidões (2) relativas ao processo instaurado por Paulo José de Melo Azevedo e Brito contra Joaquim José Teixeira por ter usurpado os bens pertencentes ao morgado instituído por Gonçalo Annes e Manuel Sardinha Bezerra e ao processo promovido por seu pai sobre os bens livres pertencentes à herança de d. Violante Teresa de Vasconcelos, in: Almeida, 1915: 220; Atestado do advogado Inácio Xavier da Silva Palma, sobre os pleitos que Paulo José de Melo Azevedo e Brito tinha pendentes em juízo para haver os bens que lhe pertenciam. Lisboa, 22 de junho de 1804, in: Almeida, 1915: 220.

[48] A pecha de traidor ou covarde ainda acompanhava o seu nome na obra de historiadores bem posteriores a essa época, como Pedro Calmon ("na fase da Independência, que se seguiu, nem sempre primou pela altivez ou autonomia de atitude") ou Tobias Monteiro ("conservou-se fiel à união de Portugal, ainda depois de proclamada a Independência") (*apud* Wildberger, 1949: 255). Sem falar em José Honório Rodrigues, para quem Paulo José foi um "inimigo extremado da causa brasileira" e "um dos maiores traidores do Brasil" (Rodrigues, 1975-1976, III: 196). Maria Odila da Silva Dias, afastando as veleidades patrióticas, esclarece: "Para os homens de ideais constitucionalistas parecia imprescindível continuar unidos a Portugal, pois viam na monarquia dual os laços que os prendiam à civilização européia, fonte de seus valores cosmopolitas de renovação e progresso" (Dias, 1972: 162).

ra tão flagrante na sua "Epístola do Pinum". O tema da escravidão retorna num poema da maturidade, a já citada "Resposta à carta de uma senhora". Agora, porém, o assunto se reveste do maior desconsolo:

O que inspirar-me podem mudos vales,
Florestas virgens, solitários montes?
Negro corpo de estúpido Africano,
Tinto de sangue do Colono açoite?
Produz minguada planta o sulco escravo,
Nem a terra sorri, se geme o arado.
Que fastos nestas brenhas se passaram?
Que suspiros voaram nestes ares?
Nestas águas, que lágrimas correram?
Morre a Poesia se o passado é mudo.
(Resposta à carta. Borges de Barros, 1841: 9)

As últimas interrogações remetem, em princípio, ao tema da morte do filho varão, ocorrida em 1825. Mas não deixam de se juntar a uma frustração mais difusa: "Tanta promessa em flor cortada!" – lamenta o poeta, sem que se possa afastar de todo a possibilidade de o lamento familiar se estender à pátria inteira, como numa tardia perda de todas as esperanças.

O lado A do neoclassicismo luso-brasileiro é bem conhecido: a visão de uma Arcádia onde os ideais letrados de polidez e exclusão social poderiam ganhar livre curso e agir sobre o restante do corpo da sociedade, especialmente sobre a direção dos assuntos públicos, através da acumulação de um prestígio específico das letras. E o lado B? Não menos frustrado do que o outro, em seus anseios de participação e privilégio, este é o lado imperial, que vê o imaginário ameno de uma "República das Letras" como coisa do passado. Para ele, a antiga doutrina aristotélica da "imitação da natureza" se confunde com o domínio desta, de maneira que a linguagem poética se debruça sobre o seu material assim como um império sobre um território. É o lado que, em contraste com o "estilo simples" preferido pelos árcades, volta-se agora para o "estilo médio", a poesia didática acima da poesia lírica, a busca de opulência da linguagem regida pela razão, ao invés da afetação de naturalidade como disfarce e senha para a distinção social. É o lado que despreza a idealização pastoril da natureza (como alegoria da civilidade), em favor da sua descrição geórgica (como alegoria do cultivo e da instrumentalização dela). É também o lado no qual se afirmam algumas particularidades que pareceriam indiscretas no código mais estrito do arcadismo: o 'eu' como natureza a modelar, cultivar e expandir, e a pátria como o campo próprio dessa expansão. Neste hemisfério do Império lusitano, é o lado de Borges de Barros, da ambigüidade entre a Bahia e o Brasil, porque é indubitavelmente o lado da pátria, mesmo na dúvida sobre o que ela era ou poderia vir a ser.

Referências

AA. VV. *Relação do Festim que ao Ilmo. e Exmo. Sr. D. Marcos de Noronha e Brito, VIII Conde dos Arcos, (...) deram os Subscritores da Praça do Comércio, aos 6 de Setembro de 1817*. Salvador: Serva, 1817.

ALCIDES, S. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003. (Estudos Históricos)

ALMEIDA, E. de C. e. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar IV. *Anais da Biblioteca Nacional*, 36, 1914.

ALMEIDA, E. de C. e. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar V. *Anais da Biblioteca Nacional*, 37, 1915.

ARQUIVO NACIONAL. *Repertório das Sesmarias da Bahia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

AZEVEDO E BRITO, P. J. de M. *Carta de um Membro da Patriótica Junta do Governo da Província da Bahia*. Salvador: s. n., 1822a.

AZEVEDO E BRITO, P. J. de M. *Carta de um Membro da Pretérita Junta do Governo Provisional da Província da Bahia, com um Apêndice*. Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1822b.

AZEVEDO E BRITO, P. J. de M. *Fala que Recitou o Excelentíssimo Presidente da Província da Bahia, Paulo José de Melo Azevedo e Brito, n'Abertura da Assembléia da Mesma Província em 2 de Fevereiro de 1841*. Salvador: Epifânio Pedrosa, 1841.

AZEVEDO E BRITO, P. J. de M. *Epitalâmio, Seguido de Três Elogios*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1844.

BARRAL, J. H. J. E. (conde) de. *Ação de Filiação e Petição de Herança Intentada por Alexandre Sebastião Borges de Barros contra o Conde e a Condessa de Barral Pendente por Apelação dos Réus no Tribunal da Relação da Bahia*. Salvador: Tipografia e Libraria de E. Pedroso, 1858.

BARROS, L. M. P. de, condessa de Barral. *Cartas a suas Majestades, 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BERBEL, M. R. *A Nação como Artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Fapesp, Hucitec, 1999. (Estudos Históricos)

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Correspondência passiva do senador José Martiniano de Alencar. *Anais da BN*, 86, 1966.

BONAVIDES, P. & AMARAL VIEIRA, A. *Textos Políticos da História do Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s. d.

BORGES DE BARROS, D., Visconde de Pedra Branca. *Poesias Oferecidas às Senhoras Brasileiras por Um Baiano*. 2 v. Paris: Aillaud, 1825.

BORGES DE BARROS, D., Visconde de Pedra Branca. *Novas Poesias Oferecidas às Senhoras Brasileiras por um Baiano*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1841.

BORGES DE BARROS, D., Visconde de Pedra Branca. *Os Túmulos: poema filosófico*. Pelo Exmo. Visconde da Pedra Branca, Senador do Império &c. &c. &c. Publicado e com notas pelo Dr. Mello Moraes. Salvador: Carlos Pogetti, 1850.

BORGES DE BARROS, D., visconde de Pedra Branca. *Os Túmulos* [1825]. Ed. preparada por Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: ABL, 1945.

BOTELHO DE OLIVEIRA, M. *Música do Parnaso: a ilha de Maré*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, ABL, s. d.

BRAGA, T. *Filinto Elísio e os Dissidentes da Arcádia*. Porto: Chardron, 1899.

BRITO, J. R. de et al. *Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e o Comércio da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

CALÓGERAS, J. P. *A Política Exterior do Império*. 3 v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

CALMON, F. *Relação das Faustíssimas Festas que Celebrou a Câmara da Vila de N. Senhora da Purificação e Santo Amaro da Comarca da Bahia pelos Augustíssimos Desposórios da Sereníssima Senhora D. Maria Princesa do Brasil com o Sereníssimo Senhor D. Pedro Infante de Portugal*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1762.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2 v. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.

CHATEAUBRIAND, F.-R. de. *Mémoires d'Outre-Tombe*. Notas de Edmond Biré. Paris: Garnier, s. d.

CORDIER, H. A Bahia em 1847. Duas cartas do Sr. Forth Rouen, enviado e encarregado dos negócios da França na China. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 57: 533-547, 1931.

COSTA, A. Perfil de Pedra Branca. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 59: 379-396, 1933.

COSTA, A. Genealogia baiana ou o catálogo genealógico de Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão adaptado e desenvolvido por... *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 191: 3-279, abr.-jun. 1946.

COUTINHO, R. de S. Parecer de..., datado de 16 de agosto de 1803. In: PEREIRA, A. *D. João VI, Príncipe e Rei: a retirada da Família Real para o Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1985. v. 1.

COUTINHO, R. de S. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América, 1797-1798. In: COUTINHO, R. de S. *Textos Políticos, Econômicos e Financeiros, 1783-1811*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2.

CURTIUS, E.-R. *Literatura Européia e Idade Média Latina* [1949]. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1996.

DELILLE, J. *Œuvres de...* 2 v. Paris: Lefèvre, 1844.

DIAS, M. O. da S. A interiorização da metrópole. In: C. G. MOTA. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DÓRIA, F., Barão de Loreto. O Visconde de Pedra Branca: alguns períodos de sua vida. *Revista Brasileira*, 3ª série, VIII: 129-141; 221-227; 265-276, 1896.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. *The Great Seal of the United States*. Washington: Department of State, 2003.

GARRETT, J. B. de A. (Org.) *Parnaso Lusitano, ou Poesias Seletas dos Autores Portugueses Antigos e Modernos*. 6 v. Paris: Aillaud, 1826-1834.

GUIMARÃES, M. F. de A. *Prospecto* [do *Patriota*]. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

HORÁCIO. *Œuvres*. Trad. François Richard. Paris: Flammarion, 1967.

HORÁCIO. *The Odes and Epodes*. Trad. C. E. Bennett. Cambridge: Harvard, 1988.

ITAPARICA, Fr. Manuel de Santa Maria. Descrição da ilha de Itaparica. In: BRAYNER, S. (Org.) *A Poesia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. v. 1.

JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria. *Catálogo Genealógico das Principais Famílias* [1768]. Notas de Pedro Calmon. 2 v. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

JANCSÓ, I. & PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000.

LOPES, H. *A Divisão das Águas: contribuição ao estudo das revistas românticas 'Minerva Brasiliense' (1843-1845) e 'Guanabara' (1849-1856)*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MACEDO, J. M. de. *Ano Biográfico Brasileiro*. 3 v. Rio de Janeiro: Instituto Artístico, 1876.

MADELÉNAT, D. Romantisme. In: BEAUMARCHAIS J.-P. de; COUTY, D. & REY, A. (Orgs.) *Dictionnaire des Littératures de Langue Française*. 2. ed. Paris: Bordas, 1998. v. 4.

MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, INL, 1987. (Estudos Históricos)

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Trad. Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MORAES E SILVA, A. de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 2 v. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

MOREIRA, F. Introdução. In: NASCIMENTO, F. M. do (Filinto Elísio). *Obras Completas de...* De acordo com a 2ª edição, de 1817. Ed. preparada por Fernando Moreira. Braga: APPACDM, 1998. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 1)

NASCIMENTO, F. M. do (Filinto Elísio) (Ed.) *Obras Completas de...* De acordo com a 2ª ed., de 1817. Ed. preparada por Fernando Moreira. 11 v. Braga: APPACDM, 1998. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa)

OLIVEIRA MARQUES, A. H. *História da Maçonaria em Portugal*. 3 v. Lisboa: Presença, s. d.

PEREIRA DA SILVA, J. M. (Org.) *Parnaso Brasileiro, ou Seleção de Poesias dos Melhores Poetas Brasileiros desde o Descobrimento do Brasil*. 2 v. Rio de Janeiro: Laemmert, 1834-1848.

PINHO, W. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1970.

REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, J. H. *Independência: revolução e contra-revolução*. 5 v. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975-1976.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and Philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley: University of California Press, 1968.

SCHWARTZ, S. B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil: the High Court of Bahia and its judges, 1609-1751*. Berkeley: University of California Press, 1973.

SANÉ, A. M. Introduction. In: NASCIMENTO, F. M. do (Filinto Elísio). *Poésie Lyrique Portugaise, ou Choix des Odes de Francisco Manuel, traduites en Français, avec le Texte en Regard. Précedées d'une notice sur l'auteur, et d'une introduction sur la littérature portugaise; avec des notes historiques, géographiques et littéraires*. Par A. M. Sané. Paris: Cérioux Jeune, 1808.

SEGRE, C. Poética [1981]. Literatura-texto. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989. v. 17.

SILVA, I. F. da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

SILVA, J. B. de A. et al. *Cartas Andradinas: correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos dirigida a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1890.

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres. Os contemporâneos. Retratos dos homens mais ilustres do Brasil na política, ciências e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias. Copiados do natural, e litografados por S. A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biografias*. 2 v. Rio de Janeiro: Sisson, 1861.

TAUNAY, A. d'E. *O Senado do Império*. São Paulo: Martins, 1942.

WILDBERGER, A. *Os Presidentes da Província da Bahia Efetivos e Interinos 1824-1889*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

WILKINSON, L. P. The Georgics. In: KENNEY, E. J. & CLAUSEN, W. V. (Orgs.) *The Cambridge History of Classical Literature*. Vol. 2, part 3: The age of Augustus. Cambridge: Cambridge UP, 1982.

Bibliografia Complementar

ALENCASTRO, L. F. de (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. v. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.

DIAS, M. O. da S. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

JANCSÓ, I. (Org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

JANCSÓ, I. (Org.) *Independência do Brasil: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NASCIMENTO, F. M. do (Filinto Elísio). *Poésie Lyrique Portugaise, ou Choix des Odes de Francisco Manuel, Traduites en Français, avec le Texte en Regard. Précedées d'une notice sur l'auteur, et d'une introduction sur la littérature portugaise; avec des notes historiques, géographiques et littéraires*. Par A. M. Sané. Paris: Cérioux Jeune, 1808.

PINA MARTINS, J. V. de (Org.) *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France*. Atas do Colóquio. Paris, 11 a 16 de outubro de 1982. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983.

VARNHAGEN, F. A. de. *História da Independência do Brasil* [c. 1875]. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

5 DESCREVER A PÁTRIA, DIFUNDIR O SABER

Lorelai Kury

A publicação de *O Patriota* se insere em contexto de valorização das produções brasileiras por parte da administração portuguesa e das elites locais. A ênfase dada em suas páginas aos conhecimentos úteis é um desdobramento das preocupações do movimento iluminista luso-brasileiro. A diversidade temática dos artigos de *O Patriota* e sua preocupação didática delimitam sua vocação ilustrada, nos moldes do enciclopedismo europeu. Nesse sentido, *O Patriota* pode ser considerado como uma continuação da política editorial promovida por frei Mariano da Conceição Veloso, na Tipografia do Arco do Cego, sob os auspícios de d. Rodrigo de Souza Coutinho. As publicações de Veloso já foram descritas como tendo sido o sucedâneo da *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert em Portugal (Faria, 2002). *O Patriota* herdou o caráter do empreendimento português, mas, dessa vez, o centro irradiador de conhecimento se deslocara para o Brasil.

Os traços marcantes do alto iluminismo europeu presentes em *O Patriota* mesclavam-se a reflexões e propostas que são fruto da experiência cultural luso-americana. Seus numerosos artigos tratam de uma unidade chamada Brasil, cuja identidade forjava-se mais pela descrição espacial do que pela espessura das etapas históricas. *O Patriota* já estabelecia, no entanto, a genealogia dos homens de letras e de ciências brasileiros, com a publicação de documentos do passado que acabariam por formar uma espécie de antologia da produção intelectual existente sobre o Brasil.

O próprio título do periódico é expressivo da multiplicidade de significados que envolvia a definição de Brasil nesses anos que sucederam a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Não se trata de referência a uma identidade brasileira desvinculada da idéia de Império luso-brasileiro. Por outro lado, a pátria brasílica é o solo onde nasceram muitos dos autores presentes nos fascículos da publicação e consiste na principal referência da obra. O termo "patriota" não era, aqui, alusivo ao liberalismo exaltado ou ao jacobinismo,

pois nas páginas do periódico o patriotismo é lembrado como uma virtude clássica, compatível com posições políticas conservadoras.[1]

O periódico dedicou grande espaço às ciências. No entanto, uma análise global de seu índice já pode indicar algumas características do que os redatores entendiam por atividade científica. Em primeiro lugar, essa rubrica contém as seguintes subdivisões: matemática; navegação e hidrografia, hidráulica; botânica e agricultura; química; medicina; mineralogia (que inclui as observações meteorológicas). Embora exista uma rubrica específica para as "artes", os artigos de "ciências" incluem as aplicações práticas das disciplinas. A ciência que se quer "patriótica" é indissociável de seus desdobramentos úteis (Dias, 1968). Outro aspecto que salta aos olhos é que as outras rubricas também contêm diversos temas relacionados às ciências e às artes, como é o caso da topografia, das viagens, da estatística e das descrições de diferentes capitanias da América portuguesa. Até mesmo os textos classificados como "literatura" expressam a importância desses temas, como o poema "As artes", de Silva Alvarenga, feito em 1788, por ocasião do aniversário de d. Maria I.

Assim como a Tipografia do Arco do Cego, os redatores do periódico deram grande importância à tradução de artigos estrangeiros, sobretudo franceses. Porém, como lembrou o redator Araújo Guimarães, a intenção de *O Patriota* era principalmente incentivar a publicação de textos de autores locais: "Era sim o meu fito desafiar a aplicação dos estudiosos, excitar a emulação daqueles que podiam ser úteis; para que, passando do imperfeito ao mais completo, se fizessem assim escritores" (Reflexão do redator. *O Patriota*, 1813, I, 6, 97-98).[2]

O Patriota pretendeu influenciar a própria formação dos homens de letras locais, tanto na qualidade de leitores quanto na de escritores. Seu didatismo é também manifesto em sua maneira de fundar uma síntese do que era sabido sobre as terras brasileiras. Essa síntese, no entanto, tinha por referência o quadro europeu, com o qual os principais colaboradores estavam familiarizados. Assim, é nessa confluência entre a construção de uma singularidade brasileira, inserida no universo imperial português, e os modelos científicos dos centros europeus que se constitui uma das principais manifestações do iluminismo luso-americano.

Enciclopedismo e Ciência Especializada

Os artigos referentes às ciências e às artes provêm fundamentalmente de traduções, de textos de luso-americanos do século XVIII e de contribuições de autores coevos, dentre os quais se destaca o incansável B* (Domingos Borges de Barros),[3] que, além de trabalhos próprios, costumava resenhar textos internacionais. O corpo de articulistas do período revela seu caráter enciclopédico. Boa parte dos autores, inclusive o próprio Borges de

---

[1] Sobre o termo "patriota", cf. o artigo de Marco Morel, neste volume. Ver também Jancsó & Pimenta, 1999.

[2] As referências a *O Patriota* incluem: ano, subscrição, fascículo, página.

[3] Borges de Barros assina seus textos com diversas abreviações: B*, B.***, D.B.B., B... ou B.

Barros, escreve sobre diversos assuntos e não se detém em áreas científicas ou técnicas específicas. Essa característica, típica do período das Luzes, sela a vinculação de *O Patriota* a um ambiente cultural e científico ainda distinto da especialização, a qual começa a se afirmar de forma duradoura em centros europeus como a Inglaterra e a França.

Domingos Borges de Barros morou boa parte de sua vida na França e marcou *O Patriota* com a forte presença de textos científicos daquele país, que circulavam no período napoleônico. Embora ainda inseridas no movimento das Luzes, as ciências da época apresentam alguns traços distintos do período enciclopedista. B* traduz e resenha obras francesas constitutivas de uma ciência cada vez mais profissionalizada, especializada e vinculada ao Estado. Até o início do século XIX, a cultura científica européia é marcada pela presença dominante do enorme empreendimento que foi a *Encyclopédie*. A historiografia tem acentuado os traços inovadores da publicação, não apenas no que diz respeito aos temas e abordagens de seus numerosos verbetes, mas também quanto às estratégias utilizadas para a edição e divulgação da obra, bem como à sua participação no processo de profissionalização dos intelectuais e na constituição de um espaço público letrado.

Do ponto de vista dos temas científicos tratados pela *Encyclopédie*, é patente a relevância adquirida pelas "artes" e pelas ciências "aplicadas". Esse aspecto utilitário pode ser entendido como um programa político amplo, de valorização da ação do homem sobre a natureza, no qual a técnica surge como um prolongamento necessário do conhecimento. Para Diderot, "*l'utile circonscrit tout*".[4] Seria, no entanto, errôneo pensar que a ênfase na utilidade das ciências fosse exclusiva dos escritores ligados ao projeto enciclopedista. A "utilidade" foi uma palavra de ordem do pensamento europeu no século XVIII e início do XIX, inclusive de correntes intelectuais distantes do laicismo difundido pelos *philosophes*. Segundo Christian Licoppe, a retórica da utilidade, típica do século XVIII, conviveu com os discursos científicos referenciados tanto pela "curiosidade" quanto por novas estratégias discursivas baseadas na exatidão, durante o processo de legitimação da "prova empírica" (Licoppe, 1996).

O século XIX vê a consolidação paulatina de um ideal científico que, apesar de valorizar o aspecto utilitário do conhecimento, passa a enfatizar as especializações. A própria tarefa de divulgar o saber para os amadores torna-se uma especialidade. Na França, a ascensão de Bonaparte ao poder afirma cada vez mais a aliança entre poderes políticos estabelecidos e ciência profissional. A química assumiu papel de relevo. Segundo Maurice Crosland, sob a influência de Lavoisier e seus discípulos, ela torna-se efetivamente uma disciplina, baseada na utilização de instrumentos, técnicas e linguagem específica. A figura do cientista que investiga só e a partir de livros é substituída pela pesquisa em equipe, em que o trabalho em laboratório é essencial. O aspecto contestador típico do enciclopedismo dos *philosophes* cede lugar a novos monopólios de saber, assegurados por políticas pragmá-

[4] O útil circunscreve tudo.

ticas estabelecidas pelo Estado. Diversos químicos de renome, tais como Chaptal, Fourcroy e Berthollet, ocuparam cargos e missões públicas importantes durante o período napoleônico. As sociedades e laboratórios privados existentes, mantidos por homens de ciência de posses, nutriam íntima associação com as instituições oficiais (Crosland, 1967, 2003).

Nessa época, começa igualmente a afirmar-se a distinção entre ciências puras e ciências aplicadas. Cada vez mais, diversos ramos do saber podem prescindir dos resultados justificados de forma imediata diante da sociedade. Quando se recorre à legitimação das práticas científicas por seu caráter utilitário, há, freqüentemente, uma reviravolta discursiva, na qual determinadas atividades são justificadas porque são "úteis ao avanço das ciências" (Licoppe, 1996: 242). Não há contradição entre esse aspecto e o intenso pragmatismo das políticas estatais no período napoleônico. Na verdade, o que se estabelece é justamente a possibilidade de constante inovação e o maior distanciamento entre atividade científica e debate político. As ciências começam a ser tratadas como um campo neutro, imune à instabilidade da opinião pública.

É precisamente essa nova ciência que dá conta dos intensos esforços de guerra da França, no início do século XIX, e busca minimizar os efeitos do Bloqueio Continental. A política do açúcar é um bom exemplo desse estado de coisas. Como o próprio B* lembra em artigo de *O Patriota* (1813, I, 1, 28), um dos grandes feitos da administração napoleônica foi a substituição para o mercado interno francês do açúcar de cana pelo de beterraba, produzido em grande escala a partir de 1812. De fato, durante vários anos, diversas experiências haviam sido feitas, em particular com suco de uvas, método preferido por Parmentier, célebre divulgador da batata na França. O açúcar adquiriu tanta importância devido ao fato de ser associado ao consumo de café, cacau e chá – produtos coloniais de alto valor (Meyer, 1989; Mintz, 1985).

As referências de Domingos Borges de Barros situam-se aí. Sua francofilia pode ser medida pela quantidade de autores franceses que cita, além da correspondência que manteve com Cossigny, proprietário agrícola francês, residente na Île de France (atual Ilhas Maurício), e também com Leblond, plantador de Caiena, que lhe enviara uma memória sobre o urucum, lida no Institut de France. Em plena vigência do Bloqueio Continental, a agricultura e a nova química francesas funcionam como referência. Esse modelo não é seguido de forma unânime pelos autores que escrevem no periódico, até porque diversos dos artigos publicados foram redigidos em períodos anteriores ou dialogam com os padrões científicos do iluminismo clássico. O fato é que a proximidade de Barros com a cultura francesa é evidente. Ele chega mesmo a citar manuscritos da Biblioteca Real de Paris (*O Patriota*, 1813, I, 5, 4). Seria interessante retraçar as redes de sociabilidade do autor na capital do iluminismo, que incluem a presença do abade Correa da Serra, naturalista cosmopolita perfeitamente integrado aos círculos científicos da França. O botânico convidara Barros para redigir em conjunto um dicionário francês/português e português/francês. Com o adoecimento de Correa da Serra, o baiano acabou por terminar sozinho a obra, o que lhe

rendeu alguns francos, preciosos no momento em que a política napoleônica impedia relações com o Brasil e Portugal (Costa, 1933).

A linha editorial da revista, e não apenas as contribuições de Barros, incorpora a divulgação de autores franceses, como, por exemplo, a tradução de uma memória sobre o galvanismo do *Journal de Physique* (*O Patriota*, 1813, I, 2, 8-11), importante periódico científico parisiense. De forma geral, as memórias científicas, traduzidas ou originais, incluem muitas notas de rodapé indicativas de atualizada bibliografia européia sobre os assuntos abordados. Essa característica se fez presente igualmente nas atividades de divulgação científica em Portugal, que abundavam em traduções e resenhas de artigos provenientes sobretudo da França e da Inglaterra (Nunes, 2001).

Além da constante referência à Europa, o editor, Araújo Guimarães, concedeu grande espaço às experiências realizadas no Brasil. Relatos sobre a produção de cochonilha na América portuguesa, em fins do século XVIII, no âmbito da Academia Científica do Rio de Janeiro, ocuparam em particular a atenção do redator. As descrições representam exemplarmente as conexões dos ilustrados luso-americanos com a administração imperial e revelam a ausência de lugares especializados para a realização de experiências. O presidente da academia, José Henriques Ferreira, criou os insetos em instalações que adaptou em sua varanda e estudou minuciosamente sua reprodução. Ele chegou a criticar a classificação do animal proposta por Lineu. Segundo o redator, o fato de não ter dado certo sua propagação não se deve a uma suposta falta de conhecimentos de Ferreira, mas sim "a mesma, que empeceu à propagação dos bichos de seda criados com as folhas de tataíba (*Morus tinctoria*), os quais produziram uma boa seda, que o Vice-Rei remeteu à Corte, a mesma, digo, que empeceu outros úteis estabelecimentos, que se propuseram" (*O Patriota*, 1814, III, 1, 13).

Algumas atividades efetuadas no laboratório particular do conde da Barca (Antônio Araújo de Azevedo) são descritas, como é o caso do uso de alambique de tipo 'escocês' e uma memória sobre a extração de óleo de mamona. Segundo análise recente (Santos, 2004), esse laboratório, comprado pelo Real Erário em 1820, fornecia produtos para hospitais e aviava receitas. A influência de Araújo de Azevedo teria enfraquecido o Laboratório Químico-Prático, dirigido por Francisco Vieira Goulart, que se dedicou à análise de águas minerais, aguardentes e madeiras e foi extinto em 1819.

De qualquer modo, é patente a diferença entre os meios disponíveis no Brasil, mesmo na Corte, e a crescente sofisticação dos laboratórios europeus. É interessante observar que diversos artigos tratam de produtos como o anil e a cochonilha, que, apesar de terem sido objeto de atenção por parte de administradores ilustrados, não deram os frutos esperados. O anil produzido no Brasil era de qualidade inferior ao que se encontrava no mercado internacional. O próprio Cossigny, em carta a Borges, chama a atenção para a má qualidade do produto brasileiro. Borges observa, por exemplo, que os produtores locais não procuraram aproveitar a possibilidade de vender anil para a França, mesmo quando esta estava privada de suas colônias. Além disso, os produtores locais desinteressavam-se dos produ-

tos quando seu preço internacional era baixo. Para que pudessem concorrer deveriam, segundo o autor, investir na qualidade de seu produto, o que não acontecia (*O Patriota*, 1813, I, 2, 27). O artigo em que é divulgado o método de extração de óleo de mamona praticado no laboratório de Araújo de Azevedo também menciona o modo "vicioso" de extração tradicional, que torrava a mamona e não retirava sua casca.

A identificação de uma falta de interesse no aperfeiçoamento técnico, no entanto, não se revela apenas nas rubricas referentes à química e artes afins. Os artigos sobre agricultura, tema central do periódico, também demonstram o abismo que separava os procedimentos lusos na América e as experiências bem-sucedidas principalmente da França e da Inglaterra nesse setor, onde já passara a vigorar uma aliança entre as ciências, as artes e o Estado. A interessante "Memória sobre o café", redigida por Borges de Barros, buscava fazer um balanço da bibliografia internacional sobre as técnicas de cultivo do café e mesmo de sua história. Longe de considerar os detalhes sobre a trajetória da introdução do consumo do café na Europa e da introdução da planta nas colônias como miudezas inúteis, o futuro visconde de Pedra Branca lembra a importância que podem adquirir certos vegetais como mercadoria de valor. Diz Borges:

> Vejo que me podem increpar de longo nas miudezas, que tenho referido sobre a história do café; mas com elas pretendi mostrar o caso que as mais nações fazem dos caminhos por que passa uma produção, a que vem a dever parte de sua riqueza; e o cuidado que há em conservar a memória daqueles, que por seus desvelos deram à sua pátria um novo ramo de comércio; antes este defeito do que o desleixo nosso em deixar tudo ao esquecimento. (*O Patriota*, 1813, II, 5, 11)

A curiosidade de Borges pelos pormenores do passado teria um intuito didático. O "desleixo" por ele mencionado na falta de recuperação da memória do aperfeiçoamento e da introdução de novos produtos no Brasil dificultaria o reconhecimento daqueles que efetivamente deveriam ser homenageados pela posteridade. O ideal do herói patriota, longe de evocar desempenhos incomuns em batalhas ou mesmo a escrita de poemas e epopéias gloriosas, baseia-se no critério da utilidade técnica e científica.

Aliás, uma das linhas editoriais mais visíveis de *O Patriota* foi exatamente a tentativa de constituir um *corpus* referencial de textos sobre o Brasil, de modo a organizar metodicamente os conhecimentos já estabelecidos. Alguns dos personagens que povoam as páginas do periódico são médicos, naturalistas, engenheiros, funcionários militares e civis, que compõem um novo cenário dos feitos dignos de nota. Na memória sobre o café em que B* advoga a conservação da memória dos homens "úteis" à pátria, o redator incluiu, por exemplo, nota que remete a um artigo publicado no fascículo de março, na rubrica "Botânica". Trata-se da "Notícia das plantas exóticas transplantadas da Ilha de França", por Luiz de Abreu. Essa memória relata as atribulações pelas quais passou Abreu ao ser feito prisioneiro de guerra nas Ilhas Maurício (Île de France), em 1808. Em 1809, o oficial português consegue ser resgatado e trazer para o Brasil diversas plantas cultivadas no jardim colonial

francês La Pamplemousse. A história desse jardim adquiriu celebridade devido à atuação do administrador Pierre Poivre, misto de aventureiro e agricultor, que transformou a ilha em um dos grandes centros de cultivo e experiências com plantas de climas tropicais e subtropicais. Abreu narra sua proeza de forma explícita:

> tratei de negociar, e efetuei, com aquele Governo o meu resgate, (...) prospectando ao mesmo tempo roubar aquela colônia, para enriquecer este Estado, parte das preciosidades, com as quais Mrs. De Poivre, e Menonville, em 1770, tanto o tinham ilustrado: o projeto foi temerário (...) e o resultado o mais feliz, pois que consegui subtrair do Jardim Real um grande número de árvores de especiaria, e de sementes exóticas. (*O Patriota*, 1813, I, 3, 16)

Parte das mudas e sementes obtidas por Abreu foi cultivada no jardim da lagoa Rodrigo de Freitas (jardim botânico criado em 1808 no Rio de Janeiro). O cultivador encarregado, João Gomes da Silveira Mendonça, relatou o cultivo de moscadeiras, canforeiras, caneleiras, craveiros, toranjeiras, entre outros. Diversos desses vegetais já haviam sido introduzidos no Brasil, por mais de uma vez, porém seu cultivo não tinha prosperado, com algumas exceções. Abreu foi igualmente responsável pela introdução da planta do chá, que fez vir de Macau por intermédio de seu amigo, o senador Rafael Bottado de Almeida (*O Patriota*, 1813, I, 3, 16-23).

De fato, grande parte das espécies e variedades de plantas valorizadas no mercado internacional chegou ao Brasil por via da biopirataria. As experiências para a naturalização e o aperfeiçoamento de plantas tornaram-se um ramo importante das políticas coloniais, com o pioneirismo holandês, já no século XVII (Gesteira, 2001). No século das Luzes essas práticas tornaram-se sistemáticas em diversos países. Os jardins botânicos de Kew e de Paris adquiriram celebridade. Tornaram-se centros de distribuição de mudas e sementes para os jardins coloniais, como os de St. Vincent, Calcutá, Ilhas Maurício, Cidade do Cabo ou o de Caiena, este conhecido pelo nome poético de La Gabrielle.

Diversas variedades aperfeiçoadas de plantas foram introduzidas no Brasil a partir da invasão de Caiena pelos portugueses em 1809, ou mesmo antes, como é o caso do café. Antônio Bernardino Pereira do Lago, em sua *Estatística... do Maranhão*, cita a cana de Caiena, introduzida em 1810, o "ananás abacaxi" ("primeiro por excelência entre os da sua espécie, e a mais saborosa de todas as frutas"), uma banana vermelha "superior a todas em gosto", além da fruta-pão, originária do Pacífico e introduzida na Guiana depois de passagem pelo jardim botânico de Paris, que chegou a Pernambuco em 1811 (Lago, 2001).

O roubo de plantas não era uma atividade fora do comum na época. Ao contrário, o próprio administrador ilustrado Pierre Poivre, principal responsável pelas riquezas do jardim La Pamplemousse, havia ele mesmo exercido a 'biopirataria'. No século XIX, tem-se, por exemplo, que, poucos anos depois do saque de La Gabrielle pelos portugueses, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que veio ao Brasil acompanhando missão diplomática encarregada de resolver a questão da devolução da Guiana, enviou por contrabando diversas plantas cultivadas no Brasil para as colônias francesas da América (Kury, 2003).

O que se vê em *O Patriota*, no entanto, é a crítica, nem sempre velada, ao desinteresse das autoridades e dos agricultores pela inovação e aperfeiçoamento técnicos. Na Europa, de forma geral, a crítica dos costumes tradicionais embasados pela rotina acompanhou a afirmação do campo científico e a formação de grupos técnicos de formação superior. Em Portugal, essa tendência crítica aparece constantemente quando da comparação com as novas práticas agrícolas divulgadas por autores ingleses e franceses. De fato, a difusão da "nova agricultura", relacionada a autores célebres como Jethro Tull, Duhamel du Monceau ou Arthur Young, já se fazia em Portugal desde o século XVIII, inclusive com as publicações do Arco do Cego. A mais recente associação entre agricultura e química, responsável pela adoção de diversos produtos provenientes da indústria agrícola, também se fez presente por meio de publicações, inclusive no periodismo português, além do próprio *O Patriota* (Nunes, 2001). Não se trata, portanto, de uma ignorância da parte de portugueses e brasileiros com relação às tendências da ciência internacional. A referência à má qualidade de diversos produtos de exportação brasileiros torna-se tema recorrente na primeira metade do século XIX, assim como já se tornara tradicional a crítica iluminista ao "atraso" da agricultura em Portugal.

Sem dúvida poderia haver alguns descompassos entre o discurso da inovação agrícola associada à química e o latifúndio escravista brasileiro. O agricultor ideal da nova ciência deveria amar o trabalho agrícola, considerado uma virtude clássica, "tal como os bons patrícios romanos", nas palavras de Fátima Nunes (2001: 255). Nada, porém, que não acontecesse nos próprios centros de aplicação das mudanças, como a Inglaterra e a França, envolvidos com suas produções coloniais em moldes similares. Aliás, a própria literatura divulgada pelas Luzes luso-americanas reservou papel de destaque aos textos referentes às técnicas agrícolas empregadas nas colônias européias, principalmente nas Antilhas (Marquese, 2001).

A presença no periódico dos debates internacionais em torno da agricultura é assegurada sobretudo pelos textos de Arruda da Câmara e de Borges de Barros. No entanto, a questão agrícola e de racionalização da produção é também tratada em diversos artigos da rubrica "História", que descrevem práticas econômicas de diferentes províncias, acrescentando aos relatos críticas e sugestões de mudança.

Fora das páginas de *O Patriota*, o plano redigido por Borges de Barros, em 1812, para o estabelecimento de um curso de agricultura e de um jardim botânico em Salvador é igualmente representativo desse ambiente (Portugal, 1812). O plano de B* para o ensino agrícola baseou-se provavelmente nos cursos oferecidos pelo Jardin des Plantes, de Paris, e sua proposta para o jardim botânico assemelha-se ao arranjo adotado na instituição francesa, sob o comando de seu jardineiro-chefe, André Thouin. O curso teria a duração de dois anos. No primeiro, seriam ensinados os princípios da botânica, da química e da mecânica "indispensáveis – segundo o autor – à inteligência da bem entendida cultura, economia e arquitetura rural" (Portugal, 1812). No segundo ano, os alunos aprenderiam os princípios da agricultura e aplicariam as doutrinas ensinadas anteriormente, a fim de particularizar

> a invenção e prática dos melhores métodos, instrumentos e máquinas que se usam na lavoura e suas fábricas, e bem assim insinuando os expedientes de se aperfeiçoarem as culturas existentes, e introduzirem-se novas, quer de plantas indígenas de que se possa tirar proveito, quer de plantas exóticas. (Portugal, 1812).

Além dessas matérias, o projeto de Borges previa o ensino dos "diferentes métodos de propagar os vegetais, a física dos bosques, o corte e a reprodução das matas, os pastos artificiais, criações de animais e aproveitamento de seus produtos" (Portugal, 1812). Embora nunca se tenha realizado, o futuro visconde da Pedra Branca havia traçado um plano de ação que agregava as principais questões relativas à nova agricultura.

No Brasil, a efetiva atuação dos agricultores "ilustrados" não foi nem de longe tão expressiva quanto nos centros europeus e em algumas outras colônias. Segundo Rafael Marquese, referindo-se à questão da administração dos escravos, os textos sobre novas práticas administrativas do período iluminista partiram, na América portuguesa, de intelectuais e funcionários a serviço do Estado. Já nas Antilhas inglesas e francesas, a literatura de inovação partiu dos próprios plantadores. De acordo com o autor, "resta explicar por que as classes senhoriais da América portuguesa não participaram dos foros de discussão do assunto" (Marquese, 2001: 182). Suas hipóteses indicam a falta de homogeneidade dessas classes senhoriais, a disseminação da propriedade escrava no tecido social e, sobretudo, o que chama de "razões culturais", ou seja, a vigência de princípios de "soberania doméstica" sobre o governo dos escravos, além da restrita circulação de textos impressos na Colônia (Marquese, 2001).

Com relação à experimentação agrícola, as mesmas questões podem ser consideradas. O próprio Domingos Borges de Barros, dono de propriedades escravistas na Bahia, ocupava-se de assuntos agrícolas, mas parece só ter permanecido poucos anos – provavelmente entre 1813 e 1820 – em sua fazenda de engenho, que denominou "Tebaida" (cf. Costa, 1933). Nos últimos anos de vida também se estabeleceu na Bahia, mas daí não resultou nenhum relato de experimentação agrícola que tivesse ele mesmo praticado. As experiências úteis que narra em *O Patriota* são fruto da observação de procedimentos alheios, que se deram principalmente na França. Em artigo da rubrica "Hidráulica", por exemplo, descreveu os trabalhos para o "esgotamento de um pântano" realizados por um certo Charpentier, em Saint-Denis, nas proximidades de Paris. Barros acreditava que "a vizinhança dos pântanos, das lagoas, de toda a massa de água estagnada, causa epidemias mais ou menos perigosas". O autor, após explicar o sistema utilizado pelo proprietário francês e indicar os gêneros de árvores mais adequados para serem plantados no aterro da área insalubre, diz que a drenagem de pântanos – um bem que se faria à humanidade – necessita de uma máquina muito simples: um parafuso de Arquimedes. Apesar da facilidade de execução, no Brasil essa máquina é muito pouco empregada, continua B*, "pela mesma fatalidade porque não são outras muitas, e não sabemos trabalhar, senão à força de braços" (*O Patriota*, 1813, II, 6, 3-5). Não se tem notícias, entretanto, de que ele tenha posto em

prática a utilização de algum tipo de máquina que poupasse trabalho escravo. Sabe-se, porém, que Borges dispensava tratamento caridoso à escravaria.

Um dos exemplos mais próximos do agricultor ilustrado na América portuguesa foi o de Arruda da Câmara, grande proprietário e naturalista envolvido com o aperfeiçoamento das práticas de plantio e transformação de produtos. Foi estampado em *O Patriota* artigo seu referente ao cultivo dos algodoeiros, no qual discute a história do algodão, métodos para seu plantio, doenças que acometem as plantas e melhor maneira de descaroçar e ensacar o produto (*O Patriota*, 1813, I, 2 e 3). Nas dedicatórias, que se encontram manuscritas, e na introdução da primeira edição do texto, de 1799 – que não constam de *O Patriota* –, Câmara disserta sobre o fato de parte das observações que apresenta nessa memória serem fruto de experiências que fez em suas próprias terras e durante as inúmeras excursões que fez pelos "sertões" da capitania de Pernambuco, como naturalista empregado a serviço do Estado. Em manuscrito do texto, enviado a d. Rodrigo de Souza Coutinho, ele afirma que, tendo estudado em Coimbra e Montpellier, "me recolhi a meu lar, ardendo nos desejos de poder ser útil à minha Nação pelos conhecimentos que tinha adquirido em as Ciências Naturais". As secas que assolaram a capitania o levaram

> a reparar toda a perda que tinha experimentado a minha casa, por uma grande plantação de Algodão que estabeleci nas margens do Rio Paraíba do Norte, a que assisti constante. Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações de que era capaz, segundo as luzes, ainda que tênues, que eu tinha adquirido, para que meus patrícios tivessem alguma cousa que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam. (Câmara, 1982d: 109)

Na introdução à "Memória sobre a cultura dos algodoeiros" disserta mais longamente sobre a questão e afirma que as grandes obras consagradas à agricultura não podem alterar o estado das coisas, pois são "obras de gabinete". Segundo ele, "a experiência é a única linguagem que o povo entende". Ele prossegue o argumento e acrescenta que apenas saber das circunstâncias favoráveis aos preços dos gêneros que se plantam no Brasil não leva à superação dos obstáculos do trabalho agrícola. No máximo, incutem a "sede do ouro". Mas, ao contrário,

> todos estes obstáculos se aplainarão pelo trabalho daquele que, ao mesmo lugar onde produz o gênero, sobre que quer instruir, fizer repetidas experiências a respeito das influências vantajosas, das diversas qualidades e mistura de terras mais próprias, dos meios mais fáceis de plantar, colher e beneficiar a colheita, diminuindo a mão-de-obra e aumentando por conseqüência o lucro. (Câmara, 1982d: 112)

Câmara continua, lembrando que na Europa desde há muito tempo homens de "merecimento" têm se dedicado à agricultura e que, recentemente, os conhecimentos da física e da química tinham levado a diversas mudanças. No Brasil, como seus gêneros são diferentes dos europeus e não houve "homens sábios que tratassem do seu melhoramento", há

muito erro e imperfeição. Por isso, quando voltou ao Brasil, teria desejado dedicar-se ao aperfeiçoamento da cultura da cana e à produção de açúcar, "uma das operações que exigem os mais profundos conhecimentos da Física e da Química". Contudo, afirma Câmara, o fato de não possuir um engenho o impedira de testar suas experiências em grande escala, o que o teria levado a consagrar-se à cultura do algodão, contando com "suficiente fábrica". O naturalista, na já referida memória sobre o algodoeiro, descreveu inovações para plantio e beneficiamento da planta, inclusive máquinas descaroçadoras. Segundo Rafael Marquese (1999, cap. 2), a obra de Câmara se destaca por suas propostas para a administração racional da energia escrava, baseada em preceitos como rígida vigilância, alta produtividade, sistema de metas, organização e contagem freqüente do tempo de trabalho, além de castigos e recompensas.

Arruda da Câmara fora aluno de Chaptal em Montpellier. O médico e químico francês, que seria ministro do Interior entre 1800 e 1804, engajou-se em diversos projetos de ciência aplicada, como é o caso da produção de açúcar de beterraba e de vinhos, além da criação de ovinos para produção de lã, da administração de cemitérios segundo princípios higiênicos e da realização de estatísticas da França. Discípulo de Lavoisier, Chaptal foi um dos principais divulgadores da nova química. As referências de Câmara a seu mestre demonstram admiração. Câmara chegou a homenageá-lo com um gênero vegetal novo: *Chaptalia pekiy*, ao qual se refere no *Paládio Português* (1796) e cita novamente em nota do artigo sobre o algodoeiro (Câmara, 1982a: 104, 160). A química aplicada à agricultura, que se destacou na França, foi um modelo seguido pelo naturalista brasileiro.

Nas páginas de *O Patriota* o discurso da inovação técnica e a crítica aos hábitos tradicionais aparecem também em memória sobre as fornalhas para fabricação de açúcar, alimentadas com o bagaço da cana, que poupariam o uso de lenha e evitariam a destruição das matas. O autor ridiculariza os plantadores arredios ao uso de tais fornalhas, pois, depois de as terem construído erroneamente, creditavam seu fracasso às fornalhas propriamente ditas e não à sua incompetência em fabricá-las (*O Patriota*, 1813, I, 3, 32-38).

A intenção do periódico seria a de incentivar os plantadores a adotarem cada vez mais as inovações disponíveis, além de buscarem eles mesmos novas soluções para a economia de mão-de-obra e o incremento da produtividade. Na mesma época, outras publicações procuraram os mesmos fins. Em artigo sobre a adoção do bagaço da cana como combustível para fornalhas, um plantador baiano deixou interessante depoimento sobre a acolhida sarcástica reservada aos agricultores ilustrados. Manuel Jacinto de Sampaio e Mello relata que diante dos investimentos avultados que fizera, foi acusado de "falta de economia". Diziam que

> não fizera o Engenho para utilidade, sim para divertimento. Puseram ao Engenho o nome de Engenho da Filosofia; fizeram-lhe versos satíricos, e disseram o que bem lhe pareceu: mas em breves tempos se conhecerá que o resultado desse meu chamado *divertimento*, são milhões anuais em proveito dos particulares, e por conseqüência do Estado, no que tenho sumo

prazer. (Manuel Jacinto de Sampaio e Mello. *Novo Methodo de Fazer o Assucar*. Bahia: Tip. de Manuel Antônio da Silva Serva, 1816, *apud* Marquese, 1999: 113)

A associação entre filosofia, investimento e inovação técnica desse texto de 1816 traz à tona questões mais gerais nas quais se envolviam as memórias da rubrica "Botânica e Agricultura" publicadas em *O Patriota*. Sem dúvida, esse debate não se restringiu ao Brasil, mas adquiriu aqui feições próprias. A leitura do periódico como um todo indica a preocupação dos redatores em compreender de forma global as questões vinculadas ao aproveitamento e exploração sistemáticos da natureza brasílica, sem descuidar do que seria específico destas terras. A adoção de modelos internacionais firmou-se tendo por contraponto a especificidade da pátria.

A Singularidade do Território

Uma das principais referências da idéia de 'pátria' presente ao longo dos artigos de *O Patriota* era o lugar de nascimento: o Brasil. Este lugar é alvo de descrição detalhada em diversos textos que abordam o tema de forma explícita e aparece como pano de fundo em muitas outras contribuições. Embora o periódico reserve lugar para relatos referentes a outras regiões do Império português, como Benguela (*O Patriota*, 1813, I, 1, 2 e 3) e Cabo Verde (1814, III, 3), o território brasílico é objeto privilegiado da grande maioria dos artigos.

Tradicionalmente, as descrições do Brasil iniciavam-se pela narrativa dos aspectos físicos do lugar, situado no que se costumava designar por "zona tórrida". Enfatizavam-se as singularidades da flora e fauna; porém, a referência era sempre o universo de imagens conhecidas dos europeus. É comum que esse tipo de literatura fale de tigres, leões e rouxinóis no Brasil. Com as transformações ocorridas na história natural desde fins do século XVIII, aliadas à crescente importância política do ultramar americano, a questão da especificidade da natureza local sai do âmbito da estranheza e da singularidade para compor o universo dos fenômenos naturais e universais.

Desse modo, para grande parte dos naturalistas e médicos do século XVIII cada ser teria sido destinado pelo Criador a ocupar um clima preciso. Baseados na firme crença na fixidez das espécies, as influências devidas à domesticação de animais, à cultura das plantas e às variações climáticas eram vistas como capazes de produzir apenas mudanças de caráter limitado. Lineu é o mais importante defensor da idéia de que Deus teria designado um clima a cada espécie. Segundo ele, no momento da Criação a terra teria estado coberta pelo mar e apenas uma montanha teria escapado à submersão: aí estava o Paraíso, com Adão, Eva e um casal de cada espécie criada. Essa montanha se situava nos trópicos. Em sua parte baixa foram colocados os animais e plantas de clima quente. Nos lugares mais altos os seres de clima temperado e no topo os habitantes das regiões geladas. Quando as águas baixaram, esses seres se dispersaram pelo planeta, procurando cada um o clima que lhe era adequado (Linnæus, 1997).

Seguindo essa explicação, estaríamos dentro dos quadros das interpretações clássicas, para as quais os seres vivos seriam adequados aos climas. Já a partir do século XVIII, encontramos autores que enfocam a questão climática por outro ângulo, considerando os aspectos geográficos do problema. Como explicar que existam animais e plantas diferentes em climas similares? Nessa época, segundo os estudos de Janet Browne (1983) e James Larson (1994), se difunde o gênero das floras e faunas locais, que buscavam, mais do que oferecer uma explicação alternativa à de Lineu, proceder a um inventário da distribuição geográfica dos seres vivos. Alguns autores, como Gmelin e Zimmermann, chegam a aceitar a possibilidade de criações simultâneas nas diferentes regiões, continuando, assim, nos quadros do fixismo.

A interpretação de Buffon para o problema é um dos grandes referenciais para a época e também para o século XIX. A especificidade da natureza americana observada por ele será um dos argumentos para aqueles que defendem que os seres vivos foram criados em várias regiões ao mesmo tempo. Buffon, com efeito, acreditava que cada animal tinha sua "pátria de origem". Cada animal se desenvolveria de forma mais perfeita nesse lugar de origem. As migrações causariam as "degenerações", como no caso do homem, que parecia ser adequado aos climas temperados.

Alguns naturalistas próximos de Buffon desenvolveram vasta literatura sobre as transformações sofridas pelos vegetais e animais transplantados para regiões diferentes daquelas onde existiam espontaneamente. André Thouin, jardineiro-chefe do jardim botânico de Paris, foi uma das principais referências européias quanto à questão da "aclimatação". Contrariamente a Buffon, ele acreditava que seria possível acostumar paulatinamente as plantas a climas diferentes e que, ao fim de algumas gerações, vegetais de clima tropicais, por exemplo, poderiam florescer em climas temperados e mesmo frios, sem que sofressem degeneração. Essa posição, embora não fosse consensual, obteve prestígio e chegou a subsidiar certos programas governamentais franceses. Thouin era extremamente dinâmico e manteve contato com alguns brasileiros e com viajantes franceses de passagem pelo Brasil. Apesar disso, as teses do francês referentes à aclimatação não foram adotadas pelos mais influentes naturalistas que atuaram no país. Ao que tudo indica, a literatura local preferiu insistir no fato de ser o clima do Brasil o mais propício para os produtos autóctones, de maneira que os demais países continuariam eternamente dependentes da agricultura brasileira.

Um dos temas mais relevantes para a cultura científica local do início do século XIX foi exatamente o debate sobre nossa especificidade. A flora, a fauna, o solo ou as doenças reinantes no país eram estudados com um duplo enfoque: a utilização de parâmetros supostamente universais, característicos dos métodos científicos, e a busca de nexos causais locais. A oscilação entre estruturas explicativas universais e experiência local foi, assim, constitutiva do próprio campo científico brasileiro. Essa questão torna-se ainda mais complexa quando outras experiências tropicais podem ser comparadas com as do Brasil. Até que ponto o que acontece no Brasil é específico daqui? Em países de clima semelhante ocorreriam fenômenos similares? É preciso, para compreender essas questões, buscar de

que forma se relacionam geografia física, política e cultura no pensamento da época. Além disso, ao se considerar as especificidades regionais, pode-se perceber que a própria definição de "natureza brasileira" foi construída paulatinamente, em relação com a invenção da própria unidade natural e política do território.

No século XIX, os textos fundadores da ciência brasileira incorporam as questões da biogeografia como temas centrais. Em 1819 é publicada no Rio de Janeiro uma tradução das instruções para viajantes elaboradas pelo Museu de História Natural de Paris, cuja primeira edição é de 1818. A esse texto são somadas instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa e uma introdução intitulada "Algumas reflexões sobre a História Natural do Brasil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico na corte do Rio de Janeiro", sem autoria revelada. Este último é de fato um programa de pesquisas em história natural no Brasil (cf. Lopes, 1997, cap. 1). Seu autor, provavelmente ligado ao Museu Real, concede atenção particular às questões ligadas à geografia do mundo natural:

> Tendo o grande Buffon já anunciado, e sendo hoje demonstrado entre os naturalistas, que todos os animais, que não têm meios de atravessar o Oceano, são na parte meridional da América (não obstante certa analogia de forma) diferentes na espécie, e até em famílias inteiras, dos animais das outras partes da terra, ainda dos da América setentrional; é claro que só desta parte meridional os museus do mundo podem ser providos dos animais que aqui são exclusivamente produzidos. (Anônimo, 1819: IV)

Sobre a geografia dos animais, tema recorrente em todo o texto, não cita os autores mais recentes, depois de Buffon. Quanto à geografia das plantas, indica a leitura do *Ensaio sobre a Geografia das Plantas*, de Humboldt. Em seu balanço da história natural internacional, portuguesa e brasileira, o autor assinala as obras essenciais produzidas no Brasil ou por brasileiros. Constam em seu elenco o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, a *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal, o periódico *O Patriota*, os trabalhos de frei Velloso, entre outras obras menores, algumas manuscritas.

Com relação aos textos citados, Durão dedica todo o canto VII de seu poema épico de 1781 à descrição da natureza brasileira. O herói Diogo canta as belezas da América diante de Catarina de Médici e Henrique II e preocupa-se com a origem dos animais: "Feras as antas são americanas, / E próprias do Brasil as suraranas" (Durão, s. d., canto VII, LV).

Já a obra de Casal, de 1817, consagra uma longa parte da introdução à descrição da flora e da fauna do Brasil. A anta, por exemplo, tem lugar de destaque: "A anta, à qual quase todas as nações indígenas chamam Tapira, é o mais corpulento dos quadrúpedes brasílicos; e não entra na classe de espécie alguma dos conhecidos, fazendo um gênero à parte na história dos animais" (Casal, 1945: 61). Em seguida, o animal é minuciosamente descrito, em suas partes constitutivas, cores, hábitos e utilidade para o homem, como nos tratados de história natural da época.

O Patriota consta da enumeração das obras referenciais para a compreensão da natureza brasileira citadas pelo texto de 1819. Os artigos científicos do periódico refletem a

complexificação da noção de clima e de circunstâncias, expressiva do pensamento científico de fins do século XVIII e início do século XIX, quando os aspectos naturais do Brasil passarão paulatinamente a ser aglutinados em função da localização geográfica e de condições biológicas próprias a cada região. Se nas décadas posteriores à Independência grande parte da produção científica nacional encontrará na especificidade da situação brasileira seu ponto de apoio, nas páginas do periódico há, porém, a predominância das explicações de caráter universal, conforme a tradição do iluminismo. O que parece como tese relevante em diversos artigos é a defesa do trópico como lugar adequado para diversos gêneros de cultivo e para o desenvolvimento humano.

O texto "Memória sobre a cultura dos algodoeiros", de Manoel Arruda Câmara, escrito em 1797 e publicado pelo Arco do Cego em 1799, foi estampado, com ligeiras modificações, em *O Patriota* ao longo do ano de 1813. As discussões científicas nos termos da geografia das plantas já aparecem aí bastante desenvolvidas, imbricadas ao debate sobre as possibilidades de aclimatação de vegetais em diferentes climas. Segundo ele, os algodoeiros crescem sob os trópicos e nas zonas vizinhas. Como a planta cresce espontaneamente tanto na Ásia quanto na América, ela seria natural desses dois "países". Além disso – afirma – esse vegetal degenera conforme se afasta do "meio-dia". Assim, seria impossível obter algodoeiros produtivos na Europa. Daí conclui que: "A natureza concedeu a cada país, ou a cada clima, seus privilégios exclusivos, e que sempre gozarão apesar de todo o esforço da arte" (*O Patriota*, 1813, I, 2, 48). Câmara acrescenta ainda que o lugar ideal para o cultivo do algodão no Brasil seria Pernambuco, pois que no Maranhão a planta já se encontra um pouco degenerada.

Afora as questões referentes às possibilidades de aclimatação e à degeneração, as reflexões de Câmara sobre o algodoeiro o levaram a desenvolver temas importantes do ponto de vista da filosofia das Luzes. A produção de tecidos a partir do algodão impõe a consideração das relações da humanidade com os panos, em termos de uma lógica de desenvolvimento das ciências e das artes baseada na necessidade e no acaso. Tal como Rousseau, o naturalista pernambucano imagina homens "saídos há pouco das mãos da Natureza": Adão e seus descendentes. Segundo ele, a tecelagem não deve ter sido uma das primeiras artes a serem inventadas, já que não haveria necessidade de panos para esquentar o corpo, pois os primeiros homens certamente teriam vivido em um clima "benigno" (*O Patriota*, 1813, 1, 23-24). Em sua tese para a Faculdade de Medicina de Montpellier, de 1791, ele já defendera a idéia de que a pátria natural dos seres humanos é nos trópicos, onde a temperatura exterior é igual à do corpo e eles podem, assim, viver sem o socorro da arte. Em outras regiões, há a necessidade de se agasalhar, o que não é natural. Os climas frios impediriam a sobrevivência de nossos primeiros ascendentes (Câmara, 1982b: 80-81).[5] Além disso, em texto sobre a utilidade dos jardins, que escreveu quase vinte anos depois, acrescenta ao argumento a facilidade da alimentação na região intertropical:

---

[5] Agradeço o auxílio do professor Adriano da Gama Kury para leitura desse texto.

> Se lançarmos um golpe de vista filosófico sobre a superfície do globo, veremos que os países situados entre os Trópicos parecem ser os únicos destinados pela Natureza para habitação dos homens; pois que só ali é que ele pode viver comodamente sem o socorro d'Arte, e nutrir-se dos inumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, e que se não encontram nos países vizinhos dos pólos. (Câmara, 1982c: 198)

A memória sobre o algodoeiro inclui igualmente um dos possíveis desdobramentos da reflexão sobre o "homem natural" e o tecido, que é a relativização do pudor. Afirma Câmara em nota:

> O pudor, que hoje nos parece tão natural em um e outro sexo, não podia decidir o homem a inventar, nem dar o mínimo para a invenção da arte de tecer; porque a maior parte do povo selvagem, que vive nos bosques do Brasil em um estado bem vizinho ao natural, anda inteiramente nua: eu vi na Aldeia de S. Gonçalo na minha viagem do Piauí, cento e sessenta índios, Gamelas de nação, desentranhados há pouco daqueles vastos matos, andarem inteiramente nus, e tão despejados, que se apresentavam assim mesmo à maior publicidade, tanto mulheres, como homens. (*O Patriota*, 1813, I, 1, 24)

Na versão da mesma memória publicada pelo Arco do Cego a nota prossegue com a sugestão de que as escrituras deveriam ser reinterpretadas sobre esse ponto.

Essas observações de Câmara envolvem uma série de questões filosóficas e mesmo políticas, pois, sem a retomada explícita dos temas edênicos presentes em diversos cronistas do período colonial, o naturalista contrapõe-se, entretanto, à opinião corrente durante o iluminismo de que os trópicos seriam inferiores aos climas temperados. Os índios brasileiros são comparados a Adão e as condições naturais do Brasil seriam semelhantes às do Paraíso. Os argumentos de Câmara baseiam-se, porém, em uma lógica inteiramente compatível com a da literatura das Luzes. Seu método é o da história natural, e suas evidências fazem referência a fatos que ele vira com seus próprios olhos. Além disso, para ele, quem preside o desenvolvimento das artes e das ciências é a própria natureza, aliada ao luxo, única razão que explicaria o incremento da fabricação de tecidos no início da história da humanidade.

As questões filosóficas aí discutidas aparecem em diversos dos *philosophes* e homens de ciência da época, como Voltaire, Rousseau, Diderot e Buffon. Arruda da Câmara apropria-se de seus métodos para traçar um quadro positivo não apenas dos trópicos, mas do Brasil e de Pernambuco. Sua geração não era a dos românticos, para quem o Brasil teria características incompreensíveis com base em critérios universais. O naturalista, porém, ainda que no interior dos modelos da Ilustração, opõe-se às tradicionais análises da chamada "zona tórrida". Câmara é um patriota, no sentido em que busca inverter as perspectivas eurocêntricas imperantes e propõe que seu lugar de nascimento seja adequado ao trabalho produtivo e intelectual.

Nem todos os naturalistas ilustrados compartilhavam dessa mesma sensibilidade. O texto "Memória sobre a capitania do Ceará", de João da Silva Feijó, inserido nos dois primeiros fascículos de 1814 de *O Patriota*, reproduz, em diversos pontos, as opiniões tradicionais acerca dos trópicos. Por exemplo, ao informar que no Ceará as plantas não repousam, já que não há estação fria, acredita que, embora a vegetação pareça "mui ativa", "estou certo que não é tão vigorosa como na Europa, pois que sendo ela aqui quase continuada, geralmente por todo ano, deve ser mais fraca do que quando é periódica, e por isso as plantas devem estar em um estado de frouxidão e fraqueza" (*O Patriota*, 1814, III, 1, 59-60). As palavras "frouxidão" e "fraqueza" eram, aliás, freqüentemente associadas aos climas tropicais, graças às teorias iluministas em voga, principalmente à obra de Montesquieu.

De todo modo, nesse momento de maior centralidade política, com foco na Corte, a tendência geral dos textos inseridos em *O Patriota* é a da análise detalhada das condições específicas de cada região. Os textos descritivos das diversas capitanias, na forma de corografias e relatórios estatísticos, demonstram a preocupação do editor em inventariar as diferenças e peculiaridades dos diferentes lugares, com o objetivo de conhecer os obstáculos a seu desenvolvimento. Apesar da constatação de inúmeras dificuldades, o tom é de otimismo. Borges de Barros, por exemplo, em versos escritos em 1812, refere-se ao fluxo de ascensão e queda das nações e prevê futuro brilhante para "Hum Novo Imperio", no qual se destaca o Brasil: "Do Amazonas ao Prata a Natureza / A nobre pompa sua patenteia" (*O Patriota*, 1814, III, 1, 39).

Clima e Doenças

No período que vai das últimas décadas do século XVIII a meados do século XIX, a noção tradicional "zona tórrida" vai aos poucos deixando de dar conta das descrições do Brasil e passa a incorporar as noções de região geográfica e biológica. Desse modo, o início da preocupação científica com a geografia das plantas e dos animais revela-se no âmbito do movimento de valorização sistemática da natureza brasileira, iniciado em fins do século XVIII e presente nas páginas de *O Patriota*. No que concerne às teorias médicas, verifica-se maior persistência das considerações tradicionais sobre os climas tropicais. Houve, entretanto, uma tendência ao abandono das causas gerais, válidas de acordo com os climas, e à adoção de explicações cada vez mais circunscritas aos fenômenos de ordem local, sejam estes de ordem natural, geográfica ou cultural. A presença da medicina no periódico é marcada pela tendência à busca de determinações e soluções específicas, embora se baseie em métodos e explicações adotados internacionalmente.

As reflexões médicas da Ilustração apóiam-se em teorias que podem ser classificadas em seus aspectos gerais como neo-hipocráticas. A tradição hipocrática, presente sobretudo na medicina, relaciona os seres vivos aos climas que habitavam e tem por base, nem sempre de forma imediata, preceitos contidos no conjunto de textos conhecido como *corpus hippocraticum*, vinculados direta ou indiretamente ao médico grego Hipócrates (460 (?)-377 (?) a.C.).

Na Grécia, os textos hipocráticos podem ser inseridos num movimento de secularização do pensamento formalizado, identificável desde o século VI (Cairus, 1994). Quanto ao neo-hipocratismo, apesar de ser possível vinculá-lo a tentativas de explicação do mundo de caráter empiricista, não seria correto destacá-lo de um fundo de idéias 'deterministas' de caráter mágico. Lucien Febvre, em seu livro *La Terre et l'Évolution Humaine*, editado pela primeira vez em 1922, estabelece explicitamente a vinculação entre esses dois grupos de idéias. Preocupado em opor-se ao determinismo geográfico de inícios do século XX, Febvre analisa as obras de diversos autores, desde a Idade Média, de forma a enfatizar o caráter obscuro e misterioso das explicações que vinculavam os homens aos climas. Sobre os escritos de Jean Bodin, por exemplo, o autor formula a seguinte questão: "*cette influence du 'climat' n'est-elle pas pour lui une influence tout à fait du même ordre, ne s'exerce-t-elle pas tout à fait de même façon que l'influence obscure, mystérieuse et en partie secrète des astres et du Zodiaque?*"[6] (Febvre, 1970: 16-17).

Efetivamente, diversas das descrições da América portuguesa contêm elementos de cunho empírico e 'naturalista' aliados a explicações que apelam para fenômenos sobrenaturais. De qualquer maneira, a advertência de Febvre vale para todo determinismo que considera as questões naturais exteriores à ação do homem.

As idéias de fundo hipocrático presentes no pensamento ocidental moderno são reforçadas no século XVII, principalmente na literatura médica, em que se destaca o inglês Sydenham. A partir da segunda metade do século XVIII, as teorias neo-hipocráticas passam por uma fase de grande renovação, quando se aliam aos métodos empiristas e à filosofia sensualista, inspirada na obra de Condillac (cf. Jordanova, 1979), autor referencial para o iluminismo europeu e americano. No Brasil, Arruda da Câmara teria traduzido a *Lógica* do filósofo francês, em 1781 (Mello, 1982).

Além da medicina, a literatura política forneceu um modelo interpretativo importante. Os escritos de Montesquieu, principalmente *Do Espírito das Leis*, constituem o modelo mais coerente e articulado de interpretação dos efeitos do "clima" sobre o caráter dos povos.[7] No famoso livro XIV da obra, o autor desenvolve a teoria da relação entre as fibras do corpo humano e o clima. Essas fibras devem ser entendidas como uma espécie de mola, que se contrai no frio, aumentando sua força, e se afrouxa no calor, diminuindo sua tensão. Daí resulta o maior vigor, coragem e determinação dos povos que vivem em regiões mais frias, contrapostos à inatividade reinante em climas quentes. Além disso, nos climas quentes as terminações nervosas ficam mais expostas porque o relaxamento da pele abre os poros; no frio, ao contrário, para que os nervos sejam sensibilizados é necessário que a sensação seja muito forte, já que os poros contraídos os escondem.

O artigo "Clima" da *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert defende em larga medida as idéias do autor, ainda que destaque as incertezas quanto à real influência do clima sobre os

[6] Esta influência do clima não seria para ele inteiramente da mesma ordem, não se exerceria ela da mesma maneira que a influência obscura, misteriosa e em parte secreta dos astros e do Zodíaco? Tradução livre.

[7] Sobre a "mitologia científica" de Montesquieu e sua teoria climática, ver Bourdieu, 1996.

homens. Segundo esse artigo, as incertezas viriam da dificuldade em analisar de forma isolada todas as causas que agem sobre a "economia animal". A noção de clima da época é, aliás, bastante abrangente e inclui as influências exercidas pela temperatura, pela latitude, pelo aspecto do céu, fenômenos meteorológicos, astronômicos e mesmo astrológicos (cf. Canguilhem, 1985).

Assim, literatura política, filosofia e medicina convergem quanto à centralidade do lugar ocupado pelo clima para a compreensão dos seres vivos. Com o revigoramento do ideário hipocrático, a partir da segunda metade do século XVIII, diversos campos do conhecimento estabelecem novas formas de tratamento de um antigo tema. Na literatura médica, o gênero das topografias se consolida. Tratava-se da adoção de novos critérios metodológicos, baseados no rigor descritivo e no recolhimento exaustivo de dados da região ou regiões a serem estudadas. Muitas vezes, os médicos estabelecem questionários ou tabelas a serem preenchidos por doutores locais, como é o caso da pesquisa patrocinada pela Sociedade Real de Medicina, sediada em Paris, que se estendeu de 1776 a 1792 (Meyer, 1972). Esse mesmo modelo de pesquisa é adotado pelas instruções que se destinam aos viajantes. Esse gênero, que tem como marco a *Instructio peregrinatoris* de Lineu, tende a se apresentar em forma de questionário e de tabelas, que associam as informações sobre o regime climático de cada região, as produções naturais e humanas locais, as doenças e o caráter dos povos estudados (Kury, 2001).

Mesmo no interior dos quadros do 'determinismo climático' é possível perceber inflexões que se tornarão consolidadas já no início do século XIX: o método de determinação das influências climáticas é cada vez mais associado a pesquisas sobre cada clima, lugar e ambiente cultural específicos, a serem, no entanto, compreendidos com base em leis gerais fornecidas pelas teorias científicas e referendadas pela observação. Vladimir Iankovic (1998), em seu estudo sobre a coleta e a interpretação dos fenômenos meteorológicos na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, postula que as elites provinciais cultuavam a história natural e as descrições climáticas regionais como forma de buscar sua especificidade cultural. Até fins do século XVIII, segundo o mesmo autor, as notações meteorológicas faziam parte da tradição corográfica e antiquária, fixando-se fundamentalmente nos fenômenos anômalos e excepcionais. Epistemologicamente, afirma Iankovic, o caráter universal dos acidentes atmosféricos era plenamente concebível, mas não adquiria relevância no contexto da afirmação das identidades paroquiais. Já no início do século XIX, as pesquisas sobre os climas locais tornaram-se pré-requisito para a construção de um saber global, envolvendo sistemas e padrões atmosféricos.

No Brasil, ao longo do século XIX, a valorização da natureza brasileira e sua associação com a construção de uma identidade nacional naturalizada fortaleceram os estudos sobre as singularidades locais. O debate em torno do que seria universal e do que se deveria atribuir a causas locais percorre todo o período, tendo como contraponto as visões romantizadas da natureza brasileira.

Com base nessas referências pode-se iniciar a análise de uma das rubricas de *O Patriota* que causam maior estranheza ao leitor atual: as "Observações meteorológicas", inseridas, no índice geral, no título "Mineralogia". Trata-se de um procedimento que consistia em anotar detalhadamente, mês a mês (a partir de fevereiro de 1813), as variações diárias de temperatura, pressão e estado atmosférico (dia claro, chuvoso, trovoadas etc.). Essas informações poderiam ser úteis à compreensão das circunstâncias que envolviam o cotidiano dos habitantes do Rio de Janeiro e, quando analisadas ao longo de um período, ao fio das estações do ano, serviriam para caracterizar a natureza das doenças locais e suas causas.

Esse tipo de preocupação, presente nas práticas médicas desde o século XVIII, continuou a existir ao longo do século XIX, no Brasil e em diversos outros países. Os dados meteorológicos ajudariam, na verdade, a compor o amplo quadro das causas das doenças, de acordo com os pressupostos da medicina "ambiental", então hegemônica. A classificação dessas concepções como "determinismo climático" não deve, no entanto, levar a crer que o "clima" fosse uma categoria rígida. Além dos dados meteorológicos, topográficos e geográficos, os costumes das populações, sua alimentação, sua moradia e seu aspecto moral eram igualmente considerados como fatores relevantes, de acordo com as teorias de matriz hipocrática.

O papel das influências ambientais é tão sedimentado na tradição intelectual moderna que as narrativas de viagem e relatos sobre sociedades exóticas começavam com a descrição física dos países e, como um desdobramento natural, seguia-se a enumeração dos costumes dos povos observados. O texto "Memória sobre a Capitania do Ceará", de João da Silva Feijó (1760-1824), inserido nos dois primeiros números de *O Patriota*, em 1814, é um bom exemplo desse tipo de concepção. O naturalista, ligado a Domingos Vandelli e a d. Rodrigo de Souza Coutinho, havia permanecido muitos anos em missão oficial em Cabo Verde e posteriormente no Ceará. Sua memória divide-se em três partes: corografia, aspectos físicos e políticos. Na primeira parte, descreve a situação topográfica da capitania e seus limites geográficos e políticos. Em seguida, traça um quadro geral da região, quanto ao clima, aos animais, minerais e tipo de vegetação. No parágrafo 11, Feijó discorre sobre o "Clima e Estações", afirmando não ser o clima "dos mais contrários à saúde", pois as duas estações (estio e inverno) permitem o equilíbrio da economia animal. No parágrafo 19, espécie de desdobramento dos itens referentes ao clima, o naturalista explica sucintamente suas conclusões a respeito das doenças do Ceará:

> Do que se acaba de expender até aqui colige-se que a este calor quase sempre o mesmo, a essa excessiva umidade de ar que se respira, e à natureza particular enfim dos alimentos, de que se usa no país, são devidas certamente suas principais enfermidades; o que deixo de mostrar por me não fazer difuso. (*O Patriota*, 1814, III, 1, 53-54).

O aspecto "político" da capitania é o terceiro tema desenvolvido por Feijó, que traça algumas conclusões com base nas informações dadas anteriormente. Ele busca apresentar

aí um panorama das possibilidades de utilização dos recursos naturais da região, no qual afirma que por ser fácil a subsistência e haver abundância de frutos silvestres, os habitantes tendem a ser indolentes e preguiçosos. Os costumes são elencados de acordo com o clima e as condições naturais dos lugares e tipos de terreno onde habitam. Assim, há uma lógica geral quando se trata da descrição da capitania, que busca relacionar o comportamento das populações e a conformação física da região.

Desse modo, as tabelas meteorológicas de *O Patriota* constituem, em sua época, um dos procedimentos mais modernos da área médica e devem ser compreendidas no conjunto do modelo epistemológico ambientalista. Durante boa parte do século XIX esse tipo de prática permanecerá como referência obrigatória. Nos anos de 1830, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (Academia Imperial de Medicina, a partir de 1835) continuava a propor o estabelecimento de topografias médicas, a exemplo da França e da Alemanha. Segundo o médico José Martins da Cruz Jobim, a dúvida de alguns com relação às causas climáticas devia-se "à negligência em se fazerem observações meteorológicas exatas, regulares e seguidas" (*Revista Medica Fluminense*, I(2): 4, maio 1835). No conjunto das discussões da sociedade, pode-se notar que mesmo aqueles que demonstravam alguma reticência quanto à meteorologia não duvidavam das influências do calor e da umidade (Kury, 1990).

Em outras partes do Brasil diversos médicos constituíram tabelas meteorológicas semelhantes às de *O Patriota*, com maior grau de sofisticação. O médico português Antonio Correa de Lacerda (1777-1852) realizou diversas pesquisas sobre a flora medicinal do Pará e do Maranhão e tomou notas diárias precisas e detalhadas sobre o estado da atmosfera, como temperatura, pressão, umidade, estado dos céus e dos ventos, verificando as variações em diferentes horas do dia e em diferentes lugares (Lacerda, 1841-1852 e 1830). Outro exemplo, desta vez em Pernambuco, são as tabelas meteorológicas contidas nos *Annaes da Medicina Pernambucana*, nos anos de 1842 e 43. O médico João Laudon anotou diariamente múltiplos dados recolhidos no bairro de Boa Vista, no Recife, tais como temperatura (máxima, mínima e média), umidade, pressão atmosférica, quantidade de chuva, ventos e estado do céu (dia e noite). Na mesma revista publicaram-se as observações meteorológicas feitas pelo dr. J. J. de M. Sarmento, com o mesmo tipo de informação, porém com cinco medições diárias e acrescentando a quantidade de "ácido carbônico" do ar.

Além das tabelas meteorológicas, os demais textos médicos inseridos em *O Patriota* também podem em parte ser compreendidos à luz das questões mais gerais que se apresentam nos quadros da ciência européia, para os quais o "ambiente" era a chave de decifração das doenças. No entanto, as reflexões médicas apresentam como característica a busca de causas determinantes locais, como, aliás, preconizava o próprio Hipócrates (cf. Hippocrate, 1994). No ano de 1813, foram inseridos nos fascículos de janeiro e março textos de três médicos que responderam a questões sobre as doenças "endêmicas" e "epidêmicas" da cidade do Rio de Janeiro, propostas pela Câmara da própria cidade, em 1798. Esse tipo de

problema não é respondido por meio da constatação do inusitado ou aberrante, mas sim enquadrado no interior dos modelos científicos da época, que previam exatamente enfatizar o que seria específico de cada lugar.

Os três médicos que acolheram as indagações da Câmara foram Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antonio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros. Eles são unânimes em considerar as características climáticas da cidade como a principal causa de suas enfermidades endêmicas e epidêmicas. Segundo a sintética e douta formulação do médico da Armada Bernardino Antonio Gomes,

> as moléstias tanto endêmicas, como epidêmicas desta Cidade, são doenças de atonia, e que por conseqüência se deve classar na ordem das suas causas tudo o que tende a enervar a constituição física dos habitantes, e a produzir os miasmas (...) Segue-se daqui que o clima quente e úmido desta Cidade deve considerar-se como uma das principais causas das mencionadas moléstias: nada é mais capaz de enervar a constituição humana, e nada favorece mais a putrefação das substâncias animais e vegetais, e em conseqüência a origem dos miasmas referidos. (*O Patriota*, 1813, I, 2, 57)

Tanto Gomes como seus colegas consideram, desse modo, que as razões da insalubridade da cidade são de caráter universal, ou seja, são válidas sempre que as mesmas circunstâncias se apresentarem. Os aforismos de Hipócrates são freqüentemente citados, por conterem asserções adequadas também para o Brasil. Assim, ao longo dos textos, é comum encontrarem-se referências a outras cidades e regiões sujeitas a climas semelhantes e que padecem dos mesmos males. Sobre as águas estagnadas da cidade, Medeiros cita expressão que Cullen usara "a respeito dos lugares pantanosos, fermento de febres podres e intermitentes" (*O Patriota*, 1813, I, 3, 14). Marreiros também situa a cidade com base em parâmetros globais: "segundo a mais estreita definição de doenças endêmicas, não achamos no Rio de Janeiro doença, que não se encontre em outros países debaixo de diferentes climas, e diversas temperaturas, muito principalmente nos que se acham em circunstâncias iguais às deste" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 64).

Bernardino Antonio Gomes foi o que mais forneceu exemplos comparativos. Com relação à umidade e ao calor do Rio de Janeiro, cita literatura sobre os Países Baixos, remete às observações de Lind sobre "os países quentes" e James Sims, "que exercia a Medicina em um País alagadiço" (*O Patriota*, 1813, I, 2, 56-63).

No entanto, os três médicos buscam, no interior dos quadros ambientais gerais, localizar o que a cidade teria de específico. Medeiros, por exemplo, afirma:

> Ao certo não se podem determinar as moléstias, que nas diversas estações do ano, e nos diferentes anos reinam no País. Os grandes práticos do Norte ficariam confundidos, se viessem ao Rio de Janeiro. Não somente encontrariam invertidas as estações, e os morbos estacionários, como achariam enfermidades extravagantes. (*O Patriota*, 1813, I, 3, 3)

Medeiros, ao comparar o Rio de Janeiro com Angola, atenta para a situação ainda pior da cidade brasileira:

> Cidade sepultada entre montes, e ao abrigo dos ventos, juntamente com a direção das ruas, que além de serem muito estreitas e compridas, o Sol penetra os edifícios de manhã, e à tarde, fazem a Cidade pouco arejada dos ventos, abafadiça, endêmica, epidêmica, e incapaz de se poder viver nela. Está em problema, qual das Cidades he mais doentia, se o Rio de Janeiro, ou Angola. Muitos, que viveram nesta sempre sadios, vieram acabar os seus dias miseravelmente no Rio de Janeiro, cheios de mil enfermidades crônicas. (*O Patriota*, 1813, I, 3, 9)

Marreiros também tece considerações sobre a especificidade da situação que observara, como no trecho a seguir: "é certo que algumas enfermidades, vulgares em outras partes, aqui reluzem com sintomas particulares no modo da invasão, duração e maneira de terminar, de sorte que estas mesmas quase se podem reputar endêmicas em sentido rigoroso" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 64).

Desse modo, para além das causas gerais, os três médicos buscaram analisar o quadro particular da cidade, lançando mão de uma concepção de ambiente que inclui variáveis que chamaríamos hoje de "culturais". As próprias perguntas já indicam o tipo de consideração que se esperava dos médicos, como, por exemplo: "6º. Quanto deverá ser elevado o pavimento da Cidade, e os edifícios para remediar aquela umidade, e haver saída para as imundices. 7º. Quais são as outras causas morais e dietéticas das ditas doenças" (*O Patriota*, 1813, I, 1, 59).

Todos eles descrevem o Rio de Janeiro como uma cidade insalubre, graças ao calor e umidade reinantes, cujos efeitos seriam exacerbados por sua localização, principalmente pela disposição dos morros que impediam a circulação dos ventos. As demais causas de insalubridade citadas são: tipos de construção, disposição das ruas, falta de escoamento de esgotos, sujeira, alimentação inadequada ao clima, método de abate do gado, desmatamento, inatividade das mulheres etc. Para eles, esses males poderiam ser atenuados por medidas tomadas pelas autoridades públicas, no sentido de destruir morros, fiscalizar as casas, evacuar esgotos, entre outras. Segundo Medeiros, "O Rio de Janeiro, uma das mais belas Cidades da América Portuguesa, e ainda de Portugal, tanto pela sua população, como pelo extraordinário comércio e riqueza, que maneja, se faz inabitável pelo pestífero ar, que respira o miserável Povo, úmido, e quente" (*O Patriota*, 1813, I, 3, 7).

O quadro que Medeiros traça da capital do Brasil é tão desolador que o editor inclui nota ao pé da página onde explica que sua intenção ao publicar tais textos teria sido mostrar como grande parte das causas das doenças "se tem desvanecido depois que esta Cidade tem a honra de ser a Corte do Nosso Augusto Soberano" (*O Patriota*, 1813, I, 3, 11). Araújo Guimarães, no entanto, não deixou traços de discordância com relação às explicações gerais dos três discípulos de Hipócrates.

Assim, os diagnósticos médicos quanto ao problema de insalubridade da cidade do Rio de Janeiro indicam que, apesar dos problemas de ordem natural, seria possível, com o socorro da arte, o controle dos hábitos e medidas gerais de reordenamento urbano, tornar a Corte um lugar habitável. Medeiros ressalta, por exemplo, que viver em uma cidade suja, mal ventilada e com edifícios mal construídos é diferente de viver em uma cidade bem organizada. Segundo ele, os habitantes de São Paulo, Mariana e Vila Rica atingem idade muito mais avançada que os habitantes do Rio de Janeiro. Cada lugar mereceria, desse modo, uma análise específica de sua situação e deveria contar com soluções próprias às suas circunstâncias naturais, urbanas, morais e a seus costumes (*O Patriota*, 1813, I, 3, 3-4).

A questão da singularidade de cada lugar não foi certamente inventada nessa época. Os cronistas e viajantes dos séculos anteriores já se haviam colocado o problema. Grande parte dos autores insiste no caráter totalmente diverso da natureza e da humanidade do Novo Mundo. No século XVIII, um exemplo expressivo no tratamento das relações entre o local e o universal na arte de curar e compreender as doenças é o do cirurgião-barbeiro Luís Gomes Ferreira, autor do *Erário Mineral*, publicado em 1735, livro que foi fruto de uma estada de vinte anos na região das Minas Gerais (Ferreira, 2002). Maria Odila da Silva Dias, em texto que acompanha edição recente da obra, sublinha que a vivência de Ferreira em lugares de sobrevivência cotidiana difícil, onde os recursos tradicionais da medicina européia não se adequavam ao clima local, o levou a formular "conhecimentos inteiramente sem precedentes" e a se fiar mais em sua experiência do que nas "autoridades escritas" (Dias, 2002: 56). Em trecho do *Erário Mineral* citado pela autora, o cirurgião afirma: "O que digo pela experiência assim ter me ensinado; pois onde esta falta, emudecem todas as autoridades; e demais que os autores, que até agora escreveram, não sabiam deste clima das Minas, nem em matéria de obstruções acha muito adiantada neles" (*apud* Dias, 2002: 57; cf. Ferreira, 2002, 1: 304).

Meio século mais tarde, no período clássico da Ilustração luso-americana, o famoso viajante Alexandre Rodrigues Ferreira optou por seguir um caminho bastante distinto: discernir o que havia de comum entre as regiões brasileiras e outras regiões do globo, de acordo com as preocupações mais universalistas do século das Luzes. Em uma memória sobre as doenças da capitania de Mato Grosso, após apresentar detalhadamente o que chamou de "noção física do país" e proceder ao "exame particular da natureza da Terra, do Ar, das Águas, etc.", o viajante conclui:

> da perigosa alternativa do calor, e da umidade, que se experimenta em terras baixas da Capitania de Mato Grosso, é que principalmente procedem as Enfermidades de seus habitantes. Elas são as mesmas que as das outras Partes do Globo, aonde se verificam as mesmas circunstâncias. Conseqüentemente serão próprias do país as Febres que adiante se expõe. (Ferreira, s. d.)[8]

[8] Utilizo a transcrição gentilmente cedida por Angela Pôrto.

É possível que a visão universalista de Alexandre Rodrigues Ferreira seja corolário de uma preocupação em integrar a compreensão do Brasil no conjunto do Império português e, além disso, seja menos 'enraizada' que a do cirurgião português autor do *Erário Mineral*. O viajante cumpria missão oficial, e seu ponto de vista era o da administração colonial. Luís Gomes Ferreira não tinha formação médica nem de filosofia natural. Seu contato com as doenças das minas foi fundamentalmente prático e resultou de longa estada na região. De todo modo, o problema da singularidade brasileira acompanha as reflexões e as práticas médicas até pelo menos o início do século XX. Enfatizar apenas sua continuidade impede a análise da especificidade dos métodos utilizados e do conjunto de questões que envolvem as práticas médicas e científicas em diferentes espaços da colonização e mesmo durante o período posterior à Independência.

Outro aspecto que chama a atenção nos artigos de *O Patriota* relacionados à medicina é a rubrica "Matéria médica", com dois artigos publicados nos números 3 e 4 de 1814. O primeiro artigo, escrito em latim, é de José de Godoy Torres, "físico das tropas" da capitania de Minas Gerais. Aí o autor elenca 14 plantas usadas na arte de curar. As informações são relacionadas em três colunas: nomes vulgares, descrições e usos. As indicações terapêuticas são bastante genéricas, e Godoy não dá detalhes sobre o preparo dos medicamentos. O texto destaca-se pela coluna "Descrições", que, além da descrição propriamente dita, inclui a classificação dos vegetais segundo o sistema de Lineu, ou seja, com base em seus órgãos reprodutivos.

O segundo artigo, anônimo e em português, foi, provavelmente, escrito pelo redator de *O Patriota*. Trata-se de um "Mapa das plantas do Brasil...", com três colunas, que contêm o nome vulgar das plantas; descrição e qualidades; lugares. Ao contrário da listagem de Godoy, esse "mapa" enfatiza o uso dos vegetais e inclui alguns detalhes para sua preparação. Vê-se aí claramente uma preocupação didática e utilitária, além do desejo de agrupar informações até então dispersas. O texto sintetiza dados de "ofícios de vários médicos e cirurgiões", conforme seu título indica. Apesar da circulação de *O Patriota* ter sido restrita,[9] a difusão do "Mapa" foi uma tentativa de tornar as plantas medicinais brasileiras conhecidas no espaço público das letras impressas. O conhecimento de tais vegetais começava a ganhar terreno em publicações científicas, como é o caso de alguns títulos de frei Velloso, da Tipografia do Arco do Cego (AA.VV., 1999) e de trabalhos de Bernardino Antonio Gomes (Gomes, 1972a, 1972b). Antes disso, porém, alguns vegetais originários da América portuguesa já apareciam em farmacopéias portuguesas e mesmo de outros países europeus, tais como a ipecacuanha, a jalapa e a salsaparrilha.

No entanto, o processo de conhecimento e efetiva utilização de fármacos vegetais nativos da América foi lento. Em 1788 e 1790, por exemplo, Alexandre Rodrigues Ferreira requisitou às autoridades do Pará e do Mato Grosso elementos para compor boticas, necessárias para suas "expedições filosóficas". Além de largas doses de quina (americana,

---

[9] Cf. texto de Tania Bessone neste volume.

mas não brasileira), verifica-se que a presença de produtos locais se reduz fundamentalmente à ipecacuanha e à jalapa (Lima, 1949).

Grande parte das descrições de plantas medicinais brasílicas permaneceu manuscrita. Bernardino Antonio Gomes, em suas *Observações Botanico-Medicas sobre Algumas Plantas do Brasil*, publicadas em 1812, cita pouquíssimo material escrito e publicado em português. Recorre, porém, diversas vezes, aos textos de autores vinculados a outras tentativas de colonização, como é o caso de Piso. Sobre a raiz de mil-homens, Gomes (1972b: 183) comenta: "os Médicos usam pouco dela, mas é, se não me engano, porque tendo aprendido a Medicina nas Escolas da Europa, vão curar no Brasil inteiramente à Européia, e, bem pelo contrário do que fez o Cél[ebre] Pisão, desprezam nimiamente a Medicina indígena".

No que se refere aos textos elaborados por homens de ciência, Gomes talvez não tenha sido excessivo. Porém, o cotidiano das práticas de cura na Colônia foi devedor dos medicamentos da terra, de tradição sobretudo indígena. Além disso, os jesuítas, principalmente a partir de seus colégios, puderam verificar a eficácia de diversos produtos locais, como se pode inferir pela análise de suas receitas, em particular a versão "brasílica" da triaga européia, fabricada no Colégio da Bahia, usada como antídoto para "qualquer peçonha ou mordedura de animais venenosos, como também de outras várias enfermidades" (*apud* Leite, 1953: 198). Na composição da panacéia entravam plantas como tujupepa, pindaíba, abutua, jaborandi, mil-homens e ipecacuanha.

Assim, apesar de parecer despropositado ao leitor atual o fato de *O Patriota* fornecer listas de plantas medicinais conhecidas na prática médica colonial, sabe-se que a difusão impressa de tais medicamentos era restrita. Outro elemento a ser destacado é o caráter 'patriótico' do "Mapa das plantas do Brasil...". A divulgação das virtudes dos produtos autóctones vai ao encontro da valorização da natureza brasileira ocorrida no período ilustrado, que, segundo Oswaldo Munteal Filho (1998), se insere no âmbito da política fomentista lusa.

Método e Didática

Apesar da grande diversidade de assuntos tratados no periódico, é possível vislumbrar alguma unidade por detrás da miscelânea de descrições geográficas, métodos de plantio, receitas de compostos químicos e instruções para construção de artefatos: o método de exposição das informações. *O Patriota* é povoado por tabelas, listas e quadros descritivos, que pretendem sintetizar os dados de forma didática para facilitar seu cruzamento e armazenamento. Esses artifícios estão presentes não apenas nas tábuas de observação meteorológica da Corte, mas em diversas descrições de províncias, balanças comerciais, relações de plantas úteis e medicinais, estatísticas populacionais, tabelas gramaticais, resultados de experiências químicas etc.

O próprio redator do periódico atribui grande valor aos artifícios didáticos que enriqueciam os textos apresentados, tais como as imagens e as tabelas. No fascículo de junho de 1813, Araújo Guimarães, defendendo-se de críticas que sofria, afirma:

> E com efeito, qual outro seria o meu propósito? Lembrar-se-á alguém do desejo do lucro? Não seria fácil mostrar que jamais podia ser o meu alvo? E se não, como acrescentei mais de cem páginas nos 6 n$^{os.}$, ajuntei 4 estampas (não havendo prometido alguma no Prospecto) além das Tabelas, difíceis de compor, e por isso mais dispendiosas? (*O Patriota*, 1813, I, 6, 97)

Em *O Patriota* encontram-se cinco imagens gravadas, que ilustram os seguintes textos de ciência aplicada, da rubrica "Artes": "Memória sobre um alambique mais cômodo" (três estampas); "Notícia acerca de vários carros de transporte" (uma estampa) e "Memória sobre os muros de apoio" (uma estampa). Sem a sofisticação de congêneres europeus, a presença dessas imagens demonstra, no entanto, o esforço do editor em adequar o periódico ao que se fazia de mais moderno no cenário internacional.

O papel central das ilustrações nas ciências e nas artes nos séculos XVIII e XIX já vem sendo apreciado pela historiografia.[10] A *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert, por exemplo, concedeu enorme importância às pranchas com imagens, que permitiam uma melhor compreensão das máquinas e procedimentos descritos.

A Tipografia do Arco do Cego dera igualmente lugar de destaque às imagens. O próprio Veloso referiu-se diversas vezes à função das gravuras como ornamento e como passíveis de "ajudar ao entendimento" e "facilitar o conhecimento" (Faria, 1999). No prefácio da *Quinografia Portuguesa* (1799), o dirigente da tipografia fornece um bom exemplo da utilidade das imagens:

> Se a Estampa vinda do Peru a M. Linné, remetida posteriormente a M. Banks à Inglaterra, e mandada abrir por este, sendo enviada às Antilhas, deu ocasião, a que se descobrissem nelas as espécies, que hoje as enriquecem: esta mesmíssima estampa, mandada gravar por V. ALTEZA REAL, e juntamente com as outras, como a da Quina dos Caraíbes, da Colorada ou Rubra, da Montesinha, e Espinhosa, irão anunciar, e apontar com o dedo aos moradores do Brasil estas interessantes árvores, e arbustos, e à vista delas, e das descrições, das que não vão gravadas, eles as descobrirão infalivelmente melhor que os nossos Botânicos Crocotulos. (*apud* Faria, 1999, 120-121)

Além das imagens, o redator de *O Patriota* concedeu destaque a outros artifícios didáticos, como é o caso das tabelas, esquemas, listas e quadros sinóticos. Em um texto sobre o porto do Rio de Janeiro (*O Patriota*, 1813, I, 1, 53), o autor apresenta ao final uma espécie de síntese dos cálculos contidos no artigo, que deveria facilitar a compreensão do leitor:

---

[10] Sobre ciência e imagens cf., entre outros, Pinault, 1990; Reynaud, 1990; Stafford, 1984.

4.°

Observações, e Calculos, que derão a conhecer o Estabelecimento do Porto.

Em o dia 17 de Abril de 1810, marcando o Relogio 11^h 43' 8'' se observou com o Theodolito a alt. do ☉ 53° 8'½ Erro do Instr. 1' 30'' subt.

Angulo Horario

Alt. Obsv. ☉	53°08'00''	Com outra observação semelhante, que se fez neste mesmo dia, se deduzio o erro medio do Relogio 0^h 44' 57''
Erro do Instm.	— 1 30	
	53 06 30	
Sem-di. do ☉	+ 16 00	
	53 22 30	
Ref. — Parl.	34	
A. V. do cen. ☉	53 21 56	
Dist. Polar.	100 22 35	art. sen. 0,0071628
Lat.	22 54 12	ar. sen. 0,0856618
Soma	176 38 43	
½ Soma	88 19 21	cos. 8,4665497
½ Soma — Alt.	34 54 24	sen. 9,7581008
		Soma. 18,2674956
	7 49 13 ½	½ Soma. 9,1337478

Em outra memória (*O Patriota*, 1813, I, 2, 8), desta vez traduzida, há o seguinte esquema de um bateria elétrica:

Outro exemplo, agora da rubrica "Literatura", são os esquemas anexos a um texto de "gramática filosófica", escrito por Silvestre Pinheiro Ferreira (*O Patriota*, 1813, I, 4, 23-24).

Em uma memória sobre as propriedades de diferentes tipos de madeira, em sua maioria brasileiras, escrita pelo tenente-general Carlos Napion, há um mapa anexo que inclui dados que o autor retirou de bibliografia estrangeira, observações próprias e experiências feitas pelo coronel Carlos Julião e por alguns oficiais da Companhia de Artífices ("Observações feitas pelo Coronel Carlos Julião sobre algumas madeiras do Brasil"). Napion descreve a relevância de sua tabela: "Para melhor examinar, e comparar entre si os resultados, que obtive nas minhas experiências, arranjei-os todos em forma de Mapa" (*O Patriota*, 1814, III, 6, 86). O resultado é o seguinte:

Esses métodos de exposição e organização dos conteúdos permitem considerar *O Patriota* no âmbito da "estatística", em voga na Europa desde fins do século XVIII e durante o século XIX. Suas origens remontam ao início da era moderna e associam-se ao fortalecimento do poder real e dos príncipes. A palavra "estatística", na época tratada aqui, não se relaciona necessariamente com um tratamento quantitativo ou matemático das informações. Esse aspecto tende a se tornar dominante apenas no século XIX. Marie-Noëlle Bourguet, em sua pesquisa sobre o período napoleônico, identifica a presença majoritária da "estatística descritiva", progressivamente substituída por uma "concepção mais restrita e pragmática do levantamento administrativo" (Bourguet, 1989: 53). A abordagem descritiva consistia em expor os objetos de forma metódica e positiva. Há cifras, mas a análise qualitativa permanece essencial. Nas centenas de textos produzidos durante a permanência de Bonaparte como primeiro cônsul, verifica-se a presença de quadros sinóticos, tabelas, questionários e colunas. Ou seja, a quantificação e listagem dos dados também é importante nesse modo de representar as províncias e a França como um todo, porém, diferentemente dos métodos matemáticos, a estatística descritiva parece querer resguardar o que existe de singular em cada lugar estudado. Bourguet assinala o privilégio concedido ao espaço nesse tipo de método. As informações ganham sentido no âmbito das descrições de cada província ou cada cantão.

Durante sua gestão como ministro do Interior, entre 1800 e 1804, Chaptal envia uma circular aos *préfets* dos departamentos da França, demandando a realização de estudos, nos quais se recolham todos os dados "exatos e positivos" sobre cada região, para que se possa melhor administrá-las. Esse documento se divide em cinco capítulos e contém modelos de tabelas associados a cada um deles. Os temas a serem tratados são: 1º capítulo – topografia e meteorologia; 2º capítulo – quantidade e distribuição dos habitantes por sexo, estado civil, propriedades e ocupação; 3º capítulo – costumes e hábitos da população, incluindo a existência de instituições tais como escolas, hospitais e prisões; 4º capítulo – agricultura e pecuária; 5º capítulo – indústria e história natural. A seqüência inicial dos dados físicos aos morais indica a inserção epistemológica das pesquisas no quadro referencial neo-hipocrático.

As preocupações de Chaptal não são incomuns. A novidade de sua proposta reside na sistematização das informações e no fato de o Estado tomar para si a tarefa de coordenar e produzir esses dados. Ao longo do século XVIII, as descrições regionais eram muitas vezes realizadas por eruditos locais ou por sociedades e academias autônomas. Os resultados das estatísticas consulares foram, em muitos casos, monografias de cunho mais tradicional, com tabelas anexas que ratificavam o texto, ao fornecer uma espécie de síntese das descrições.

Em *O Patriota* verifica-se a importância das novas formas de coleta e arranjo de informações. Não se trata, porém, de uma iniciativa pública para elaborar descrições 'exatas e positivas' das províncias. O redator conseguiu, no entanto, reunir diversas monografias que pudessem traçar o perfil de algumas capitanias e mesmo de outras regiões ultramarinas do Império luso, que constam fundamentalmente da rubrica "História" e, às vezes, com subtítulos como "Geografia" ou "Topografia". Em alguns casos, o próprio Araújo Guimarães juntou documentos para elaborar ele mesmo uma monografia, como na "Noticia das Novas Povoaçoens de S. Pedro de Alcantara...". Nessa memória, o autor, além de confirmar sua intenção de inventariar o Brasil, comenta seu método de coleta de informações:

> Sendo o principal objeto deste Periódico fazer conhecer este continente, tão ignorado, ou tão desfigurado por aqueles, que às cegas, ou prevenidos, têm escrito a seu respeito; e desejando aproveitar todas as notícias verídicas, que chegam à nossa mão, temos hoje a satisfação de apresentarmos ao Público os progressos da povoação e civilização dos lugares mais centrais, há pouco desertos, ou infestados por nações bárbaras e ferozes. (...) O que imos referir é fundado em documentos autênticos, e da maior fé. Temos consultado papéis originais, e firmamos com o selo da verdade a nossa exposição. (*O Patriota*, 1813, II, 3, 61)

Araújo Guimarães demonstrou em diversos outros trechos de *O Patriota* a mesma preocupação com a fidelidade das fontes e a credibilidade de seus informantes, como é o caso de suas críticas ao livro de Andrew Grant intitulado *History of Brazil...* O editor resenha longamente a obra do inglês, buscando provar que suas observações não eram dignas de confiança. Grant escrevia como se não tivesse de fato estado no Brasil ou como se

observara apenas o comportamento da "gentalha". Guimarães analisa detalhadamente as informações contidas no livro e traça sua provável origem, como é o caso de uma passagem que "traslada servilmente" de Raynal. Em alguns momentos, chega a indicar artigos publicados em *O Patriota*, que poderiam ter esclarecido o autor quanto aos fatos verídicos (*O Patriota*, 1813, II, 3 e 5).

A busca da exatidão é, desse modo, uma preocupação constante da parte de Araújo Guimarães. Cabe ressaltar que as mesmas questões e distinções de método presentes no cenário europeu são também aí representadas. A rubrica "Estatística" propriamente dita contém em sua maioria matérias de cunho quantitativo, relacionadas a estimativas populacionais. Sob o título de "Comércio" aparecem tabelas de tipo semelhante, voltadas sobretudo para a movimentação de produtos exportados e importados. Ambas as rubricas correspondem à intenção que o redator já anunciara no prospecto do jornal, impresso em 1812:

> sob o título Comércio dispor-se-á quanto se puder alcançar da importação, exportação, câmbios, subida ou descida de preços, e outros quaisquer artigos de conhecida utilidade; não esquecerá a população, nascimentos, mortalidade, e mais objetos da aritmética política. (Guimarães, 1812, 1-1v.)

Assim, o método "aritmético" praticamente se confunde com a própria palavra "estatística". Nesse caso, a matemática auxilia as conclusões e acrescenta algo ao inventário descritivo. A tabela abaixo (*O Patriota*, 1813, I, 4, 96), por exemplo, permite calcular a aumento da importação de gêneros da Ilha Grande em 1811, com relação ao ano anterior.

(96)

COMMERCIO.

Producçoens da Ilha Grande, consumo, e exportação.

1811.

Generos.	Producç.	Consum.	Export.	Exist.
Assucar	3917 ar.	1700	1527	700
Caffé	48000	350	9650	8000
Anil	5		5	
Cacáo	15		15	
Algodão	112		112	
Arroz	9531 alq.	1400	8131	
Feijão	1889	1889		
Goma	8	8		
Milho	1024	1024		
Farinha	72000	72000		
Madeira	161 duz.		161	
Aguardente	1061 pip.	75	886	100
Peixe	62000 cent.	57600	4400	
Cal	400 mo.		400	
Couros	531	531		

Estes productos importão por huma avaliação media. 192 778 160

O consumo 103 042 760
A exportação 71 755 400
O existente 17 980 000

192 778 160

(97)

Importação dos generos em 1810 166 319 360

Augmento 26 458 800

A quantificação permite a avaliação de elementos em seqüências temporais. Na tabela que se segue (*O Patriota*, 1814, III, 6, 114), o objeto tratado é a população da capitania de São Paulo:

Resumo total.

	Livres	Cativos.
Brancos.	112964	
Pretos.	3951	37602
Pardos.	44053	10648
Somma.	160968	48250
Nascimentos.		9020
Casamentos.		2466
Obitos.		4452

Comparação.

	Brancos.	Pretos. Livr.	Pretos. Cat.	Pardos. Livr.	Pardos. Cat.	Total.
1811.	105964	3899	34679	45163	10703	200408
1812.	109813	3750	35900	44408	10995	205667
1813.	112964	3951	37602	44053	10648	209218

A 'matematização' presente em algumas contribuições do periódico foi, no entanto, periférica. Nada que se compare à "aritmética política" dos ingleses ou à "matemática social" proposta por Condorcet. Esse autor, assim como os grupos que sucederam imediatamente os filósofos da geração enciclopédica, teve como uma das principais metas tratar as questões relativas ao homem e à sociedade de maneira "exata" e "positiva". Seu interesse, nesse caso, era usar a matemática para acrescentar informações probabilísticas, a partir do cruzamento de "fatos gerais" e do cômputo de valores médios. Os quadros estatísticos seriam uma das maneiras possíveis de proceder ao cálculo no domínio das atividades sociais. Nas palavras do próprio Condorcet,

> On doit compter aussi, parmi ces applications aux opérations de l'esprit, les moyens techniques, ou même mécaniques, d'exécuter des opérations intellectuelles: tel est l'art de former, soit des tableaux historiques, chronologiques ou scientifiques, soit des tables, soit des registres.[11] (*apud* Moravia, 1974: 713)

Fora as estatísticas populacionais, a 'matematização' em *O Patriota* aparece ligada a fenômenos relacionados aos estudos naturais ou técnicos. Os textos que buscam descrever as capitanias procedem ou na forma mais tradicional das corografias, relatos históricos e de história natural, ou podem ser compreendidos no âmbito da estatística descritiva, então em voga na Europa, principalmente na França. A ênfase, em todo caso, é posta na valorização das especificidades locais, mesmo que referida ao contexto mais amplo do Império luso. Essa característica não leva a uma defesa dos regionalismos; ao contrário, os atributos específicos de cada localidade deveriam ser racionalizados e administrados de modo a garantir uma melhor extração de suas riquezas e uma conexão mais eficaz com os locais de escoamento dos produtos.

[11] Deve-se contar também, entre essas aplicações às operações do espírito, os meios técnicos, ou mesmo mecânicos, de executar operações intelectuais: tal é a arte de formar seja quadros históricos, cronológicos ou científicos, seja tabelas, seja registros. Tradução livre.

Para além do periódico, no ambiente intelectual, político e administrativo da época, o tratamento "estatístico" esteve presente como pano de fundo em diversos debates. Seu caráter supostamente inequívoco serviu de argumento a uma das recomendações de José Bonifácio à bancada paulista, reunida nas Cortes de Lisboa, à qual caberia garantir o respeito à "diversidade dos costumes" e às "condições estatísticas" brasileiras (*apud* Jancsó & Pimenta, 1999: 168).[12]

Martim Francisco, irmão do famoso estadista, deixou interessante documento sobre o tema (Andrada, s. d.)[13] que lembra as propostas implementadas em diversos países europeus, principalmente na França. Provavelmente escrito no início dos anos 20 do século XIX, seu texto situa o nascimento da estatística no momento em que o "Chefe do poder público começa a calcular os recursos, as forças e o poder do Estado pela extensão do seu Território, sua população e sua riqueza". Segundo ele, a estatística deve proceder fundamentalmente por meio da análise e não do cálculo, como é o caso da aritmética política, que "de um dado mais ou menos provável e certo tira conseqüências que estabelece e dá por fatos". O autor, ministro dos Negócios da Fazenda em 1822 e 1823, propõe que a estatística do Brasil seja feita tendo por modelo oito tipos de tabelas, a serem preenchidas por encarregados em diferentes capitanias, cujas capacidades reflitam a multiplicidade de assuntos propostos. Os temas a serem abordados são: as condições físicas e políticas do território; dados sobre a população (com ênfase na proporção entre livres e escravos); produções vegetais, minerais e animais; indústria; comércio; navegação; impostos e despesas públicas; situação militar. Caso o correspondente não se sentisse à vontade para preencher os quadros fornecidos, o texto recomendava que escrevesse memória sobre o tema, que seria posteriormente aproveitada pelo ministério para completar as referidas tabelas. Aparentemente, a proposta de Martim Francisco não foi adiante. Porém, ao longo do século XIX, as estatísticas tornam-se um gênero definitivamente estabelecido.

Outro exemplo interessante referente às primeiras décadas do século é o livro *Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão*, publicado em 1822, em que Antônio Bernardino Pereira do Lago busca relacionar seu método com a economia política, em particular com a obra de Jean-Baptiste Say. O autor, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, serviu no Maranhão e coletou dados do período de 1812 a 1821. Segundo ele, a estatística se ocupa do inventário dos fatos particulares, necessários a toda ciência que trate dos fatos gerais, como é o caso da economia política. Sua definição daquela especialidade científica aproxima-se da estatística descritiva francesa:

> A estatística, pois, sem estabelecer hipóteses, nem recorrer ao cálculo de probabilidades, recolhe só fatos escrupulosa e exatamente observados,

---

[12] José Bonifácio, "Lembranças e apontamentos do Governo Provisório para os senhores deputados da Província de São Paulo" (*apud* Jancsó & Pimenta, 1999: 168). De acordo com os autores, a insistência na particularidade do caso brasileiro diz respeito à questão da escravidão.

[13] Agradeço a referência e a transcrição do manuscrito à gentileza de Alex Varela.

> apresentando-os com ordem e clareza, separados entre si e até em tempos com facilidade conduz o espírito a uma combinação rigorosa; deste modo, pela enumeração de fatos particulares, e pelo desenvolvimento de todos os elementos que podem ter influência próxima ou remota, esta ciência faz conhecer as forças existentes e adquiridas, os meios prontos e disponíveis para conseguir-se o aumento e a prosperidade de um Estado. (Lago, 2001: 8-9)

Pereira do Lago afirma, em seguida, que ainda que a estatística "não reluza a evidência matemática, contudo, produz aquela certeza moral que, na maior parte das cousas, e a tantos respeitos, nos satisfaz". Seu modelo parece ter sido o do grande empreendimento estatístico capitaneado por Chaptal, ministro durante o Consulado, que não cita nominalmente, mas reproduz trecho de sua "Circulaire du Ministre de l'intérieur aux préfets des Départements", de 1801, já comentada aqui. O livro segue em suas linhas gerais o plano proposto pelo francês e trata dos seguintes temas: geografia, topografia, população, organização militar, eclesiástica e política, agricultura, fauna, comércio e indústria, além de acrescentar uma "história resumida" da província. Ao final do volume, anexa nada menos que 17 "mapas", organizados em colunas e tabelas, em que expõe informações sobre os temas tratados no texto, como: madeiras úteis, observações meteorológicas, população, importações e indústria.

Embora as preocupações "estatísticas" fossem presentes no Brasil e apesar de a França da virada do século XVIII para o XIX ter servido de modelo aos "patriotas" brasileiros, os inventários utilitários franceses vinham acompanhados por minuciosas descrições dos costumes das populações, constituindo o início da voga dos estudos folclóricos e prenunciando a etnografia como disciplina sistematizada. Segundo Jacques Revel, o projeto da estatística descritiva traz consigo uma ambigüidade latente: inventariar a nação com base nas particularidades regionais. Cada província continha em si algo de irredutível, mas o próprio empreendimento de uma estatística geral da França pressupunha a existência da centralização do Estado e a construção da unidade da República (Revel, 1990). Nos últimos anos do período napoleônico, já sob o Império, a incômoda categoria "hábitos e costumes da população" tende a desaparecer das enquetes públicas, que passam a fornecer apenas os dados relativos à descrição do território, de suas riquezas, estatísticas populacionais e organização político-administrativa.

No caso brasileiro, as descrições folclóricas estão ausentes na grande maioria dos casos. Apenas as nações indígenas mereceram algum tipo de curiosidade etnográfica, mesmo assim, muito longe do tom saudosista com o qual os camponeses franceses eram descritos pelos eruditos locais. Os inventários traçados são de teor espacial, profundamente marcados pela história natural. A administração do território parece ser seu objetivo. Além das riquezas a serem exploradas, os artigos demonstram visível preocupação com o aspecto militar, seja em casos de fronteira, seja no combate a nações indígenas hostis.

Desse modo, encontram-se representadas no periódico diversas formas de exposição e tratamento de dados coletados sobre o Brasil. Com ou sem o auxílio da matemática,

O Patriota procedeu a um inventário de informações exatas e positivas, tecido fundamentalmente em torno das descrições da natureza, produtos e rotas comerciais, assim como de dados genéricos sobre as populações.

Referências

AA. VV. *A Casa Literária do Arco do Cego*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999.

BOURDIEU, P. A retórica da cientificidade: contribuição para uma análise do efeito Montesquieu. In: BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURGUET, M.-N. *Déchiffrer la France: la statistique départementale à l'époque napoléonienne*. Paris: Édition des Archives Contemporaines, 1989.

BROWNE, J. *The Secular Ark: studies in the history of biogeography*. New Haven, London: Yale University Press, 1983.

CAIRUS, H. *O Vocabulário Técnico do Tratado Hipocrático Da Natureza do Homem*, 1994. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CANGUILHEM, G. *La Connaissance de la Vie*. Paris: Vrin, 1985.

COSTA, A. Perfil de Pedra Branca. *Revista do IGHB*, 59: 379-396, 1933.

CROSLAND, M. *The Society of Arcueil: a view of French science at the time of Napoléon I*. London: Heineman, 1967.

CROSLAND, M. Research schools of chemistry from Lavoisier to Wurtz. *British Journal for the History of Science*, 36(3): 333-361, set. 2003.

DIAS, M. O. L. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, 1º trim. 1968: 105-170.

DIAS, M. O. L. da S. Nos sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento. In: FERREIRA, L. G. *Erário Mineral*. Organizado por Júnia F. Furtado. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Editora Fiocruz, 2002.

FARIA, M. F. de. Da facilitação e da ornamentação. In: AA. VV. *A Casa Literária do Arco do Cego*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999.

FARIA, M. F. de. *A Imagem Útil*. Lisboa: Editora Universidade Autônoma de Lisboa, 2002.

FEBVRE, L. *La Terre et l'Évolution Humaine* [1922]. Paris: A. Michel, 1970.

GESTEIRA, H. M. *O Teatro das Coisas Naturais: conhecimento e dominação neerlandesa no Brasil (1624-1654)*, 2001. Tese de Doutorado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

IANKOVIC, V. *Meteors under Scrutiny: private, public, and professional weather in Britain, 1660-1800*, 1998. Tese de Doutorado, Indiana: Department of History, University of Notre Dame. Reprodução fac-similar a partir de microfilme.

JANCSÓ, I. & PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.) *Viagem Incompleta*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

JORDANOVA, L. Earth science and the environmental medicine: the synthesis of the late Enlightenment. In: JORDANOVA, L. & PORTER, R. (Orgs.) *Images of the Earth: essays in the history of the environmental sciences*. Chalfont St. Giles: B.S.H.S., 1979.

KURY, L. *O Império dos Miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*, 1990. Dissertação de Mestrado, Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

KURY, L. *Histoire Naturelle et Voyages Scientifiques (1780-1830)*. Paris: L'Harmattan, 2001.

KURY, L. Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Revista Intellèctus*, ano II, 1, 2003. Disponível em: <www2.uerj.br/~intellectus/textos/Lorelai.pdf>.

LARSON, J. *Interpreting Nature: the science of living form from Linnæus to Kant*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1994.

LEITE, S. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa, Rio de Janeiro: Brotéria, Livros de Portugal, 1953.

LICOPPE, C. *La Formation de la Pratique Scientifique: le discours de l'expérience en France et en Angleterre (1630-1820)*. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

LIMA, A. P. As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do séc. XVIII). *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, IX, separata, 1949.

LOPES, M. M. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARQUESE, R. de B. *Administração e Escravidão*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1999.

MARQUESE, R. de B. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: história da administração de escravos nas Américas, séculos XVII-XIX*, 2001. Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História, Universidade de São Paulo.

MELLO, J. A. G. de. Estudo biográfico. In: CÂMARA, M. A. da. *Obras Reunidas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

MEYER, J. L'enquête de l'Académie de Médecine sur les épidémies, 1774-1794. In: LE ROY LADURIE, E. et al. *Médecins, Climats et Épidémies à la Fin du XVIII^{e} Siècle*. Paris, Haia: Mouton, 1972.

MEYER, J. *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989.

MINTZ, S. W. *Sweetness and Power: the place of sugar in modern history*. London: Penguin Books, 1985.

MORAVIA, S. *Il Pensiero degli Idéologues: scienza e filosofia in Francia (1780-1815)*. Florença: La Nuova Italia, 1974.

MUNTEAL FILHO, O. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*, 1998. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NUNES, M. de F. *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PINAULT, M. *Le Peintre et l'Histoire Naturelle*. Paris: Flammarion, 1990.

REVEL, J. Do Antigo Regime ao Império: a identidade regional, inevitável e impensável. In: REVEL, J. (Org.) *A Invenção da Sociedade*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand, 1990.

REYNAUD, D. Pour une théorie de la description au 18ème siècle. *Dix-huitième Siècle*, 22: 347-366, 1990.

SANTOS, N. P. dos. Laboratório Químico-Prático do Rio de Janeiro: primeira tentativa de difusão da química no Brasil (1812-1819). *Química Nova*, 27(2): 342-348, 2004.

STAFFORD, B. *Voyage into Substance*. Cambridge: MIT, 1984.

Fontes

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. *Memória Sobre a Estatística ou Análise dos Verdadeiros Princípios Desta Ciência e Sua Aplicação à Riqueza, Forças e Poder do Brasil*. s. l., s. d., ms., IHGB.

ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA (1842-1844). (Ed. fac-similar. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977)

ANON. Algumas reflexões sobre a Historia natural do Brazil, e estabelecimento do Museu e do Jardim Botanico em a côrte do Rio de Janeiro. In: *Instrucção para os Viajantes e Empregados nas Colonias sôbre a Maneira de Colher, Conservar, e Remeter os Objetos de História Natural*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819, p. IV.

CÂMARA, Manoel Arruda da. *Obras Reunidas*. Org. José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982a.

CÂMARA, Manoel Arruda da. *Disquisitiones quaedam physiologico-chemicæ, de influentia oxigenii in œconomia animali...* Montpellier: Joannem Martel nato Majorem, 1791. In: CÂMARA, M. A. da. *Obras Reunidas*. Org. José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982b.

CÂMARA, Manoel Arruda da. Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. In: CÂMARA, M. A. da. *Obras Reunidas*. Org. José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982c.

CÂMARA, Manoel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*. Lisboa: Oficina Literária do Arco do Cego, 1799. In: CÂMARA, M. A. da. *Obras Reunidas*. Org. José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982d.

CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasílica* [1817]. (Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945)

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru* [1781]. Rio de Janeiro: Garnier, s. d., canto VII, LV.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Enfermidades Endémicas da Capitanía de Mato Grôsso*. s. l., s. d., ms., Biblioteca Nacional.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral* [1735]. Org. Júnia F. Furtado. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Editora Fiocruz, 2002.

GOMES, Bernardino A. *Plantas Medicinais do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972a. (Brasiliensia Documenta, V)

GOMES, Bernardino A. Observações botanico-medicas sobre algumas plantas do Brasil. Memorias da Real Academia das Sciencias de Lisboa. t. III, 1812. In: GOMES, B. A. *Plantas Medicinais do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972b. (Brasiliensia Documenta, V)

GUIMARÃES, Manuel Ferreira de Araújo. *Prospecto* [de *O Patriota*]. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

HIPPOCRATE. Des airs, des eaux et des lieux. In: HIPPOCRATE. *De l'Art Médical*. Trad. Émile Littré. Paris: Librairie Générale Française, 1994.

LACERDA, Antonio Correa. Observações diárias termométricas, higrométricas e barométricas, tomadas na cidade de Belém do Pará. Belém, 1830, ms., Biblioteca Nacional.

LACERDA, Antonio Correa. Observações meteorológicas feitas no Maranhão, 1841-1852, ms., Biblioteca Nacional. 2 v.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão* [1822]. São Paulo: Siciliano, 2001.

LINNÆUS, Carl. Discurso sobre o aumento da terra habitável [1744]. In: PAPAVERO, N. et al. *História da Biogeografia no Período Pré-Evolutivo*. São Paulo: Plêiade, Fapesp, 1997.

O PATRIOTA. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1813-1814.

PORTUGAL, Fernando José de. Conde de Aguiar. Instruções provisórias para o ensino público da agricultura, ordenado pela carta régia de 25/06/1812 ao governador e capitão-general da Capitania da Bahia. Manuscrito, Biblioteca Nacional.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1835-1840.

Bibliografia complementar

CHARTIER, R. *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil, 1990.

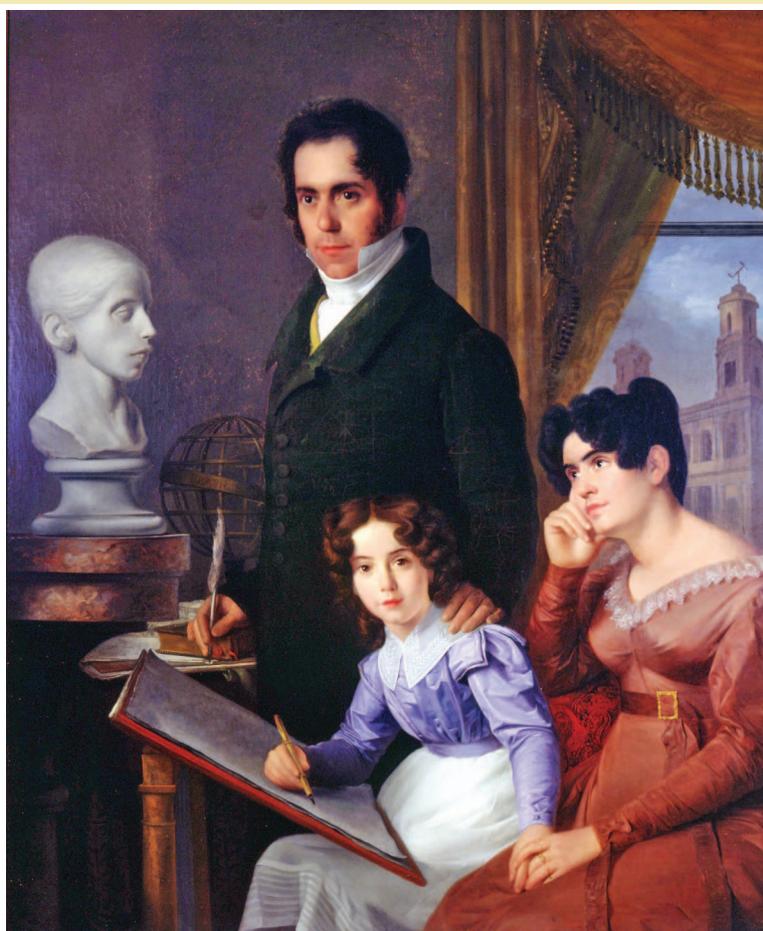
DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VIII, supl.: 823-838, 2001.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. Enlightened mineralogists: mining knowledge in colonial Brazil, 1750-1825. *Osiris*, 15: 101-116, 2000.

KANTOR, I. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo, Hucitec, 2004.

MARQUES, V. R. B. *Natureza em Boiões: medicinais e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, L. M. B. P. & NEVES, G. P. das. A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da Ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. *Revista do IHGB*, 165(425): 11-28, out.-dez., 2004.

IMAGENS

Na tela de Sequeira, importante pintor do absolutismo ilustrado português, Borges de Barros, o B* de *O Patriota*, é retratado com a família. À esquerda, o busto de seu filho morto e à direita a jovem Luisa Margarida, futura condessa de Barral.

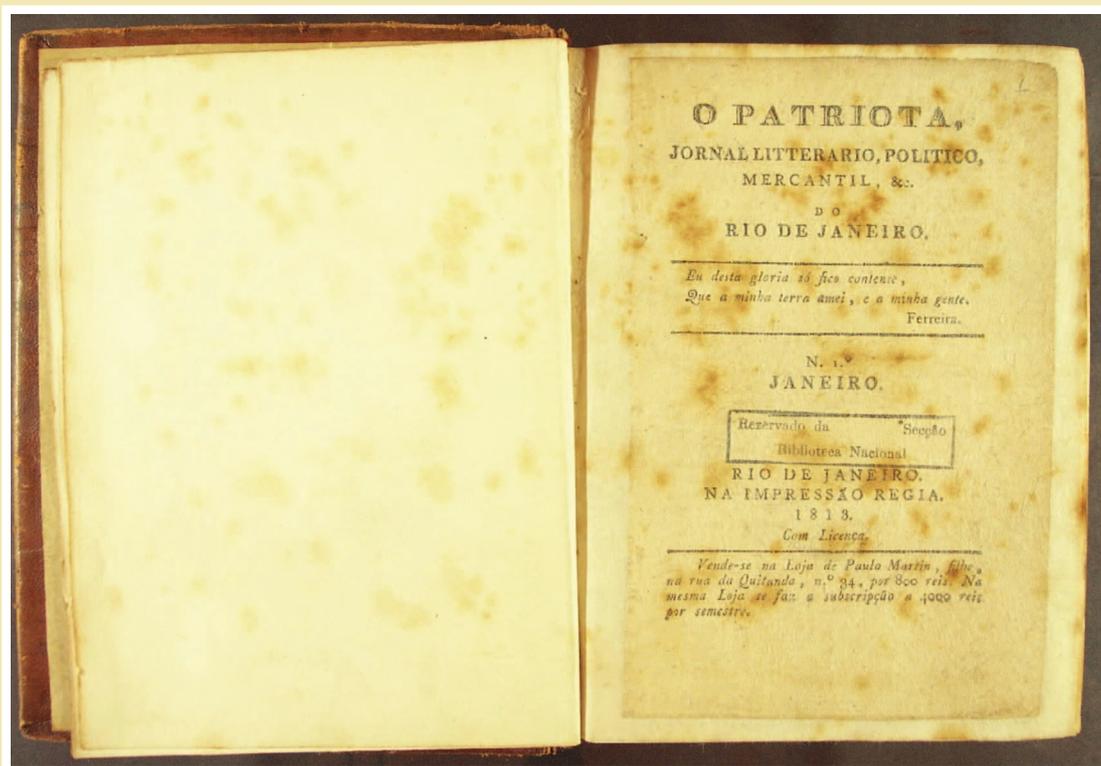
Retrato dos viscondes de Pedra Branca e sua filha Luisa Margarida, s. d.
Domingos Antonio Sequeira (1768-1837)
Óleo sobre tela, 128 x 104 cm
Acervo Fundação Maria Luisa e Oscar Americano
Foto Rômulo Fialdini

O PATRIOTA,
JORNAL LITTERARIO, POLITICO,
MERCANTIL, &c.
DO
RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 34, por 800 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 4000 reis por semestre.

Capa do primeiro fascículo de *O Patriota*, de janeiro de 1813

Fonte: *O Patriota*. Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1813-1814.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Biblioteca Nacional

Alguns nomes de táxons botânicos foram atribuídos em homenagem a patronos da ciência e da cultura, como o duque de Lafões (*Lafoensia*) e o marquês de Marialva (*Marialva*).

Fonte: Vandelli, Domenicum. *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen*.
Coimbra: Typografia Academico-Regia, 1788.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

RESPOSTA
DEFENSIVA, E ANALYTICA
A'
CENSURA QUE
O
REDACTOR DO PATRIOTA
FEZ AO DRAMA INTITULADO
O
JURAMENTO DOS NUMES,

Descripta no Periodico do mez de Outubro do prezente anno.

RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença de S. A. R.

(3)

Censura do Redactor do Patriota.

O Juramento dos Numes, Drama para se representar na abertura do Real Theatro de S. João, por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho.

He tão importante o assumpto deste Drama, que mal nos permitte fixarmos a nossa attenção no seu desempenho. Este trabalho vem mesmo a ser inutil, quando o Poeta na sua Advertencia declara que nas composições deste genero não se deve exigir o severo cumprimento dos preceitos Dramaticaes: hajão vista a Voltaire, etc.

Se isto quer dizer que os preceitos do poema dramatico e lyrico são differentes das regras da Comedia e da Tragedia, he huma verdade innegavel. Se quer dizer que não tem absolutamente regra, que he poema de mera phantasia, os Mestres da Arte decidirão este ponto. Sei apenas que muitos Autores tem tratado este objecto com bastante critica. Admiro particularmente J. J. Rousseau, que empregou a delicadeza do seu juizo em observações analogas: citarei apenas huma, que he filha do bom senso. " On sentit qu'il ne falloit à l'Opera rien de froid et de raisoné, rien, que le spectateur pût ecouter assez tranquillement pour reflechir sur l'absurdité de ce qu'il entendoit, etc. " Quanto aos exemplos, eu respeito muitos nomes tão celebres para não annuir ao seu testemunho. Mas Pandora, e o Templo da Gloria, do Tragico Francez, muitas de Metastacio, as bellas Psyche e Amphitrião de Moliere, sem duvida são assás regulares.

O estilo, (diz o mesmo Poeta) que sustento hum pouco levantado, e por ventura improprio da Poesia Dramatica...

A ii

O jornal *O Patriota* tornou-se campo de polêmicas, e seu redator, Ferreira Guimarães, foi alvo de ataques pelas críticas literárias que publicara. Aqui se percebe a interseção entre os espaços da palavra impressa e da oralidade da representação teatral.

Coutinho, Gastão Fausto da Câmara. Resposta defensiva e analítica. Rio de Janeiro, 1813.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Cabral, 270

EPICEDIO

AO

ILL.MO E EX.MO SENHOR

D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO,

Conde de Linhares, Senhor de Payalvo, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, Grão Cruz das Ordens de S. Bento de Avis, e da Torre e Espada, e Commendador da Ordem de Christo, &c., &c., &c.

OFFERECIDO

A' ILL.MA E EX.MA SENHORA

CONDEÇA DE LINHARES,

POR

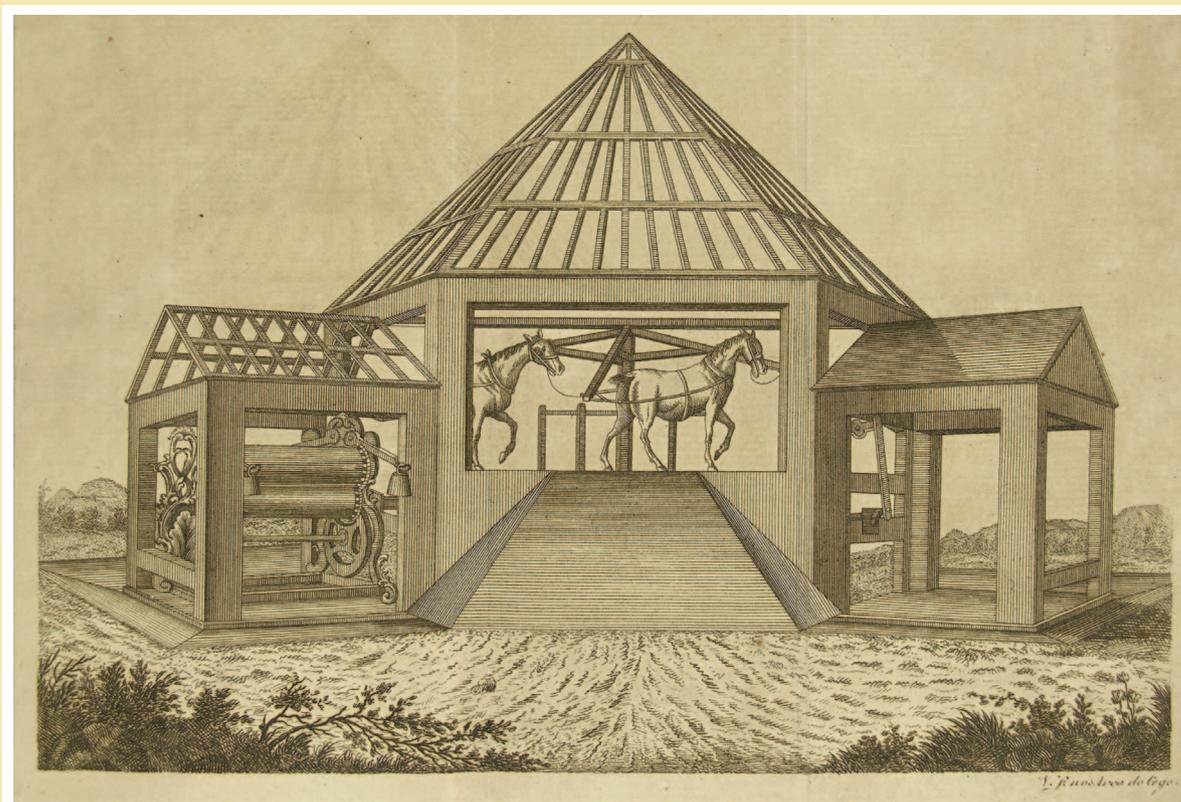
MANOEL FERREIRA DE ARAUJO GUIMARÃES.

RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1812.
Com licença de S. A. R.

Neste epicédio (homenagem póstuma), de 1812, o redator de *O Patriota* confirma sua ligação com d. Rodrigo, conde de Linhares.

Guimarães, Manuel Ferreira de Araújo. *Epicedio ao Ilmo. sr. Rodrigo de Sousa Coutinho.*
Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1812.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

As publicações do Arco do Cego descreviam, por imagens e textos, o funcionamento de invenções úteis às artes e às ciências. Esse modelo também foi seguido por *O Patriota*. Aqui aparece um engenho "filosófico", sem o trabalho escravo.

Velloso, José Mariano da Conceição. Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil...
Fonte: *Riqueza e Opulencia do Brasil.*
Lisboa: Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

RECEITA.

Toma hum punho de terra corrompida,
Hum quintal de mentira refinada,
Hum barril de impiedade alambicada,
De audacia huma canada bem medida;

A cauda do Pavão toda estendida,
Com a unha do Tigre ensanguentada,
De Corso o coração, e a refalsada
Cabeça de Raposa envelhecida:

Tudo isto bem cozido em lento fogo,
De exterior fagueiro, meigo, e brando,
Atrevida ambição lhe lances rogo:

Deixa que se vá tudo encorporando,
E assim mui presto espera; porque logo
Sahe hum Napoleão dalli voando.

O sentimento antinapoleônico marcou o patriotismo imperial luso-brasileiro, como neste panfleto publicado em 1809 no Rio de Janeiro. Todavia, a França era um modelo de ciência e civilização.

Receita especial para fabricar Napoleões.
Regia Officina Typografica, 1809.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

PROSPECTO.

NÃO existindo nesta Corte algum periodico além da Gazeta, a qual péla sua pequena extensão não he sufficiente para abranger todas as noticias politicas, escapando-lhe mórmente aquellas Peças Officiaes mais longas, que exigirião, ou a multiplicidade d'aquelles Numeros, ou huma repetida interrupção, tão desagradavel ao Leitor; e não sendo em consequencia possivel ao Redactor accommodar na mesma, como projectára, noticias litterarias e mercantis, quer nacionaes, quer estrangeiras, pareceu acertado lançar mão de hum Jornal, que satisfizesse a todos estes importantes objectos, e que de passo servisse á publicação de muitas Obras ineditas.

O Redactor, longe de ensoberbecer-se com o benigno gasalhado, que o Publico se tem dignado conceder-lhe, conhece, e confessa a pequenhez de seus talentos, e a desproporção para a ardua tarefa, a que se propõe. Todavia, soccorrido com Jornaes estrangeiros de decidido merecimento, e (o que he mais) ajudado pelos uteis trabalhos, e interessantissimas descobertas dos sabios do nosso paiz, esperançado em que nenhum homem de letras quererá escusar-se á cooperação de hum periodico, que nos vingará da accusação de ineptos, que nos fazem authores estrangeiros, e por desgraça alguns nacionaes, não recêa abalançar-se a hum Jornal, ao qual destina o titulo de PATRIOTA, com a epigraphe

Eu desta gloria só fico contente,
Que a minha terra amei e a minha gente.

Ferreira.

Este Jornal será consagrado ás Sciencias, Litteratura, Politica, Commercio, Agricultura, etc. Quanto á primeira parte, comprehenderá as ultimas descobertas nas Sciencias e Artes, com preferencia as que forem devidas a Authores Nacionaes, observações physicas e metallurgicas do nosso Continente, contando-se nas primeiras as do thermometro e barometro, que servirão para fazer conhecer o estado da nossa atmosphera em differentes epocas, e ajuizar do nosso clima e temperatura media; expor-se-hão alguns trabalhos geodesicos dos mais habeis Engenheiros, indagações geographicas do Brazil, e outros objectos tão variados como interessantes: na parte de Litteratura dar-se-hão memorias ou discursos sobre objectos de Eloquencia, Historia, e Poesia, e as composições em cada huma destas classes, que parecerem dignas do Prélo, e finalmente far-se-ha hum breve juizo das Obras publicadas neste paiz, no qual ter-se-ha todo o possivel acatamento ao decoro dos Authores, e attentar-se-ha escrupulosamente aos seguintes versos do bom Sá de Miranda

Deste ingenho que diremos,
De que nos taes gabos damos,
Com que tudo accomettemos,
Quantas vezes d'elle usamos
Mal, e como não devemos?

A Politica abrangerá Leis, Tratados, Notas, ou quaesquer outros Papeis Diplomaticos recentemente publicados, e hum resumido estado de cada Potencia: sob o titulo Commercio dispor-se-ha quanto se poder alcançar da importação, exportação, cambios, subida ou descida dos preços, e outros quaesquer artigos de conhecida utilidade; não esquecerá a população, nascimentos, mortalidade, e mais objectos da arithmetica politica: tratar-se-ha da producção, estado, e melhoramentos de terrenos, e quanto diz respeito á agricultura; da construcção de embarcações, sahidas, entradas, tripulações, e outros objectos de Navegação.

Tão vasto plano não póde ser desempenhado pelas debeis forças do Redactor, alias repartido por outros objectos. Mas o alvoroço, com que o tem animado pessoas muito distinctas por sua qualidade, e por seus conhecimentos, o auxilio, que voluntariamente se lhe tem offerecido, a cooperação, que elle espera, e supplica, de todos os que seguem quer a carreira das Sciencias, quer a das Bellas Letras; a intima convicção de que o egoismo não estorvará a alguem de concorrer, tanto para a illustração publica, como para a gloria nacional; a certeza de que o Redactor a ninguem pertendera roubar o louvor e geral reconhecimenmento, antes publicando as Obras, que lhe forem enviadas, com os nomes dos seus Authores, fará recahir sobre estes aquella nobre satisfação, que he a mais vantajosa (e muitas vezes a unica) paga dos trabalhos litterarios; ousa propor a publicação do mencionado Jornal, que deverá constar de hum volume cada mez (sendo o primeiro no de Janeiro proximo) de mais de 100 paginas em elegente caracter, custando cada hum 800 reis, e aos Assignantes 4000 reis cada semestre. Estes deverão subscrever na Loja da Gazeta com as mesmas condições e vantagens, que a esta se concedem (porque este Jornal tem a honra de estar debaixo da mesma direcção que aquelle periodico); e no fim do semestre se publicará huma lista dos seus nomes, onde serão distinctos com caracteres Italicos aquelles, que com os seus trabalhos e producções houverem concorrido para o desempenho desta Obra.

Havendo por desgraça algum Author, ou possuidor de manuscriptos, que por suas circunstancias haja mister curar mais dos seus interesses do que da gloria de contribuir para este nobre empenho, o Redactor não duvidará dar huma gratificação pecuniaria, proporcional ao merecimento da Obra, e compativel com as despezas da Edição.

Quem combinar esta dificil tarefa com os gastos, que ella exige, se convencerá facilmente de que o Redactor não tem em vista o proprio interesse, mas sim a publica utilidade e a gloria da Nação, e será muito feliz, se os seus trabalhos satisfizerem á epigraphe, que tem escolhido.

Approximando-se o tempo da publicação do primeiro volume, supplica o Redactor ás Pessoas, que se dignarem de prestar-lhe Obras para o referido Jornal, que se apressem a fazer-lhe entregar aquellas que houverem promptas, ou na Loja da Gazeta, fechadas e com sobrescrito ao mesmo Redactor, ou directamente á casa deste na rua da Alfandega, N.º 153; esperando que o continuem a favorecer similhantemente em quanto durar a presente Redacção.

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA. 1812.

Com Licença de Sua Alteza Real.

No prospecto de lançamento de *O Patriota*, Araújo Guimarães convoca os "sábios de nosso paiz" a publicar e a consolidar um espaço público das letras e das ciências.

Guimarães, Manoel Ferreira de Araújo. *Prospecto* [de *O Patriota*].
Impressão Regia, 1812.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

A oficina tipográfica de Simão Thaddeo Ferreira participou das iniciativas para divulgação de textos considerados úteis, capitaneadas por Velloso, homem de confiança de d. Rodrigo. As plantas para a produção de potassa, como o tabaco e o milho, foram objeto de descrições sistemáticas.

Velloso, José Mariano da Conceição. *Alographia dos Alkalis FIxos Vegetal ou Potassa, Mineral ou Soda e dos seus Nitratos, segundo as Melhores Memorias Estrangeiras.*
Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

TABELLA DA LEXIVIAÇÃO.

ORDEM dos Turnos.	ORDEM das Bandas.	ORDEM das Lexiviações.	QUANTIDADE De agua pura, ou pequena para se pôr nas bandas.	QUANTIDADE De Lexivia, que se tira.	NUMEROS Dos grãos, que a Lexivia dá no areometro.	LEXIVIA Boa para se queimar, ou muito fraca.	ADVERTENCIA.
			lib.	lib.			
Primeiro Turno.	1.ª Banda.	1.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 7,500	Lexivia . . 3,750	a 10 gráos	Boa para se queimar.	
ib.	ib.	2.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 5 gr.	Muito fraca para se queimar.	Não se pozerão mais do que 3,750 de agua na segunda Lexiviação, porque sómente restavão nas cinzas 5,750 libras da primeira Lexiviação, e não se pondo nesta vez, mais que a ametade, se tirou tanta Lexivia, como na primeira vez.
ib.	ib.	3.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 2 ½	Muito fraca.	
ib.	ib.	4.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 1 ¼	Muito fraca.	
ib.	ib.	5.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a ⅝	Muito fraca.	
	2.ª Banda.	1.ª Lexiviação.	Agua da 2.ª e da 3.ª Lexiviação e da 1.ª Banda. 7,500	Lexivia . . 3,750	a 13 [illegible]	Boa para se queimar.	Põem-se duas Lexiviações absolutamente; porque fica a ametade nas cinzas, que são novas.
ib.	ib.	2.ª Lexiviação.	Agua da 4.ª Lexiviação e da 1.ª Banda. . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 7 ½	Muito fraca.	
ib.	ib.	3.ª Lexiviação.	Agua da 5.ª Lexiviação e da 1.ª Banda . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 4 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	4.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 2 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	5.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 1 [illegible]	Muito fraca.	Quando se conduzem por este modo as Lexivias a assignar sómente meio grão quasi no areometro, he preciso desprezar a terra; porque o tempo, e o combustivel, que se gastarião, para se conseguir as ultimas porções de Alkali, as farião summamente caras.
ib.	ib.	6.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a „ [illegible]	Muito fraca.	
ib.	3.ª Banda.	1.ª Lexiviação.	Agua da 2.ª e da 3.ª Lexiviação e da 2.ª Banda. 7,500	Lexivia . . 3,750	a 15 [illegible]	Boa para se queimar.	
ib.	ib.	2.ª Lexiviação.	Agua da 4.ª Lexiviação e da 2.ª Banda. . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 8 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	3.ª Lexiviação.	Agua da 5.ª Lexiviação e da 2.ª Banda. . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 4 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	4.ª Lexiviação.	Agua da 6.ª Lexiviação e da 2.ª Banda . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 2 ¼	Muito fraca.	
ib.	ib.	5.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 1 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	6.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a „ [illegible]	Muito fraca.	
ib.	4.ª Banda.	1.ª Lexiviação.	Agua da 2.ª e da 3.ª Lexiviação da 3.ª Banda. 7,500	Lexivia . . 3,750	a 16 [illegible]	Boa para se queimar.	
ib.	ib.	2.ª Lexiviação.	Agua da 4.ª Lexiviação e da 3.ª Banda . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 9 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	3.ª Lexiviação.	Agua da 5.ª Lexiviação e da 3.ª Banda . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 5 [illegible]	Muito fraca.	
ib.	ib.	4.ª Lexiviação.	Agua da 6.ª Lexiviação e da 3.ª Banda . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 2 [illegible]	fraca.	
ib.	ib.	5.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a 1 [illegible]	fraca.	
ib.	ib.	6.ª Lexiviação.	Agua pura . . . 3,750	Lexivia . . 3,750	a „ [illegible]	fraca.	
2.° Turno.	1.ª Banda.	1.ª Lexiviação.	Agua da 2.ª e da 3.ª Lexiviação e da 4.ª Banda. 7,500	Lexivia . . 3,750	a 17 [illegible]	Boa para se queimar.	

OBSERVAÇÕES.

He claro que sería inutil apertar muito a Lexiviação das Cinzas; vê-se que nós chegámos á ultima das Bandas dos tonneis, e que recomeçamos a segunda volta, e que isto sería repetir sempre a mesma cousa. Unicamente se observe que, por este methodo, o qual julgamos ser o mais simples, o mais expedito e economico, nunca se interrompe o trabalho, que no tempo da Lexiviação as ultimas Bandas se descarregão, e carregão as primeiras; e que as caldeiras se servem constante e igualmente; vê-se tambem, que se tira o proveito de adiantar as cinzas a hum gráo de muita vantagem para a evaporação; e supondo, como aqui se tem feito, que as cinzas contenhão 10 por 100 de materia salina, só lhe ficão em as 30,000 lib. empregadas nesta Lexiviação, 75 lib. 6 onças; porque se tinha conseguido 32,750 lib. de Lexivia a 8 e [illegible] que equivalem a 2,924 lib. 10 onças de salino.

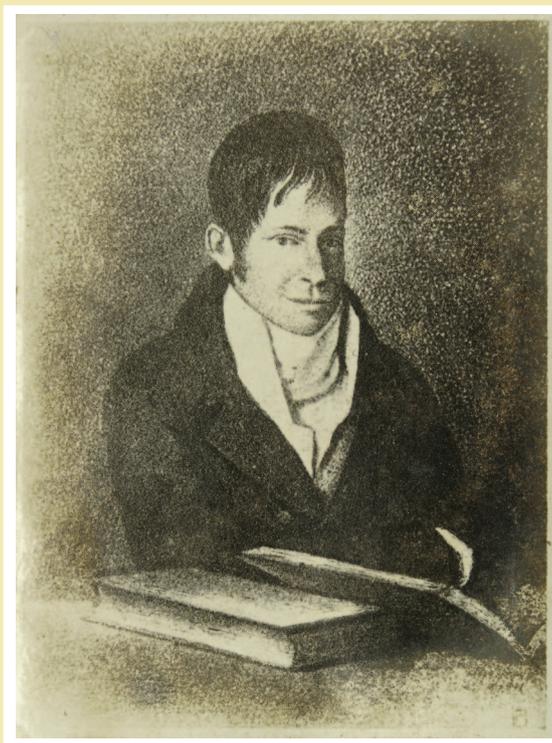
As obras publicadas por Velloso tinham objetivos didáticos e pretendia-se que fossem amplamente divulgadas. As gravuras, tabelas e gráficos auxiliavam na compreensão dos textos. A tabela de lixiviação sintetiza diversas informações em uma só figura.

Velloso, José Mariano da Conceição. ***Alographia dos Alkalis Fixos Vegetal ou Potassa, Mineral ou Soda e dos seus Nitratos, segundo as Melhores Memorias Estrangeiras.*** Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Obras Raras
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares e articulador do projeto do Império luso-brasileiro, faleceu um ano antes da publicação de *O Patriota*, que reuniu alguns de seus antigos protegidos.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, s. d.
Sequeira, D. A. (pintor); Almeida, F. T. (grav.)
Gravura
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Planta da Fortaleza de N. Sra. da Conceição, em Angola, estabelecida durante o governo (1764-1772) de d. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (pai de d. Rodrigo), que se caracterizou pelo reformismo ilustrado.

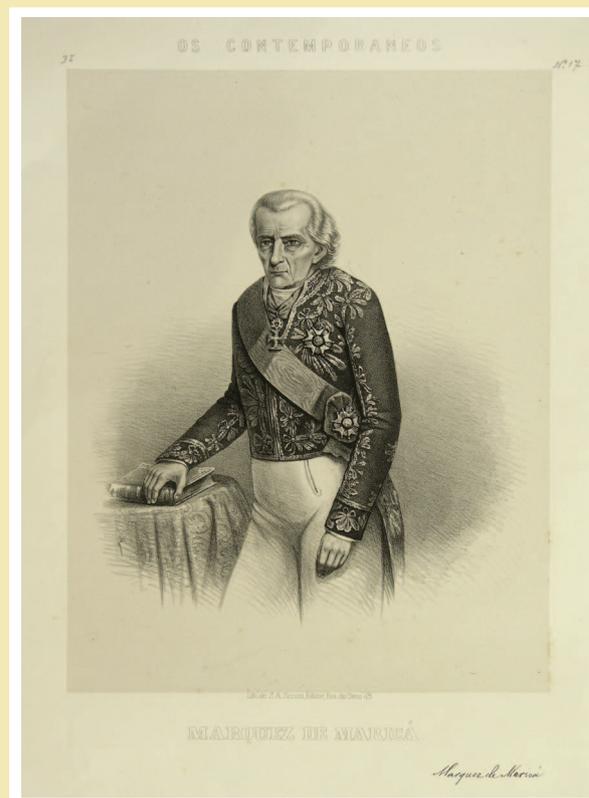
Planta da Fortaleza de N. Sra. da Conceição, séc. XVIII
Manoel Antonio
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

O Patriota publicou texto do médico da Armada português Bernardino Antonio Gomes sobre o Rio de Janeiro, no qual propõe soluções para combater a insalubridade da cidade. A perspectiva de Gomes, aqui representado com um sorriso filosófico, era imperial, pois conhecia e comparava territórios ultramarinos.

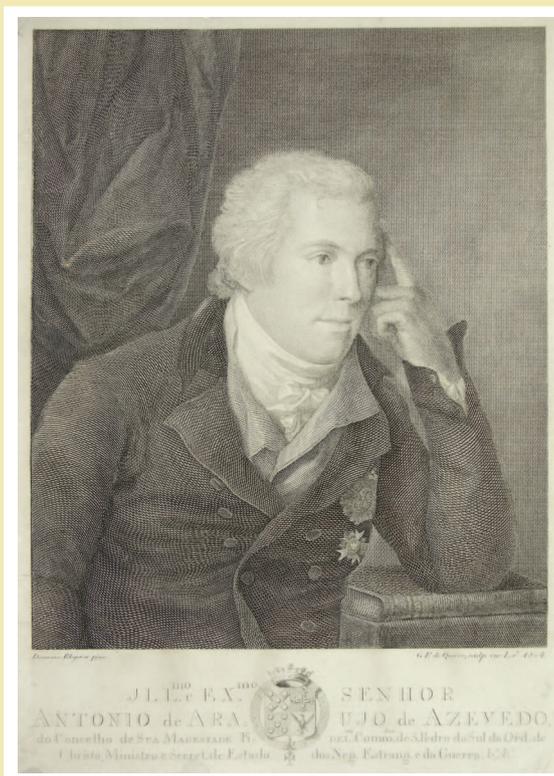
Bernardino Antonio Gomes (1768-1828)
Fotografia de obra original de Sequeira, de 1811
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

O conde dos Arcos, vice-rei do Brasil (1806-1808), foi um dos subscritores de *O Patriota*.

Conde dos Arcos, s. d.
Sem indicação de autor
Gravura
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Domingos Borges de Barros, futuro visconde de Pedra Branca, foi um dos principais colaboradores de *O Patriota*. Divulgou conhecimentos "úteis", seguindo o padrão de conduta das elites ilustradas européias e norte-americanas.

Visconde de Pedra Branca, s. d.
Fonte: Sisson, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os Contemporâneos)*. Rio de Janeiro: S. A. Sisson, 1859. v. 2.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá, participou da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, reprimida pelo conde de Resende. Nos autos da devassa, de 1794, consta que era chamado pela alcunha de "biscoutinho". Posteriormente virou censor e tornou-se conhecido por suas "máximas", publicadas inicialmente em *O Patriota*.

Marquês de Maricá
Fonte: Sisson, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os Contemporâneos)*. Rio de Janeiro: S. A. Sisson, 1859. v. 2.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Antônio Araújo de Azevedo, conde da Barca, adversário político de d. Rodrigo, ministro por duas vezes, era importante mecenas das artes e colaborou em *O Patriota*, divulgando procedimentos químicos adotados em seu laboratório particular. Foi o responsável pela chegada ao Brasil da primeira tipografia, que deu origem à Impressão Régia.

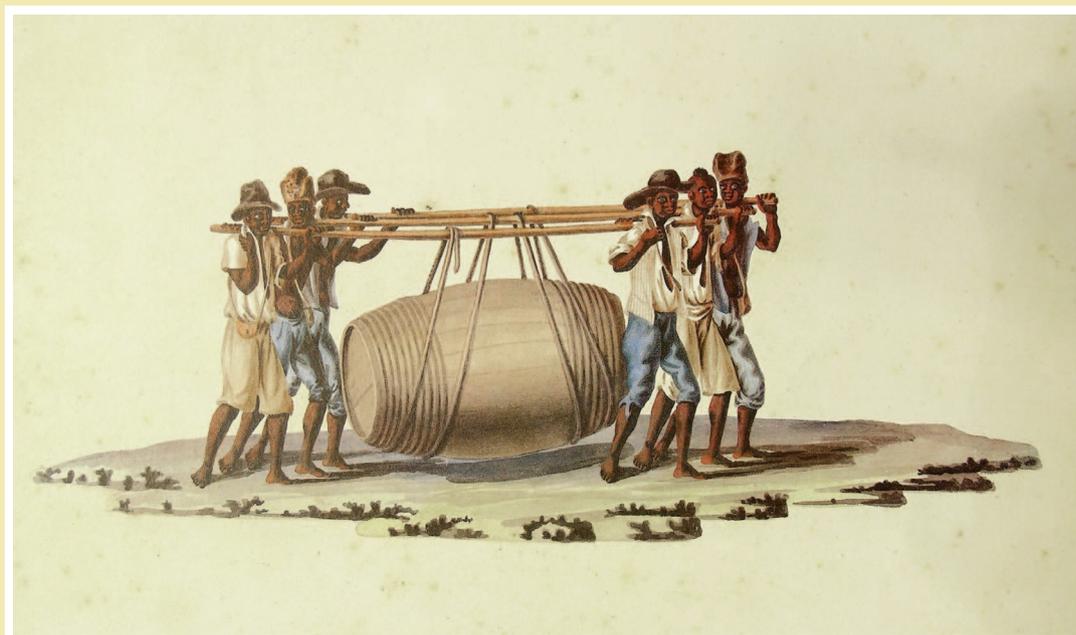
ANTONIO de ARAUJO de AZEVEDO

Conde da Barca, 1804
Queiroz, Gregorio Francisco (grav.) e Pelegrini, D. (des.)
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

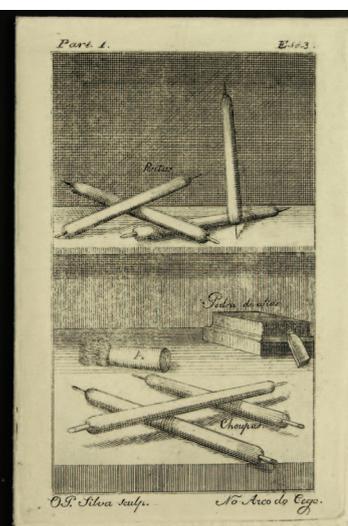
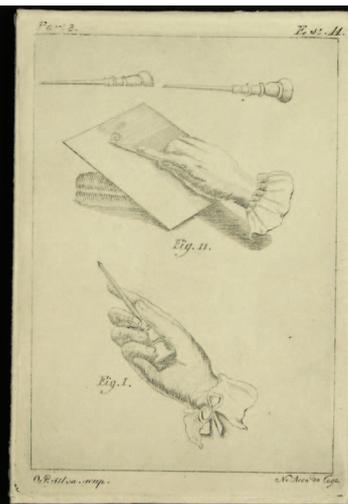
O açúcar de beterraba foi uma das principais realizações das ciências aplicadas durante o Império napoleônico. A gravura representa o ministro do Interior, Benjamin Delessert, entregando a Bonaparte dois pães de açúcar de beterraba, em 1810.

Napoléon Ier. Galerie civile et militaire, s. d.
David (grav.) e Monnet (des.)
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Alguns artigos de *O Patriota* criticam a influência da escravidão sobre a falta de progresso técnico no Brasil. Trabalhos que poderiam ser realizados por máquinas simples eram executados por escravos, como atestam muitos artistas da época.

Escravos carregando barril, s. d.
Joaquim Cândido Guillobel
Fonte: *Usos e Costumes do Rio de Janeiro nas figurinhas de Guillobel (1787-1859)*
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Carlos Julião (c.1738-1811?) nasceu em Turim mas seguiu carreira militar em Portugal. Esteve na Índia e no Brasil. Suas aquarelas retratam aspectos da vida cotidiana, onde se vêem produtos, trajes e costumes brasileiros. Carlos Antonio Napion (Turim, 1756 - Rio de Janeiro, 1814), militar próximo de d. Rodrigo, sócio da Real Academia das Ciências e intendente da Real Fábrica de Pólvora, em 1808, publicou em *O Patriota* (1814) anotações de Julião sobre madeiras do Brasil.

Aquarelas, séc. XVIII
Oficial de cavalaria da guarda dos Vice-Reis em grande uniforme; Vendedoras; Negras vendedoras; Cena romântica
Carlos Julião
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Aquarelas, séc. XVIII
Vendedor de leite ambulante; Cena de caçada de patos;
Índios: duas figuras; Sêrro Frio. Lavagem de cascalho
Carlos Julião
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

As pranchas de cobre feitas pelos artífices do Arco do Cego representam o que havia de mais moderno em Portugal. A história natural, a arte da tinturaria (cochonilha) e as técnicas de gravura são exemplos dos temas presentes nas obras publicadas pela casa de edição dirigida por frei Velloso.

Pranchas de cobre originais do Arco do Cego, com tiragem em papel, s. d.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Iconografia
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Gafanhoto desenhado por Arruda da Câmara em seu caderno de ilustrações.

Estampas representando assuntos de história natural, s. d.
Manoel Arruda da Câmara
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Manuscritos
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Velloso utilizava o sistema lineano para classificação e descrição dos vegetais. Seus estudos dão ênfase às plantas de uso medicinal. A autoria dos desenhos dos manuscritos preparatórios para a *Flora Fluminensis* é incerta.

Preciosos manuscritos da biblioteca da Casa dos Marqueses de Castelo Melhor, s. d.
Frei José Mariano da Conceição Vellozo
Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Manuscritos
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno

Bernardino Antonio Gomes, autor de estudo sobre a insalubridade do Rio de Janeiro, publicado em *O Patriota*, escreveu diversos trabalhos de botânica aplicada à medicina e sobre doenças de pele, inclusive a bouba.

Bernardino Antonio Gomes. Observações Botanico-Medicas sobre algumas plantas do Brazil
Fontes: FALCÃO, E. de C. (Org.) *Plantas Medicinais do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1972. (Brasiliensia Documenta, V) e *Ensaio Dermosographico ou Sucinta e Systematica Descripção das Doenças Cutaneas.* Lisboa: Typ. da Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1820.
Acervo Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz e Biblioteca Guita e José Mindlin
Foto Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno.

O editor de *O Patriota* procurou ilustrar o jornal com figuras e tabelas, a fim de facilitar a compreensão, complementar e sintetizar informações. As imagens ilustram artigos voltados para temas "úteis", de acordo com os padrões internacionais das Luzes.

"Memoria sobre hum Alambique existente no Laboratorio do Excellentissimo Antonio de Araujo...", por Gaspar Marques (*O Patriota*, I, 2, 1813, 99-105 e II, 1, 35-37).

(23)

As Syllabas (8) constão de: Vogaes (1) — Simples (1) ou Diphthongos (3) — sómente ou acompanhadas de Consoantes (2): figurativas (6) ou tambem addicionaes (7) — gutturaes, palatinas, maxillares, dentaes, labiaes, labio-dentaes (5) — simples (2) ou compostas (4)

As Palavras devidem-se em:

Verbo (9): activo (10) — transeunte (11), intranseunte (12); passivo (13); neutro (14)

Nome (17): Substantivo (15) — proprio (19), appellativo (18); Adjectivo (16)

Adverbio (20)

Preposição (22) — de quantidade, qualidade, lugar, tempo, causa, razão, motivo, occasião, modo, instrumento, materia, effeito — absoluto, relativo.

Conjuncção (21): copulativa, additiva, illativa, causal, concessiva, condicional, restrictiva, distinctiva, adversativa

Interjeição (23): por exclamação ... interrogação (24) — de alegria, dor, indignação, compaixão, ternura, exhortação, invocação, chamamento, pergunta.

(24)

Systema dos principaes sons das Linguas Grega, Latina, Italiana, Portugueza, Hespanhola, Franceza, Ingleza, Hollandeza, e Alleman, dispostos conforme ás suas affinidades.

1. Vogaes

2. Consoantes

3. O concurso de qualquer das Vogaes simples pronunciadas com tom inteiro, e de outra pronunciada a meio tom; chama-se Diphthongo.

N. B. *Aos exemplos dos Diphthongos, que vem no primeiro Numero deste Jornal, a pag. 94, cumpre accrescentar os das* Nasaes ã, ẽ, õ: Mãe; Capitães; Capitão; Grãos; Vintẽi; Vintẽis (*ou como se costuma escrever* Vintem; Vinteins) Dobrões; Dieu; Pion; Niais; Ouie; Mieu: *em Franceza.*

"Grammatica philosophica", por S. P. F. (Silvestre Pinheiro Ferreira) (*O Patriota*, I, 4, 1813, 21-29).

"Noticia acerca de varios carros de transporte...", por B*** (*O Patriota*, I, 4, 1813, 68- 81).

Para a pag. 32.

Tabella das Latitudes e Longitudes dos Lugares mais notaveis da Descripção Geographica da Capitania do Mato Grosso, observadas pelos Astronomos Portuguezes, que desde o anno de 1780 forão empregados nas Demarcaçoens de Limites.

	LUGARES.	Latitudes M.			Longitudes.			Variação da agulha.	
		°	'	"	°	'	"	°	'
Amazonas.	Cidade do Pará.	1	27	2	329	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	Boca do Furo do Limoeiro.	1	52	41					
	Rio das Areias.	1	9	39					
	Gurupá.	1	23	37					
	Alter do Chão.	2	29						
	Santarem.	2	24	50	323	15			
	Pauxis.	1	55						
	Foz do rio Madeira.	3	23	43	318	52	5		
Rio Negro.	Forte da boca do Rio Negro.	3	9						
	Moura.	1	26	45					
	Poyares.	1	23	20					
	Carvoeiro.	0	56		314	45			
	Barcellos.								
	Couri.	4	9						
	Villa da Ega.	3	20		312	41			
	Nogueira.	3	18	30					
	Marco da boca do Avatiparaná.	4	31		310	18	30		
	Forte-boa.	2	30						
Solimoens.	Foz do Madeira no Amazonas.	3	23	43	318	52	5		
	Villa de Borba.	4	23		318	7	15		
	Ponta do N. da Ilha dos Muras.	6	34	15					
	1.ª Catadupa de Santo Antonio.	8	48						
	2.ª Salto do Theotonio.	8	52						
	3.ª do Girão.	9	21						
	4.ª Pederneira.	9	31	21					
	Cauda do Ribeirão.	10	10						
	Cabeça do Ribeirão.	10	14						
Mamoré.	Confluencia do Mamoré no Madeira.	10	22	30					
	Cauda da Bananeira.	10	33						
	Cabeça da Bananeira.	10	37	0					
	Ilha das Capivaras.	11	14	30					
Guaporé.	Confluencia do Guaporé no Mamoré.	11	54	46	319	28	30		
	Boca do Cautarios.	12	43	30					
	Destacamento das Pedras.	12	52	55	314	37	30		
	Forte do Principe.	12	26		312	57	30		
	Guarajuz.	13	36	4	315	55	30		
	Boca do Paraguá.	13	33						
	Torres.	13	39						
	Boca do Rio Verde.	14							
	Porto do Cubatão.	14	31						
	Sararé.	14	51						
	Villa Bella.	15			317	42			
Terrenos contiguos a Villa Bella.	Cazal Vasco.	15	19	48					
	Morro das Salinas.	15	40						
	Baliza no Paraguá.	15	48						
	Passagem no Paraguá.	15	45						
	Engenho do Padre Fernando Vieira.	15	16						
	Borda da Serra do Aguapehy, 4 leguas acima de Santa Barbara.	15	52						
	Registo do Jaurú.	15	44	32					
	Salinas, Tapera do Almeida.	16	19						
	Páo-a-pique.	16	21						
	Borda Oriental do Mato, ou Estiva.	15	27	38					
	Arrayal do Pilar.								
	Santa Anna.	14	45						
	S. Vicente.	14	50						
	Chapada.	14	47						

"Fim da descripção geographica da Capitania de Matto Grosso" (*O Patriota*, III, 1, 1814, 14-32).

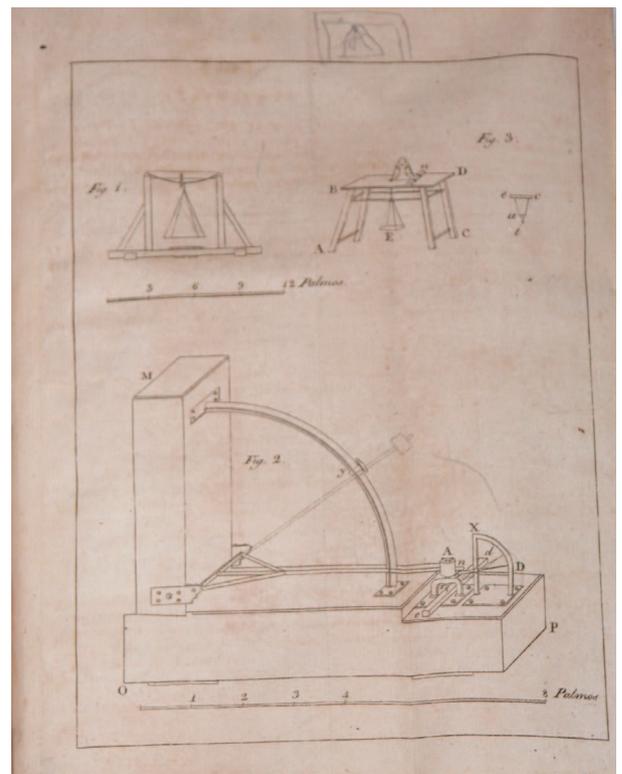
A mesma folha é usada para estampar gravuras referentes a dois artigos que tratam de assuntos diversos: "Memoria sobre os muros de apoio...", por Domingos Borges de Barros (*O Patriota*, II, 4, 1813, 3-11) e "Memoria sobre a cochonilha e o methodo de a propagar...", por Jacinto José da Silva Quintão (*O Patriota*, II, 4, 1813, 11-19).

Para a pagina 102

MAPPA 1.º

N.os	Nomes triviaes das Madeiras.	Força das Madeiras.	Elasticidade.	Pezo Especifico.	Dureza.	Força dos pregos.	Observaçoens.
1	Amieiro.	220 $\frac{1}{4}$	24	0,537	3,715	41,13	Das Rilvas.
2	Sobro.	224 $\frac{1}{4}$	20	0,809	1,600	75,13	
3	Pinho de Riga (entre casca.)	236 $\frac{1}{4}$	24	0,420	5,689	14,13	He o Sapin femelle dos Francezes.
4	Dito da Terra.	237 $\frac{13}{16}$	23	0,569	4,065	25,13	Pinheiro Bravo.
5	Oleo Amarello.	241 $\frac{1}{4}$	14	0,690	1,888	63,13	
6	Pinho da Pederneira.	254 $\frac{23}{32}$	28	0,657	3,192	29, 9	Do Pinhal de Leiria.
7	Mangue Bravo.	280 $\frac{1}{4}$	22	0,803	1,784	66,13	
8	Ulmo.	286 $\frac{1}{2}$	60	0,665	2,094	60, 1	De São Verão.
9	Castanho.	286 $\frac{1}{4}$	25	0,617	3,081	50, 9	
10	Triptrapes.	288 $\frac{1}{4}$	36	0,612	2,990	50, 5	Especie de Carvalho do Norte.
11	Pinho de Riga.	310 $\frac{1}{4}$	16	0,573	4,153	26, 5	He o Sapin Male dos Francezes.
12	Cupiiba.	312 $\frac{1}{2}$	20	0,530	4,293	33, 5	
13	Vinhatico.	316 $\frac{1}{4}$	27	0,672	3,044	51,13	
14	Gurandirana.	320 $\frac{1}{4}$	20	0,690	2,955	52,13	
15	Freixo.	326 $\frac{1}{4}$	40	0,823	1,385	70, 5	
16	Murta.	338 $\frac{1}{4}$	29	0,740	1,280	77,13	
17	Faia do Norte.	349 $\frac{1}{4}$	36	0,707	2,468	54,13	
18	Pequim.	356 $\frac{1}{4}$	27	0,822	1,407	29, 5	
19	Louro.	386 $\frac{1}{4}$	29	0,960	1,342	73,13	
20	Caroba Vermelha.	386 $\frac{1}{4}$	13	0,941	1,332	88,13	
21	Landim.	407 $\frac{1}{4}$	22	0,892	1,280	90,13	
22	Nogueira.	412 $\frac{1}{4}$	30	0,695			
23	Paroba.	424 $\frac{1}{4}$	28	0,786	1,697	66, 5	
24	Araçá Piroca.	443 $\frac{1}{4}$	17	0,988	0,642	91,13	
25	Mangue.	470 $\frac{1}{4}$	31	0,926	1,301	76, 5	
26	Páo ferro.	470 $\frac{1}{4}$	21	0,911	0,880	97, 9	
27	Gandara.	472 $\frac{1}{2}$	19	1,108	0,617	129,13	
28	Roxo.	480 $\frac{1}{4}$	25	0,981	0,630	86,13	
29	Espinheiro.	484 $\frac{1}{4}$	18	0,846	1,396	70,13	
30	Agelim.	489 $\frac{1}{4}$	22	1,119	0,803	98, 1	
31	Secupira.	541 $\frac{6}{16}$	19	0,903	1,114	79, 9	
32	Morerenga.	568 $\frac{1}{4}$	17	1,076	0,897	112,13	
33	Rabuge.	605 $\frac{1}{2}$	24	1,166	0,659	93, 5	
34	Itapicuro.	646 $\frac{1}{4}$	23	1,263	0,379		
35	Páo da Rainha.	784 $\frac{1}{4}$	26	1,040	0,675	134, 5	
36	Arco Verde.	808 $\frac{1}{4}$	22	1,215	0,623	109,13	

MAPPA 2.º

He o mesmo que o precedente, tendo na 3.ª caza a Dureza; na 4.ª a Elasticidade; na 5.ª a Força das Madeiras; na 6.ª o Pezo Especifico; na 7.ª a Força dos pregos.

"Ensaio sobre as propriedades fysicas de differentes madeiras", pelo Tenente General Carlos Antonio Napion (*O Patriota*, III, 6, 1814, 84-91).
O Patriota. Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1813-1814.
Acervo Biblioteca Guita e José Mindlin
Foto Lorelai Kury e Alinnie Silvestre Moreira

Títulos da Coleção História e Saúde

Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público.
Cristina M. Oliveira Fonseca. 2007.

Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo.
Lina Faria. 2007.

Vírus, Mosquitos e Modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política
Ilana Löwy. 2006.

Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960
André Luiz Vieira de Campos. 2006.

A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)
Dominichi Miranda de Sá. 2006.

"A Hora da Eugenia": raça, gênero e nação na América Latina
Nancy Leys Stepan. 2005.

Textos Hipocráticos: o doente, o médico e a doença
Henrique F. Cairus e Wilson A. Ribeiro Jr. (Clássicos e Fontes). 2005.

Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe
Gilberto Hochman e Diego Armus (Orgs.). 2004.

Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX
Ana Paula Vosne Martins. 2004.

A Arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX
Fabíola Rohden. 2003.

Um Lugar para a Ciência: a formação do campus de Manguinhos
Benedito Tadeu de Oliveira (Coord.). Renato da Gama-Rosa Costa, Alexandre José de Souza Pessoa. 2003.

A Recepção do Darwinismo no Brasil
Bertol Domingues, Magali Romero Sá e Thomas Glick (Orgs.). 2003.

Espaços da Ciência no Brasil
Maria Amélia M. Dantes (Org.). 2001.

Ser Médico no Brasil: o presente e o passado
André de Faria Neto. 2001.